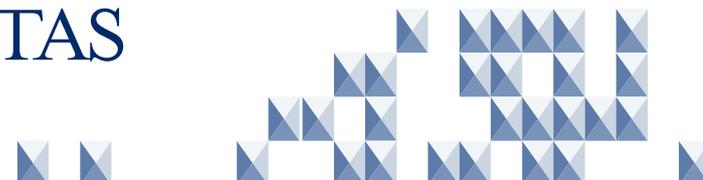




# RELATÓRIO E CONTAS

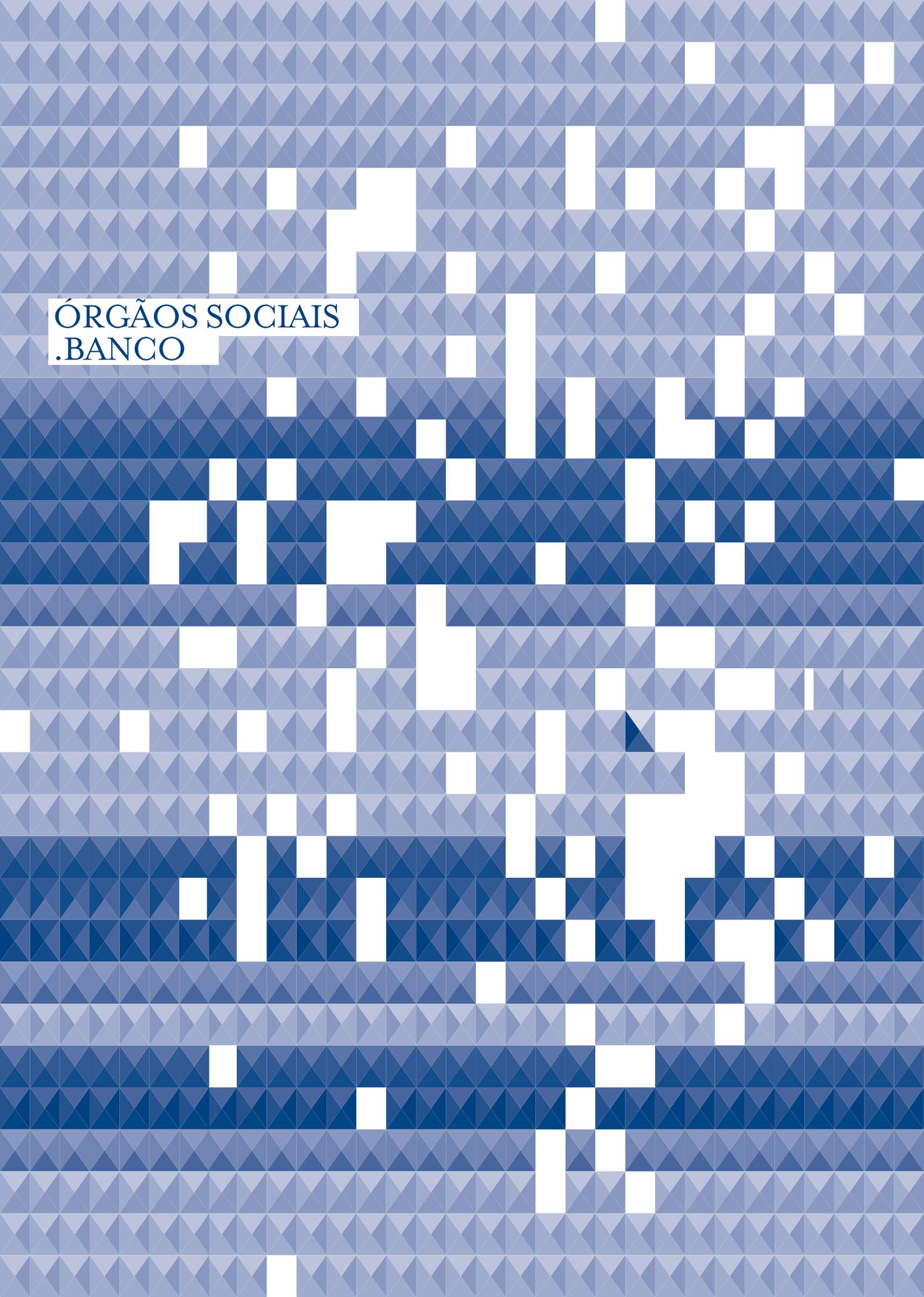
2008





# ÍNDICE

ÓRGÃOS SOCIAIS. Banco .....	6
ÓRGÃOS SOCIAIS. Capital de Risco .....	9
QUADRO DIRECTIVO .....	12
SINOPSE DO DESEMPENHO CONSOLIDADO .....	15
FACTOS RELEVANTES .....	17
ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE .....	29
ACTIVIDADE .....	41
PERSPECTIVAS PARA 2009 .....	85
AGRADECIMENTOS .....	88
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS .....	90
TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS .....	92
RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE .....	94
RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE .....	113
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Contas Consolidadas .....	118
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS.....	125
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS. Contas Individuais .....	215
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS.....	221
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	300
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. Contas Consolidadas .....	304
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS. Contas Individuais .....	307



ÓRGÃOS SOCIAIS  
.BANCO

## **MESA DA ASSEMBLEIA GERAL**

### **Presidente**

Caixa Geral de Depósitos, SA, representada por  
Dr. José Lourenço Soares

### **Secretários**

Companhia de Seguros Mundial Confiança, SA, representada por  
Dr. José Filipe de Sousa Meira  
Gerbanca, SGPS, SA, representada por  
Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

## **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **Presidente**

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

### **Vice-Presidente**

Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

### **Presidente da Comissão Executiva**

Dr. Luis Lopes Laranjo

### **Administradores Executivos**

Dr. António Carlos Bastos Martins  
Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho  
Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

### **Administradores Não Executivos**

Dr. Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares  
Dr. José Pedro Cabral dos Santos  
Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

## **CONSELHO FISCAL**

### **Presidente**

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

### **Vogais**

Eng. António José Nascimento Ribeiro

Dr. João Sousa Martins

### **Suplente**

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

## **REVISOR OFICIAL DE CONTAS EFECTIVO**

Deloitte & Associados, SROC, representada por  
Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

### **Revisor Oficial de Contas Suplente**

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

## **COMISSÃO DE VENCIMENTOS**

### **Gerbanca, SGPS SA, representada por**

Dr. Henrique Pereira Melo

Dr. Vitor José Lilaia da Silva



ÓRGÃOS SOCIAIS  
.CAPITAL DE RISCO

## **CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, SA**

### **Mesa da Assembleia Geral**

#### **Presidente**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr. António Pereira Grada Ferreira

#### **Secretário**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr<sup>a</sup>. Carla Maria Gomes dos Santos

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr. Alcides Saraiva de Aguiar

#### **Vogais**

Dr. Alfredo Manuel Antas Teles  
Dr. José Manuel Carreiras Carrilho  
Dr. José Carlos Athaide dos Remédios Furtado  
Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

### **Conselho Fiscal**

#### **Revisor Oficial de Contas Efectivo**

Deloitte & Associados, SROC, SA representada por  
Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

#### **Revisor Oficial de Contas Suplente**

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

## **CAIXA CAPITAL, SCR, SA**

### **Mesa da Assembleia Geral**

#### **Presidente**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr. António Pereira Grada Ferreira

#### **Secretário**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr<sup>a</sup>. Ana Cristina Pinheiro Vieira Rodrigues de Andrade

### **Conselho de Administração**

#### **Presidente**

Caixa – Banco de Investimento, SA, representado por  
Dr. Alcides Saraiva de Aguiar

#### **Vogais**

Dr. Alfredo Manuel Antas Teles  
Dr. José Manuel Carreiras Carrilho  
Dr. José Carlos Atháide dos Remédios Furtado  
Prof. Doutor Vasco Maria de Portugal e Castro de Orey

### **Conselho Fiscal**

#### **Revisor Oficial de Contas Efectivo**

Deloitte & Associados, SROC, SA representada por  
Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

#### **Revisor Oficial de Contas Suplente**

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro



QUADRO DIRETIVO

**Direcção Financeira e de Estruturação**  
Francisco Santos

**Direcção de Intermediação Financeira**  
Valentim Martins

**Direcção de *Corporate Finance* - Dívida**  
Paulo Serpa Pinto

**Direcção de *Corporate Finance* - Assessoria**  
Francisco Rangel

**Direcção de Mercado de Capitais - Acções**  
Ana Santos Martins

**Direcção de *Project Structured Finance***  
Sérgio Monteiro

**Direcção de Planeamento, Controlo de Risco e Organização**  
António Gregório

**Direcção de Operações**  
Miguel Freire

**Direcção de Contabilidade**

João Gonçalves

**Direcção de Sistemas de Informação**

Éma Campos

**Gabinete de Médias Empresas**

Ana Rocha Homem

**Gabinete de *Research***

João Lourenço

**Gabinete de Assuntos Jurídicos**

Grada Ferreira

**Gabinete de Recursos Humanos e Administrativos**

Manuel Cunha

**Gabinete de *Compliance***

Ália Pereira da Silva

**Gabinete de Auditoria Interna**

Fernando Oliveira



SINOPSE DO DESEMPENHO  
CONSOLIDADO

## Sinopse do Desempenho Consolidado

	2008 MILHARES €	2007 MILHARES €	2006 MILHARES €	% CRESC 2008/2007
<b>DO ANO</b>				
MARGEM FINANCEIRA ALARGADA	24.612	21.215	115.853	16,0%
COMISSÕES LÍQUIDAS	60.119	55.280	43.191	8,8%
RESULTADOS OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.743	-2.835	4.105	-
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>89.474</b>	<b>73.660</b>	<b>63.149</b>	<b>21,5%</b>
CUSTOS DE ESTRUTURA (GGA+Amortiz.Exerc.)	-27.006	-24.717	-23.053	9,3%
PROVISÕES/IMPARIIDADES	-18.771	-190	-518	9779,5%
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS LÍQUIDOS	-1.098	-2.185	-243	-49,7%
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	42.599	46.568	39.335	-8,5%
IMPOSTOS SOBRE LUCROS	-12.357	-9.526	-9.345	29,7%
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>	<b>30.242</b>	<b>37.042</b>	<b>29.990</b>	<b>-18,4%</b>
<b>CASH FLOW</b>	<b>62.407</b>	<b>47.731</b>	<b>40.959</b>	<b>30,7%</b>
<b>NO FINAL DO ANO</b>				
CARTEIRA DE CRÉDITO	865.410	937.832	785.456	-7,7%
CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS	921.312	716.346	607.473	28,6%
DEPÓSITOS DE CLIENTES	119.162	77.856	105.639	53,1%
<b>ACTIVO LÍQUIDO</b>	<b>1.896.964</b>	<b>1.878.054</b>	<b>1.909.504</b>	<b>1,0%</b>
CAPITAL SOCIAL	81.250	81.250	81.250	0,0%
<b>CAPITAIS PRÓPRIOS (ANTES DA APROPRIAÇÃO DE RESULTADOS)</b>	<b>160.196</b>	<b>183.081</b>	<b>240.251</b>	<b>-12,5%</b>
<i>RÁCIO DE SOLVABILIDADE INDIVIDUAL</i>	8,67%	8,56%	9,91%	1,3%
<i>RÁCIOS DE PERFORMANCE</i>				
ROE	15,88%	16,83%	12,48%	-5,6%
ROA	1,59%	1,97%	1,57%	-19,4%
CUSTOS DE ESTRUTURA AJUSTADOS*/PB	28,42%	31,73%	33,97%	-10,4%

Montantes expressos em Euros.

\* Ajustados pela incorporação de proveitos com empregados cedidos.



FACTOS RELEVANTES

O Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) confirmou, em 2008, a solidez da sua estratégia comercial, ao conseguir o melhor produto bancário de sempre, reforçando o seu estatuto de líder na banca de investimento, num ano marcado por uma crise que afectou e debilitou todas as economias e os mercados financeiros em particular.

Cumprindo o estipulado no seu Plano trienal 2008-2010, o CaixaBI prosseguiu a sua actividade, capitalizando a sua posição de Banco de investimento de referência, já não apenas a nível nacional, mas também junto de Clientes internacionais, permitindo que a internacionalização do Banco ganhasse, em 2008, um peso acrescido no produto bancário.

Por ser o banco de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), o CaixaBI usufrui do *rating* que a Fitch *Ratings* manteve em 2008 para a CGD, de AA- para o médio e longo prazo, ou seja, o melhor da banca portuguesa.

## Resultados

Em 2008, o **produto bancário** do CaixaBI, cresceu 21,5%, sobre o ano anterior, atingindo o valor de € 89.4 M. Este montante incorpora € 60 M de **Comissões**, rubrica que cresceu 9% sobre o ano anterior.

O exercício de 2008 fechou com um **resultado líquido** de € 30.2 milhões, o que representou uma quebra de 18% sobre o ano anterior, e explicada pela constituição de provisões no montante de € 19 M. Na realidade, o **cash flow** subiu 31% de 2007 para 2008.

O rácio *cost to income*, apesar de uma ligeira subida nos custos de estrutura, motivada por obras de manutenção às instalações, melhorou, fixando-se no final do ano em 28,4%.

MILHÕES €	2008	2007	2008/2007
PRODUTO BANCÁRIO	89.4	73.7	21,5%
MARGEM FINANCEIRA	24.6	21.2	16,0%
COMISSÕES	60.1	55.3	8,8%
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	4.7	-2.8	-
CUSTOS DE ESTRUTURA	27.0	24.7	9,3%
RESULTADO LÍQUIDO	30.2	37.0	-18,4%
CASH FLOW	62.4	47.7	30,7%
COST TO INCOME	28,4%	31,7%	-10,3%

## Reconhecimento

Pela segunda vez consecutiva, a revista **Euromoney** elegeu o CaixaBI como o **Melhor Banco de Investimento em Portugal**.



O reconhecimento do Banco como um *player* de referência no mercado de capitais de títulos de rendimento variável ficou mais uma vez reforçado com a obtenção do prémio "**Deal of the Year in Portugal**" atribuído pela revista **The Banker** em 2008 no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções EDP – Energias de Portugal no final de 2007.



O Banco foi particularmente activo na concretização de negócios de referência na área de *project finance*. Evidenciando a qualidade daqueles, a revista da especialidade **Project Finance** atribuiu, a negócios onde o CaixaBI foi Adviser e/ou MLA, o estatuto de **Deal of the Year**, em três categorias:

- .*European Infrastructure*, para o projecto **Túnel Do Marão**;
- .*European Renewable Solar*, para o projecto **Tuin Zonne**;
- .*North America Transport*, para o projecto **SH130**.



## Negócios

O CaixaBI protagonizou a sua liderança em negócios emblemáticos, cujo destaque se faz pelas seguintes áreas:

### Mercado Primário de Capitais - Dívida

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve, durante o ano de 2008, envolvido em 21 emissões, em 12 das quais como *bookrunner*, *performance* que, de acordo com o *ranking* da Bloomberg, coloca o Banco como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas de emitentes de base nacional.

### Ranking 2008 - Emissões Obrigacionistas de Emitentes Nacionais

RANKING	BANCO	QUOTA (%)	MONTANTE (M €)	NÚMERO DE EMISSÕES
1	CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO	10,0	1.950,08	12
2	BARCLAYS CAPITAL	8,9	1.739,14	7
3	BES INVESTIMENTO SA	8,4	1.641,67	4
4	SOCIETE GENERALE	7,8	1.516,67	3
5	MORGAN STANLEY	6,8	1.316,67	4
6	CITI	6,7	1.308,33	3
7	HSBC	6,2	1.213,64	5
8	LEHMAN BROTHERS	6,0	1.166,67	3
9	BNP PARIBAS GROUP	5,6	1.100,00	3
10	CALYON	4,7	912,50	2

Fonte: Bloomberg  
País de emissão: Portugal

No segmento da Dívida Soberana, a **Dívida Pública Portuguesa** continuou a constituir uma das prioridades de actuação do CaixaBI, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEVT), destacando-se em 2008:

.O estatuto de *Joint Lead Manager* na nova emissão *benchmark* a 15 anos da República Portuguesa (OT 4,95% Outubro 2023), no montante de Euro 3 mil milhões;

.O estatuto de *Co-Lead Manager* na emissão *benchmark* a 10 anos da República Portuguesa (OT 4,45% Junho 2018), no montante de Euro 3 mil milhões.

## Mercado Primário de Capitais - Acções

Durante o ano de 2008 o CaixaBI consolidou mais uma vez a sua posição de liderança entre as instituições financeiras nacionais ao nível de mercado de capitais em Portugal, como pode ser constatado pela tabela abaixo construída a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

RANKING	MONTANTE PROPORCIONAL (M€)	QUOTA DE MERCADO (%)	NÚMERO DE OPERAÇÕES
MERRILL LYNCH	1.149	33,8	3
MORGAN STANLEY	860	25,3	2
<b>CAIXABI</b>	<b>266</b>	<b>7,6</b>	<b>2</b>
BESI	259	7,6	3
MILLENNIUM BCPI	228	6,7	1
CITI	228	6,7	1
UBS	228	6,7	1
OUTROS	177	5,2	5

Nota: Exclui aumentos de capital de Grupos onde se inserem os próprios intermediários financeiros.

Fonte: CMVM, CaixaBI

De entre as operações que tiveram lugar em 2008 destaca-se a conclusão com sucesso da Oferta Pública Inicial da **EDP Renováveis** no âmbito da qual a empresa dispersou cerca de 22,5% do seu capital em bolsa através de um aumento de capital. Nesta operação, o CaixaBI actuou na qualidade de *Joint Global Coordinator e Joint-Bookrunner*.

## Corporate Finance – Assessoria

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em 2008 tendo ocupado a primeira posição no ranking de fusões e aquisições em Portugal em termos de volume de operações anunciadas e concretizadas, conforme quadro abaixo publicado pela Bloomberg.

## League Table M&A - 2008 Portugal

RANKING	BANCO	MONTANTE (US\$MM)	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO	3.850	26
2	BES INVESTIMENTO	3.726	38
3	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	1.792	6
4	MILLENNIUMBCP INVESTIMENTO	1.681	3
5	JP MORGAN	1.670	2
6	DEUTSCHE BANK	1.463	3
7	GOLDMAN SACHS	1.095	1
8	YES BANK	394	1
9	CITI	394	1
10	BANCO SANTANDER	378	5

Fonte: Bloomberg

Das operações concretizadas com sucesso, salientam-se:

- .Assessoria Financeira ao **Grupo Águas de Portugal** na alienação da totalidade do capital social da Aquapor;
- .Assessoria Financeira à **Magnum Capital Industrial Partners** na aquisição à Babcock & Brown Wind Partners e à Babcock & Brown de activos do Grupo Enersis em Portugal;
- .Assessoria Financeira à **Zon Multimédia** no âmbito da aquisição de uma participação no capital social da Tvtel, Bragatel, Pluricanal Leiria e Pluricanal Santarém.

## *Project e Structured Finance*

Em resposta ao dinamismo do mercado nesta área, o efeito conjugado da capacidade financeira do Grupo CGD e de execução do CaixaBI fizeram com que o Grupo CGD ficasse assim colocado:

**1ª posição no ranking Nacional,**

## League Table Project Finance - 2008 Portugal

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$m)	(%) SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	CAIXABI/CGD	2.268,02	24,3	14
2	ESPÍTIRO SANTO FINANCIAL GROUP SA	1.766,82	18,9	12
3	MILLENNIUM BCP	1.244,54	13,3	7
4	BANCO SANTANDER SA	867,47	9,3	8
5	BBVA	837,06	9,0	5
6	CAJA MADRID	526,60	5,6	4
7	FORTIS GROUP	374,74	4,0	3
8	BANCO BPI SA	328,18	3,5	5
9	ROYAL BANK OF SCOTLAND GROUP PLC	303,26	3,2	3
10	BANCO POPULAR PORTUGAL SA	172,63	1,8	2

Fonte: Dealogic

2ª posição no *ranking* da Península Ibérica

## League Table Project Finance - 2008 Península Ibérica

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$m)	(%) SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	SANTANDER	3.370,32	11,9	45
<b>2</b>	<b>CAIXABI/CGD</b>	<b>2.850,88</b>	<b>10,1</b>	<b>22</b>
3	BBVA	2.365,07	8,4	34
4	CAJA MADRID	2.179,10	7,7	38
5	ESPÍTIRO SANTO FINANCIAL GROUP SA	2.036,23	7,2	18
6	LA CAIXA	1.516,98	5,4	27
7	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	1.244,54	4,4	7
8	DEXIA	1.217,53	4,3	15
9	HSH NORDBANK	1.026,47	3,6	13
10	RBS GROUP	874,08	3,1	10

Fonte: Dealogic

6ª posição no *ranking* Europeu

## League Table Project Finance - 2008 Europa

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$m)	(%) SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	DEXIA	4.312,49	6,1	44
2	RBS GROUP	3.984,36	5,6	34
3	SANTANDER	3.493,46	5,0	48
4	BBVA	3.373,96	4,8	45
5	WESTLB	3.305,57	4,7	14
<b>6</b>	<b>CAIXABI/CGD</b>	<b>2.889,69</b>	<b>4,1</b>	<b>23</b>
7	CAJA MADRID	2.565,43	3,6	41
8	LLOYDS BANKING GROUP PLC	2.505,29	3,6	15
9	ING GROEP	2.375,89	3,4	20
10	ESPÍRITO SANTO FINANCIAL GROUP SA	2.270,47	3,2	21

Fonte: Dealogic

Conforme já referido, foi ainda atribuído o prémio de European Infrastructure Deal of the Year 2008 pela prestigiada revista Project Finance Magazine da Euromoney para o Projecto Túnel do Marão, onde o CaixaBI actuou como Financial Adviser e o Grupo CGD como Mandated Lead Arranger, pelo seu carácter de inovação conjugado com uma adequada gestão do risco do Projecto.

O ano de 2008 foi de aposta no esforço de originação e liderança de operações de financiamento, nas várias vertentes de dívida, com particular ênfase em operações de *acquisition finance*, *leverage finance* e reestruturações de passivos e refinanciamento de activos.

Durante o ano de 2008 o CaixaBI analisou um conjunto muito vasto de oportunidades, tendo sido aprovado o envolvimento creditício em 44 operações (23 em Project Finance e 21 em Acquisition / Leveraged Finance), envolvendo os seguintes montantes:

PROJECT & STRUCTURED FINANCE	MONTANTE DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO DO GRUPO CGD
PROJECT FINANCE	6.112.813.671 €	1.509.537.279 €
ACQUISITION & LEVERAGE FINANCE	5.085.291.429 €	927.664.181 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.198.105.099 €</b>	<b>2.437.201.460 €</b>

Pela sua importância, dimensão ou características são de destacar as seguintes operações:

- .**Douro Litoral**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 27 anos;
- .**State Highway 130**: projecto rodoviário *greenfield* no Texas com portagens reais, liderado pela Grupo Cintra, que apresenta um prazo de concessão de 75 anos;
- .**Túnel do Marão**: projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Itinere, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos. De destacar o envolvimento do Banco Europeu de Investimentos assumindo, pela primeira vez, risco de projecto no sector rodoviário em Portugal e incorporando o *Loan Guarantee for TEN's Transport*;
- .**Douro Interior**: projecto rodoviário misto (*greenfield e brownfield*) em Portugal com pagamentos de disponibilidade e serviço, liderado pela Mota-Engil, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos.

## Intermediação Financeira

O ano de 2008 ficou caracterizado pelo aprofundar da instabilidade que se iniciou em 2007 no sector de crédito hipotecário de elevado risco nos EUA e que acabou por penalizar significativamente os mercados financeiros.

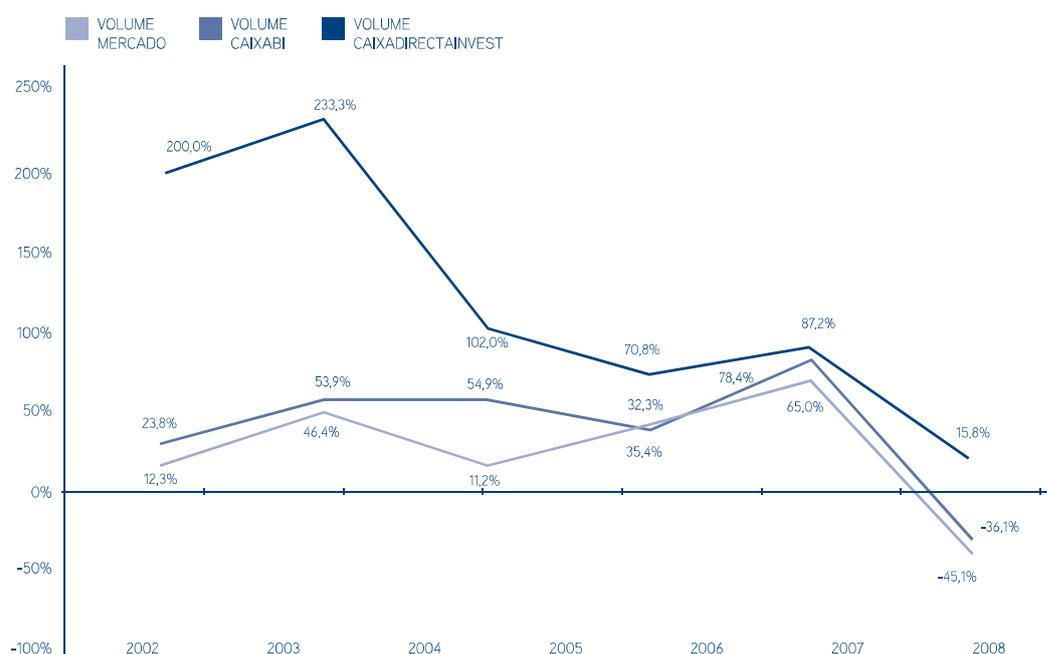
Os mercados accionistas não ficaram indiferentes a esta instabilidade e registaram de uma forma geral perdas acentuadas, em muitos casos as mais significativas de sempre. A generalidade das bolsas europeias registou perdas próximas de 40% durante o último ano, comportamento semelhante ao apresentado pelos principais índices norte-americanos. Destaca-se, pela negativa, os índices das economias mais periféricas a nível europeu, como a Irlanda ou a Grécia, com perdas superiores a 65%, que atingiram mínimos desde meados de 1996 e 2003, respectivamente.

A bolsa portuguesa registou igualmente perdas acentuadas, com a variação do PSI20 durante o ano de 2008 a atingir os -51,3%. O mercado accionista nacional tende a ampliar os movimentos das principais bolsas europeias, o que caracteriza habitualmente as bolsas mais periféricas e com menor nível de liquidez.

Com a liquidez do mercado nacional a sofrer uma drástica redução, principalmente nos últimos meses do ano, e com os volumes transaccionados em mercado a caírem cerca de 45%, o CaixaBI conseguiu manter níveis de intermediação superiores aos do mercado como um todo, reforçando as suas quotas a nível geral e em particular ao nível das plataformas electrónicas. O CaixaBI é hoje considerado uma entidade de referência a nível nacional na área de intermediação financeira.

Seguindo uma estratégia de incremento sustentado de penetração no mercado, o CaixaBI conseguiu impulsionar fortemente o crescimento do negócio via canal internet do Caixadirecta Invest, tendo alcançado um crescimento ao nível do volume intermediado de 16%, perante um mercado que caiu cerca de 45%.

### TAXAS DE CRESCIMENTO



## Capital de Risco

Durante o ano 2008, a área de capital de risco do Grupo CGD investiu um total de € 47.8 milhões, dos quais € 21.1 milhões em novas participadas e € 26.7 milhões no reforço de participações da carteira.

Relativamente às novas operações é de salientar:

- .A aquisição pela Caixa Capital de uma participação correspondente a 31,67% do capital da **MARL Energia – Central Fotovoltaica, SA**, envolvendo um investimento global de € 516.7 mil;
- .A tomada de uma participação de € 250 mil no capital do **Fundo de Capital de Risco F-HiTEC**, fundo de capital de risco promovido pela COTEC;
- .A aquisição pelo FCR Energias Renováveis de uma participação correspondente a 5% do capital da **Hyperion – Energy Investments, SL.**, envolvendo um investimento estimado em € 6.2 milhões, dos quais foram já realizados € 1.58 milhões;
- .A subscrição pelo FCR Energias Renováveis de 19,9% do capital da **Sobrevento – Energias Alternativas, Lda.**, envolvendo um investimento global de cerca de € 3.98 milhões.

The background features a decorative geometric pattern composed of various shades of blue triangles and squares. The pattern is arranged in a way that creates a sense of depth and movement, with some elements appearing to step forward or recede. The colors range from a deep, dark blue to a lighter, almost white blue. The overall effect is a modern, abstract design.

# ENQUADRAMENTO DA ACTIVIDADE

# Economia Internacional

## Evolução Global

O ano de 2008 ficou caracterizado pelo aprofundar da instabilidade que se iniciou em 2007 no sector de crédito hipotecário de elevado risco nos EUA e que acabou por penalizar significativamente os mercados financeiros, mas também o crescimento económico, com algumas das economias mais desenvolvidas a entrarem em recessão durante o ano transacto.

Salientamos de seguida algumas variáveis que acabaram por ser mais relevantes ao longo do último ano e que mostram o enquadramento negativo que se verificou, em particular durante o segundo semestre de 2008:

.Descida acentuada do valor da generalidade dos activos imobiliários bem como dos produtos financeiros que têm como subjacentes activos imobiliários, o que levou muitas instituições financeiras a ajustar o seu Balanço através de operações de *write-downs* e/ou *write-offs*. Como consequência dos *write-downs* e *write-offs*, mas também das perdas em operações de créditos, as instituições financeiras tiveram que reforçar os seus capitais próprios;

.O que inicialmente foi designada por crise do *subprime* acabou por se estender a outros sectores da economia, em particular o financeiro, podendo ser caracterizada como uma crise mais global, penalizando a confiança da generalidade dos agentes económicos;

.No mercado de crédito assistiu-se a uma subida dos *spreads*, o que levou os principais bancos centrais a intervirem nos mercados interbancários cedendo de forma sistemática e concertada liquidez às instituições financeiras, com o objectivo de contribuir para uma normalização dos mercados na vertente de crédito;

.Criou-se um novo paradigma no sistema financeiro dos países mais desenvolvidos. Como resposta ao ressurgimento da falência de grandes instituições financeiras a nível mundial e a possibilidade de colapso de muitas outras, os governos de diferentes países (EUA, e União Europeia) tiveram necessidade de intervir directamente em algumas instituições financeiras, evitando a sua falência e dando garantias em relação às responsabilidades das mesmas perante terceiros (a começar pelas garantias ao nível dos depósitos, mas também de grande parte da dívida emitida). Essas intervenções traduziram-se na tomada de participações no capital das instituições financeiras que foram intervencionadas como contrapartida da disponibilização dos fundos necessários. Em algumas destas intervenções o Estado passou a controlar a maioria do capital das instituições financeiras e a assumir um papel determinante na sua gestão;

.Assistiu-se a um novo período de consolidação no sector financeiro. As instituições melhor posicionadas acabaram por ter oportunidades para reforçar a sua presença em mercados considerados *core*, adquirindo as instituições ou activos das instituições que apresentavam dificuldades;

.Colocação de restrições, pontuais ou definitivas, por parte dos reguladores dos mercados financeiros, à realização de determinadas operações, que pela sua característica especulativa poderiam pressionar ainda mais a tendência de descida dos mercados, como seja a proibição de operações de *short selling*;

.Aumento da procura por activos de menor risco, com destaque para a dívida soberana dos países com melhor *rating*, servindo estes de valor refúgio numa conjuntura de grande instabilidade dos mercados financeiros.

Com o objectivo de criar condições para uma normalização do sector financeiro foram apresentados planos de ajuda ao sector tanto nos EUA como na Europa. Nos EUA esse plano tem um valor global de USD 700b, que contempla a criação de um fundo soberano. Ao nível dos países da União Europeia foi aprovado um plano de acção comum para estabilizar os mercados financeiros (accionistas e de crédito), que passou por:

- .Possibilidade de nacionalização ou tomada de participações pelas entidades publicas de cada país nas instituições com dificuldades, como contrapartida da cedência dos fundos necessários;
- .Prestar garantias para que as instituições financeiras tenham acesso a crédito no mercado interbancário, o que não estava a acontecer;
- .O reforço das cedências de fundos por parte do Banco Central Europeu;
- .Aprovação de linhas de crédito para reforço dos fundos próprios das instituições financeiras.

Para além das consequências ao nível dos mercados financeiros, referidas anteriormente, o aprofundar da instabilidade nos diferentes segmentos do mercados financeiro teve como consequência uma revisão em baixa das expectativas de crescimento para as principais economias mundiais, tanto para o ano de 2008 como para 2009, que deverão registar taxas de crescimento abaixo do seu potencial. A expressão recessão foi mesmo utilizada pelos principais institutos económicos (FMI, OCDE e comissão Europeia) para caracterizar o ambiente a nível macroeconómico no final de 2008 e início de 2009 para os países mais desenvolvidos.

A generalidade das economias foram e continuam a ser penalizadas pelo abrandamento da procura interna (consumo e investimento), reflectindo uma diminuição do rendimento disponível e a subida dos custos de crédito, mas também por via do menor dinamismo da procura externa (exportações), num cenário de abrandamento do ritmo de crescimento a nível global.

O FMI, nas previsões mais recentes (início de Novembro), admitiu que a economia mundial durante os anos de 2008 e 2009 poderá crescer 3,7% e 2%, respectivamente, o que compara com 5,0% registados em 2007 e 5,1% de 2006. Salienta-se ainda que no espaço de poucas semanas o FMI reviu em baixa significativas as suas previsões de crescimento para os países mais desenvolvidos.

O FMI considerou mesmo que a economia mundial iniciou um período de abrandamento na sequência da maior instabilidade dos mercados financeiros desde os anos 30, estimando que alguns países possam ter entrado em recessão ainda em 2008 e que a mesma deverá prolongar-se pelo início do corrente ano. Destaca-se pela negativa países como a Espanha, Itália, Reino Unido e EUA.

## Taxas de Crescimento do PIB

	2004	2005	2006	2007	2008e	2009e
<b>ZONA EURO</b>	<b>0,0%</b>	<b>1,5%</b>	<b>2,8%</b>	<b>2,6%</b>	<b>0,7%</b>	<b>-1,3%</b>
ALEMANHA	1,0%	0,8%	3,0%	2,5%	1,2%	-1,0%
FRANÇA	2,0%	1,7%	2,2%	2,1%	0,9%	-0,8%
ESPAÑA	3,1%	3,6%	3,9%	3,7%	1,3%	-1,5%
PORTUGAL	1,5%	0,9%	1,4%	1,9%	0,3%	-0,8%
ITÁLIA	1,1%	0,1%	1,8%	1,5%	-0,2%	-1,0%
REINO UNIDO	3,3%	1,8%	2,9%	3,1%	0,7%	-2,0%
EUA	4,4%	3,1%	2,8%	2,0%	1,2%	-1,5%
JAPÃO	2,3%	1,9%	2,4%	2,1%	0,5%	-0,1%
BRASIL	4,9%	2,9%	3,8%	5,4%	4,5%	2,5%
<b>ECONOMIA MUNDIAL</b>	<b>5,3%</b>	<b>4,8%</b>	<b>5,1%</b>	<b>5,0%</b>	<b>3,7%</b>	<b>2,0%</b>

Fonte: FMI, INE, ESN, CaixaBI Equity Research.

De acordo com os dados mais recentes do FMI, a economia norte-americana deverá ter crescido 1,2% em 2008 (uma revisão em baixa de 0,4%), enquanto que para 2009 aponta para uma contracção de 1,5%, o que constitui uma revisão em baixa de 1,6% face às anteriores estimativas (Outubro).

A economia norte-americana deverá continuar a ser uma das mais penalizadas pela crise dos mercados financeiros, pelos efeitos directos que está a ter ao nível do rendimento disponível das famílias e dos resultados das empresas da generalidade dos sectores.

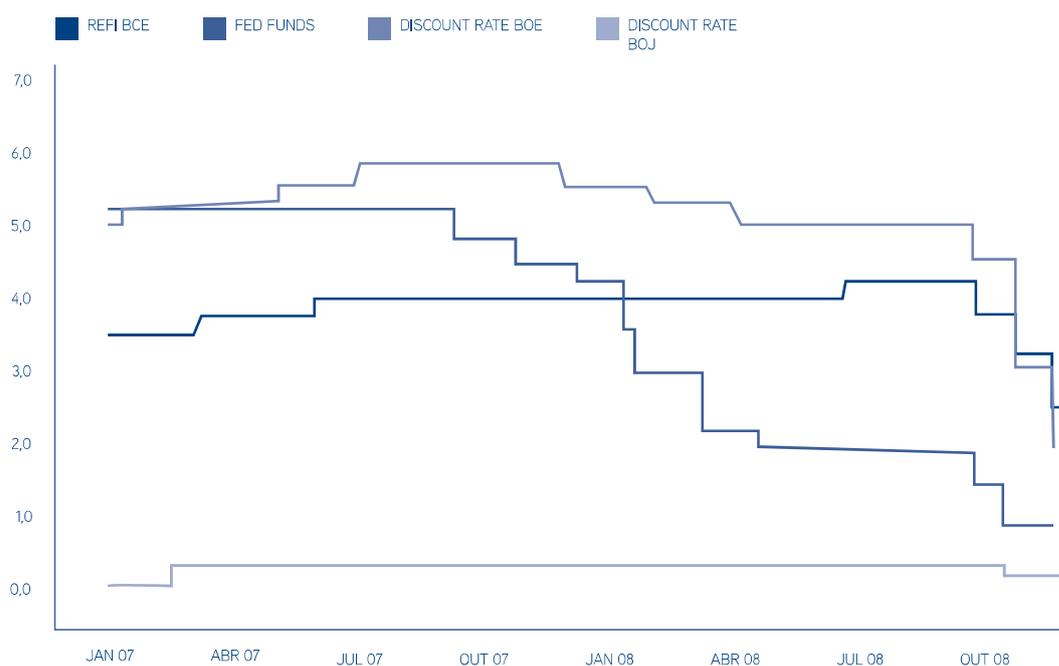
Também as economias europeias estão a ser penalizadas pela crise que começou no sector de crédito imobiliário de elevado risco nos EUA. Vários institutos económicos internacionais reviram em baixa as suas previsões de crescimento para a Zona Euro. As estimativas mais recentes do FMI apontam para um crescimento da Zona Euro de 0,7% em 2008 e uma contracção de 1,3% em 2009.

## Taxas de Intervenção dos Bancos Centrais

O papel dos bancos centrais numa conjuntura de grande instabilidade dos mercados financeiros foi muito relevante, não só pela disponibilização dos fundos necessários para a normalização dos mercados de crédito, mas também através das alterações nas taxas de referência utilizadas nessas operações, procurando criar condições para a retoma da actividade.

Ao nível da política monetária destaca-se a decisão concertada tomada pelos principais bancos centrais a nível mundial no dia 8 de Outubro, que desceram as suas taxas de intervenção entre 25 bps e 50 bps, procurando com esta decisão contribuir para uma estabilização dos mercados financeiros.

### TAXA DE INTERVENÇÃO DOS BANCOS CENTRAIS



Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

Durante o ano de 2008 a Reserva Federal Americana desceu por 7 vezes as suas taxas de intervenção numa amplitude total de 4,00%, com o objectivo de responder ao abrandamento económico verificado nos últimos meses, bem como à instabilidade dos mercados financeiros.

O Banco de Inglaterra desceu por 5 vezes as suas taxas de intervenção (-3,5% para 2,00%), como resposta aos indicadores negativos para a economia britânica.

O BCE subiu uma vez as suas taxas de intervenção, no mês de Junho, numa amplitude de 25 pontos base, procurando contrariar as pressões inflacionistas que então se verificavam na sequência da subida do preço da generalidade das matérias-primas nos mercados internacionais. Contudo, no início de Outubro, acompanhando a acção concertada dos principais bancos centrais, o BCE desceu as taxas directoras em 50 bps. Posteriormente, na reunião de Novembro e Dezembro voltou a descer as suas taxas de intervenção em mais 0,5% e 0,75% respectivamente, colocando a Refi nos 2,5%.

## Economia Portuguesa

### Evolução Global

Tendo em conta o enquadramento económico dos principais parceiros comerciais das empresas portuguesas, com destaque para Espanha, que representa mais de 20% das exportações nacionais, a procura externa apresentou um menor dinamismo ao longo dos últimos meses, o que condicionou em muito o desempenho da economia nacional. Por outro lado, a procura interna permanece relativamente fraca, penalizada pela descida do rendimento disponível das famílias, mas também pela subida das taxas de juro em mercado.

A economia Portuguesa deverá ter apresentado, em 2008, um crescimento real do produto próximo de 0,3% (estimativa do Banco de Portugal publicada no Boletim Económico de Outubro), o que compara um valor de +1,9% registados no ano anterior.

A desaceleração da economia portuguesa é explicada por um menor contributo da procura interna (visível em particular ao nível do investimento), mas também da procura externa líquida, que está a ser penalizada pela desaceleração das taxas de crescimento das importações e das exportações, evidenciando um menor dinamismo da economia nacional e dos principais parceiros comerciais.

O Orçamento de Estado para 2009, apresentado pelo governo português, mostra que o "focus" está agora no crescimento económico em detrimento da descida do défice orçamental, embora continue a ser fundamental o equilíbrio das contas públicas a médio e longo prazo.

A Comissão Europeia deixou margem para uma maior flexibilidade na avaliação das contas públicas de todos os países da Zona Euro numa conjuntura de instabilidade dos mercados financeiros e de abrandamento significativo da actividade económica.

Em relação ao crescimento dos preços no consumidor, verificou-se uma clara desaceleração nos últimos meses de 2008, acompanhando a tendência de evolução dos preços da generalidade das matérias-primas nos mercados internacionais.

## Indicadores para a Economia Portuguesa

	2004	2005	2006	2007	2008e	2009e
PIB	1,5%	0,9%	1,4%	1,9%	0,3%	-0,8%
CONSUMO PRIVADO	2,7%	1,9%	1,2%	1,5%	1,4%	0,4%
CONSUMO PÚBLICO	2,5%	3,2%	-1,2%	-0,1%	0,2%	0,0%
INVESTIMENTO	0,9%	-0,9%	-1,6%	3,2%	-0,8%	-1,7%
PROCURA INTERNA	2,3%	1,5%	0,2%	1,7%	1,0%	0,0%
IMPORTAÇÕES	7,0%	3,5%	4,3%	6,1%	2,5%	-1,0%
EXPORTAÇÕES	4,4%	2,1%	9,2%	7,7%	0,5%	-3,6%
CPI (YOY)	2,4%	2,3%	3,1%	2,7%	2,7%	1,3%
TAXA DE DESEMPREGO	6,7%	7,6%	7,7%	8,0%	7,8%	8,5%
DÉFICE ORÇAMENTAL (%PIB)	-3,3%	-6,1%	-3,9%	-2,6%	-2,2%	-3,9%
DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)	58,2%	63,6%	64,8%	63,6%	64,0%	70,0%

Fonte: Banco de Portugal e CaixaBI Equity Research

## Mercado Cambial

O euro registou um comportamento distinto ao longo de 2008, acompanhando a evolução da crise financeira que se desenrolou mais particularmente na segunda metade do ano. A moeda única europeia terminou o ano a registar ganhos significativos face à libra esterlina e a corrigir face ao dólar e, de forma acentuada, contra o iene.

O euro registou uma cotação média de 1,4708 face ao dólar no período compreendido entre 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008, atingindo um máximo de 1,5990 em 22-4-2008 e um mínimo de 1,2452 em 13-11-2008.

Em relação à libra esterlina, o intervalo de variação situou-se entre 0,9793 em 30-12-2008 e 0,7348 em 1-1-2008, com a cotação média a ficar nos 0,7973.

Em relação ao iene, o mínimo foi de 116,48 atingido em 21-7-2008 e o máximo 169,61 em 5-12-2008, com a média a situar-se em 152,41.

### EVOLUÇÃO EUR/USD, EUR/GBP E EUR/JPY (BASE 100)



Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

## Mercado Monetário

As taxas de juro na Zona Euro também registaram um comportamento diferente na primeira e segunda metade de 2008. Na primeira metade do ano, com a perspectiva do avolumar de tensões inflacionistas, como consequência da subida do preço da energia, a tendência foi de subida. A partir do final do Verão, com a crise financeira a começar a desenhar uma crise económica profunda, assistimos a quebras significativas no custo do dinheiro.

### EVOLUÇÃO DAS TAXA O/N E EURIBOR A 1, 3, 6 E 12 MESES



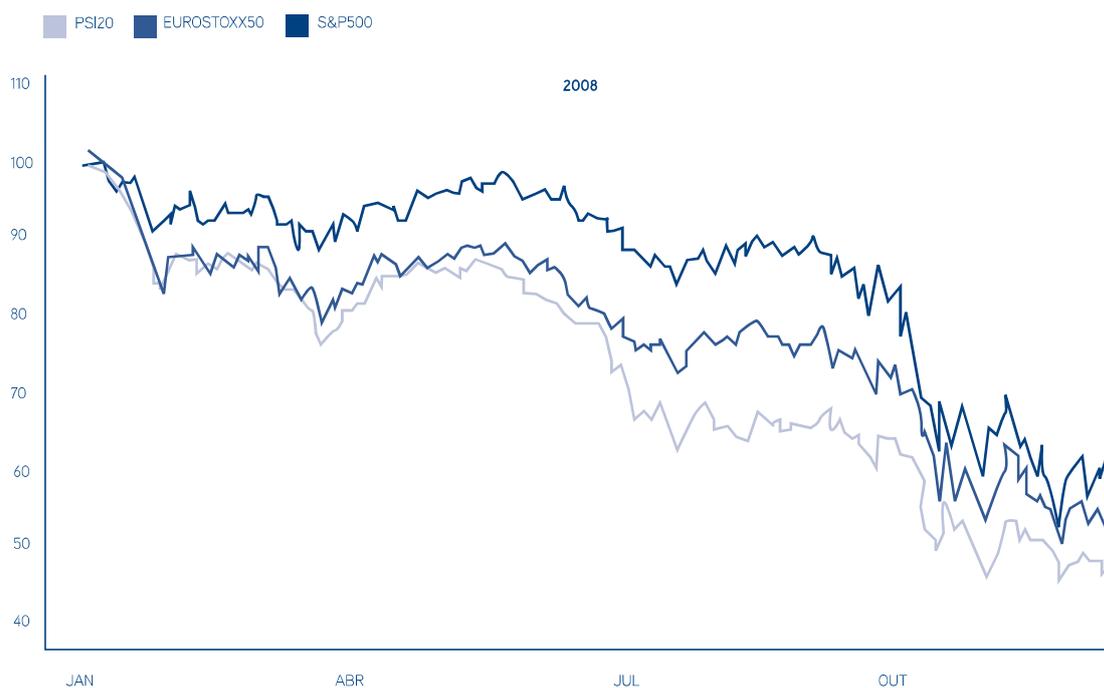
Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

## Mercado de Capitais

### Mercado Accionista

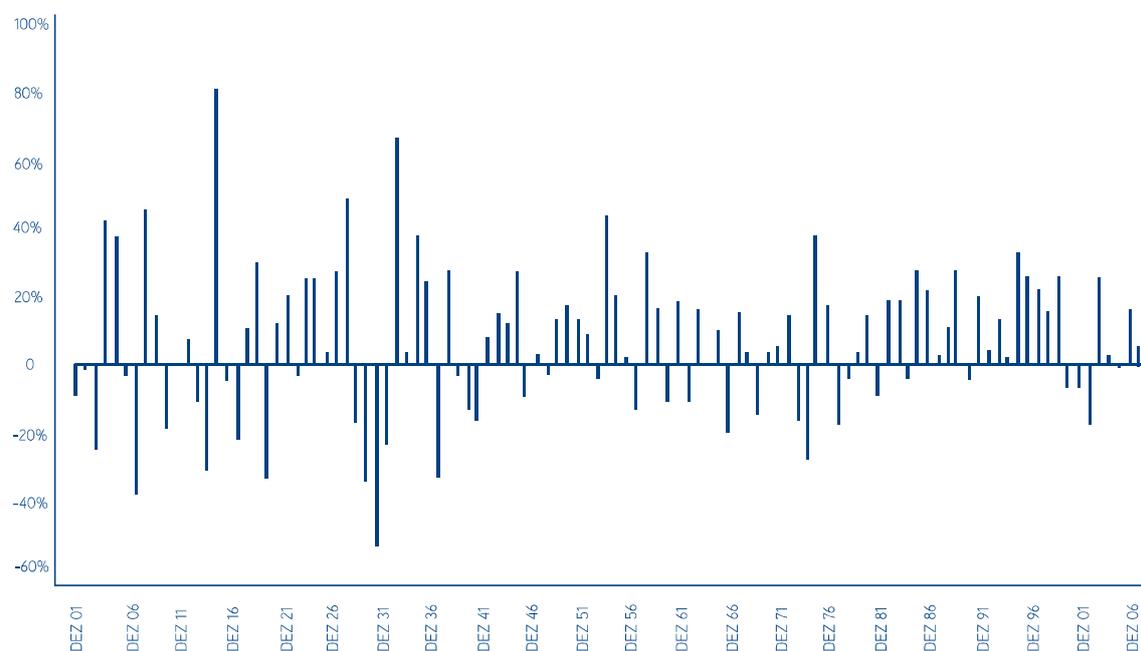
Os mercados accionistas registaram, a nível mundial, comportamentos decepcionantes, com as empresas cotadas a perderem grande parte do seu valor na sequência da crise do subprime originada nos Estados Unidos. O PSI20 caiu 51,3% entre 31 de Dezembro de 2007 e 31 de Dezembro de 2008, enquanto o EuroStoxx50 perdeu 44,3%, o IBEX 39,4%, o S&P500 38,5% e o Bovespa 41,2% no mesmo período.

### EVOLUÇÃO DE ALGUNS ÍNDICES



O Dow Jones Industrial registou a terceira maior quebra anual desde o início do século XX, com uma descida de 33,8%. A maior descida de sempre verificou-se em 1931 (-52%).

### VARIAÇÕES ANUAIS DO DOW JONES INDUSTRIAL

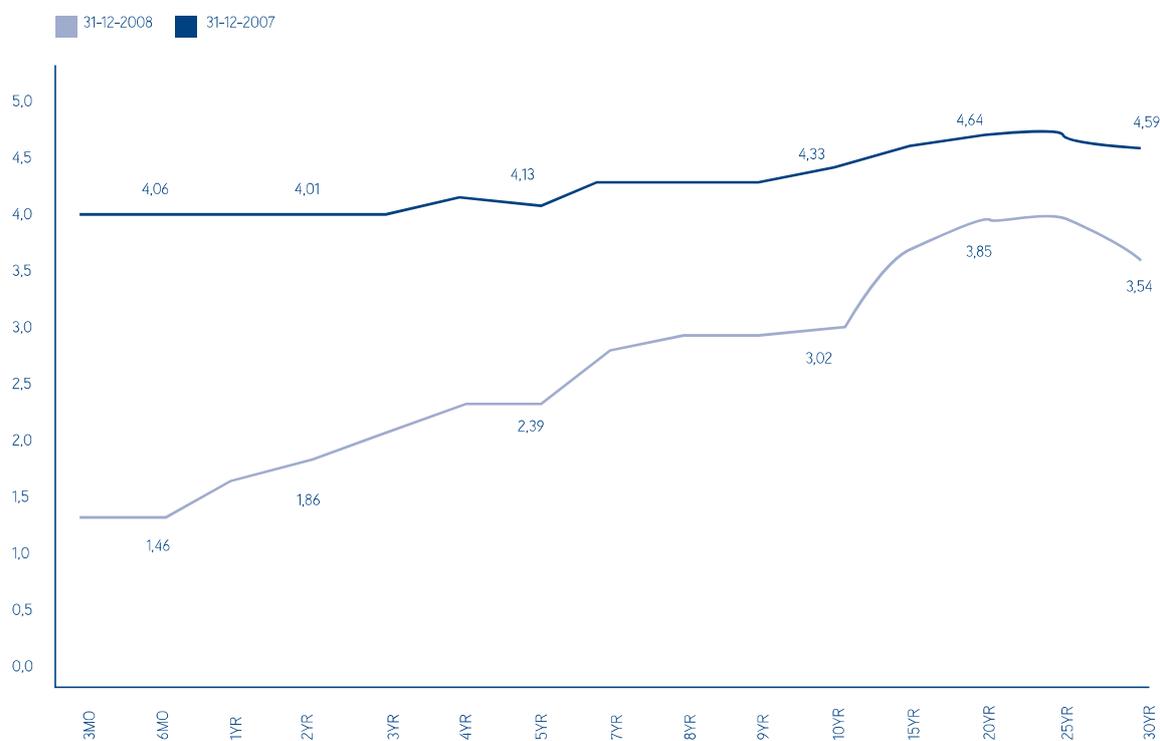


Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research

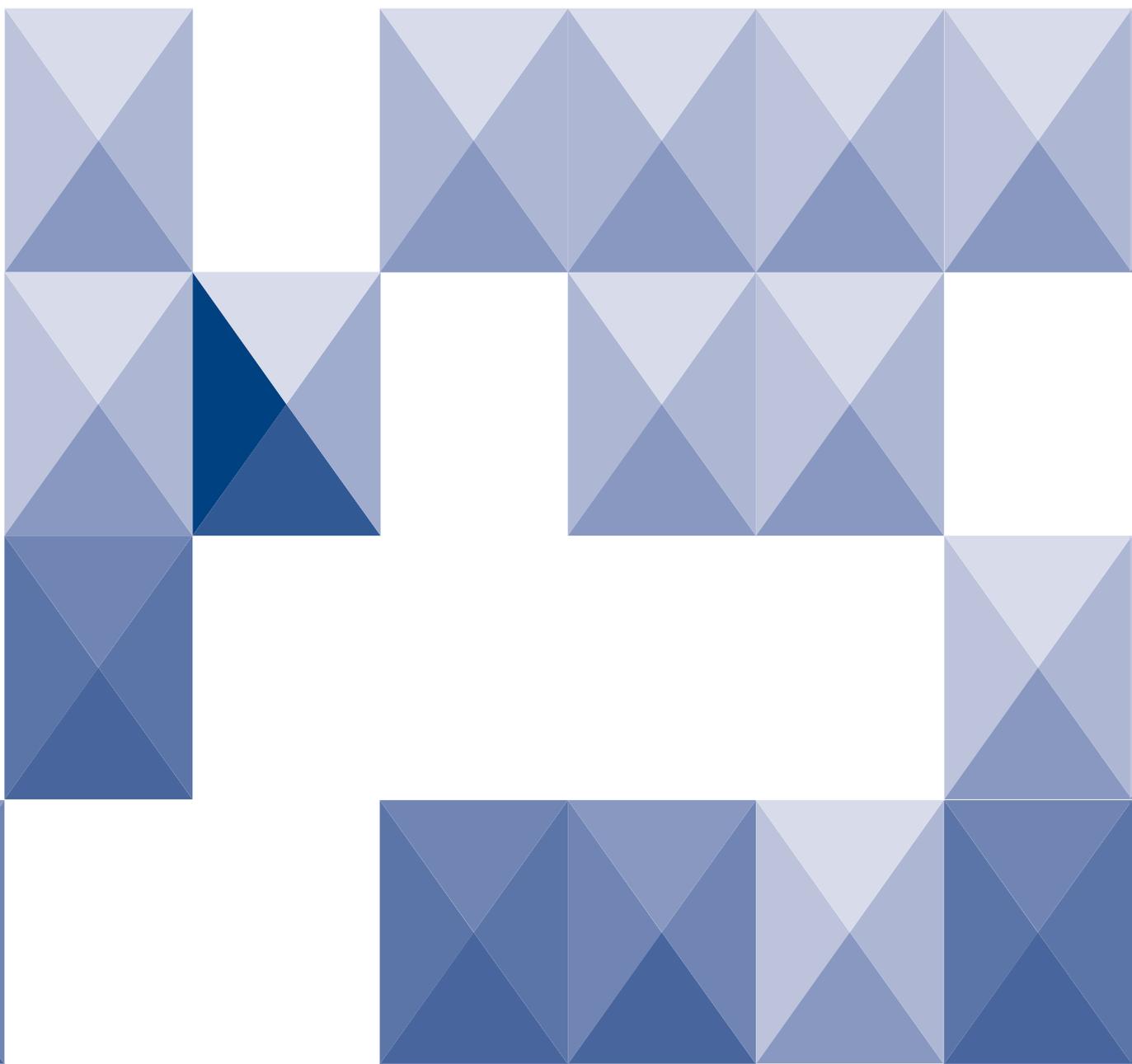
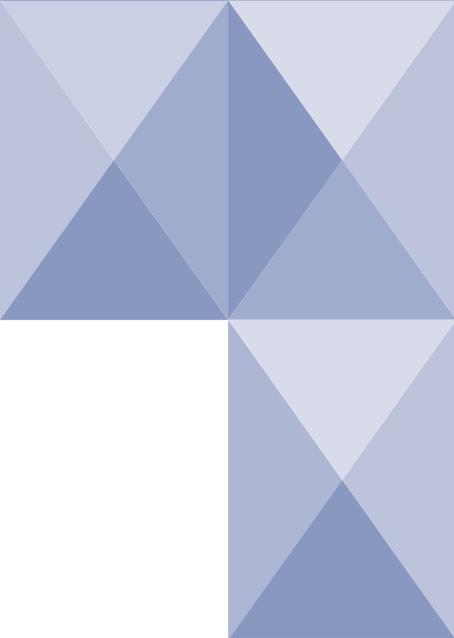
## Mercado Obrigacionista

A curva soberana alemã observou uma quebra ao longo de toda a sua extensão, mais particularmente na zona curta. A descida das taxas directoras da maioria dos bancos centrais é visível no aumento do spread entre os 10 e os 2 anos de 32 para 116 pontos base.

### YIELD CURVE NO INÍCIO E FINAL DE 2008



Fonte: Bloomberg, CaixaBI Equity Research



## Estrutura de Negócio

O CaixaBI é o banco de investimento do Grupo Caixa Geral de Depósitos (CGD), actuando com autonomia e sintonizando-se com as estruturas comerciais da CGD, com o objectivo de incrementar o *cross-selling*. O Banco desenvolve produtos e serviços, orientados para os clientes do universo de sectores que compõem o seu mercado alvo – as grandes e médias empresas, os institutos públicos e autarquias, os investidores institucionais e promotores de grandes projectos de investimento de dimensão nacional e regional, e ainda os particulares com investimentos na área de *trading*.

O Banco está comercialmente organizado numa lógica de direcções de produto, com ligação a uma área transversal de originação de negócio, que permite a cobertura tanto da vertente doméstica como da internacional. Com este modelo, o CaixaBI tem-se posicionado com vantagens competitivas no triângulo de negócio entre Portugal – Espanha – Brasil, sem deixar de acolher no seu horizonte geográfico outras localizações onde os seus Clientes desejem estar.

Como Banco de elevada especialização, o CaixaBI disponibiliza um serviço financeiro de excelência e focado nas seguintes áreas:

- .*Structured Finance*
- .*Corporate Finance* de Dívida
- .*Corporate Finance* de Acções
- .Mercado de Capitais
- .Assessoria a Gestão de Risco a Empresas
- .*Project Finance*
- .Crédito de médio e longo prazo, doméstico e internacional
- .Intermediação financeira
- .Capital de Risco / *Private Equity*

Durante o ano de 2008, foi desenvolvido o modelo de sindicación, com a criação de uma Mesa específica para a agilização do processo de sindicación.

O CaixaBI possui, complementarmente, um serviço independente de *research*, integrado no *European Securities Network* – uma rede pan-europeia de bancos de investimento – o que lhe permite usufruir de uma perspectiva europeia imprescindível para se estar presente em mercados com vincadas características de globalização.

As áreas de *research* acompanham a evolução dos mercados financeiros nacionais e internacionais, no intuito de apoiar os investidores no processo de tomada de decisão associado à gestão das suas carteiras de activos.

## Desempenho Consolidado

O **Activo líquido** consolidado cresceu marginalmente 1% em 2008, o que representou mais € 18.910 milhares de euros, e fixando-se em € 1.896.964 milhares de euros face a € 1.878.054 milhares no final de 2007.

### EVOLUÇÃO DO ACTIVO LÍQUIDO



A **Carteira de Crédito** contrariou aquele movimento, pois conheceu um decréscimo de 72.422 milhares de euros para 865.410 milhares de euros, ou seja, 7,7% sobre os 937.832 milhares de euros com que havia encerrado o ano anterior.

### EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE CRÉDITO

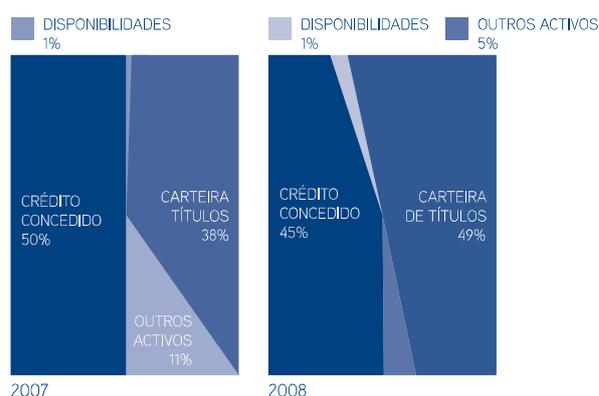


Por outro lado, a **Carteira de Títulos e Derivados**, teve um crescimento significativo – 204.966 milhares de euros, ou seja 28,6% – tendo alcançado no final de Dezembro último o montante de 921.312 milhares de euros, contra 716.346 milhares de euros no final do ano anterior.

### EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADO



A estrutura do Activo em 2008 e em 2007 foi a que se apresenta abaixo:



O **rácio de solvabilidade individual**, manteve-se ao nível do final do ano anterior, apesar do incremento da actividade do Banco, e da distribuição de dividendos; o rácio fixou-se em 8,67% face aos 8,56% registado no fecho de 2007.

#### EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE (%)



#### Resultados e Rácios de 2008 do Banco:

Os **resultados consolidados líquidos** de 30.242 milhares de euros tiveram um decréscimo de 18,4%, ou seja, uma descida de 6.800 milhares de euros sobre o resultado obtido em 2007, de 37.042 milhares de euros. Este decréscimo encontra-se amplamente justificado pela significativa constituição de provisões que a gestão prudentemente fez constituir.

## EVOLUÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (LÍQUIDO)



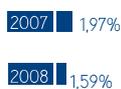
A **rendibilidade dos capitais próprios** (antes da apropriação do resultado do exercício) fixou-se em 15,88% no final de 2008, face aos 16,83% verificados no final de 2007.

## EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DOS CAPITALS PRÓPRIOS (%)

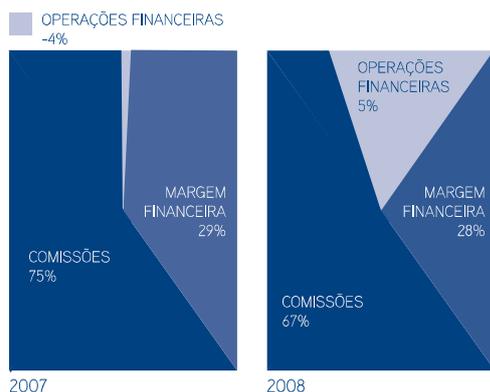


A **rendibilidade dos activos** conheceu uma redução, passando de 1,97% registada em 2007 para 1,59% no final do ano em análise.

## EVOLUÇÃO DA RENTABILIDADE DOS ACTIVOS (%)



O **Produto Bancário** alcançou 89.4 milhões de euros, um incremento de 21,5% sobre o exercício anterior que fechou com 73.7 milhões de euros. A rubrica de comissões continua a ser a de maior peso, mantendo uma expressividade de 2/3 do produto bancário.



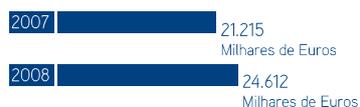
O **cash flow**, em consequência do acima descrito, conheceu um crescimento de 30,7%, alcançando 62.407 milhares de euros no final de 2008, contra 47.731 milhares de euros no final de 2007.

### EVOLUÇÃO DO CASH FLOW



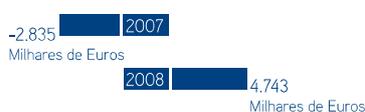
Decompondo o produto bancário, e começando pela **margem financeira**, sobressai o seu desempenho com um crescimento de 16% sobre o ano anterior. No final de 2008, esta rubrica acumulou 24.612 milhares de euros contra 21.215 milhares de euros em 2007.

### EVOLUÇÃO DA MARGEM FINANCEIRA



Em 2008, os **resultados em Operações Financeiras** tiveram um desempenho com resultados positivos, invertendo o sinal para 4.743 milhares de euros contra 2.835 milhares de euros negativos realizados em 2007.

## EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS



A principal rubrica de originação de proveitos para o Banco - as **comissões líquidas** -, alcançou o seu melhor desempenho de sempre, e registou 60.119 milhares de euros em 2008, contra 55.280 milhares de euros conseguidos em 2007.

## EVOLUÇÃO DAS COMISSÕES LÍQUIDAS



Finalmente, na rubrica de **provisões / imparidades** o Banco, à luz das expectativas geradas com a actual conjuntura, decidiu reforçar o seu nível com 18.771 milhares de euros, contra um reforço no ano anterior de 190 mil euros.

## EVOLUÇÃO DAS PROVISÕES LÍQUIDAS



## Mercado Primário de Capitais – Dívida

Nesta área, o CaixaBI centra a sua actuação nas vertentes de Mercado de Capitais - Dívida e de Financiamento Estruturado de Activos.

Não obstante a conjuntura bastante desfavorável, o CaixaBI continuou a posicionar-se, no mercado português, como a instituição de referência no Mercado de Capitais – Dívida, designadamente nos sectores obrigacionistas e do papel comercial.

No mercado primário de obrigações, o CaixaBI esteve, durante o ano de 2008, envolvido em 21 emissões, em 12 das quais como *bookrunner*, *performance* que, de acordo com o *ranking* da Bloomberg, coloca o Banco como o primeiro *bookrunner* de emissões obrigacionistas de emittentes de base nacional.

## Ranking 2008 – Emissões Obrigacionistas de Emitentes Nacionais

RANKING	BANCO	QUOTA (%)	MONTANTE (M€)	NÚMERO DE EMISSÕES
1	CAIXA BANCO DE INVESTIMENTO	10,0	1.950,08	12
2	BARCLAYS CAPITAL	8,9	1.739,14	7
3	BES INVESTIMENTO SA	8,4	1.641,67	4
4	SOCIETE GENERALE	7,8	1.516,67	3
5	MORGAN STANLEY	6,8	1.316,67	4
6	CITI	6,7	1.308,33	3
7	HSBC	6,2	1.213,64	5
8	LEHMAN BROTHERS	6,0	1.166,67	3
9	BNP PARIBAS GROUP	5,6	1.100,00	3
10	CAYLON	4,7	912,50	2

Fonte: Bloomberg  
País de emissão: Portugal

No segmento da Dívida Soberana, a Dívida Pública Portuguesa continuou a constituir uma das prioridades de actuação do CaixaBI, designadamente no quadro do seu estatuto de Operador Especializado em Valores do Tesouro (OEV), destacando-se em 2008:

.O estatuto de *Joint Lead Manager* na nova emissão *benchmark* a 15 anos da República Portuguesa (OT 4,95% Outubro 2023), no montante de Euro 3 mil milhões;

.O estatuto de *Co-Lead Manager* na emissão *benchmark* a 10 anos da República Portuguesa (OT 4,45% Junho 2018), no montante de Euro 3 mil milhões.



No segmento da Dívida Privada, entre as emissões lideradas pelo CaixaBI em 2008, destacam-se as seguintes de montante igual ou superior a Euro 50 milhões:



Também no segmento da Dívida Privada, destacam-se as seguintes emissões em que o CaixaBI esteve envolvido durante o ano de 2008:



Ainda, na vertente obrigacionista, o CaixaBI encontra-se já mandatado para vir a actuar como *joint-bookrunner* de 5 outras emissões, as quais se prevê venham a ser concluídas em 2009, sujeito a condições de mercado.

No Papel Comercial, o CaixaBI, em 2008, organizou e liderou 26 novos Programas num montante total de cerca de Euro 1,9 mil milhões, entre os quais se destacam os seguintes de montante igual ou superior a € 50 milhões:



A notação de *rating* atribuída por agências internacionalmente reconhecidas constitui um instrumento fundamental para possibilitar às empresas nacionais, designadamente às de maior dimensão, flexibilizarem as suas alternativas de financiamento e reforçarem a sua competitividade, factos que assumem particular relevância nas actuais condições de mercado.

Neste contexto, o *rating advisory* tem constituído outra das prioridades de actuação do CaixaBI na área do Mercado de Capitais – Dívida, tendo o Banco, ao longo de 2008, continuado a desenvolver um conjunto de acções de sensibilização junto dos seus clientes para as vantagens do *rating*.

Nesta área, durante o último exercício, o Banco destacou-se ainda pela conclusão do processo de assessoria de *rating* internacional à REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS, tendo sido atribuída à empresa a notação de A+/A2 pela S&P e pela Moody's, respectivamente.

A assessoria no estabelecimento de Programas de *Euro Medium Term Notes*, enquanto instrumento que, designadamente quando associado à notação de *rating* internacional, potencia uma maior flexibilidade no acesso ao mercado obrigacionista, nomeadamente ao mercado de *Eurobonds*, constitui outra das prioridades de actuação do CaixaBI na vertente de Mercado de Capitais – Dívida.

Nesta vertente, em 2008 o CaixaBI actuou como *Joint Arranger* no processo de estabelecimento do Programa de *Euro Medium Term Notes* da REN – Redes Energéticas Nacionais, SGPS. O Banco detém ainda um mandato, que se encontra em curso, para actuar como *Joint Arranger* no processo de estabelecimento de um Programa EMTN para uma grande empresa nacional na esfera do sector público.



Na vertente do Financiamento Estruturado de Activos, destacam-se as seguintes intervenções do CaixaBI durante o ano de 2008:

.Organização e liderança conjunta da operação de aquisição à EDP – Serviço Universal dos seus créditos relativos ao défice tarifário dos anos de 2006 e 2007, no montante de cerca de € 176 milhões



.Arranger de uma operação de cessão de créditos sobre rendas futuras devidas pela EDP Distribuição ao Município de Santarém, no montante de cerca de € 8 milhões



Nesta vertente de actividade, normalmente caracterizada por períodos dilatados de maturação das oportunidades, o Banco continuou durante 2008 a explorar e aprofundar, de forma proactiva, várias oportunidades com clientes, visando a angariação de novos mandatos.

Neste quadro destaca-se, no produto *leasings* estruturados, em que o CaixaBI se continua a posicionar como a única instituição de base nacional com competências e experiência efectivas, o mandato detido pelo Banco para a montagem de uma operação envolvendo uma estrutura de *double dip* inovadora em Portugal, operação que se encontra em estruturação e que se espera vir a concluir durante o primeiro semestre de 2009.

## Mercado Primário de Capitais - Acções

Numa conjuntura bastante desfavorável como a que se fez sentir ao longo de 2008 e que apenas permitiu a concretização de um número muito reduzido de operações de mercado primário de acções na Europa, nomeadamente em Portugal, há a salientar a Oferta Pública Inicial de acções da EDP Renováveis, a maior oferta de mercado primário na Europa em 2008 e o maior aumento de capital ocorrido em Portugal até à presente data, e na qual o CaixaBI participou como *Joint Global Coordinator* e *Joint-Bookrunner*, o que lhe permitiu reforçar mais uma vez a sua posição de liderança no mercado de capitais portugueses.

O reconhecimento do Banco como um player de referência no mercado de capitais de títulos de rendimento variável ficou mais uma vez reforçado com a obtenção do prémio "Deal of the Year" em Portugal atribuído pela revista The Banker em 2008 no âmbito da emissão pela Parpública de obrigações permutáveis por acções EDP – Energias de Portugal no final de 2007.



Em 2008, a Área de Mercado de Capitais – Acções concretizou com sucesso as seguintes operações no mercado de capitais nacional:

.Joint Global Coordinator e Joint-Bookrunner no âmbito da Oferta Pública Inicial da EDP Renováveis



.Co-manager no âmbito da Oferta Pública de Subscrição do Banco Comercial Português



Assessoria no processo de colocação e admissão à negociação no Eurolist by Euronext Lisbon das Unidades de Participação do Fundo Especial de Investimento Imobiliário Fechado Fundiestamo.



Durante o ano de 2008 o CaixaBI consolidou mais uma vez a sua posição de liderança entre as instituições financeiras nacionais ao nível de mercado de capitais em Portugal, como pode ser constatado pela tabela abaixo construída a partir de informação disponibilizada pela CMVM.

RANKING	MONTANTE PROPORCIONAL (M€)	QUOTA DE MERCADO (%)	NÚMERO DE OPERAÇÕES
MERRILL LYNCH	1149	33,8	3
MORGAN STANLEY	860	25,3	2
<b>CAIXABI</b>	<b>266</b>	<b>7,6</b>	<b>2</b>
BESI	259	7,6	3
MILLENNIUM BCPI	228	6,7	1
CITI	228	6,7	1
UBS	228	6,7	1
OUTROS	177	5,2	5

Nota: Exclui aumentos de capital de Grupos onde se inserem os próprios intermediários financeiros.  
Fonte: CMVM, CaixaBI

De entre as operações que tiveram lugar em 2008 destaca-se a conclusão com sucesso da Oferta Pública Inicial da EDP Renováveis no âmbito da qual a empresa dispersou cerca de 22,5% do seu capital em bolsa através de um aumento de capital. Esta operação concretizou-se através de uma Oferta Pública de Subscrição no mercado nacional e de uma Oferta Institucional a um conjunto de instituições financeiras, que procederam à subsequente dispersão das acções, junto de investidores institucionais nacionais e internacionais.

Nesta operação, o CaixaBI actuou na qualidade de *Joint Global Coordinator* e *Joint Bookrunner*, tendo contribuído decisivamente para o sucesso da mesma.

## Corporate Finance – Assessoria

Atendendo à conjuntura económica desfavorável, as operações de fusões e aquisições, apresentaram em 2008 uma queda significativa, quer a nível mundial, quer a nível europeu. A nível mundial, verificou-se um decréscimo de cerca de 44% no valor total de transacções, tendo o decréscimo a nível europeu sido de 43% face a 2007.

Na área de Assessoria Financeira, o CaixaBI consolidou a sua posição de liderança em 2008 tendo ocupado a primeira posição no ranking de fusões e aquisições em Portugal em termos de volume de operações anunciadas e concretizadas, tal como publicado pela Bloomberg.

## League Table M&A - 2008 Portugal

RANKING	BANCO	MONTANTE (US\$MM)	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	CAIXA BANCO INVESTIMENTO	3.850	26
2	BES INVESTIMENTO	3.726	38
3	BANCO PORTUGUÊS DE INVESTIMENTO	1.792	6
4	MILLENNIUMBCP INVESTIMENTO	1.681	3
5	JP MORGAN	1.670	2
6	DEUTSCHE BANK	1.463	3
7	GOLDMAN SACHS	1.095	1
8	YES BANK	394	1
9	CITI	394	1
10	BANCO SANTANDER	378	5

Fonte: Bloomberg

No ano em análise, a Área de Assessoria Financeira concretizou com sucesso os seguintes projectos:

.Assessoria Financeira ao Grupo Águas de Portugal na alienação da totalidade do capital social da Aquapor



.Assessoria Financeira à Magnum Capital Industrial Partners na aquisição à Babcock & Brown Wind Partners e à Babcock & Brown de activos do Grupo Enersis em Portugal



.Assessoria Financeira à Brisa e à Estradas de Portugal na determinação do valor associado à extensão da concessão



.Assessoria Financeira à EDP no âmbito da alienação de uma participação de 15,58% no capital social da Valorsul



.Assessoria Financeira à Parpública no âmbito da avaliação económica e financeira da Hidroeléctrica de Cahora Bassa



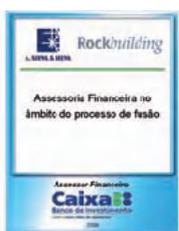
.Assessoria Financeira à Tipografia Peres na aquisição de 100% do capital social da Soctip



.Assessoria Financeira à Zon Multimédia no âmbito da aquisição de uma participação no capital social da Bragatel e Pluricanal



.Assessoria Financeira à A. Silva & Silva Imobiliária e Serviços e à Rockbuilding – Soluções Imobiliárias na avaliação económica e financeira das empresas no âmbito do processo de fusão



.Assessoria Financeira à Parpública no âmbito da avaliação económica e financeira da Galp Energia



.Assessoria Financeira à Zon Multimédia no âmbito da aquisição de uma participação no capital social da Tvtel



.Assessoria Financeira à EDP na avaliação económico-financeira da EDP Renováveis no âmbito da respectiva Oferta Pública Inicial



.Assessoria Financeira à Párpública na avaliação económica e financeira da SIMAB no âmbito do respectivo processo de privatização



No decurso do ano de 2008, o CaixaBI participou nas operações de fusões e aquisições mais relevantes ocorridas no mercado português, designadamente:

.A alienação, por parte do Grupo Águas de Portugal, da totalidade do capital social da Aquapor, no âmbito da estratégia (recomendada pela tutela) de desinvestimento em participações sociais fora do *core business*. A Aquapor participa no capital social de 11 empresas gestoras de sistemas municipais de abastecimento de água e de saneamento, em parceria com empresas privadas do sector privado, e de uma empresa de prestação de serviços ambientais (Luságua), prestando serviços a cerca de 345 mil clientes directos em 24 municípios. Esta operação suscitou o interesse de várias dezenas de potenciais investidores, quer *players* do sector, quer de natureza financeira, tanto nacionais como estrangeiros. A operação foi concluída com reconhecido sucesso, permitindo ao Grupo Águas de Portugal realizar uma mais valia significativa com a operação.

.A aquisição, por parte de um consórcio de investidores liderados pela Magnum Capital Industrial Partners, de activos eólicos do Grupo Enersis em Portugal, detidos pela Babcock & Brown Wind Partners e Babcock & Brown. Os activos objecto da transacção compreendem um portfolio de 29 parques eólicos em operação com uma potência instalada de 525 MW, ao que acresce um *pipeline* de 4 parques eólicos com uma potência de 156 MW. A Enersis é actualmente líder no mercado português de energia eólica, com uma quota de mercado que no final de 2007 ascendia a 24%. Esta transacção foi a maior efectuada na Europa no sector de energia eólica, por um *private equity*.

.Aquisição pela Zon Multimédia da totalidade do capital social da Tvtel e da Bragatel e Pluricanal. A Tvtel tem um total de 74 mil clientes e 260 mil e 60 mil casas passadas no Porto e em Lisboa, respectivamente. A Bragatel e a Pluricanal possuem conjuntamente um total de 31 mil subscritores via cabo e 178 mil casas passadas. Com a concretização das referidas aquisições, a Zon Multimédia reforçou a sua posição de liderança nos respectivos mercados em que actua, sendo que o processo de integração das empresas adquiridas gerará sinergias significativas, nomeadamente no que diz respeito à aquisição e gestão de conteúdos, marketing e custos operacionais e de manutenção de rede.

## *Project e Structured Finance*

O exercício de 2008 pautou-se pela integração das Direcções de Crédito Corporate e Project numa única unidade de negócio, designada como DSF – Direcção de Project e Structured Finance, procurando assim aproveitar sinergias de conhecimento e estrutura, e possibilitando uma oferta aos clientes mais integrada e homogénea.

Numa resposta conjugada de um conjunto de países à actual conjuntura de recessão, assistiu-se, em 2008, a um incremento fortíssimo do pipeline de investimento em PPP's. A capacidade de concretização e o enquadramento legal estável de Portugal permitiram que o volume de operações de Project Finance tivesse crescido 422% YoY, ficando em 9º lugar no ranking mundial (quadro abaixo):

RANK	NATIONALITY	VALUE (US \$M)	DEALS	% CHANGE (2007)
1	UNITED STATES	32.002	85	-15%
2	SAUDI ARABIA	23.381	7	72%
3	SPAIN	22.356	140	83%
4	AUSTRALIA	20.911	62	48%
5	RUSSIA	20.167	2	783%
6	CHINA	18.824	6	83%
7	INDIA	18.697	25	118%
8	UNITED KINGDOM	15.002	59	-19%
9	PORTUGAL	12.439	23	422%
10	ITALY	8.488	23	51%
11	FRANCE	6.970	26	18%
12	SINGAPORE	6.922	6	817%
13	QATAR	6.726	4	-59%
14	PANAMA	5.807	3	695%
15	SOUTH KOREA	5.536	30	-25%
	<b>TOTAL</b>	<b>314.985</b>	<b>703</b>	<b>13%</b>

O efeito conjugado deste incremento com a capacidade financeira do Grupo CGD e de execução do CaixaBI fizeram com que o Grupo CGD ficasse assim colocado:

**1ª posição no ranking nacional**

## League Table Project Finance - 2008 Portugal

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$M)	% SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	CAIXABI/CGD	2.268,02	24,3	14
2	ESPÍTIRO SANTO FINANCIAL GROUP SA	1.766,82	18,9	12
3	MILLENNIUM BCP	1.244,54	13,3	7
4	BANCO SANTANDER SA	867,47	9,3	8
5	BBVA	837,06	9,0	5
6	CAJA MADRID	526,60	5,6	4
7	FORTIS GROUP	374,74	4,0	3
8	BANCO BPI SA	328,18	3,5	5
9	ROYAL BANK OF SCOTLAND GROUP PLC	303,26	3,2	3
10	BANCO POPULAR PORTUGAL SA	172,63	1,8	2

Fonte: Dealogic

2ª posição no ranking da Península Ibérica

## League Table Project Finance - 2008 Península Ibérica

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$ M)	% SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	SANTANDER	3.370,32	11,9	45
<b>2</b>	<b>CAIXABI/CGD</b>	<b>2.850,88</b>	<b>10,1</b>	<b>22</b>
3	BBVA	2.365,07	8,4	34
4	CAJA MADRID	2.179,10	7,7	38
5	ESPÍTIRO SANTO FINANCIAL GROUP SA	2.036,23	7,2	18
6	LA CAIXA	1.516,98	5,4	27
7	BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	1.244,54	4,4	7
8	DEXIA	1.217,53	4,3	15
9	HSH NORDBANK	1.026,47	3,6	13
10	RBS GROUP	874,08	3,1	10

Fonte: Dealogic

6ª posição no ranking Europeu

## League Table Project Finance – 2008 Europa

RANKING	MANDATED ARRANGER	MONTANTE (\$M)	% SHARE	NÚMERO DE OPERAÇÕES
1	DEXIA	4.312,49	6,1	44
2	RBS GROUP	3.984,36	5,6	34
3	SANTANDER	3.493,46	5,0	48
4	BBVA	3.373,96	4,8	45
5	WEST LB	3.305,57	4,7	14
<b>6</b>	<b>CAIXABI/CGD</b>	<b>2.889,69</b>	<b>4,1</b>	<b>23</b>
7	CAJA MADRID	2.565,43	3,6	41
8	LLOYDS BANKING GROUP PLC	2.505,29	3,6	15
9	ING GROEP	2.375,89	3,4	20
10	ESPÍTIRO SANTO FINANCIAL GROUP SA	2.270,47	3,2	21

Fonte: Dealogic

Foi ainda atribuído o prémio de European Infrastructure Deal of the Year 2008 pela prestigiada revista Project Finance Magazine da Euromoney para o Projecto Túnel do Marão, onde o CaixaBI actuou como Financial Adviser e o Grupo CGD como Mandated Lead Arranger, pela seu carácter de inovação conjugado com uma adequada gestão do risco do Projecto.

Receberam ainda o estatuto do *Deal of the Year* daquela revista na categoria de *European Renewable Solar*, o projecto *Twin Zonne* e na categoria de *North America Transport*, para o projecto SH130.



Em termos de actividade, o ano de 2008 foi um ano de aposta no esforço de originação e liderança de operações de financiamento, nas várias vertentes de dívida.

O Banco analisou um conjunto muito vasto de oportunidades, tendo sido aprovado o envolvimento creditício em 44 operações (23 em Project Finance e 21 em Acquisition / Leveraged Finance), envolvendo os seguintes montantes:

PROJECT & STRUCTURED FINANCE	MONTANTE DA DÍVIDA	PARTICIPAÇÃO DO GRUPO CGD
PROJECT FINANCE	6.112.813.671 €	1.509.537.279 €
ACQUISITION & LEVERAGE FINANCE	5.085.291.429 €	927.664.181 €
<b>TOTAL</b>	<b>11.198.105.099 €</b>	<b>2.437.201.460 €</b>

Pela sua importância, dimensão ou características são de destacar as seguintes operações:

- .**Douro Litoral:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais, liderado pela Brisa, que apresenta um prazo de concessão de 27 anos;
- .**State Highway 130:** projecto rodoviário *greenfield* no Texas com portagens reais, liderado pela Grupo Cintra, que apresenta um prazo de concessão de 75 anos;
- .**Túnel do Marão:** projecto rodoviário *greenfield* em Portugal com portagens reais e pagamentos de disponibilidade, liderado pela Itinere, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos. De destacar o envolvimento do Banco Europeu de Investimentos assumindo, pela primeira vez, risco de projecto no sector rodoviário em Portugal e incorporando o *Loan Guarantee for TEN's Transport*;
- .**Douro Interior:** projecto rodoviário misto (*greenfield* e *brownfield*) em Portugal com pagamentos de disponibilidade e serviço, liderado pela Mota-Engil, que apresenta um prazo de concessão de 30 anos;
- .**Acuinova:** projecto de Aquicultura de engorda, transformação e embalamento de pregado promovido pela Pescanova em Mira;
- .**Projecto Convento:** Refinanciamento dos *Project Finance* associados ao desenvolvimento dos *Portfolios* Martel I, II e Entreventos da Enersis (€ 740M + € 17.52M), no âmbito da aquisição realizada por consórcio liderado pela Magnum

Capital e Bridge finance para a concretização do investimento no portfolio Martel III (€ 220M, com a participação de 1/3 do Grupo CGD);

.**Sumol + Compal**: Reestruturação do Passivo da Compal e da Sumolis, no âmbito do processo de fusão por incorporação da Sumolis Gestão de Marcas com a Compal no montante total de € 320M. Participação da CGD com € 235M nas Tranches MLP;

.**Projecto Sintra**: Aquisição da Farma APS (Grupo Generis) por consórcio liderado pela Magnum Capital no montante de € 80M mais € 7M de apoio à actividade corrente da Target (participação total do Grupo CGD €17,4M);

.**EDP - Produção Bioelectrica**: Financiamento médio/longo prazo de € 130M com participação do Grupo CGD no montante de € 65M;

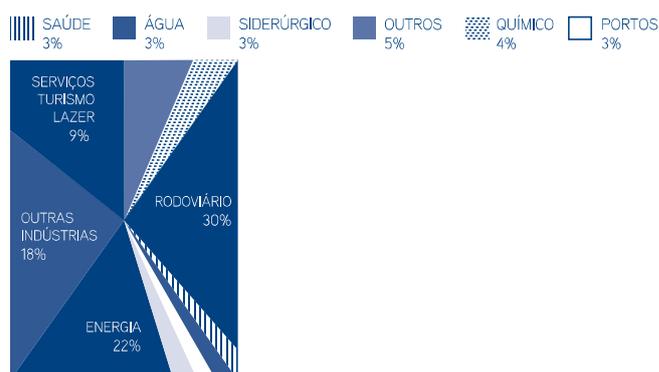
.**Grupo Alfonso Gallardo**: Financiamento para a aquisição da Papresa no montante de € 190M, com um *final take* do Grupo CGD de € 35M;

.**Criar Vantagens**: Aquisição da Aquapor por consórcio formado por Investhome, ABB e Bragaparques (€ 63M) com financiamento de € 37M;

.**Grupo ENCE**: Financiamento para desenvolvimento do plano estratégico de montante € 350M com um *final take* do Grupo CGD até € 26M.

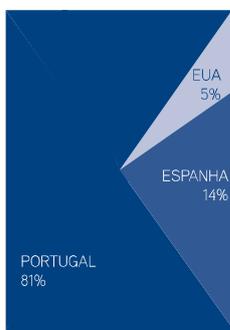
Do ponto de vista sectorial, o Banco esteve sobretudo presente em financiamentos de infraestruturas rodoviárias (30%), merecendo ainda destaque o forte contributo do sector de energias renováveis (22%) e das outras indústrias (Portos, Águas e Saneamento e Ferrovias – com 18%), tal como gráfico abaixo:

## DISTRIBUIÇÃO POR SECTOR



Em termos geográficos, face ao *pipeline* forte em Portugal e à necessidade de canalização de recursos, sobretudo para o mercado interno, Portugal representou mais de 80% da actividade, sendo os outros mercados representativos a Espanha e os EUA.

## DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA



O Banco tem mantido a sua função de Agente em todos os Programas de Papel Comercial e Empréstimos Obrigacionistas organizados pelo Grupo CGD. A este respeito importa salientar que os Programas de Papel Comercial agenciados pelo CaixaBI ascenderam a 207 e durante o ano foram efectuadas 1675 emissões, às quais correspondeu um montante superior a € 30.5 mil Milhões. Relativamente à Área de Project Finance, estão actualmente 134 processos sob agenciamento, dividindo-se as tarefas entre *Intercreditor Agent*, *Facility Agent*, *Security Agent* e *Accounts Agent*.

## Médias Empresas

Na estratégia definida para o Banco, o apoio às Médias Empresas aparece como uma área a desenvolver, pois o CaixaBI possui recursos e *expertise* que podem ser canalizados para este fim.

Na envolvente com o tecido das Médias Empresas, o CaixaBI prosseguiu em 2008, em articulação com a Rede de Empresas, o reforço da sua envolvente neste mercado, através da dinamização de produtos de banca de investimento, e simultaneamente desenvolvendo uma nova área de Assessoria Financeira ao "Middle Market".

O balanço deste ano foi muito positivo, tendo o Banco sido responsável por uma carteira acumulada de € 410 Milhões, com tomada firme da CGD.

Estatisticamente, os montantes envolvidos variaram num intervalo entre € 1M e € 20M, o que conduziu a uma carteira média de € 3,5M.

De entre aquelas operações, destacamos as seguintes, que envolveram montantes mais significativos:

.Grupo MECI	€ 8	M
.Hovione	€ 10	M
.Fapricela	€ 10	M
.Parcruz	€ 10	M
.DP Funchal	€ 11,5	M
.Libertas	€ 15	M
.Urbe Oceanos	€ 20	M

Estes mandatos têm como âmbito de actuação, a apresentação de soluções financeiras que sejam mais adequadas à empresa a aos principais bancos financiadores da mesma.

## Área Financeira e de Estruturação

A Área Financeira do Banco teve em 2008 um ano marcado por uma conjuntura difícil, com os seguintes aspectos merecedores de destaque:

### .Actividade de Trading de Crédito

Esta área foi marcada por um resultado menos positivo, com as operações financeiras daí resultantes a registarem uma *outperformance* positiva em relação à carteira *benchmark* e em relação ao índice *iTraxx*. Em termos relativos, esta evolução resultou de um posicionamento defensivo em termos de prazos e de sectores. A opção feita pelo sector financeiro veio a revelar-se correcta, com este sector a registar uma performance positiva em relação a outros sectores, sobretudo no último trimestre.

## .Gestão da Carteira de Acções

Nesta área o resultado foi positivo, quer em termos absolutos, quer em termos relativos, apesar da extrema volatilidade e dos índices terem atingido quedas médias entre os 40% e os 55%, com o Banco a optar por critérios de liquidez e estratégias de aproveitamento da elevada volatilidade, evitando a exposição direccionada.

## .Mercado Secundário de Dívida Pública

O Banco reforçou a sua posição no ranking de OEVT. A estratégia de dinamização da actividade de *market making* de dívida pública assentou no cumprimento rigoroso das obrigações impostas pelo IGCP, e no aumento da quota em mercado secundário, que conjuntamente com a *performance* em mercado primário, contribuiu para a subida no *ranking* global e para o reforço do posicionamento junto do IGCP.

O ano de 2008 caracterizou-se por uma forte ausência de liquidez levando a que, por várias vezes, o IGCP tivesse que alterar os requisitos de cumprimento por parte dos *market makers* em termos de volume e *spread*.

Não obstante estas condicionantes, o CaixaBI apresentou a melhor *performance* em termos de cumprimento das obrigações de *market making* (facto reconhecido pelo MTS) e consolidou a sua quota de mercado, ocupando lugares cimeiros no *ranking* de mercado secundário (3º lugar entre 27 instituições em 2008).

## .Assessoria de Gestão de Risco a Empresas (AGRE)

O desenvolvimento da estratégia assente na AGRE permitiu um forte incremento da actividade de venda de produtos e estruturas com derivados, sendo de realçar os significativos investimentos feitos nesta área, quer de natureza comercial quer tecnológica.

## Intermediação Financeira

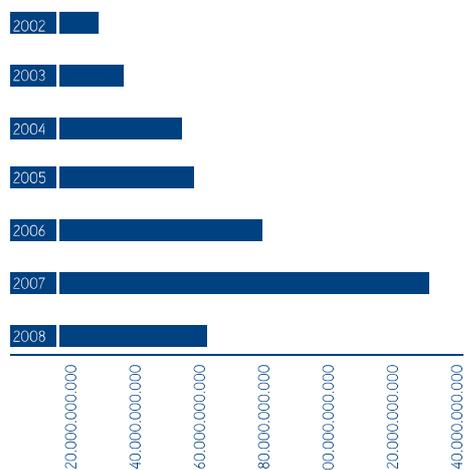
No ano de 2008, com o aprofundar da instabilidade dos mercados financeiros a nível internacional, os volumes de negócios intermediados na Euronext Lisboa registaram uma drástica redução, em particular nos últimos meses do ano. Comparando com o ano anterior, em 2008 os volumes intermediados na bolsa portuguesa desceram cerca de 45%, enquanto que o CaixaBI apresentou uma descida ao nível dos volumes intermediados de 36%.

Neste quadro depressivo, a evolução dos negócios de intermediação financeira teve as seguintes condicionantes:

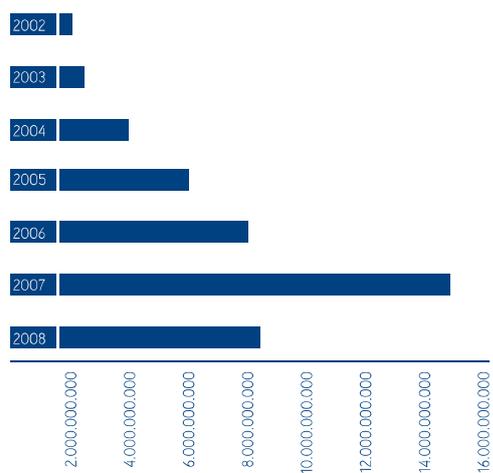
- .A descida de preços dos valores cotados teve implicações directas nos volumes transaccionados (o PSI20 desceu 51,3% durante o ano);
- .A excessiva volatilidade, associada ao risco e incerteza, afastou muitos investidores do mercado, que passaram a privilegiar activos de menor risco;
- .Os investidores institucionais internacionais colocaram em prática estratégias de redução da sua exposição a mercados menos desenvolvidos e com níveis de risco acrescidos;
- .Os gestores de activos, importantes clientes do negócio de intermediação, registaram reduções acentuadas nos montantes sob gestão, reflectindo o acentuar da tendência de resgates por parte dos seus participantes, estimando-se uma descida de cerca de 45% nos valores globais. Contudo, o investimento em acções apresentou reduções mais significativas, próximas de 70% em função de alocações de activos mais conservadoras;
- .Os clientes particulares tradicionais abandonaram progressivamente o negócio de *trading* na sequência de perdas significativas nas carteiras existentes e de fortes limitações à contratação de crédito novo.

O desempenho alcançado pelo CaixaBI em 2008 foi, apesar de tudo, positivo, tendo, quer os volumes intermediados, quer os montantes comissionados, sido menos penalizados do que a descida verificada no mercado.

## VOLUME MERCADO



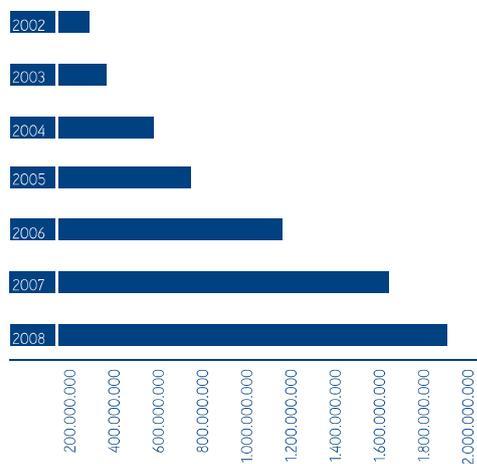
## VOLUME CAIXA BI



Neste conjunto de gráficos, construídos a partir de informação coligida dos dados disponibilizados pela CMVM, constata-se uma quebra do mercado superior à que o CaixaBI registou, pelo que se voltou a verificar um ganho real da quota de mercado do Banco em 2008 na Euronext.

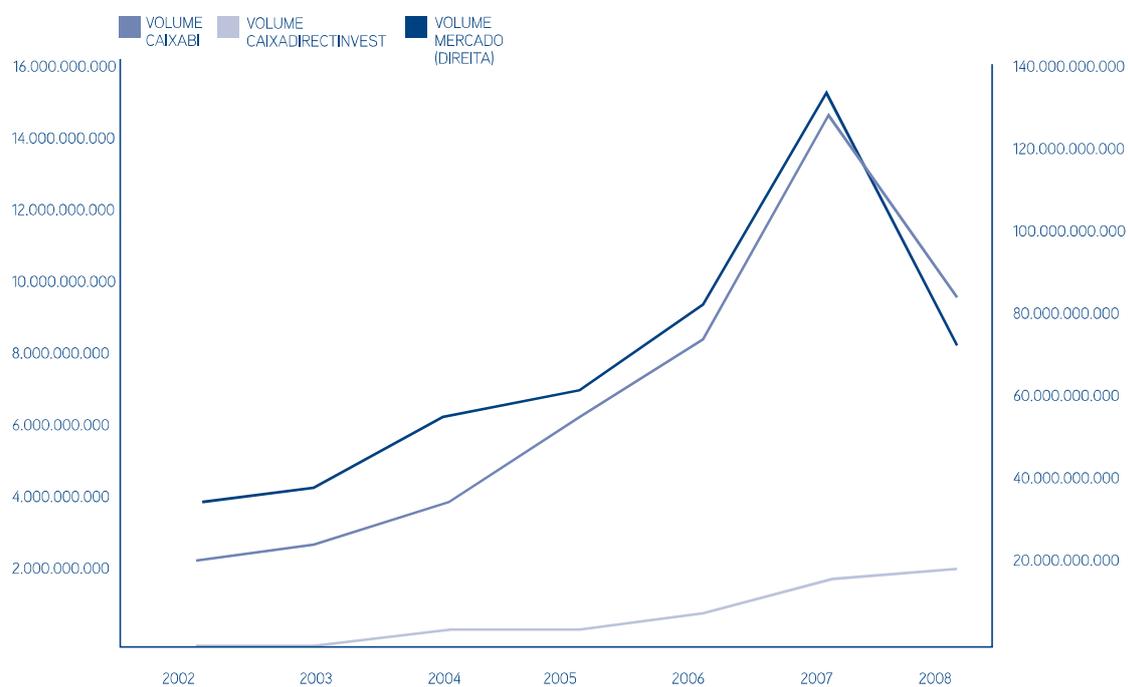
Merece salientar-se que, apesar do enquadramento negativo do mercado ao apresentar quedas ao nível dos volumes acima de 40%, a plataforma de Internet do CaixaBI – a Caixadirecta Invest –, registou uma evolução positiva face ao ano anterior, com os volumes intermediados a subirem cerca de 16%.

## VOLUME CAIXADIRECTA INVEST



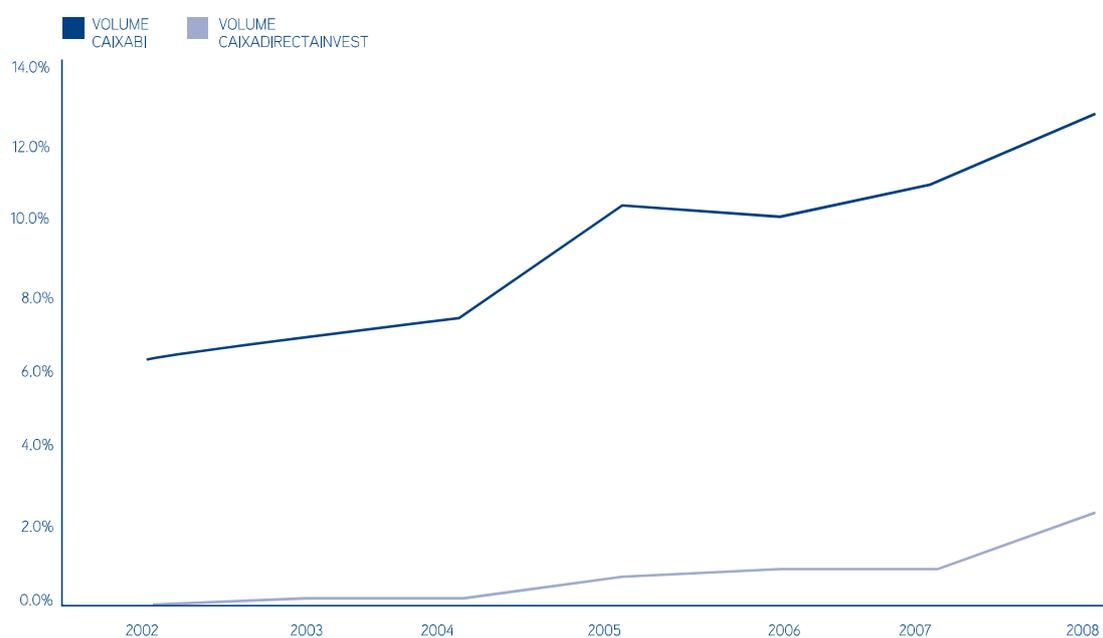
Em síntese, a comparação do comportamento do mercado com o desempenho do Banco é visível nos gráficos seguintes:

### VOLUMES MERCADO VS CAIXA BI E CAIXADIRECTA INVEST



(Montantes expressos em Euros)

## VOLUMES EM % DO MERCADO



Na sequência de uma acção de marketing de grande dimensão da Oferta Pública Inicial de Acções da EDP Renováveis, o CaixaBI efectuou a apresentação da operação e da empresa a um elevado número de investidores na generalidade dos países europeus (Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha, Bélgica, Inglaterra, Irlanda, Dinamarca, Suécia, Noruega, Holanda e Finlândia), e obteve ordens dos mesmos, contribuindo, desta forma, para a concretização desta operação com sucesso, numa conjuntura já negativa dos mercados financeiros.

## Sindicação e Vendas

O CaixaBI, respondendo aos desafios que o mercado apresentou, promoveu a formalização de uma Mesa de Sindicação, para actuar na syndicação de crédito e de emissões tituladas.

Na vertente de syndicação de crédito, o Banco esteve particularmente activo em três processos de syndicação geral, na Sub Concessão da Auto Estradas do Douro Litoral, cujo *sponsor* foi a Brisa, na Concessão do Parque Fotovoltaico de Moura ("Amper Central Solar S.A") ao Grupo Acciona e na Concessão dos Parques Eólicos de Molinos de Castilla, este ultimo em território espanhol, responsabilidade do Grupo Eólia.

Ainda no âmbito do *Project Finance* o CaixaBI acompanhou a fase final de outros dois processos, a Auto-Estrada Central Greece, na Grécia, e a SH-130, uma concessão de Auto-Estradas nos EUA.

Relativamente às emissões, é de salientar que o CaixaBI participou no Sindicato da Primeira Emissão de Instituições Financeiras Nacionais garantida pelo Estado ao abrigo do Plano de Garantias do Estado de € 20 mil milhões aprovado pelo Governo português em Dezembro de 2008.

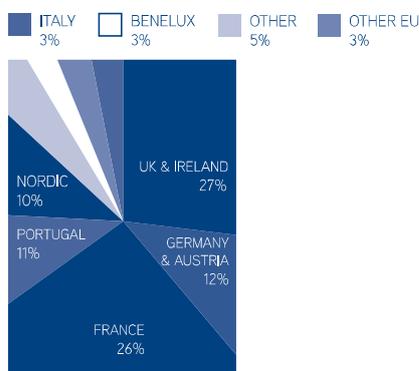
Resume-se de seguida o conjunto de Operações com intervenção mais relevante:

***Colocação de uma Emissão de Obrigações do Tesouro, no montante de € 3.000.000.000 com um cupão de 4,95% e maturidade 25 de Outubro de 2023.***

O CaixaBI foi Joint Lead Manager desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais, tendo sido a sua colocação principalmente no Mercado Internacional, mas com um aumento substancial da procura no Mercado Nacional.

**OT 4,95% 25/10/2023**

### DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS ALOCAÇÕES OT 4,95% 25/10/2003



***Colocação de uma Emissão de Obrigações CGD, no montante de € 1.750.000.000 com um cupão variável e maturidade 21 de Maio de 2010.***

O CaixaBI foi Joint Lead Manager desta emissão em conjunto com mais dois Bancos Internacionais.

***Colocação de uma Emissão de Obrigações da REN (Redes Energéticas Nacionais) no montante de € 500.000.000 com um cupão de 6,375% e maturidade 10 de Dezembro de 2013.***

O CaixaBI foi Joint Lead Manager desta emissão em conjunto com mais três Bancos Internacionais. O Banco consolidou e aprofundou a sua relação com o mercado/investidores no segmento de crédito com esta Emissão, resultando a mesma num assinalável êxito com a procura a situar-se no triplo do emitido, apesar da conjuntura desfavorável.

***Colocação de uma Emissão de Obrigações CGD c/ Garantia do Estado, no montante de € 1.250.000.000 com um cupão de 3,875% e maturidade 12 de Dezembro de 2011.***

O CaixaBI foi Joint Lead Manager desta emissão em conjunto com mais quatro Bancos Internacionais.

O Banco teve nesta operação um papel fundamental destacando-se a importância da mesma por ser a primeira em Portugal ao abrigo do pacote de garantias concedidas pelo Estado em 2008.

## Capital de Risco

O enquadramento operacional da actividade de capital de risco e *private equity* a nível nacional e de uma forma mais abrangente a nível mundial, foi, em 2008, claramente influenciado pela actual crise financeira e de liquidez que surgiu em consequência dos problemas registados no mercado de crédito hipotecário de alto risco americano.

Esta crise financeira que se transformou igualmente numa crise de liquidez e confiança ao nível do sistema bancário mundial, começa a ter consequências importantes ao nível da economia real, parecendo cada vez mais inevitável que os principais blocos económicos mundiais enfrentem, a curto prazo, uma situação de estagnação ou mesmo de recessão, antecipando-se igualmente um aumento generalizado das taxas de desemprego a nível das economias ocidentais.

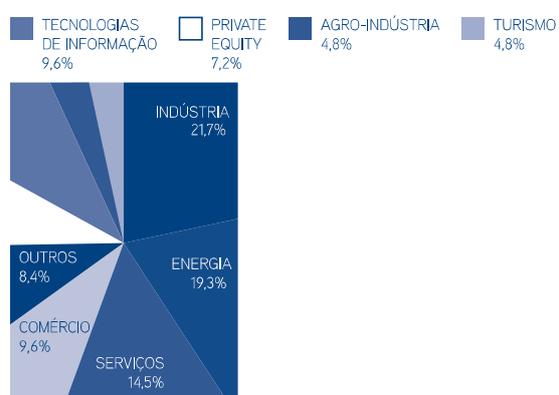
Esta situação contrasta de forma bastante evidente com o enquadramento do sector ao longo dos últimos anos. O excesso de liquidez que os investidores de cariz institucional apresentaram nesse período sustentou um acréscimo significativo da concorrência na actividade de *private equity*, especialmente nas operações de maior dimensão, tendo provocado, de certa forma, um espiral de preços nas operações, limitando os respectivos níveis de rentabilidade.

## Análise de Projectos

Durante o ano 2008 foram analisados, pela Caixa Capital, 84 projectos ou oportunidades de investimento, dos quais 56% foram recusados ou arquivados e 14 foram aprovados, o que representa uma taxa de sucesso de 16,7%, valor significativamente superior ao registado nos últimos anos, em que a taxa de aprovação se situava abaixo dos 10%. Esta evolução reflecte uma clara melhoria quanto à adequação dos projectos recebidos à política de investimentos prosseguida nesta área de negócios, sendo ainda de salientar o aumento muito substancial do número de projectos analisados face aos anos anteriores (58 em 2007).

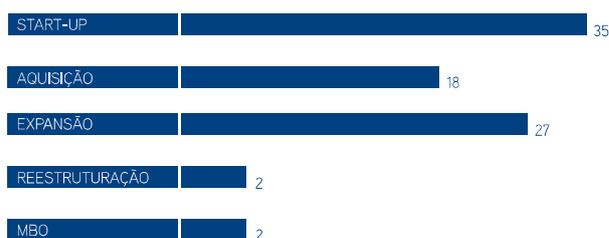
Analisando os projectos por sector de actividade, verifica-se que as empresas industriais foram responsáveis por 21,4% dos projectos apresentados. Ao nível deste indicador é ainda de realçar a importância relativa dos projectos nos sectores da energia (19,0%), que evidencia um crescimento substancial face ao ano anterior (o número de projectos analisados passou de 5 para 16) e dos serviços (14,3%).

### DISTRIBUIÇÃO SECTORIAL DE PROJECTOS ANALIZADOS



No que diz respeito ao tipo de operação verificamos que, à semelhança dos anos anteriores, os investimentos de expansão e os projectos de *start-up* foram os mais representativos, ascendendo a quase 75% das novas oportunidades de investimento apresentadas à Caixa Capital. Deve ainda salientar-se o número crescente de projectos de aquisição (de empresas ou de participações minoritárias), os quais representaram, em 2008, 21,4% dos projectos analisados.

## DISTRIBUIÇÃO DOS PROJECTOS ANALISADOS POR TIPO DE OPERAÇÃO



## Novos Investimentos

Durante o ano de 2008 a área de capital de risco do Grupo CGD investiu um total de € 47.8 milhões, dos quais € 21.1 milhões em novas participadas e € 26.7 milhões no reforço de participações da carteira.

Relativamente às novas operações é de salientar:

.A aquisição pela Caixa Capital de uma participação correspondente a 31,67% do capital da **MARL Energia – Central Fotovoltaica, SA**, envolvendo um investimento global de 516.7 mil euros na aquisição de um quota com o valor nominal de 15.833 euros.

.A tomada de uma participação de € 250 mil no capital do **Fundo de Capital de Risco F-HiTEC**, fundo de capital de risco promovido pela COTEC que visa o investimento no capital de empresas nascentes ou *early-stage* de base tecnológica e com elevado potencial de crescimento, em particular as que forem criadas em resultado do Programa COHiTEC;

.A aquisição pelo FCR Energias Renováveis de uma participação correspondente a 5% do capital da **Hyperion – Energy Investments, SL.**, envolvendo um investimento estimado em € 6.2 milhões, dos quais foram já realizados € 1.58 milhões. A Hyperion é uma sociedade constituída com o objectivo de construir e explorar duas centrais térmicas solares, a localizar em Espanha (Ciudad Real, província de Castilla la Mancha) com capacidade de produção global de 100 MW.;

.A aquisição pelo FCR Energias Renováveis de 940.000 acções da **EDP Renováveis, SA** na sequência do IPO da sociedade;

.A aquisição pelo FCR Grupo CGD, ao respectivo valor contabilístico, das seguintes participações detidas pela CGD em fundos de capital de risco geridos pela AICEP Capital Global: (i) 120 unidades de participação do **Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global Grandes Projectos de Investimento** pelo montante de € 2.937.573 e (ii) 3.842 unidades de participação do **Fundo de Capital de Risco AICEP Capital Global FIEP** pelo montante de € 4.056.862;

.A aquisição pelo FCR Energias Renováveis de 20% do capital da **Pinewells, SA**, sociedade que se encontra a desenvolver um projecto com vista à construção de uma unidade industrial na Pampilhosa da Serra para a produção de cerca de 100 mil toneladas de pellets de madeira;

.A tomada pelo FCR Grupo CGD de uma participação correspondente a 33% do capital da **SMARTWATT – Eficiência Energética e Microgeração, SA**, sociedade que se dedica à prestação de serviços na área da eficiência energética e microgeração. Esta operação envolveu um investimento de 50 mil euros, equitativamente repartido entre capital social e suprimentos. O investimento do FCR Grupo CGD poderá aumentar até aos 250 mil euros caso a empresa consiga atingir as metas previstas no acordo parassocial quanto a um conjunto de indicadores de exploração;

.A subscrição pelo FCR Energias Renováveis de 19,9% do capital da **Sobrevento – Energias Alternativas, Lda.**, envolvendo um investimento global de cerca de 3.98 milhões de euros. A Sobrevento é uma sociedade especificamente constituído com vista à aquisição da totalidade do capital social da PEA – Parques Eólicos de Arganil, SA, sociedade que irá desenvolver o Parque Eólico do Toutiço com uma capacidade de 102 MW, localizado em Arganil/Pampilhosa da Serra.

Por outro lado é importante frisar que durante o ano de 2008 foram ainda aprovadas, mas não concretizadas as seguintes operações:

.Participação num fundo de capital de risco promovido por um conjunto alargado de Universidades e outras instituições ligadas ao empreendedorismo, que pretende apoiar o lançamento de projectos nas fases de *seed capital e start-up capital* (num montante de 300 mil euros);

.Subscrição de 20% do capital da sociedade Bem Comum, Sociedade Gestora de Capital de Risco, SA e de 20% do capital do Fundo Bem Comum, FCR, fundo de capital de risco que será gerido pela Bem Comum;

.Investimento de 7.5 milhões de euros na sociedade a constituir que irá promover o Projecto Mega-PTA em Sines. Este projecto, que representará um investimento global de cerca de 400 milhões de euros, está a ser desenvolvido pela La Seda de Barcelona, SA, terá uma capacidade produtiva instalada de 700 mil ton/ano e permitirá o reforço da competitividade da empresa ao nível dos custos de produção de PET, do qual o PTA é a principal matéria-prima, reduzindo assim o custo médio de conversão;

.Aquisição pelo FCR Grupo CGD da totalidade do capital social da Mesquita ETVIA – Construção de Vias de Comunicação, SA, sociedade que detém participações minoritárias em diversas concessões rodoviárias, nomeadamente, (i) Aenor – Auto Estradas do Norte, SA (2,69%), (ii) Lusoscut – Auto Estradas da Costa de Prata, SA (3,3%), (iii) Lusoscut – Auto Estradas das Beiras Litoral e Alta, SA (3,3%), (iv) Lusoscut – Auto Estradas do Grande Porto, SA (3,3%) e (v) Lusolisboa – Auto Estradas da Grande Lisboa, SA (3,3%). Esta operação deverá implicar um investimento de 19.5 milhões de euros;

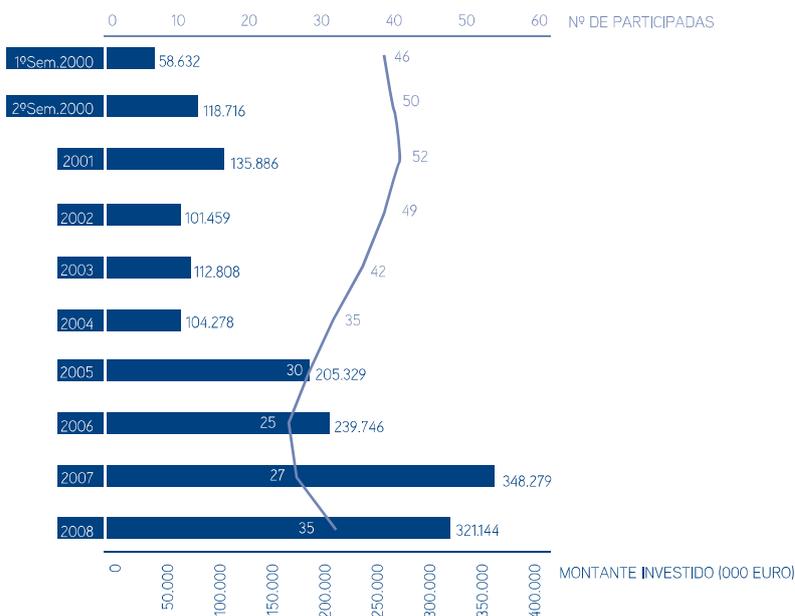
.Aumento de capital da Sobrevento – Energias Alternativas, Lda. com vista a dotar a empresa dos fundos próprios necessários para a aquisição da Enersis Energies Renouvelables SAS, caso a proposta apresentada venha a ser bem sucedida. Esta sociedade de direito francês possui um portfolio de parques eólicos com uma capacidade de produção de energia de 163,85 MW em França. Esta operação, que poderá eventualmente vir a concretizar-se através de uma nova veículo, implicará um investimento adicional do FCR Energias Renováveis estimado em 995 mil euros.

## Caracterização da Carteira de Investimentos

A evolução do investimento na área de capital de risco do Grupo CGD reflecte a estratégia delineada que privilegia participações financeiras de montantes significativos em empresas e projectos com elevado potencial de crescimento e valorização, como forma de rentabilizar os recursos aplicados nesta área de negócio.

O gráfico seguinte reflecte a evolução da carteira de participadas desde o final do primeiro semestre de 2000, sendo possível constatar que a implementação da política de investimentos definida tem permitido alterar substancialmente o panorama geral da carteira de participações. No período em apreço o número de empresas participadas passou de 46 em 2000 para 52 em 2001, diminuindo para as actuais 35 empresas, constatando-se ainda um crescimento muito significativo do montante médio investido por participada (CAGR 1H00-07 de 27,5%).

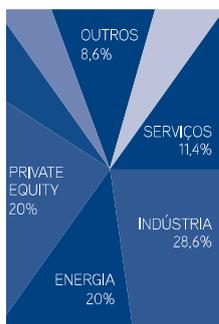
### EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTOS E CARTEIRA DE PARTICIPADAS



A 31 de Dezembro de 2008 a carteira de investimentos gerida pela Caixa Capital repartia-se pelos seguintes sectores de actividade, em termos de número de participadas:

## REPARTIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE Nº DE PARTICIPADAS

COMÉRCIO 5,7%
  BIOTECNOLOGIA 2,9%
  AGRO-INDÚSTRIA 2,9%



Considerando agora o montante investido por sector de actividade a distribuição é ligeiramente diferente com o sector da Indústria a destacar-se assumindo cerca de 38% do montante investido, influenciado pela participação na Compal e na La Seda de Barcelona:

## REPARTIÇÃO DOS INVESTIMENTOS POR SECTOR DE ACTIVIDADE MONTANTE INVESTIDO

SERVIÇOS 2,5%
  AGRO-INDÚSTRIA 2,4%
  COMÉRCIO 0,9%
  BIOTECNOLOGIA 0,1%



Quanto à distribuição geográfica dos investimentos, constata-se que a grande maioria está concentrada na Região de Lisboa. Contrariamente ao verificado em anos anteriores, a segunda área geográfica em dimensão do investimento localiza-se fora do país e não na Região Centro fruto da estratégia de expansão para outras regiões com dimensão de negócio mais consentânea com a política de investimentos em curso.

	Nº PARTICIPADAS	Nº PARTICIPADAS (EM % DO TOTAL)	VALOR INVESTIMENTO (M€)	VALOR INVESTIMENTO (EM % DO TOTAL)
FORA DE PORTUGAL	6	17,1%	97,8	31,3%
CENTRO	7	20,0%	52,8	16,9%
ILHAS	1	2,9%	0,9	0,3%
LISBOA E VALE DO TEJO	19	54,3%	160,0	51,3%
2	5,7%	0,6	0,2%	NORTE
	<b>35</b>	<b>100,0%</b>	<b>312,1</b>	<b>100,0%</b>

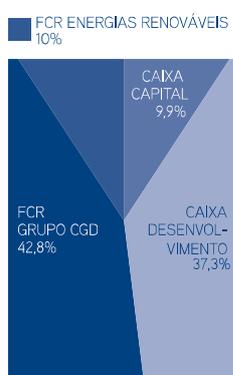
Em resumo, refira-se que, no final de 2008, a Área de Capital de Risco apresentava uma carteira de participações financeiras que ascendia a € 312.1 milhões, investidos em 35 empresas, o que representa um investimento médio de € 8.92 milhões por empresa. Esse investimento encontrava-se repartido da seguinte forma pelos diversos veículos de investimento:

	INVESTIMENTO	%	Nº PARTICIPADAS	INVESTIMENTO MÉDIO
CAIXA CAPITAL	30.960.471	9,9	15	2.064.031
FCR GRUPO CGD	133.727.811	42,8	14	9.551.986
FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS	31.100.547	10,0	7	4.442.935
CAIXA DESENVOLVIMENTO	116.355.173	37,3	7	16.622.168
<b>TOTAL</b>	<b>312.144.002</b>	<b>100,0</b>	<b>35</b>	<b>8.918.400</b>

(Montantes expressos em Euros)

Na distribuição do investimento por veículo, conclui-se que o FCR Grupo CGD continua a ser o principal instrumento de investimento da área de capital de risco do Grupo CGD, concentrando cerca de 42,8% do investimento total.

## REPARTIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO POR VEÍCULO



## Controlo de Gestão

É prioridade absoluta do Conselho de Administração (CA) do CaixaBI, o Controlo de Gestão, nas suas múltiplas vertentes, e que se consubstanciam num conjunto de fundamentos do sistema de controlo interno do Banco:

- 1 .Organização administrativa dos Órgãos de Estrutura (OE)
- 2 .Controlo do Risco
- 3 .Compliance
- 4 .Sistema de informação
- 5 .Estrutura de auditoria interna

O CA corporiza a responsabilidade máxima pela aprovação e implementação de estratégias, políticas e objectivos, e estrutura orgânica no CaixaBI, ainda que a função de controlo esteja implícita no desempenho de cada área do Banco. Cabe ao CA promover as condições adequadas à existência de uma cultura que favoreça este ambiente de controlo.

Com a definição da Estrutura Orgânica do CaixaBI, o CA provocou a implementação dos diversos níveis de controlo de gestão. A contribuição dos OE para a eficácia do controlo interno, actuando em vectores, que permitem obter e controlar a informação existente de maneira fiável e atempada, tem as seguintes referências:

- .Definição de objectivos comerciais em termos de mercados alvo não quantificados, e sujeitando todas as propostas de crédito aos Conselhos de Crédito, quer do CaixaBI quer da CGD;
- .Segregação de funções, a qual permite que a aprovação, execução, processamento e contabilização de qualquer transacção seja continuamente monitorizada e controlada por estruturas independentes;
- .Controlo da informação financeira efectuado numa base diária, em relação às transacções realizadas no dia útil imediatamente anterior;
- .Controlo dos riscos de mercado efectuado diariamente e reportado à Administração e a outros órgãos relevantes, sob a forma de relatórios que espelham as diversas posições que o Banco detém no fecho do dia útil anterior. O sistema de controlo dos riscos de mercado permite que todas as posições sejam reconciliadas diariamente entre os órgãos de suporte e os de negócio;
- .Reavaliação da posição em produtos derivados, permitindo avaliar a exposição, quer potencial quer global, da Contraparte ou Cliente;
- .Implementação de procedimentos e dotação de sistemas para a monitorização e controlo do risco operacional.

Através da sujeição da sua estrutura a estes mecanismos, o CaixaBI subscreve os princípios adoptados em matéria de controlo interno:

- a) .O cumprimento dos objectivos de gestão estabelecidos;
- b) .O uso económico e eficiente dos recursos;
- c) .O adequado controlo dos vários riscos e a guarda de activos;
- d) .A fiabilidade e integridade da informação financeira e de gestão;
- e) .O cumprimento das legislações e regulamentos, bem como dos procedimentos internos.

Com o objectivo de reforçar os diversos níveis de controlo, a estrutura orgânica do CaixaBI tem um Gabinete de *Compliance* e um Gabinete de Auditoria Interna. Sempre numa óptica de contribuição para o alcance de resultados financeiros positivos, de forma consistente, mantendo uma gestão prudente da situação de liquidez, de consumo de capital e de controlo de riscos assumidos, nomeadamente:

- .Avaliação a cada momento da posição financeira o nível de riscos assumidos;
- .Apreciação do cumprimento das obrigações regulamentares, mormente em matéria de requisitos de capital, solvabilidade e liquidez;

No decorrer do ano de 2008, e em total articulação com a CGD, o CaixaBI dedicou particular atenção ao tema do Risco Operacional, tendo investido significativamente em consultoria e sistemas, para dotar o Banco de ferramentas de monitorização e gestão do risco operacional.

Reside no Sistema de Informação uma ferramenta fundamental para a gestão exercer os controlos com eficiência. Para além do Plano Estratégico elaborado para sistematizar a estratégia e quantificar objectivos, o CA, utiliza como sistema de informação, o Plano de Actividades e Orçamento, cuja eficácia é tanto quantitativa como qualitativa, fixando anualmente objectivos medidos pela avaliação do risco, e a serem orçamentados com a colaboração de cada área. Para permitir a monitorização e acompanhamento da respectiva realização, compete aos Órgãos de Estrutura (OE) do Banco a implementação prática das directivas emanadas do Conselho de Administração, mantendo uma estrutura orgânica que fixe claramente as relações de responsabilidade, autoridade e reporte, abolindo zonas de indefinição, e obrigando à

definição de canais de comunicação eficientes por forma a que o pessoal envolvido se encontre devidamente habilitado ao desempenho das funções que lhe são atribuídas.

## Gestão dos Custos de Estrutura

O rácio *cost to income* surge como o mais significativo indicador de equilíbrio entre o controlo dos custos de estrutura do Banco e a sua estrutura de negócio. O CaixaBI apresenta consistentemente valores bastante abaixo do *benchmark* para o sector, ou seja abaixo de 40%.

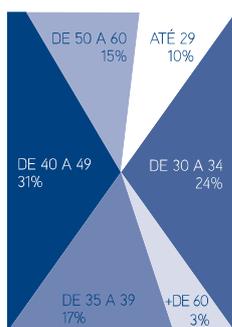
Uma vez mais, no exercício de 2008, a conjugação do controlo dos custos de estrutura com o significativo crescimento do produto bancário, permitiram melhorar o índice de produtividade fixando-o em 28,4%.

## Gestão dos Recursos Humanos

Ao capital humano é atribuída importância fundamental no desenvolvimento da actividade do Banco. Quer a sua manutenção, quer a sua contratação são tratados, no CaixaBI, sob rigorosos padrões de qualidade ética e técnica. O Banco promove constantemente formação adequada às suas áreas de negócio e *back office*, proporcionando aos colaboradores oportunidades de aperfeiçoamento e valorização profissional, através da frequência de mestrados e pós-graduações na área financeira, bem como pela frequência de cursos de línguas, nomeadamente da língua inglesa e espanhola, e de diversos seminários ou acções pontuais de formação, tanto em Portugal como no estrangeiro.

O Banco apresenta-se com uma estrutura humana muito jovem, em que 50% dos seus colaboradores tem idades inferiores a 39 anos. O CaixaBI incorpora nos seus quadros, anualmente, vários jovens recém licenciados, constituindo uma das vertentes da responsabilidade social do Banco.

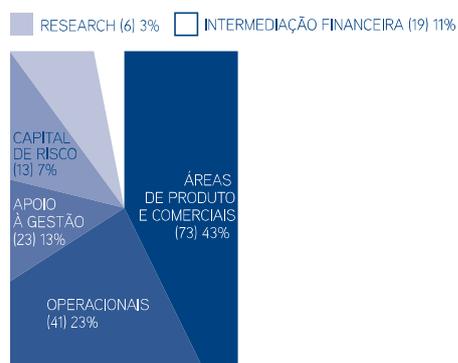
### RH POR ESCALÕES ETÁRIOS



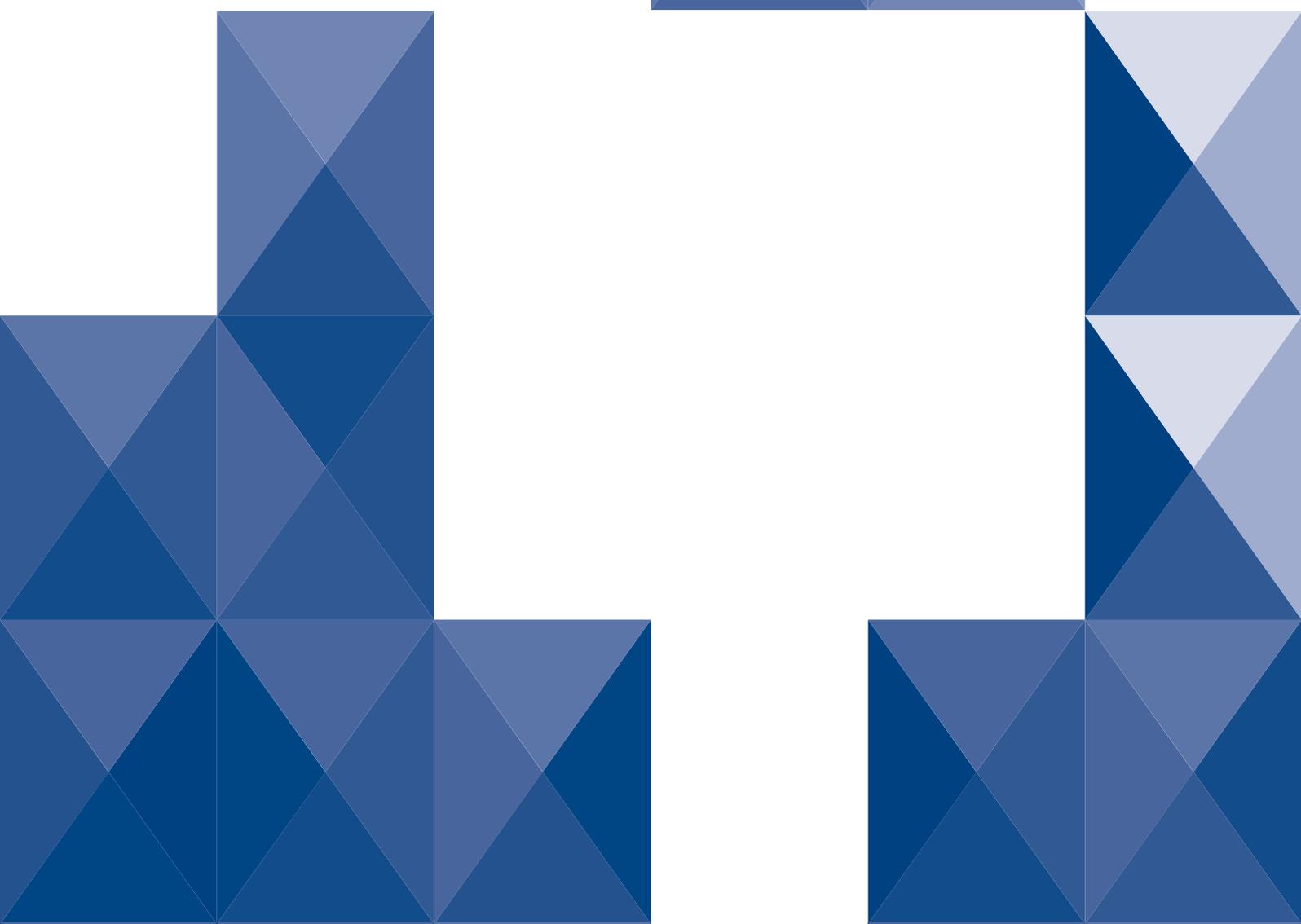
O Banco vai ajustando a sua estrutura de recursos humanos às necessidades definidas no Plano Estratégico e aos desafios de mercado, assegurando uma saudável capacidade para inovar e protagonizar o alcance dos objectivos delineados. No final de 2008, o Banco, em base individual tinha 162 colaboradores, descendo 4 face aos 166 do final de 2007.

Relativamente à actividade consolidada do Banco, o gráfico abaixo distribui por áreas funcionais um total de 175 colaboradores, menos 4 do que no final do ano anterior.

### RH POR ÁREAS FUNCIONAIS



PERSPECTIVAS  
PARA 2009



Em 2009, dever-se-á continuar a assistir a uma forte desaceleração das economias mundiais, tendo inclusivamente algumas das economias mais desenvolvidas já entrado em recessão em 2008, devido essencialmente à crise dos mercados financeiros internacionais, às limitações ao nível do financiamento e à contracção da procura.

Em 2009, a economia portuguesa deverá registar um crescimento negativo, com a generalidade das previsões a apontarem para valores à volta de -0,8%.

Com vista a estimular a actividade económica, muitos países decidiram implementar um conjunto de medidas que incluem quer programas específicos destinados a sectores de actividade mais penalizados pela redução significativa da procura quer outros de natureza mais geral nomeadamente com o objectivo de criação de emprego. Obviamente que estes planos anti-crise irão apresentar um impacto negativo nos défices orçamentais e dívida pública, o que levou a Comissão Europeia a admitir a possibilidade de maior flexibilidade a este nível relativamente aos países da Zona Euro.

No âmbito do Orçamento de Estado para 2009 encontra-se prevista uma receita de 1.200 milhões de euros provenientes do programa de privatizações, o qual poderá incluir Galp Energia, Inapa, TAP e ANA, sem prejuízo da adaptação temporal da realização da mesma às condições de mercado.

Tendo em consideração o agravamento da crise dos mercados financeiros e a forte desaceleração da actividade económica em Portugal e na Europa, existe actualmente uma elevada incerteza relativamente à evolução da actividade no mercado de capitais durante 2009.

Não obstante, se a actual situação económica e financeira estabilizar é expectável uma retoma lenta e gradual da confiança dos investidores nos mercados financeiros ao longo de 2009 possibilitando a reabertura do mercado primário e conseqüentemente a concretização de novas operações, embora com especial incidência durante o 2º semestre.

Os processos de reestruturação e reorganização empresarial já em curso, bem como as medidas favoráveis de enquadramento e apoio tomadas pelas autoridades governamentais e ainda a crescente flexibilização da política monetária, crescentemente expansionista nos E.U.A e na Europa, são vectores que irão contribuir para o regresso da confiança à vida económica no decurso do ano 2009.

O cenário base configurado pelas variáveis que condicionam directamente os volumes monetários direccionados para investimentos em acções, poderá conhecer alterações significativas durante o primeiro semestre de 2009 com repercussões positivas nos montantes de investimento em acções durante o terceiro e quarto trimestres.

Atendendo à incerteza e elevada volatilidade que se verifica nos mercados financeiros é de difícil projecção a evolução da actividade de fusões e aquisições durante o ano de 2009. No entanto, não se antecipa que a actividade de fusões e aquisições volte em 2009 aos níveis verificadas nos últimos anos anteriores à crise financeira mundial, designadamente se atendermos às condições actuais do mercado de crédito e à crise de liquidez nas principais economias. A implementação de políticas monetárias coordenadas de redução das taxas de juro num cenário em que a crise financeira mundial está a reduzir as pressões inflacionistas poderá servir de catalisador para uma retoma gradual da actividade de fusões e aquisições a nível mundial e em especial na Europa, a qual no entanto ainda não se estima que venha a ter um impacto visível no ano de 2009.

Num quadro de valorização do modelo de negócio do Grupo, será desenvolvida a actividade da Caixa Capital na prossecução das Prioridades Estratégicas fixadas pela CGD. Para o efeito, a CGD, sob o lema global de "DESAFIO CAPITAL", com o envolvimento da Caixa Capital e de outras estruturas do Grupo, actuará de forma pró-activa por forma a induzir dinâmicas que favoreçam:

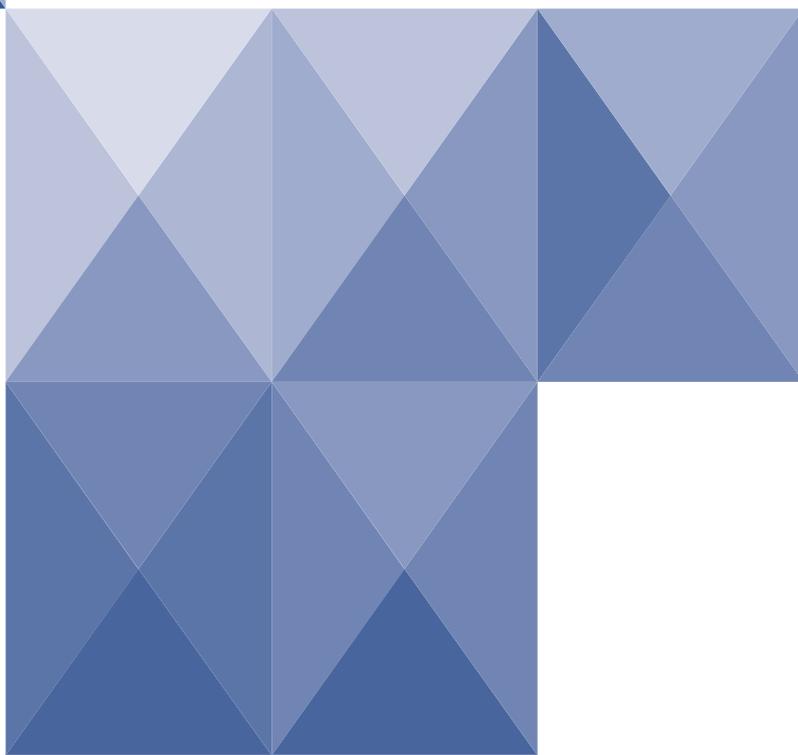
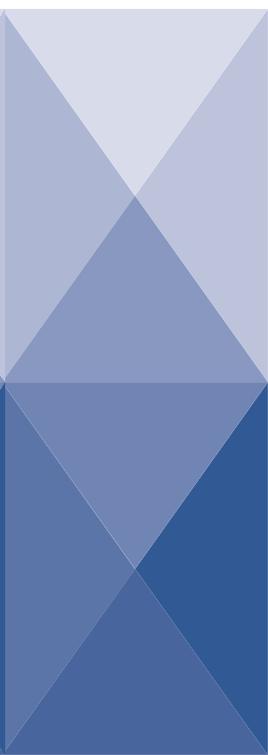
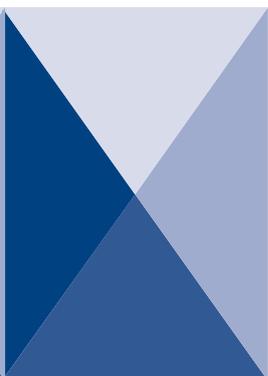
- .O desenvolvimento da Indústria de Capital de Risco;
- .O fomento do Empreendedorismo, Inovação e Sustentabilidade;
- .O estímulo aos Novos Actores da Globalização;
- .O fortalecimento dos Centros de Decisão Nacionais.

Perspectiva-se que no horizonte de três anos, o volume de recursos sob gestão ou alocados à actividade de capital de risco se eleve para mil milhões de euros, nomeadamente com a constituição de fundos ajustados aos novos segmentos-alvo a abranger na política de investimentos, com o estabelecimento de parcerias nos mercados internacionais e com a participação em estruturas especializadas sob gestão de terceiros.

No início de 2009 iniciará actividade o Banco Caixa Geral Brasil, uma plataforma que irá contribuir para a dinamização das operações *crossborder* de banca de investimento.

Neste cenário que incentiva as organizações a reflectirem prudentemente a sua *expertise*, o CaixaBI procurará desenvolver a sua actividade criando condições para a concretização sustentada dos negócios que possui em *pipeline*. Simultaneamente, tentará detectar as janelas de oportunidade que conjuntamente surgirem e assim, manter a reconhecidamente elevada qualidade do seu serviço, mantendo-se como uma entidade de referência na banca de investimento.

AGRADECIMENTOS



No ano de 2008, o CaixaBI manteve a excelência do seu desempenho, obtendo diversas manifestações de reconhecimento. O Conselho de Administração deseja agradecer aos diversos *stakeholders* a confiança que depositam na gestão do CaixaBI, fundamental para o alcance dos resultados.

Igualmente se expressa agradecimento às Autoridades de Supervisão – Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, aos Membros da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração institucional prestada ao Banco.

Aos colaboradores do CaixaBI, o Conselho de Administração, reconhece a dedicação e o desempenho meritório durante o ano ora findo.

Pretende-se igualmente sublinhar o reconhecimento pelo permanente apoio e indispensável confiança prestados pelos Accionistas e pelas demais empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO  
DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, considerando os níveis de capitais próprios adequados ao desempenho das actividades do CaixaBI, propõe à Assembleia Geral, a seguinte aplicação de resultados do exercício de 2008, no valor global de € 32.511.144:

.Para Reserva Legal (10% do Resultado do Exercício)	€ 3.251.115
.Para Outras Reservas	€ 4.260.029
.Para Dividendos	€ 25.000.000

Lisboa, 23 de Janeiro de 2009

**O Conselho de Administração**

Jorge Humberto Correia Tomé  
José Joaquim Berberan e Santos Ramalho  
Luis Lopes Laranjo  
António Carlos Bastos Martins  
Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho  
Jorge Telmo Maria Freire Cardoso  
Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares  
José Pedro Cabral dos Santos  
José Manuel Carreiras Carrilho



TITULARES DE PARTICIPAÇÕES  
QUALIFICADAS

<b>Gerbanca SGPS, SA</b>	68.348.445 acções	89,24% de direitos de voto
<b>Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, SA</b>	8.000.640 acções	10,45% de direitos de voto



RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO  
DA SOCIEDADE

## Missão e Objectivos

O CaixaBI tem como missão prioritária dinamizar uma plataforma de negócio de banca de investimento entre Espanha, Brasil, África lusófona e Portugal nas diferentes áreas de negócio do Banco prestando um serviço financeiro integrado aos Clientes de qualquer daquelas bases geográficas, com dimensão internacional.

Esta é uma missão horizontal às diferentes áreas de produto, *Corporate Finance* de Dívida, Mercado de Capitais – - Acções, Assessoria Financeira, *Project Finance*, *Structured Finance*, Intermediação Financeira, Assessoria e Gestão de Risco para Empresas, Capital de Risco e *Research*. Os serviços financeiros do CaixaBI são fornecidos independentemente da localização geográfica dos Clientes do Banco. Num mundo crescentemente integrado, o CaixaBI acompanha os seus Clientes onde quer que os seus negócios se realizam, privilegiando as transacções *crossborder*.

Os objectivos estratégicos definidos para o triénio 2008-2010, no CaixaBI, incluem:

- .Confirmação do CaixaBI como o banco de investimento nacional de referência, e contribuinte de prestígio para o Grupo CGD;
- .Prioridade ao *fine tuning* com a Área de Grandes Empresas e ao desenvolvimento de sinergias com as outras unidades de negócio do Grupo CGD;
- .Reforço da presença Internacional do Banco, concretamente em Espanha, Brasil e USA, potenciando neste eixo os negócios *cross-border*;
- .Incrementar o nível de penetração no mercado espanhol, nas áreas de produto;
- .Potenciação da área de sindicância do Banco numa perspectiva ibérica, mas com progressivo alargamento internacional, endereçando as necessidades do Grupo em termos de mercados primário e secundário;
- .Aprofundamento de oportunidades de banca de investimento cross border em Angola, Moçambique, China e Índia;
- .Desenvolvimento da Intermediação Financeira, incluindo a plataforma *on line*;
- .Dinamização de produtos derivados para Clientes, desenvolvendo a estruturação de produtos para o Grupo CGD;
- .Em articulação com a Rede de Empresas, dinamização de produtos de banca de investimento;
- .Endereçamento de uma política de recursos humanos que propicie um *commitment* enquadrado nos restantes objectivos.
- .Continuar a privilegiar operações de capital de desenvolvimento, alargando a política de investimentos às fases iniciais do ciclo de vida das empresas, investindo em empresas com elevado potencial de crescimento e valorização;
- .Incentivar uma política de diversificação do investimento como forma de permitir o acesso a novos mercados e a novas oportunidades de investimento que possibilitem igualmente uma actuação concertada com a CGD e o CaixaBI no domínio dos projectos de expansão/internacionalização actualmente em curso de execução, nomeadamente em Espanha e nos países de língua portuguesa;

## Regulamentos a que o CaixaBI está Sujeito

O CaixaBI, internamente, encontra-se sujeito aos Estatutos da Sociedade e a um conjunto de normas e procedimentos, que têm vindo a adaptar-se, quer à evolução da legislação europeia e nacional relativa à sua actividade, quer às normas regulamentares emitidas pelas entidades de supervisão. Do conjunto de normativos implementados no CaixaBI, os seguintes constituem a sua espinha dorsal.

### I. Códigos de Conduta

Considerando que o exercício da actividade bancária se deve pautar por rigorosos princípios de isenção e transparência, a serem observados por todos os colaboradores, encontram-se em vigor no CaixaBI normas internas sobre deontologia profissional, estabelecendo directivas nesta matéria, agrupadas num **Código de Conduta**, que é do conhecimento de todos os colaboradores.

Encontra-se igualmente instituído e em vigor um **Regulamento Interno da Actividade de Intermediação Financeira**, o qual define normas e procedimentos que devem ser observados no exercício da actividade de intermediação financeira, estabelecidos à luz das disposições sobre esta matéria, constantes, designadamente, do Código dos Valores Mobiliários e das disposições emanadas das autoridades de supervisão (Banco de Portugal e Comissão do Mercado de Valores Mobiliários). Também este Regulamento é distribuído com carácter vinculativo aos colaboradores.

### 2. Sistema de Normas e Procedimentos

O CaixaBI dispõe de um Sistema de Normas e Procedimentos, publicado na intranet, ao qual todos os colaboradores se encontram sujeitos, que abrange os aspectos mais relevantes do funcionamento da empresa e do exercício da sua actividade. O Sistema de Normas e Procedimentos estabelece as regras e competências relativas à produção, gestão, meios de suporte, divulgação e acesso a normas, nomeadamente sobre a estrutura orgânica, a política de pessoal, as características de produtos e serviços e os procedimentos ou informações relevantes ao desempenho da actividade.

### 3. Organização e Procedimentos Internos para o Controlo dos Riscos

A Comissão Executiva, tem vindo a dotar o Banco dos meios necessários para assegurar a existência de informação e análise sobre os riscos de balanço do Banco, e sobre os níveis de cobertura ao seu risco operacional.

Compete à sua Direcção de Planeamento, Controlo do Risco e Organização (DPO) assegurar a ligação com as Direcções do Grupo que, de forma centralizada, procedem ao controlo daqueles respectivos riscos, ou seja, com a Direcção de Gestão de Riscos (DGR) e com a Direcção de Consultoria e Organização (DCO).

O CaixaBI tem a função *Compliance* autonomizada num Gabinete com funções aplicadas a toda a Estrutura do Banco e que tem como finalidades fundamentais :

- .A supervisão e controlo de um conjunto de procedimentos, regras e regulamentos, que asseguram a preservação dos padrões éticos e a disciplina da organização;
- .A elaboração do Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco, para o Banco de Portugal;
- .A elaboração do Relatório de Supervisão e Controlo para a CMVM;
- .A elaboração de Relatórios de *Compliance* sobre os diversos Órgãos de Estrutura do Banco, para a CE;

No âmbito da sua actividade, as duas grandes carteiras de activos do Banco, e a aquisição de serviços, são geridas com os seguintes procedimentos:

#### 3.1. Carteira de Títulos

A gestão da carteira de títulos do Banco está subordinada aos níveis de risco definidos para o Banco e ajustada ao orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. São igualmente definidos alguns objectivos de base, nomeadamente:

- .A obtenção de uma margem financeira adequada ao perfil do balanço de um banco de investimento;
- .A constituição de uma carteira de títulos que permita um normal grau de rotatividade e a obtenção de uma adequada rentabilidade em termos de ganhos de capital;
- .A composição da carteira de investimento será limitada a níveis de exposição máximos e mínimos;
- .A salvaguarda de um mínimo de liquidez requerida como instituição financeira.

A rentabilidade exigida à carteira corresponde a um nível de ROE definido, e é obtida pela valorização diária da mesma, a preços de mercado, líquida dos custos de financiamento.

No cálculo do capital próprio afecto à actividade, são considerados os requisitos necessários para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacionais, calculados segundo as regras em vigor do Banco de Portugal.

Os instrumentos passíveis de serem transaccionados são obrigações, acções, fundos de *Asset Managers* seleccionados e instrumentos derivados destes – futuros, opções, *swaps* e *forwards* negociados com as mesas de Tesouraria ou de Forex da sala de mercados da CGD.

### 3.2. Carteira de Crédito

No circuito formal de apresentação de propostas de crédito, foi criado o Conselho de Crédito do CaixaBI (CCC), composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito.

A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco (DGR) da CGD.

As Propostas são então apresentadas aos Conselhos de Crédito do Grupo, a quem, de acordo com a política de crédito no seio do Grupo CGD, compete as diligências de aprovação de créditos.

### 3.3. Aquisição de Bens e Serviços

- .Consultas ao mercado – em regra são consultados não menos de 3 fornecedores por produto;
- .Seleção de fornecedores – com base na análise comparativa das propostas apresentadas;
- .Autorização das despesas – de acordo com as competências delegadas;
- .Contratos com os fornecedores de bens / prestadores de serviços – de forma escrita, troca de correspondência ou contrato formal.

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos fornecimentos e serviços externos:

---

---

OBRECOL-OBRAS E CONSTRUÇÕES,SA  
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE-MUNDIAL SA  
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS  
LOCARENT-COMPANHIA PORTUGUESA DE ALUGUER DE VIATURAS  
PT-PRIME-SOLUÇÕES EMPRESARIAIS TELE SISTEMAS,SA  
REUTERS EUROPE, SA - SUCURSAL EM PORTUGAL

---

# Organização

## I. Órgãos Sociais

.Os Órgãos Sociais do CaixaBI são eleitos em **Assembleia Geral (AG)**, composta pelos accionistas com direito a voto. Os Órgãos Sociais do Banco, votados em Assembleia Geral, são os seguintes:

.A **Mesa da Assembleia Geral (MAG)** – é composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos trienalmente.

.O **Conselho de Administração (CA)** – é composto por um conjunto de membros, a quem compete gerir a sociedade no estrito cumprimento do seu objecto social e salvaguardando os interesses dos Accionistas e dos Trabalhadores. O CA elege, de entre os seus membros, uma **Comissão Executiva (CE)** constituída por elementos com funções executivas, gerindo a actividade diária da sociedade e seguindo as linhas de orientação estratégica definidas pelo CA.

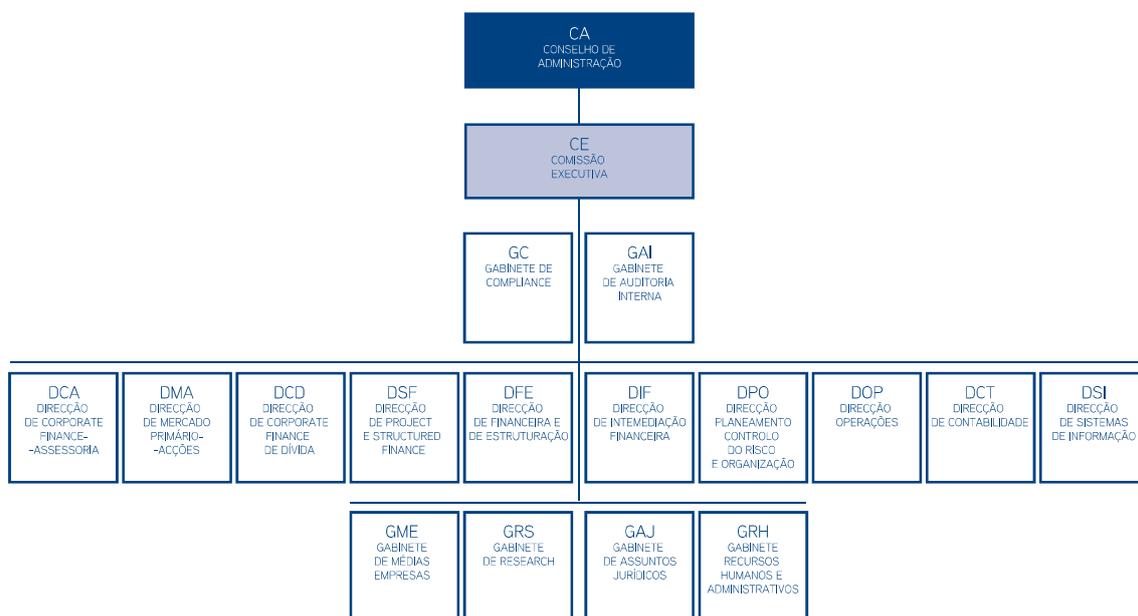
.O **Conselho Fiscal (CF)** – é composto maioritariamente por membros independentes, com um Presidente e dois Vogais e um membro suplente, eleitos trienalmente, para exercerem as competentes actividades de fiscalização da sociedade e respeitando a legislação vigente.

.O **Revisor Oficial de Contas (ROC)** – é composto por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por um Revisor Oficial de Contas efectivo e um suplente.

.A **Comissão de Vencimentos (CV)** – é composta por representantes do accionista maioritário.

## 2. Órgãos de Estrutura

O **Organograma** do CaixaBI é o seguinte:



## 3. Competências

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente da Sociedade, conferindo-lhe – sem prejuízo da faculdade de avocar qualquer das competências delegadas – os poderes necessários para deliberar sobre todos os assuntos respeitantes ao exercício dessa actividade, com excepção dos relativos às matérias cuja delegação se encontra vedada pelo nº 4 do art.º 407º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho de Administração reunirá sempre que convocado pelo Presidente e, pelo menos, uma vez de três em três meses.

As deliberações serão tomadas por maioria absoluta dos membros presentes ou representados, tendo o Presidente, o Vice-Presidente ou o Administrador que o substitua, voto de qualidade.

O Conselho de Administração só pode deliberar validamente estando presentes ou representados mais de metade dos seus membros.

#### 4. Diagrama de Participações do Caixa – Banco de Investimento, SA

O Banco possui uma estrutura societária com participações adequadas a responder à sua segmentação de negócio, da mesma forma que lhe permite potenciar a capacidade de intervenção no mercado por parte do Grupo CGD, privilegiando uma constante prestação de serviços de qualidade e valor acrescentado aos seus Clientes, predominantemente Grandes e Médias Empresas. O organograma de participações detidas pelo CaixaBI é o seguinte:

- .100% da Caixa Capital - sociedade que opera no mercado do capital de risco, gerindo 3 Fundos .
- .100% da Caixa Desenvolvimento SGPS - sociedade que, dentro do mercado de capital de risco, se encontra vocacionada para a gestão de participações com elevado potencial de valorização.



## 5. Utilização de Novas Tecnologias na Divulgação de Informação

O CaixaBI tem disponível um conjunto alargado de informações no seu sítio na Internet – [www.caixabi.pt](http://www.caixabi.pt).

O objectivo é dar a conhecer melhor o Banco, facultando aos seus clientes, analistas e público em geral, o acesso permanente a informação relevante e actualizada.

Para além de poderem ser consultadas informações sobre e da instituição e respectiva actividade, existe, na sua *Área de Research* a possibilidade de acesso a um conjunto de informação, histórica e actual, com relevância para os investidores.

## Capital Social e Política de Dividendos

O capital social, inteiramente subscrito e realizado, é representado por oitenta e um milhões duzentos e cinquenta mil acções de valor nominal de um Euro cada.

As acções podem ser nominativas ou ao portador registadas ou não e reciprocamente convertíveis.

Nos aumentos de capital a realizar em dinheiro será atribuído aos accionistas direito de preferência na subscrição das novas acções, na proporção das que possuem, salvo se de outra forma for deliberado pela Assembleia Geral, dentro dos condicionamentos impostos por lei.

O Conselho de Administração poderá deliberar aumentos do capital social, por uma ou mais vezes, por entradas em dinheiro, até o capital social atingir o limite máximo de duzentos e cinquenta milhões de Euros.

Nos termos dos Estatutos do CaixaBI, a Assembleia Geral deliberará sobre a distribuição dos lucros do exercício, sem estar sujeita a qualquer limite mínimo obrigatório.

A Assembleia Geral poderá deliberar que no decurso do exercício sejam feitos aos accionistas adiantamentos sobre os lucros, nos termos da lei.

## Exercício do Direito de Voto e Representação de Accionistas

Podem participar na Assembleia Geral todos os accionistas que sejam titulares de mil ou mais acções averbadas em seu nome no livro de registo da sociedade (art.º 10º dos Estatutos do CaixaBI), sendo que, conforme o nº 2 do art.º 14º, a cada grupo de mil acções corresponde um voto.

Os accionistas titulares de menos de mil acções poderão agrupar-se de forma a completar esse número, fazendo-se representar por qualquer um dos agrupados, a indicar, por meio de carta, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

No caso de compropriedade de acções, só um dos proprietários poderá participar nas reuniões da Assembleia Geral, munido de poderes de representação dos restantes.

Os accionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, devendo comunicá-lo por carta ao presidente da mesa até à data da reunião.

Os accionistas que sejam pessoas singulares podem fazer-se representar por outros accionistas ou pelas pessoas a quem a lei imperativa atribua esse direito. As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que, para o efeito, nomearem.

Ao Presidente da Mesa compete convocar extraordinariamente a Assembleia Geral sempre que tal seja solicitado pelos accionistas que possuam, pelo menos, acções correspondentes ao valor mínimo imposto por lei imperativa e que lho requeiram em carta com assinatura reconhecida em que se indiquem, com precisão, os assuntos a incluir na ordem do dia e se justifique a necessidade de reunir a Assembleia.

A Assembleia Geral convocada a requerimento dos accionistas não se realizará se não estiverem presentes requerentes que sejam titulares de acções que totalizem, no mínimo, o valor exigido para a convocação da Assembleia.

Não existem limites ao exercício dos direitos de voto, nem ocorrem direitos especiais de algum accionista, não sendo conhecido qualquer acordo parassocial.

# Identificação dos Membros da Administração e da Fiscalização

## I. Composição

O **Conselho de Administração** do CaixaBI é composto seguintes membros:

### **Presidente**

Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

### **Vice-Presidente**

Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

### **Presidente Comissão Executiva**

Dr. Luís Lopes Laranjo

### **Administradores Executivos**

Dr. António Carlos Bastos Martins

Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

### **Administradores Não Executivos**

Dr. Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares

Dr. José Pedro Cabral dos Santos

Dr. José Manuel Carreiras Carrilho

O **Conselho Fiscal** do CaixaBI é composto pelos seguintes membros:

### **Presidente**

Dr. Hernâni da Costa Loureiro

### **Vogais**

Eng. António José Nascimento Ribeiro

Dr. João Sousa Martins

**Suplente**

Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

O **Revisor Oficial de Contas (ROC)** do CaixaBI é:

**Revisor Oficial de Contas Efectivo**

Deloitte & Associados, SROC representada por:  
Dr. João Carlos Henriques Gomes Ferreira

**Revisor Oficial de Contas Suplente**

Dr. Carlos Luís Oliveira de Melo Loureiro

**A Comissão de Vencimentos é composta por:**

Gerbanca SGPS SA, representada por:  
Dr. Henrique Pereira Melo  
Dr. Vítor José Lilaia da Silva

## 2. Remuneração

Segundo o estipulado nos Estatutos do CaixaBI, art.º 23º, as remunerações dos membros dos órgãos sociais serão fixadas pela Assembleia Geral ou por uma Comissão de Vencimentos por aquela designada por períodos de três anos.

### 3. Cargos Desempenhados pelos Membros do CA e Restantes Órgãos Sociais

## Cargos Exercidos nas Empresas

#### Dr. Jorge Humberto Correia Tomé

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
	PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	14-04-2008	2007/2009
	PRESIDENTE	GERBANCA, SGPS, SA		07-02-2008	2006/2008
	PRESIDENTE	TREM - ALUGUER DE MATERIAL CIRCULANTE, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	20-03-2002	2000/2008
	PRESIDENTE	TREM II - ALUGUER DE MATERIAL CIRCULANTE, ACE	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	07-03-2002	2001/2008
	ADMINISTRADOR	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	10-08-2007	2007/2009
	ADMINISTRADOR	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA		10-01-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO EXECUTIVO)	PORTUGAL TELECOM, SGPS, SA		21-04-2006	2006/2008
<b>COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E ESTRATÉGIA</b>					
	VOGAL (COMISSÃO)	FOMENTINVEST - SGPS, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	26-05-2008	2006/2009

#### Dr. José Joaquim Berberan e Santos Ramalho

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
	VICE-PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, SA			2006/2008
	ADMINISTRADOR	GERBANCA, SGPS, SA	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA		2006/2008
	ADMINISTRADOR	IMPÉRIO BONANÇA - COMPANHIA DE SEGUROS, SA			2008/2010
<b>MESA DE ASSEMBLEIA GERAL</b>					
	PRESIDENTE	CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	30-03-2007	2007/2009

## Cargos Exercidos nas Empresas

### Dr. Luís Lopes Laranjo

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010

### Dr. António Carlos Bastos Martins

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010

### Dr. Gonçalo Vaz Gago da Câmara de Medeiros Botelho

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO EXECUTIVA)	CORPORACION INTERAMERICANA PARA EL FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUCTURA (CIFI) S.A.		12-03-2004	

### Dr. Jorge Telmo Maria Freire Cardoso

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO EXECUTIVA) E MULTIMÉDIA, SGPS, S.A.	ZON SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES		31-01-2008	2007/2009

## Cargos Exercidos nas Empresas

### Dr. Rui Manuel do Vale Jordão Gonçalves Soares

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	BANCO CAIXA GERAL, SA		02-02-2008	2008/2009
	ADM. (NÃO. EXECUTIVO)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADM. (NÃO. EXECUTIVO)	LA SEDA BARCELONA, SA		16-04-2008	

### Dr. José Pedro Cabral dos Santos

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	ADM. (COM. EXECUTIVA)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010

## Cargos Exercidos nas Empresas

José Manuel Carreira Carrilho

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>					
	ADMINIS. (NÃO EXECUTIVO)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	CAIXA CAPITAL- SOCIEDADE DECAPITAL DE RISCO, SA		12-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, SA		12-03-2008	2008/2010
	ADMINISTRADOR	A.SILVA & SILVA - IMOBILIÁRIA E SERVIÇOS, SA			
	ADMINISTRADOR	VISABEIRA IMOBILIÁRIA, SGPS, SA			
	ADMINISTRADOR	VISABEIRA INDÚSTRIA, SGPS SA			
	ADMINISTRADOR	VISABEIRA PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS, SGPS, SA			
	ADMINISTRADOR	VISABEIRA TURISMO, SGPS, SA			
<b>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</b>					
	PRESIDENTE	SODAP - SOC.DESENV. AGRICULTURA E PESCAS, SGPS, SA (EM LIQUIDAÇÃO)		29-03-2007	2007/2009
	VICE PRES.	GRUPO PESTANA POUSADAS - INVESTIMENTO TURISTICO, SA		02-01-2007	2007/2010
<b>COMISSÃO DE VENCIMENTOS</b>					
	MEMBRO	GRUPO PESTANA POUSADAS - INVESTIMENTO TURISTICO, SA		02-01-2007	2007/2010
	MEMBRO	PRADO - CARTOLINAS DA LOUSÃ, SA		17-03-2006	2006/2008
	MEMBRO	PRADO KARTON - COMPANHIA DE CARTÃO, SA		17-03-2006	2006/2008
	MEMBRO	VAA- VISTA ALEGRA ATLANTIS, SGPS, SA		23-05-2007	2007/2009
	VOGAL	COMPANHIA DE PAPEL DO PRADO, SA			
	VOGAL	EUROFROZEN - IND. E COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES, SA			
<b>SÓCIO GERENTE</b>					
	SÓCIO GERENTE	SOBREOVENTO - ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA			

## Cargos Exercidos nas Empresas

### Dr. José Lourenço Soares

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</u>					
	PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	14-03-2008	2008/2011
	ADMINISTRADOR	BANCO PORTUGUÊS DE NEGÓCIOS, SA		13-11-2008	

### Dr. José Filipe de Sousa Meira

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</u>					
	SECRETÁRIO	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE-MUNDIAL, SA	14-03-2008	2008/2011

## Cargos Exercidos nas Empresas

### Dr. Salomão Jorge Barbosa Ribeiro

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</u>					
	SECRETÁRIO	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA	GERBANCA, SGPS, SA	14-3-2008	2008/2011

### Dr. Hernâni da Costa Loureiro

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO FISCAL</u>					
	PRESIDENTE	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-3-2008	2008/2011
<u>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</u>					
	PRESIDENTE	BANCO INTERNACIONAL DE SÃO TOMÉ E PRINCIPE, SARL	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	10-10-2008	2008/2010
	PRESIDENTE	ESEGUR - EMPRESA DE SEGURANÇA, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	23-03-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	PARCAIXA, SGPS, SA		23-12-2008	2008/2010
	VICE-PRES.	CGD PENSÕES - SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE PENSÕES, SA		30-03-2007	2007/2009
	VICE-PRES.	COMPANHIA DE SEGUROS S.A.			
	SECRETÁRIO	BANCO COMERCIAL E DE INVESTIMENTOS, SA	CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, SA	10-08-2007	2007/2009
<u>SÓCIO GERENTE</u>					
	SÓCIO GERENTE	LEXPENTA - SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, LDA			

### Eng.º António José Nascimento Ribeiro

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO FISCAL</u>					
	PRESIDENTE	SUMOL + COMPAL, SA		22-12-2008	2008/2011
	VOGAL	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2011

## Cargos Exercidos nas Empresas

### Dr. João de Sousa Martins

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>CONSELHO FISCAL</u>					
	VOGAL	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2011

### Dr. Fernando Manuel Simões Nunes Lourenço

ORGÃO SOCIAL	CARGO	EMPRESA	NOMEADO POR	DATA DE NOMEAÇÃO	MANDATO
<u>MESA DA ASSEMBLEIA GERAL</u>					
	VICE-PRES.	CAIXA - BANDEIRANTES, SGPS, SA		21-03-2006	2006/2008
<u>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</u>					
	PRESIDENTE	HPP INTERNACIONAL IRELAND LIMITED		24-09-2007	2007/2009
	PRESIDENTE	HPP INTERNACIONAL IRELAND LIMITED - LUX, SARL		26-09-2009	2007/2009
	ADMINISTRADOR	CAIXA - PARTICIPAÇÕES, SGPS, SA		07-02-2008	2006/2008
<u>CONSELHO FISCAL</u>					
	VOGAL (SUPLENTE)	CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, SA		14-03-2008	2008/2011
<u>COMISSÃO DE VENCIMENTOS</u>					
	MEMBRO	CAIXATEC - TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO, SA	CAIXAWEB, SGPS	02-01-2007	2007/2009

# RELATÓRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E SUSTENTABILIDADE



A responsabilidade social é entendida e praticada no Caixa – Banco de Investimento (CaixaBI) de uma forma transversal ao conjunto da sua actividade. As características de entidade socialmente responsável, adoptadas pelo CaixaBI, são as seguintes:

- .Um envolvimento baseado em valores de ética empresarial;
- .Uma vontade de progresso contínuo;
- .Uma compreensão e uma aceitação da interdependência da empresa com os seus meios envolventes;
- .Uma visão a longo termo baseada na responsabilidade face às gerações futuras;
- .O princípio de prudência como regra de decisão;
- .Uma prática regular de diálogo e de consulta de todas as partes envolvidas, incluindo sobre os temas mais delicados;
- .Uma vontade de informação e transparência;
- .Uma capacidade de responder pelos seus actos e de prestar contas sobre as consequências directas e indirectas da sua actividade.

O princípio do Desenvolvimento Sustentável é orientativo no desempenho financeiro do Banco, reflectindo-se na preocupação em privilegiar orientações de negócio que salvaguardem os efeitos sociais e ambientais correlacionados. Temas como a protecção de um ambiente limpo, a boa gestão dos recursos naturais e a gestão de recursos humanos atenta à qualidade de vida, fazem parte da noção de sustentabilidade que o CaixaBI aplicada de uma forma interdisciplinar.

Foram várias as operações em que o CaixaBI participou durante o ano de 2008, e que, pela sua dimensão e contribuição para um ambiente sustentável, se podem indicar:

- .O projecto **Tuin Zonne** conquistou já distinção internacional ao ser considerado *Deal of the Year* pela revista Project Finance, na categoria **European Renewable Solar**, construção de diversos parques fotovoltaicos em Espanha, num total de 120MW;
- .**Amper Central Solar**, construção e operação do parque fotovoltaico de 45,60MWp em Moura;
- .**Alto Tajo Solar**, construção e operação de dois parques fotovoltaicos com um total de 10MW, em Cáceres, Espanha;
- .**Infinita Renovables**, construção e operação de duas fábricas de produção de bio-diesel com capacidade para 900 mil toneladas por ano, em Ferrol e em Castellón, Espanha;
- .**MARL Energia – Central Fotovoltaica, SA**, construção e operação de um parque fotovoltaico de 6MW;
- .**Tauton River Desalination Plant**, construção e operação de uma fábrica de dessalinização e distribuição de água, em Massachusetts, EUA;
- .**Parques Solares de Mira**, construção, operação e manutenção de um parque fotovoltaico de 6,8MW em Murcia, Espanha;
- .**Tussoenergia**, construção e operação de um parque fotovoltaico de 1,8MW, no telhado do terminal de autocarros TUSSAM, em Sevilha, Espanha;
- .**Compañia Energética Las Villas**, construção e operação de uma fábrica de cogeração de 25MW na Andaluzia, Espanha;
- .**The Astatine Division Company**, construção e operação de dois parques fotovoltaicos de 5,2MW, em Espanha;
- .**Iberwind Desenvolvimento e Projectos**, construção e operação de um parque eólico de 150MW, em Portugal;
- .**Hospital de Cascais**, construção e operação do novo hospital de Cascais;
- .**Indáqua Vila do Conde**, concessão da distribuição de água e saneamento básico de Vila do Conde;
- .*Joint Global Coordinator e Joint-Bookrunner* no âmbito da Oferta Pública Inicial da **EDP Renováveis**;

.Assessoria Financeira à Parpública no âmbito da avaliação económica e financeira da **Hidroeléctrica de Cahora Bassa**;

.Aquisição de uma participação correspondente a 5% do capital da **Hyperion – Energy Investments, SL.**, envolvendo um investimento estimado em € 6.2 milhões, dos quais foram já realizados € 1.58 milhões. O objectivo do projecto é o de construir e explorar duas centrais térmicas solares, a localizar em Espanha (Ciudad Real, província de Castilla la Mancha), com capacidade de produção global de 100 MW;

.Compra de 940.000 acções da **EDP Renováveis, SA** na sequência do IPO da sociedade, representando um investimento de € 7.429.600;

.Investimento em 20% do capital da **Pinewells, SA**, sociedade que se encontra a desenvolver um projecto com vista à construção de uma unidade industrial na Pampilhosa da Serra para a produção de cerca de 100 mil toneladas de pellets de madeira. O valor do investimento ascendeu a € 300.000;

.Tomada de uma participação correspondente a 33% do capital da **SMARTWATT – Eficiência Energética e Microgeração, SA**, sociedade que se dedica à prestação de serviços na área da eficiência energética e microgeração;

.Subscrição de 19,9% do capital da **Sobrevento – Energias Alternativas, Lda.**, envolvendo um investimento global de cerca de 3.98 milhões de euros. A Sobrevento é uma sociedade especificamente constituída com vista à aquisição da totalidade do capital social da **PEA – Parques Eólicos de Arganil, SA**, sociedade que irá desenvolver o Parque Eólico do Toutiço com uma capacidade de 102 MW, localizado em Arganil/Pampilhosa da Serra.

.Investimento de € 21.5 milhões na **SICAR Novenergia II**, Sociedade que investe na área da energias renováveis em vários países europeus, designadamente em Portugal.

.**Projecto Convento**, *repricing dos project finance* associados ao desenvolvimento dos Portfolios Martel I, II e Entreventos da Enersis (€ 740M + € 17.52M), no âmbito da aquisição realizada por consórcio liderado pela Magnum Capital e Bridge finance;

.**EDP – Produção Bioelectrica**, financiamento médio/longo prazo € 130M com participação do Grupo CGD no montante de € 65M.

## Os Três P's ou a Triple Bottom Line

Na Agenda 21 - o plano de sustentabilidade para o século XXI adoptado na Cimeira do Rio de Janeiro em 1992 - - fixaram-se as três áreas do Desenvolvimento Sustentável: a dimensão económica, a dimensão ambiental, e a dimensão social, também conhecidas pela expressão *triple bottom line* ou ainda pelos 3 P's - *People, Planet, Profit*.

Com a crescente consciencialização da sociedade para esta matéria, o CaixaBI surge na fileira das primeiras instituições a sublinhar a importância daquelas três áreas para a comunidade onde está inserido: O eixo económico representa a criação de riqueza para todos pelo modo de produção e de consumo duráveis; o eixo ecológico reporta-se à conservação e gestão de recursos e o eixo social reflecte a equidade e a participação de todos os grupos sociais.

Cada uma destas dimensões é vista no CaixaBI como uma responsabilidade indissociável da boa condução dos negócios:

## .A Dimensão Económica

A dimensão económica da sustentabilidade tem como medida o impacto das organizações sobre as condições económicas das suas partes interessadas e sobre o sistema económico a todos os níveis, obedecendo a uma visão de longo prazo que deve abranger as disciplinas do ambiente, do social e dos recursos humanos.

Esta interdisciplinaridade do desempenho económico abrange todos os aspectos das interacções económicas que podem existir entre uma organização e as suas partes interessadas, incluindo os resultados tradicionalmente apresentados nos balanços financeiros. Estes balanços financeiros destacam prioritariamente os indicadores relacionados com a rentabilidade da empresa porque estão vocacionados para informar as direcções e os accionistas.

Mas são os indicadores de Desenvolvimento Sustentável que respondem a outras prioridades e devem permitir perceber quais são as implicações da actividade de uma organização empresarial no bem estar económico dos seus *stakeholders* – Accionistas, Clientes, Fornecedores, Colaboradores, Governo, Bancos e demais parceiros sociais.

É neste sentido que o CaixaBI elabora os seus Planos de Actividade e procura executá-los no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento sustentável, em que se concilia a obtenção dos rácios de rentabilidade exigidos pelos accionistas, com a dinamização do tecido empresarial que forma a sua clientela, repercutindo assim na comunidade os efeitos positivos da sua saúde económica e financeira. O Banco procura assim novos contextos de eficácia económica, consciente de que a sua missão passa, de uma forma sustentada, pela criação de valor para os seus *stakeholders*, proporcionada pela sua oferta de produtos e serviços financeiros de reconhecida qualidade, apoiado pela sua inserção no maior grupo financeiro português – Grupo Caixa Geral de Depósitos – ostentando o melhor *rating* de longo prazo no nosso sistema financeiro – AA- pela Fitch, Aa3 pela Moody's e A+ pela Standard & Poor.

Dentro destes parâmetros comportamentais, o CaixaBI sabe reconhecer e superar as expectativas do cliente, elevar a sua actuação a um nível de exigência de qualidade superior, ser uma referência no mercado pela diferença de propostas baseadas nos padrões éticos e de responsabilidade, o que lhe tem granjeado a confiança dos seus Clientes.

## .A Dimensão Ambiental

Embora o sector financeiro não faça parte das áreas de actividade com maiores riscos ambientais, ele pode intervir com um papel, que não deve ser menosprezado, actuando sobre a sua operacionalidade interna – consumos de energia, água, papel, consumíveis, combustíveis, reciclagem, reutilização de materiais, redução de resíduos, selecção de fornecedores, entre outros, estão entre os principais impactos ambientais directos a serem devidamente acautelados.

Para além desta intervenção directa, o sector financeiro assume um papel fundamental a partir do momento em que os promotores dos projectos com impacto ambiental solicitam a sua assessoria e/ou financiamento.

Neste contexto, a actividade desenvolvida pelo CaixaBI traduz um impacto indirecto no ambiente, enquanto entidade que tem apoiado empresas através da concessão de crédito e enquanto investidores no mercado financeiro.

A introdução de critérios ambientais e a aferição dos riscos ambientais na análise de projectos e empresas a apoiar, representa um contributo fundamental para a defesa do ambiente.

Processos de angariação e montagem de operações (sejam de *Corporate Finance* ou de *Project Finance*) são oportunidades que o Banco tem para fazer sentir a preocupação de avaliar o impacto ambiental da actividade das empresas suas clientes e de repercutir a análise dos efeitos ambientais na avaliação das empresas e no preço dos financiamentos contratados.

O CaixaBI tem tido importantes participações em financiamentos a projectos na área ambiental, designadamente projectos de parques eólicos, hídricos, de outras fontes de energia renovável, de tratamento de resíduos e de saneamento básico, projectos de enorme impacto ambiental e que requerem uma complexidade a todos os níveis, incluindo ao nível da aprovação e monitorização ambiental. O Banco, em conjunto com os promotores de energias renováveis, está empenhado no sucesso e na concretização dos objectivos traçados pelas autoridades governamentais de, no final da década, 12% da capacidade de geração eléctrica instalada ser proveniente da componente renovável, excluindo as grandes hídricas.

## .A Dimensão Social

A dimensão social é abordada por meio da análise do impacto da organização sobre as suas partes interessadas - colaboradores, fornecedores, consumidores/clientes, comunidade, governo e sociedade em geral - a nível local, nacional e global.

Assim, em relação aos colaboradores, a empresa socialmente responsável favorece o desenvolvimento pessoal através da formação e proporciona um acompanhamento regular da saúde dos mesmos.

Por isso o CaixaBI entende como sua responsabilidade imediata proporcionar aos seus colaboradores um ambiente de trabalho saudável – quer oferecendo um Plano Médico que abrange o agregado familiar directo (cônjuges e filhos), quer acompanhando a saúde dos seus colaboradores através da Medicina no trabalho e respectivos exames anuais (*check up*) – e de elevado perfil profissional, aprovando um Plano de Formação que proporciona múltiplas acções de formação, desde a frequência de seminários até à frequência de pós-graduações e MBA's. O Banco proporciona ainda aos seus colaboradores um plano complementar de reforma.

Dentro da dimensão social, o CaixaBI, torna público o seu Relatório sobre o Governo da Sociedade, assumindo total transparência perante todos os *stakeholders*. Internamente, o Banco possui regulamentos que permitem assegurar um elevado comportamento ético dos seus colaboradores, bem como procedimentos preventivos e fiscalizadores, possuindo um Gabinete de *Compliance* para verificação do cumprimento de normas e regulamentos em vigor. Para além de possuir um Código de Conduta que vincula todos os colaboradores, para prevenir as práticas fraudulentas,

o CaixaBI possui ainda um Manual de Prevenção do Branqueamento de Capitais que prevê a colaboração com as autoridades de Supervisão.

Sendo parte integrante do Grupo CGD, o Banco participa ainda, directa ou indirectamente, em diversas acções de mecenato proporcionando, em particular, a realização de eventos artísticos no auditório da Culturgest, e ajudando a promover o património cultural nacional como base para dar continuidade a uma herança cultural rica, a qual se continua a considerar um importante catalisador para a consolidação de uma identidade comunitária.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
.CONTAS CONSOLIDADAS

## Balanços Consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	NOTAS	2008			2007
		VALOR ANTES DE IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES 1	IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES 2	VALOR LÍQUIDO 3=1-2	VALOR LÍQUIDO
<b>ACTIVO</b>					
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	5	1.164.400		1.164.400	1.014.338
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	6	16.885.360		16.885.360	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES CRÉDITO	7	8.563.604		8.563.604	9.032.960
<b>CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS:</b>					
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	8	758.216.409		758.216.409	604.303.373
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	9	163.095.441		163.095.441	112.042.350
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVIAÇÃO POSITIVA	10	461.812		461.812	
INVESTIMENTOS A DETER ATÉ À MATURIDADE					
CRÉDITO A CLIENTES	11	879.823.348	14.413.141	865.410.208	937.831.851
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA					
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO					
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	12	22.322.247	8.794.792	13.527.455	11.165.854
ACTIVOS INTANGÍVEIS	13	4.115.009	3.732.651	382.358	444.237
INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS	14	3.487.487		3.487.487	59.607.908
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	15	828.868		828.868	752.468
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	15	5.215.771		5.215.771	4.394.007
OUTROS ACTIVOS	16	66.561.819	6.836.509	59.725.310	131.668.537
<b>TOTAL DE ACTIVO</b>		<b>1.930.741.575</b>	<b>33.777.093</b>	<b>1.896.964.482</b>	<b>1.878.053.921</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	NOTAS	2008 VALOR LÍQUIDO	2007 VALOR LÍQUIDO
<b>PASSIVO</b>			
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	17	1.237.631.270	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	18	119.162.219	77.856.150
RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS			
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	10	260.363.729	58.032.342
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	10	1.483.423	1.018.501
PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA			
PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS	19	12.313.109	3.067.989
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	15	2.609.956	2.228.520
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	15	1.426.821	1.881.604
OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS			
OUTROS PASSIVOS	20	71.535.649	118.582.269
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>		<b>1.706.526.176</b>	<b>1.657.931.478</b>
<b>CAPITAL</b>			
CAPITAL	21	81.250.000	81.250.000
PRÉMIO DE EMISSÃO			
OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL			
ACÇÕES PRÓPRIAS	21	(5.999.453)	(5.999.453)
RESERVAS DE JUSTO VALOR	22	(45.791.987)	(254.879)
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	22	126.531.980	103.630.446
RESULTADO DO EXERCÍCIO	22	30.242.185	37.041.596
DIVIDENDOS ANTECIPADOS			
INTERESSES MINORITÁRIOS	23	4.205.581	4.454.733
<b>TOTAL DE CAPITAL</b>		<b>190.438.306</b>	<b>220.122.442</b>
<b>TOTAL DE PASSIVO E DE CAPITAL</b>		<b>1.896.964.482</b>	<b>1.878.053.921</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Demonstrações dos Resultados Consolidados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	NOTAS	2008	2007
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	24	294.052.218	316.303.389
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	24	(269.439.897)	(295.088.425)
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL		156.263	767.575
<b>MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>		<b>24.768.584</b>	<b>21.982.539</b>
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	25	67.228.608	58.189.081
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	25	(7.109.912)	(2.909.016)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	26	(4.444.442)	(2.994.693)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	27	9.776.887	318.224
<b>PRODUTO DA ACTIVIDADE FINANCEIRA</b>		<b>90.219.724</b>	<b>74.586.135</b>
CUSTOS COM PESSOAL	28	(16.248.555)	(15.205.071)
OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS	29	(9.719.534)	(8.539.306)
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	12 E 13	(1.037.817)	(973.031)
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	19	(9.245.120)	167.427
IMPARIDADE DO CRÉDITO LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	30	(5.779.162)	(1.204.940)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	30	(3.746.612)	847.576
RESULTADOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS	14	(2.093.292)	(3.129.640)
<b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS E DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>42.349.632</b>	<b>46.549.148</b>
IMPOSTOS SOBRE LUCROS:			
CORRENTES	15	(12.969.546)	(9.918.456)
DIFERIDOS	15	612.948	391.685
		(12.356.599)	(9.526.772)
<b>RESULTADO CONSOLIDADO ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>29.993.033</b>	<b>37.022.377</b>
DO QUAL: RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		0	0
INTERESSES MINORITÁRIOS	23	249.152	19.219
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>30.242.185</b>	<b>37.041.596</b>
<b>ACÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>		<b>76.592.000</b>	<b>76.592.000</b>
<b>RESULTADO POR ACÇÃO</b>		<b>0,39</b>	<b>0,48</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Consolidados para os Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2008 e 2007

	2008	2007
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
JUROS E COMISSÕES RECEBIDAS	360.220.087	373.478.795
JUROS E COMISSÕES PAGAS	(271.460.991)	(298.767.020)
PAGAMENTOS AO PESSOAL E FORNECEDORES	(25.234.636)	(23.631.401)
PAGAMENTO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS	(12.664.511)	(12.321.513)
OUTROS RESULTADOS	1.727.878	988.557
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>52.587.827</b>	<b>39.747.418</b>
<b>(AUMENTOS) DIMINUIÇÕES DE ACTIVOS OPERACIONAIS</b>		
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS	(133.979.479)	(28.949.570)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	(103.831.605)	(88.982.544)
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	464.019	7.762.353
CRÉDITO A CLIENTES	67.806.913	(152.492.169)
OUTROS ACTIVOS	81.927.458	(90.782.037)
	(87.612.694)	(353.443.966)
<b>AUMENTOS (DIMINUIÇÕES) DE PASSIVOS OPERACIONAIS</b>		
PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO	202.796.308	(43.597.796)
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(158.417.787)	316.062.377
RECURSOS DE CLIENTES	40.524.814	(27.629.344)
OUTROS PASSIVOS	(63.053.097)	80.449.379
	21.850.238	325.284.616
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(13.174.628)</b>	<b>11.588.069</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
AQUISIÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	(3.475.953)	(898.714)
ALIENAÇÃO DE ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	147.508	184.978
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	(700.000)	(887.500)
ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	42.426.257	7.499.602
DIVIDENDOS RECEBIDOS	156.263	767.575
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>38.554.075</b>	<b>6.665.940</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS	(14.140.062)	(26.106.539)
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(14.140.062)</b>	<b>(26.106.539)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>11.239.385</b>	<b>(7.852.530)</b>
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	6.810.375	14.662.905
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	18.049.760	6.810.375

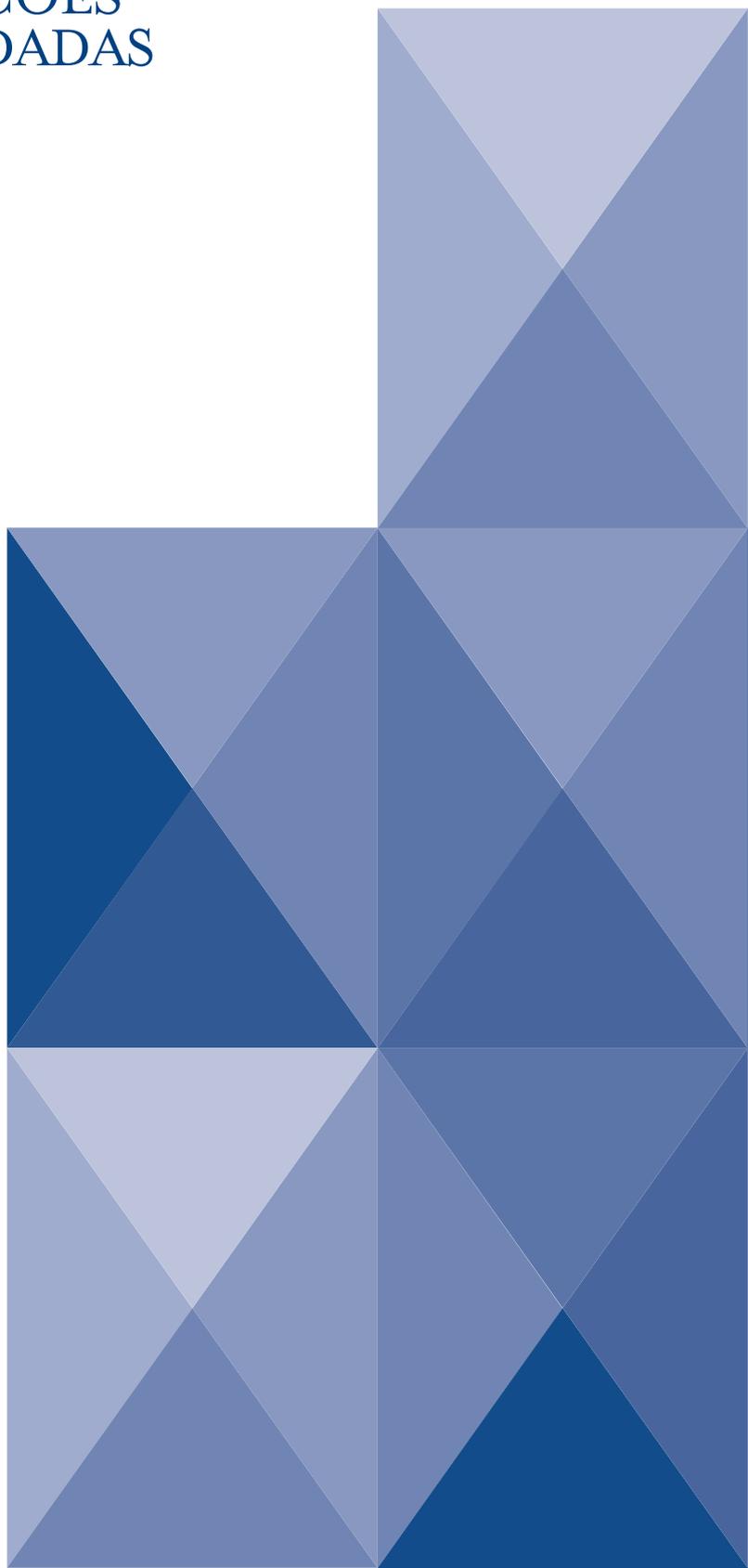
(Montantes expressos em Euros)

## Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios Consolidados para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	NOTAS	CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA DE JUSTO VALOR	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS			LUCRO DO EXERCÍCIO	INTERESSES MINORITÁRIOS	TOTAL
					RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	TOTAL			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>		81.250.000	(5.999.453)	5.780.288	56.729.842	42.961.378	99.691.220	30.045.764	59.528.709	270.296.528
<b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2006:</b>										
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS PELO BANCO	22	-	-	-	-	1.587.689	1.587.689	(27.694.228)	-	(26.106.539)
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		-	-	-	4.336.193	(1.984.656)	2.351.537	(2.351.537)	-	-
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
ACRÉSCIMOS	9	-	-	2.207.177	-	-	-	-	-	2.207.177
RECUPERAÇÕES	9	-	-	(8.542.929)	-	-	-	-	-	(8.542.929)
EFEITO FISCAL	15	-	-	300.586	-	-	-	-	-	300.586
ALIENAÇÃO DE PARTE DA PARTICIPAÇÃO NA COMPAL, COMPANHIA PRODUTORA DE CONSERVAS ALIMENTARES, S.A.	23	-	-	-	-	-	-	-	(55.054.757)	(55.054.757)
LUCRO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	37.041.596	(19.219)	37.022.376
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>		81.250.000	(5.999.453)	(254.878)	61.066.035	42.564.410	103.630.446	37.041.596	4.454.733	220.122.442
<b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2007:</b>										
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS PELO BANCO	22	-	-	-	-	859.938	859.938	(15.000.000)	-	(14.140.062)
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		-	-	-	24.634.049	(2.592.453)	22.041.596	(22.041.596)	-	-
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA										
ACRÉSCIMOS	9	-	-	5.670.512	-	-	-	-	-	5.670.512
RECUPERAÇÕES	9	-	-	(55.006.827)	-	-	-	-	-	(55.006.827)
EFEITO FISCAL	15	-	-	3.799.207	-	-	-	-	-	3.799.207
LUCRO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	30.242.185	(249.152)	29.993.033
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		81.250.000	(5.999.453)	(45.791.987)	85.700.084	40.831.895	126.531.980	30.242.185	4.205.581	190.438.306

(Montantes expressos em Euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



## 1. Nota Introdutória

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como Corporate Finance de Dívida Fixa e Variável, Corporate Finance de Acções, Assessoria Financeira, Structured Finance, Project Finance, Intermediação Financeira, Research e Capital de Risco. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha.

O Banco participa ainda, directa e indirectamente, no capital de um conjunto de empresas, nas quais detém posições maioritárias. Estas empresas constituem o Grupo Caixa – Banco de Investimento (Grupo).

Conforme descrito na Nota 21, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras do Banco e das suas subsidiárias e associadas em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pelas respectivas Assembleias Gerais. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Políticas Contabilísticas

### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008 foram preparadas com base nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, na sequência do Regulamento (CE) Nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e das disposições do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro.

## 2.2. Princípios de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas do Banco e as das entidades controladas directamente e indirectamente pelo Grupo (Nota 4).

A nível das empresas participadas, são consideradas "filiais" aquelas nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Adicionalmente, em resultado da aplicação da Norma IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas", o Grupo inclui no perímetro de consolidação entidades de propósito especial, nomeadamente, fundos de capital de risco geridos pelo Grupo e em que detém a maioria dos riscos e benefícios associados à respectiva actividade.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método da integração global. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica "Interesses minoritários", do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do Banco e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, incluindo a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

## 2.3. Concentrações de Actividades Empresariais e "Goodwill"

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – "Concentrações de actividades empresariais" são registados pelo respectivo justo valor.

O goodwill corresponde à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma filial e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes. O goodwill é registado como um activo, não sendo objecto de amortização. No entanto é objecto de testes de imparidade com uma periodicidade mínima anual.

Até 1 de Janeiro de 2004, conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o goodwill era integralmente deduzido ao capital próprio no ano de aquisição das filiais. Tal como permitido pela Norma IFRS 1, o Grupo não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o goodwill gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 permaneceu registado em reservas.

## 2.4. Investimentos em Associadas

Consideram-se empresas "associadas" aquelas sobre as quais o Banco tem uma influência significativa, mas sobre as quais não exerce um controlo efectivo sobre a gestão. Assume-se a existência de influência significativa sempre que a participação do Grupo se situa, directa ou indirectamente, entre 20% e 50% do capital ou dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com este método, as participações são inicialmente valorizadas pelo respectivo custo de aquisição, sendo o valor subsequentemente ajustado com base na percentagem efectiva do Grupo nas variações do capital próprio (incluindo resultados) das associadas.

Caso existam divergências com impacto materialmente relevante, são efectuados ajustamentos aos capitais próprios das empresas associadas utilizados para cálculo da equivalência patrimonial, de forma a reflectir a utilização dos princípios contabilísticos do Grupo.

O "goodwill" correspondente à diferença positiva entre o custo de aquisição de uma associada e a percentagem efectiva adquirida pelo Grupo no justo valor dos respectivos activos, passivos e passivos contingentes, permanece reflectido no valor do investimento, sendo a totalidade do valor de balanço do investimento objecto de testes de imparidade anuais.

Os resultados não realizados em transacções com empresas associadas são eliminados na medida da percentagem de participação efectiva do Grupo nas entidades em questão.

## 2.5. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As contas individuais de cada entidade do Grupo incluídas na consolidação são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que operam (denominada "moeda funcional"). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, todas as empresas do Grupo tinham como moeda funcional o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.6. Instrumentos Financeiros

### a) *Activos Financeiros*

Os activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

#### i) **Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados**

Esta categoria inclui:

- .Activos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de preço, com excepção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,
- .Activos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados.

A utilização da "Fair value option" implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

- a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;
- b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas, e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.
- c) Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

- .Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;
- .Fique claro, com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

O Grupo regista nesta categoria os instrumentos de capital relativos à actividade de capital de risco sempre que os instrumentos tenham associados derivados, nomeadamente o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações e os títulos enquadráveis na alínea b) acima referida.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados em operações financeiras". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

#### **ii) Empréstimos e Contas a Receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das categorias de activos financeiros referidas anteriormente. Esta categoria inclui crédito concedido a clientes do Grupo, valores a receber de outras instituições financeiras e valores a receber pela prestação de serviços ou alienação de bens.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

#### **iii) Activos Financeiros Disponíveis para Venda**

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade e os investimentos da área de capital de risco do Grupo sem opções associadas, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados e que não se enquadram nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, que permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os juros relativos a instrumentos de dívida classificados nesta categoria são determinados com base no método da taxa efectiva, sendo reconhecidos em resultados.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Grupo ao seu recebimento.

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos de rendimento fixo da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008 (Notas 8 e 9).

### **Reclassificação de Activos Financeiros**

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 2.15, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Não são permitidas contudo quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

### **Justo Valor**

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado, para a generalidade dos activos, por um órgão do Grupo independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

.Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;  
.Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;
- ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

.Os instrumentos de capital próprio não cotados detidos no âmbito da actividade de capital de risco são valorizados com base nos seguintes critérios:

- i) Preços praticados em transacções materialmente relevantes efectuadas por entidades independentes nos últimos seis meses;
- ii) Múltiplos de sociedades comparáveis em termos de sector de actividade, dimensão e rentabilidade;
- iii) Fluxos de caixa descontados;
- iv) Valor de liquidação, correspondente ao valor líquido do património da participada;

v) Custo de aquisição (apenas no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização).

Caso exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações, a respectiva valorização contabilística não poderá exceder o valor actual do preço de saída.

Aos valores obtidos com base nas metodologias de avaliação acima descritas é aplicado, caso se justifique, um factor de desconto de forma a reflectir a falta de liquidez dos títulos e/ou o risco de crédito da contraparte nos acordos celebrados.

.Os restantes instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade (por exemplo, pela inexistência de transacções recentes) são mantidos ao custo, deduzidos de eventuais perdas por imparidade.

### ***b) Passivos Financeiros***

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros Passivos Financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços ou compra de activos.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

### ***c) Derivados e Contabilidade de Cobertura***

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

.Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

.Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

### **Derivados Embutidos**

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

- .As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e
- .A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

### **Derivados de Cobertura**

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Grupo a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, estão sujeitas ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Grupo prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

- .Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Grupo;
- .Descrição do(s) risco(s) coberto(s);
- .Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;
- .Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

## **Derivados de Negociação**

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

- .Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;
- .Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;
- .Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em operações financeiras". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

## ***d) Imparidade de Activos Financeiros***

### **Activos Financeiros ao Custo Amortizado**

O Grupo efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, Crédito a clientes, Aplicações em instituições de crédito e Outros activos.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual relativamente a activos financeiros em que o montante de exposição seja significativo e numa base colectiva quanto a activos homogéneos, cujos saldos devedores não sejam individualmente relevantes.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- .Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- .Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- .Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- .Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- .Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- .Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

Os activos que não foram objecto de análise específica foram incluídos numa análise colectiva de imparidade, tendo sido classificados para este efeito em grupos homogéneos com características de risco similares. Adicionalmente, os activos avaliados individualmente e para os quais não foram identificados indícios objectivos de imparidade foram igualmente objecto de avaliação colectiva de imparidade, tal como referido no parágrafo anterior.

Dada a inexistência de um histórico relevante ao nível do Banco, as perdas por imparidade calculadas na análise colectiva foram determinadas com base em parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O montante de imparidade apurado é reconhecido em custos do exercício, sendo reflectido no balanço separadamente como uma dedução ao valor do crédito a que respeita.

Sempre que aplicável, o Grupo abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da respectiva imparidade acumulada, mediante aprovação do Conselho de Administração. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados.

#### **Activos Financeiros Disponíveis para Venda**

Conforme referido na Nota 2.6. a), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- i) Alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera que indiquem que o custo do investimento não venha a ser recuperado na totalidade;
- ii) Um declínio significativo ou prolongado do valor de mercado abaixo do preço de custo. Com referência à data das demonstrações financeiras, o Banco efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, o Banco analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

i) Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação;

ii) Existência de menos valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

Adicionalmente, como resultado da análise específica poderá ser identificada e registada imparidade em investimentos que apresentem menos-valias inferiores a 50%. É ainda considerada informação relativa a eventos subsequentes à data de balanço.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Grupo efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

## **2.7. Activos Não Correntes Detidos para Venda e Grupos de Activos e Passivos a Alienar**

De acordo com a Norma IFRS 5 – "Activos não correntes detidos para venda e operações descontinuadas", os activos não correntes, ou grupos de activos e passivos a alienar são classificados como detidos para venda sempre que seja expectável que o seu valor de balanço venha a ser recuperado através de venda, e não de uso continuado. Para que um activo (ou grupo de activos e passivos) seja classificado nesta rubrica deverá ser assegurado o cumprimento dos seguintes requisitos:

- .A probabilidade de ocorrência da venda é elevada;
- .O activo está disponível para venda imediata no seu estado actual;
- .Existe a expectativa de que a venda se venha a concretizar até um ano após a classificação do activo nesta rubrica.

Os activos registados nesta rubrica são valorizados ao menor entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzido dos custos a incorrer na venda.

## 2.8. Outros Activos Tangíveis

Excepto quanto aos activos adquiridos até ao exercício de 1998, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito da referida reavaliação, uma vez que o seu resultado, no momento em que foi efectuada, correspondia genericamente ao custo ou custo depreciado de acordo com as IFRS ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
IMÓVEIS	50
EQUIPAMENTO:	
MOBILIÁRIO E MATERIAL	4 - 10
MATERIAL DE TRANSPORTE	4
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	3 - 4
INSTALAÇÕES INTERIORES	3 - 10
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	4 - 10
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	5 - 10
OS TERRENOS NÃO SÃO OBJECTO DE AMORTIZAÇÃO	

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis, de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do exercício, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Grupo avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

## 2.9. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### **Como Locatário**

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

### **Como Locador**

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

## 2.10. Activos Intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das actividades do Grupo. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## 2.11. Impostos sobre Lucros

Todas as empresas do Grupo são tributadas individualmente, e as com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC). As contas das sucursais do Banco são integradas nas contas da sede, por forma a apurar o resultado fiscal da actividade global em sede de IRC, sendo que os resultados das sucursais são ainda sujeitos a impostos locais nos países/territórios onde estas estão estabelecidas. Os impostos locais são dedutíveis à colecta de IRC da actividade global, nos termos do artigo 85º do respectivo Código e dos Acordos de Dupla Tributação celebrados por Portugal.

A Sucursal Financeira Exterior do Banco na Região Autónoma da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 34º do EBF, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global

da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (Caixa Desenvolvimento) está sujeita ao regime fiscal das Sociedades Gestoras de Participações Sociais. Ao abrigo deste regime, os lucros distribuídos à Caixa Desenvolvimento pelas suas participadas são integralmente excluídos de tributação em sede de IRC, desde que as participações sejam detidas durante, pelo menos, um ano.

Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento aplicou às mais-valias e menos-valias obtidas nos exercícios de 1999 e 2000, decorrentes da troca ou venda de quotas ou acções de que era titular, o regime de diferimento de tributação destes rendimentos, então estabelecido no Código do IRC. Face ao regime em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2002, as mais-valias obtidas nos referidos anos, afectas a investimentos alienados até 31 de Dezembro de 2004, estão a ser tributadas ao longo de um período de 10 anos, tendo o Grupo registado o respectivo passivo por impostos diferidos.

Nos termos previstos no artigo 32º do EBF, as mais-valias e as menos-valias fiscais realizadas pela Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) e Caixa Desenvolvimento mediante a transmissão onerosa de partes de capital, desde que detidas por um período não inferior a um ano, bem como os encargos financeiros suportados com a sua aquisição, não concorrem para a formação do lucro tributável. Este regime não se aplica às mais-valias realizadas e aos encargos financeiros suportados quando as partes de capital tenham sido adquiridas (i) a entidades com as quais existam relações especiais, nos termos previstos no número 4 do artigo 58º do Código do IRC, (ii) a entidades com domicílio, sede ou direcção efectiva em território sujeito a um regime fiscal mais favorável ou (iii) a entidades residentes em território português sujeitas a um regime especial de tributação, e tenham sido detidas por um período inferior a três anos.

Ainda nos termos previstos no número 4 do artigo 32º do EBF, a Caixa Capital pode deduzir à colecta de IRC, e até à sua concorrência, a título de benefício fiscal, uma importância correspondente ao limite da soma das colectas de IRC dos cinco exercícios anteriores àquele a que respeita o benefício, desde que o valor deduzido seja utilizado na realização de investimentos em sociedades com potencial de crescimento e valorização. A importância não deduzida nos termos anteriormente referidos poderá ser posteriormente deduzida, nas mesmas condições, na liquidação dos cinco exercícios seguintes. Nos termos previstos pelo artigo 86º do Código de IRC, o imposto liquidado não pode ser inferior a 60% do montante que seria apurado se a Caixa Capital não usufrísse do benefício fiscal acima referido.

Os rendimentos obtidos pelos Fundos de Capital de Risco estão isentos de IRC nos termos do disposto no artigo 23º do EBF.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de

lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- .Diferenças temporárias resultantes de goodwill;
- .Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- .Diferenças temporárias resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Grupo tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Grupo correspondem a provisões e imparidade não aceites para efeitos fiscais, reavaliação de partes de capital registadas como activos financeiros disponíveis para venda, diferimento de comissões, reavaliações legais de activos tangíveis, mais-valias na alienação de participações (ver acima), bem como benefícios fiscais concedidos à actividade de capital de risco.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

## 2.12. Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

Esta rubrica reflecte provisões para fazer face a responsabilidades com garantias prestadas e outros passivos extra-patrimoniais, sendo determinada com base numa análise do risco das operações e dos respectivos clientes. Inclui ainda outras provisões para fazer face a contingências fiscais, legais e outras, bem como a eventuais desvalorizações em activos financeiros.

## 2.13. Benefícios dos Empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 405.169 Euros e 380.943 Euros, respectivamente (Nota 28).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

As restantes empresas do Grupo não têm responsabilidades com pensões.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## **2.14. Comissões**

Conforme referido na Nota 2.6, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são incluídas no custo amortizado e reconhecidas como custos ou proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

## **2.15. Valores Recebidos em Depósito**

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais ao valor nominal.

## **2.16. Caixa e seus Equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Grupo considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

## 2.17. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pelo Grupo são descritas na Nota 2. Na aplicação destas políticas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco e das empresas do Grupo. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras consolidadas incluem as abaixo apresentadas.

### ***Determinação de Perdas por Imparidade em Empréstimos e Contas a Receber***

As perdas por imparidade em empréstimos e contas a receber são determinadas de acordo com a metodologia definida na Nota 2.6. d). Deste modo, a determinação da imparidade em activos analisados individualmente resulta de uma avaliação específica pelo Banco com base no conhecimento da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

A determinação da imparidade com base em análise colectiva foi efectuada segundo parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos para tipologias de crédito comparáveis.

O Banco considera que a imparidade determinada com base nesta metodologia permite reflectir de forma prudente o risco associado à sua carteira de crédito concedido, tendo em conta as regras definidas pela Norma IAS 39.

### ***Valorização de Instrumentos Financeiros Não Transaccionados em Mercados Activos***

De acordo com a Norma IAS 39, o Grupo valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, incluindo os instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.6. a). As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. No entanto, a determinação do justo valor dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco reveste-se de alguma subjectividade.

Conforme referido na Nota 2.6. a), de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização da generalidade destes instrumentos financeiros, com excepção dos instrumentos de capital afectos à actividade de capital de risco é determinada por um órgão independente da função de negociação. Adicionalmente, o Banco utiliza modelos internos de valorização sempre que seja considerado pelo Conselho de Administração que as valorizações obtidas não são representativas do justo valor dos investimentos financeiros.

Na Nota 32 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção "Justo valor", é apresentado um resumo das fontes utilizadas pelo Grupo no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

### ***Determinação de Perdas por Imparidade em Activos Financeiros Disponíveis para Venda***

Conforme descrito na Nota 2.6. d), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, incluindo os afectos à actividade de capital de risco, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.6. d)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Grupo.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

### ***Determinação de Impostos sobre Lucros***

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelas empresas do Grupo com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco e das filiais sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

## **2.18. Adopção de Novas Normas (IAS/IFRS) ou Revisão de Normas já Emitidas**

Em 2008 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008, desde que aprovadas pela União Europeia.

Em 2008, as únicas alterações com impacto nas demonstrações financeiras e nas divulgações apresentadas pelo Banco no Anexo às demonstrações financeiras resultaram da seguinte Norma:

."IAS 39 e IFRS 7 (Emenda): Reclassificação de activos financeiros". Esta alteração foi aprovada em 13 de Outubro de 2008 e é aplicável com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008 para reclassificações efectuadas até 31 de Outubro de 2008. Com esta emenda, passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. Continua a não ser permitida a reclassificação de activos financeiros para categorias de activos ao justo valor através de resultados. Foram definidos requisitos específicos de divulgação ao abrigo do IFRS 7 para as entidades que efectuem reclassificações.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, face à actividade desenvolvida pelo Banco, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

."IFRS 8 – Segmentos operacionais". Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 estabelece que o Banco deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os

quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Banco dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance. O IFRS 8 introduz ainda um requisito de divulgação de transacções com os maiores clientes.

."IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras". Esta norma, de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 são, entre outros, os seguintes:

.Introdução de um novo requisito para incluir a demonstração da posição financeira no início do primeiro período comparativo caso seja aplicada de forma retrospectiva uma política contabilística, ocorra um "restatement" das demonstrações financeiras, ou existam reclassificações nas demonstrações financeiras;

.Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) devem ser apresentados no futuro:

.Numa declaração única: "statement of comprehensive income".

.Em duas declarações (demonstração dos resultados e "statement of comprehensive income").

.Deixa de ser permitido apresentar os itens de "other comprehensive income" (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

."IFRS 3 (Alteração) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

### 3. Relato por Segmentos

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Grupo adoptou os segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de originação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

.Corporate Finance - Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Acções, bem como a actividade de Project Finance.

- .Trading and sales - Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.
- .Corretagem - Inclui a actividade de intermediação financeira.
- .Banca comercial - Inclui a originação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.
- .Capital de risco - A actividade de capital de risco do Grupo CGD é desenvolvida através da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (que, para além de concentrar toda a actividade operacional é também a sociedade gestora de três fundos de capital de risco) e da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. (vocacionada principalmente para participar nas operações de carácter estratégico e com maior potencial de valorização).
- .Outros - Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

2008							
	CORPORATE FINANCE	TRADING AND SALES	CORRETAGEM	BANCA COMERCIAL	CAPITAL DE RISCO	OUTROS	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31.203.626	232.202.805	217.134	28.342.223	1.816.415	270.016	294.052.218
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(17.285.960)	(232.706.024)	(158.403)	(19.027.087)	(5.904)	(256.518)	(269.439.897)
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	150.035	-	-	6.228	-	158.263
<b>I. MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>	<b>13.917.665</b>	<b>(353.185)</b>	<b>58.731</b>	<b>9.315.136</b>	<b>1.816.739</b>	<b>13.498</b>	<b>24.768.584</b>
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	40.025.227	2.633.632	9.219.472	12.989.707	2.337.059	23.512	67.228.608
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(3.883.710)	(588.064)	(1.813.041)	(813.889)	(11.208)	-	(7.109.912)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	248.742	(6.535.776)	(387.641)	(158.597)	2.388.830	-	(4.444.442)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	231.364	71.586	228.996	(59.527)	9.326.127	(21.659)	9.776.887
<b>II.</b>	<b>36.621.623</b>	<b>(4.418.622)</b>	<b>7.247.786</b>	<b>11.957.694</b>	<b>14.040.808</b>	<b>1.853</b>	<b>65.451.141</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>50.539.288</b>	<b>(4.771.807)</b>	<b>7.306.516</b>	<b>21.272.829</b>	<b>15.857.547</b>	<b>15.351</b>	<b>90.219.724</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(659.969)	(190.692)	(587.753)	(988.242)	(6.674.441)	(144.022)	(9.245.120)
IMPARIDADE DE CRÉDITO LIQUIDADO DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(248.299)	189.776	56.370	(5.770.449)	-	(6.560)	(5.779.162)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	-	-	-	(57.487)	(3.689.125)	-	(3.746.612)
<b>III.</b>	<b>(908.268)</b>	<b>(916)</b>	<b>(531.383)</b>	<b>(6.816.178)</b>	<b>(10.363.566)</b>	<b>(150.582)</b>	<b>(18.770.894)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>49.631.020</b>	<b>(4.772.723)</b>	<b>6.775.133</b>	<b>14.456.651</b>	<b>5.493.981</b>	<b>(135.231)</b>	<b>71.448.830</b>
<b>OUTROS CUSTOS E PROVEITOS</b>							<b>(41.206.644)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>							<b>30.242.185</b>
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	668.559.649	1.165.112	43.272.591	45.219.057	-	758.216.409
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	77.093.788	-	22.658.988	61.280.545	2.062.120	163.095.441
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO POSITIVA	-	461.812	-	-	-	-	461.812
CRÉDITO A CLIENTES	456.083.129	-	2.792.796	397.327.054	-	9.207.229	865.410.208
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	315.920.845	516.501.157	2.741.574	320.891.192	73.770.420	7.806.082	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	5.806.115	-	22.488.975	90.867.129	-	-	119.162.219
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	260.363.729	-	-	-	-	260.363.729
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	-	1.483.423	-	-	-	-	1.483.423
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	456.083.129	772.016.077	3.957.908	463.258.634	138.653.027	62.995.707	1.896.964.482

(Montantes expressos em Euros)

2007							
	CORPORATE FINANCE	TRADING AND SALES	CORRETAGEM	BANCA COMERCIAL	CAPITAL DE RISCO	OUTROS	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	25.173.644	261.734.103	471.162	27.112.285	1.558.769	253.425	316.303.389
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(14.443.953)	(262.087.954)	(286.638)	(18.024.348)	(4.779)	(240.754)	(295.088.425)
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	640.303	-	-	127.272	-	767.575
<b>I. MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>	<b>10.729.692</b>	<b>286.453</b>	<b>184.524</b>	<b>9.087.937</b>	<b>1.681.262</b>	<b>12.671</b>	<b>21.982.539</b>
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	26.205.480	2.193.350	15.428.172	11.739.060	2.573.217	49.801	58.189.081
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(120.088)	(413.291)	(2.311.454)	(4.249)	(5.575)	(54.359)	(2.909.016)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	10.258	(6.163.723)	(56.831)	(5.635)	3.221.237	-	(2.994.693)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	328.848	575.035	744.869	(110.615)	(69.399)	(444)	318.224
<b>II.</b>	<b>26.424.498</b>	<b>(4.958.698)</b>	<b>13.804.757</b>	<b>11.618.562</b>	<b>5.719.481</b>	<b>(5.002)</b>	<b>52.603.596</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>37.154.189</b>	<b>(4.672.245)</b>	<b>13.989.280</b>	<b>20.706.499</b>	<b>7.400.743</b>	<b>7.669</b>	<b>74.586.135</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	54.816	28.761	(21.319)	165.473	-	(60.305)	167.427
IMPARIDADE DE CRÉDITO LIQUIDADO DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(725.634)	(189.776)	(14.734)	(269.557)	-	(5.239)	(1.204.940)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	48.876	-	-	-	798.700	-	847.576
<b>III.</b>	<b>(621.942)</b>	<b>(161.015)</b>	<b>(36.053)</b>	<b>(104.084)</b>	<b>798.700</b>	<b>(65.544)</b>	<b>(189.937)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36.532.248</b>	<b>(4.833.261)</b>	<b>13.953.227</b>	<b>20.602.415</b>	<b>8.199.443</b>	<b>(57.874)</b>	<b>74.396.198</b>
<b>OUTROS CUSTOS E PROVEITOS</b>							<b>(37.354.602)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>							<b>37.041.596</b>
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	574.366.957	-	1.917.821	28.018.595	-	604.303.373
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	10.588.976	-	24.578.442	75.720.220	1154.712	112.042.350
CRÉDITO A CLIENTES	428.422.213	81.425.028	9.129.132	409.999.861	-	8.855.618	937.831.852
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	361.365.154	562.078.368	7.700.231	368.175.329	87.501.516	8.443.504	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	5.586.724	-	24.154.959	48.114.467	-	-	77.856.150
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	58.032.342	-	-	-	-	58.032.342
DERIVADOS DE COBERTURA COM REVALIZAÇÃO NEGATIVA	-	1.018.501	-	-	-	-	1.018.501
<b>ACTIVO LÍQUIDO TOTAL</b>	<b>428.422.213</b>	<b>681.672.640</b>	<b>9.129.132</b>	<b>436.496.124</b>	<b>137.634.703</b>	<b>184.699.109</b>	<b>1.878.053.921</b>

(Montantes expressos em Euros)

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio foi efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos.

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por mercados geográficos é a seguinte:

	2008		
	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	284.576.529	9.475.689	294.052.218
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(261.326.064)	(8.113.833)	(269.156.263)
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	156.263	-	-
<b>I. MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>	<b>23.406.728</b>	<b>1.361.856</b>	<b>24.768.584</b>
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	65.716.895	1.511.713	67.228.608
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(7.092.680)	(17.232)	(7.109.912)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(4.444.443)	1	(4.444.442)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	9.798.543	(21.656)	9.776.887
<b>II.</b>	<b>63.978.315</b>	<b>1.472.826</b>	<b>65.451.141</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>87.385.043</b>	<b>2.834.682</b>	<b>90.219.724</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(9.126.774)	(118.346)	(9.245.120)
IMPARIDADE DO CRÉDITO LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(5.779.162)	-	(5.779.162)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(3.746.612)	-	(3.746.612)
<b>III.</b>	<b>(18.652.548)</b>	<b>(118.346)</b>	<b>(18.770.894)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>68.732.495</b>	<b>2.716.336</b>	<b>71.448.830</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS			(41.206.644)
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>			<b>30.242.185</b>
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	758.216.409	-	758.216.409
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	163.095.441	-	163.095.441
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO POSITIVA	461.812	-	461.812
CRÉDITO A CLIENTES	768.695.448	96.714.760	865.410.208
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1.140.358.157	97.273.113	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	119.162.219	-	119.162.219
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	260.363.729	-	260.363.729
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	1.483.423	-	1.483.423
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	1.799.829.415	97.135.067	1.896.964.482

(Montantes expressos em Euros)

2007			
	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	310.429.294	5.874.095	316.303.389
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(290.807.444)	(4.280.981)	(295.088.425)
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	767.575	-	767.575
<b>I. MARGEM FINANCEIRA ALARGADA</b>	<b>20.389.425</b>	<b>1.593.114</b>	<b>21.982.539</b>
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	57.688.258	500.823	58.189.081
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(2.890.382)	(18.634)	(2.909.016)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(2.994.696)	3	(2.994.693)
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	318.671	(447)	318.224
<b>II.</b>	<b>52.121.851</b>	<b>481.745</b>	<b>52.603.596</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>72.511.276</b>	<b>2.074.859</b>	<b>74.586.135</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	403.646	(236.219)	167.427
IMPARIDADE DO CRÉDITO LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(1.204.940)	-	(1.204.940)
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	847.576	-	847.576
<b>III.</b>	<b>46.282</b>	<b>(236.219)</b>	<b>(189.937)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>(72.557.558)</b>	<b>1.838.640</b>	<b>74.396.198</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS			(37.354.602)
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>			<b>37.041.596</b>
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	604.303.373	-	604.303.373
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	112.042.350	-	112.042.350
CRÉDITO A CLIENTES	846.755.090	91.076.762	937.831.852
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1.303.863.068	91.401.034	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	77.856.150	-	77.856.150
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	58.032.342	-	58.032.342
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	1.018.501	-	1.018.501
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	1.786.790.810	91.263.111	1.878.053.921

(Montantes expressos em Euros)

## 4. Empresas do Grupo e Transacções Ocorridas no Período

Os dados financeiros retirados das contas individuais provisórias das entidades incluídas no perímetro de consolidação pelo método da integração global, relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO						
ENTIDADE	SEDE	EFFECTIVA	DATA	ACTIVO	LUCRO/ (PREJUÍZO)	SITUAÇÃO LÍQUIDA
CAIXA - BANCO DE INVESTIMENTO, S.A.	LISBOA	100,00%	31-12-2008	1.938.179.358	32.511.144	203.383.805
CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	LISBOA	100,00%	31-12-2008	90.696.883	1.392.858	64.671.108
CAIXA CAPITAL - SOCIEDADE DE CAPITAL RISCO, S.A.	LISBOA	100,00%	31-12-2008	36.817.362	(2.738.518)	24.745.986
FUNDO DE CAPITAL DE RISCO PARA INVESTIDORES QUALIFICADOS ENERGIAS RENOVÁVEIS - CAIXA CAPITAL	LISBOA	91,00%	31-12-2008	48.609.618	(4.651.314)	48.448.870

(Montantes expressos em Euros)

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a situação líquida da Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A. inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco, no montante de 87.284.245 Euros.

A Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Sociedade tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe.

O Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados Energias Renováveis – Caixa Capital (FCR Energias Renováveis) foi constituído em Janeiro de 2006, com um capital subscrito de 50.000.000 Euros, representado por 2.000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Banco subscreveu 1.820 unidades de participação pelo valor nominal de 45.500.000 Euros, dos quais 18.900.000 Euros se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2008. Nos exercícios de 2008 e 2007 foram realizados 13.700.000 Euros e 4.100.000 Euros, respectivamente.

Em 2007, o Banco procedeu à liquidação das suas filiais na República da Irlanda (Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland). Em 2007, a distribuição de dividendos ao Banco ascendeu a 785.609 Euros. A Caixa Ireland Limited era uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu Activo era composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland era uma sociedade com sede na República da Irlanda, e tinha como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários.

## 5. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CAIXA	3.555	2.846
DEPÓSITOS À ORDEM EM BANCOS CENTRAIS	1.160.845	1.011.492
	<b>1.164.400</b>	<b>1.014.338</b>

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica de depósitos à ordem no Banco de Portugal inclui os depósitos constituídos para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## 6. Disponibilidades em Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CHEQUES A COBRAR		
NO PAÍS	50.000	190
DEPÓSITOS À ORDEM		
NO PAÍS	15.754.407	5.139.623
NO ESTRANGEIRO	1.080.953	656.224
	<b>16.835.360</b>	<b>5.795.847</b>
	<b>16.885.360</b>	<b>5.796.037</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 7. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
DEPÓSITOS A PRAZO NO PAÍS	8.484.638	8.948.657
JUROS A RECEBER	78.966	84.303
	<b>8.563.604</b>	<b>9.032.960</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 8. Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008			2007		
	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	TOTAL	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	TOTAL
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA						
- DE EMISSORES PÚBLICOS:						
OBRIGAÇÕES	89.311.803	11.066.325	100.378.128	71.823.312	12.185.388	84.008.700
- DE OUTROS EMISSORES:						
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS:						
DE RESIDENTES	168.206.920	44.245.719	212.452.639	302.496.406	65.909.484	368.405.891
DE NÃO RESIDENTES	66.208.472	4.343.558	70.552.030	25.291.708	37.005.861	62.297.569
	<b>323.727.465</b>	<b>59.655.602</b>	<b>383.383.067</b>	<b>399.611.427</b>	<b>115.100.734</b>	<b>514.712.160</b>
INSTRUMENTOS DE CAPITAL						
DE RESIDENTES	37.291.022	42.516.980	79.808.002	28.750	26.037.064	26.066.814
DE NÃO RESIDENTES	1.420.113	-	1.420.113	-	-	-
	<b>38.711.135</b>	<b>42.516.980</b>	<b>81.228.115</b>	<b>29.750</b>	<b>26.037.064</b>	<b>26.066.814</b>
INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO (NOTA 10)						
	293.605.227	-	293.605.227	63.524.399	-	63.524.399
	<b>656.043.827</b>	<b>102.172.582</b>	<b>758.216.409</b>	<b>463.165.575</b>	<b>141.137.798</b>	<b>604.303.373</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Instrumentos de dívida de outros emissores - Detidos para negociação" inclui 158.631.452 Euros e 255.166.689 Euros, respectivamente, relativos a obrigações convertíveis em ações da EDP emitidas pela Parpública - SGPS, S.A..

A rubrica "Activos financeiros ao justo valor através de resultados - instrumentos de capital" apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL - CAPITAL DE RISCO:</b>		
SUMOL + COMPAL, S.A. (NOTA 14)	20.503.541	-
VISABEIRA, SGPS, S.A.	17.277.058	16.812.765
PLATAFORMA, SGPS, S.A.	2.448.647	2.256.143
MANUEL INÁCIO & FILHOS, SGPS, S.A.	1.875.000	3.750.000
CONVENTO DE BELMONTE - INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	400.264	363.781
NG - NEGÓCIOS E GESTÃO, SGPS, S.A.	-	2.841.905
OUTROS	12.470	12.470
	<b>42.516.980</b>	<b>26.037.064</b>

(Montantes expressos em Euros)

O Grupo regista os instrumentos de capital relativos à actividade de capital de risco nesta categoria sempre que existam derivados embutidos (ou seja, exista o direito ou a obrigação contratual de alienar as participadas no âmbito de Acordos Parassociais celebrados na data da tomada das participações).

A participação na Sumol + Compal, S.A., correspondente a 6,9% do capital social, foi recebida no âmbito do processo de alienação da participação na Compal - Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. descrito na Nota 14.

Em Outubro de 2007 o Grupo participou no aumento de capital da Visabeira, SGPS, S.A. através da subscrição de 906.505 ações por 9.019.724 Euros, tendo aumentado a sua participação no capital social dessa sociedade para 7,013%.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos financeiros ao justo valor através de resultados - instrumentos de capital" inclui participações adquiridas no âmbito do processo de dissolução e liquidação do Fundo de Capital de Risco PME (FCR PME) cujo custo de aquisição ascendeu a 1.119.944 Euros e 1.547.206 Euros (Nota 20), respectivamente. Uma vez que, nos termos dos contratos celebrados, as diferenças entre o referido custo de aquisição e os valores que venham a ser recebidos, deverão ser pagas ou restituídas pelos participantes do FCR PME. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a valorização destas participações ascende a 104.381 Euros e 440.762 Euros (Nota 20), respectivamente.

No exercício de 2008, a participação detida na NG - Negócios e Gestão, SGPS, S.A. foi alienada pelo valor de 2.943.348 Euros.

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Notas 2.18 e 9).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco detinha títulos de dívida dados em garantia cujo valor nominal ascendia a 44.150.000 Euros e 43.947.000 Euros, respectivamente (Nota 19).

## 9. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>		
DE OUTROS EMISSORES:		
RESIDENTES	71.644.521	29.494.130
NÃO RESIDENTES	18.567.806	-
	<b>90.212.327</b>	<b>29.494.130</b>
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>		
ACÇÕES		
VALOR BRUTO:		
EMITIDOS POR RESIDENTES		
VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	34.689.853	31.667.068
VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	153.127	153.127
EMITIDO POR NÃO RESIDENTES		
VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	48.229.155	54.688.428
VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	3.063.720	5.520.161
	<b>86.135.855</b>	<b>92.028.784</b>
IMPARIDADE (NOTA 30)	( 13.357.047)	( 9.592.196)
	<b>72.778.808</b>	<b>82.436.588</b>
UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO		
VALOR BRUTO	104.306	111.631
	<b>72.883.114</b>	<b>82.548.219</b>
	<b>163.095.441</b>	<b>112.042.350</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Instrumentos de capital" apresenta o seguinte detalhe:

	2008				2007	
	% DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO*	VALOR DO BALANÇO	RESERVA DE JUSTO VALOR	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
<b>PARTICIPAÇÕES – CAPITAL DE RISCO:</b>						
SICAR NOVENERGIA II	17,10%	11.907.582	16.354.554	4.446.972	17,10%	14.231.285
LA SEDA BARCELONA	7,23%	51.980.447	15.403.770	(36.576.677)	3,49%	37.602.012
EDP RENOVÁVEIS, S.A.	0,11%	17.541.296	11.026.422	(6.514.874)	-	-
A. SILVA & SILVA – IMOBILIÁRIO E SERVIÇOS, S.A.	23,90%	14.000.000	14.000.000	-	23,90%	14.000.000
FOMENTINVEST, SGPS, S.A.	15,38%	3.576.923	4.752.000	1.175.077	15,38%	1.750.000
MARTIFER, SGPS, S.A.	0,78%	2.629.700	2.629.700	1	0,60%	4.911.092
HELIOS I HYPERION ENERGY INVESTMENTS, S.L.	5,00%	791.818	791.818	-	-	-
HELIOS II HYPERION ENERGY INVESTMENTS, S.L.	5,00%	791.818	791.818	-	-	-
EUROFROZEN – INDÚSTRIA E COMPANHIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	32,00%	1.537.026	773.116	(763.910)	27,50%	1.502.069
MARL ENERGIA – CENTRAL FOTOVOLTAICA, LDA	31,67%	516.656	516.656	-	-	-
PINEWELLS, S.A.	20,00%	300.000	300.000	-	-	-
PARQUE EÓLICO DA GARDUNHA, LDA	-	-	-	-	12,00%	1.425.000
OUTROS INFERIORES A 100.000 EUROS	-	255.765	159.984	(95.781)	-	187.130
		<b>105.829.032</b>	<b>67.499.840</b>	<b>(38.329.190)</b>		<b>75.608.588</b>
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES:</b>						
SEIF – SOUTH EUROPE INFRASTRUCTURE EQUITY FINANCE	8,33%	3.063.722	3.063.722	-	8,33%	1.801.221
CORPORATION INTERAMERICA PARA EL FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUTURA	9,26%	1.890.010	2.062.119	172.109	7,41%	1.154.712
MTS PORTUGAL, SGMR, S.A.	4,67%	153.127	153.127	(0)	4,67%	153.127
FUNDO DE CAPITAL DE RISCO GRUPO CGD	N.D.	99.760	104.306	4.546	N.D.	111.631
ENACOL – EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	-	-	-	-	6,20%	3.718.940
		<b>5.206.619</b>	<b>5.383.274</b>	<b>176.655</b>		<b>6.939.630</b>
		<b>111.035.650</b>	<b>72.883.114</b>	<b>(38.152.535)</b>		<b>82.548.219</b>

\* LÍQUIDA DE IMPARIDADE REGISTRADA  
(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2008 e 2007, o movimento da rubrica Instrumentos de capital foi o seguinte:

	SALDO EM 31.12.2006	COMPRAS/ (VENDAS)	VARIAÇÃO NA RESERVA DE JUSTO VALOR	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31.12.2007	COMPRAS/ (VENDAS)	VARIAÇÃO NA RESERVA DE JUSTO VALOR	IMPARIDADE (NOTA 30)	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31.12.2008
<b>PARTICIPAÇÕES - CAPITAL DE RISCO:</b>										
SICAR NOVENERGIA II	-	13.500.000	731.285	-	14.231.285	-	2.123.269	-	-	16.354.554
LA SEDA BARCELONA	12.607.433	32.146.496	(7151.916)	-	37.602.012	11.294.191	(33.492.433)	-	-	15.403.770
EDP RENOVÁVEIS, S.A.	-	-	-	-	-	17.541.296	(6.514.874)	-	-	11.026.422
A. SILVA & SILVA - IMOBILIÁRIO E SERVIÇOS, S.A.	-	14.000.000	-	-	14.000.000	-	-	-	-	14.000.000
FOMENTINVEST, SGPS, S.A.	-	1.750.000	-	-	1.750.000	1.826.923	1175.077	-	-	4.752.000
MARTIFER, SGPS, S.A.	-	5.055.289	(144.197)	-	4.911.092	1.241.027	144.197	(3.666.616)	-	2.629.700
HELIOS I HYPERION ENERGY INVESTMENTS, S.L.	-	-	-	-	-	791.818	-	-	-	791.818
HELIOS II HYPERION ENERGY INVESTMENTS, S.L.	-	-	-	-	-	791.818	-	-	-	791.818
EUROFROZEN - INDÚSTRIA E COMPANHIA DE PRODUTOS ALIMENTARES, S.A.	-	1.502.069	-	-	1.502.069	34.956	(763.909)	-	-	773.116
MARL ENERGIA - CENTRAL FOTOVOLTAICA, LDA	-	-	-	-	-	516.656	-	-	-	516.656
PINEWELLS, S.A.	-	-	-	-	-	300.000	-	-	-	300.000
PARQUE EÓLICO DA GARDUNHA, LDA.	1.357	-	1.423.643	-	1.425.000	(1.357)	(1.423.643)	-	-	-
FUNDO NOVENERGIA 2010	14.253.234	(14.164.384)	(88.850)	-	-	-	-	-	-	-
OUTROS INFERIORES A 100.000 EUROS	149.592	2	37.536	-	187.130	990	(28.136)	-	-	159.984
	<b>27.011.616</b>	<b>53.789.471</b>	<b>(5.192.499)</b>	<b>-</b>	<b>75.608.588</b>	<b>34.338.318</b>	<b>(38.780.452)</b>	<b>(3.666.616)</b>	<b>-</b>	<b>67.499.840</b>
<b>OUTRAS PARTICIPAÇÕES:</b>										
SEIF - SOUTH EUROPE INFRASTRUCTURE EQUITY FINANCE	-	1.801.221	-	-	1.801.221	1.262.501	-	-	-	3.063.722
CORPORATION INTERAMERICANA PARA EL FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUCTURA	1.290.700	-	-	(135.988)	1.154.712	794.028	-	-	113.379	2.062.119
MTS PORTUGAL, SGMR, S.A.	-	153.127	-	-	153.127	-	-	-	-	153.127
FUNDO DE CAPITAL DE RISCO GRUPO CGD	120.599	-	(8.968)	-	111.631	-	(7.325)	-	-	104.306
ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	-	3.718.940	-	-	3.718.940	(3.718.940)	-	-	-	-
MARCONI	7.297	(7.297)	-	-	-	-	-	-	-	-
	<b>1.418.596</b>	<b>5.665.990</b>	<b>(8.968)</b>	<b>(135.988)</b>	<b>6.939.630</b>	<b>(1.662.411)</b>	<b>(7.325)</b>	<b>-</b>	<b>113.379</b>	<b>5.383.274</b>
	<b>28.430.212</b>	<b>59.455.462</b>	<b>(5.201.467)</b>	<b>(135.988)</b>	<b>82.548.219</b>	<b>32.675.907</b>	<b>(38.787.777)</b>	<b>(3.666.616)</b>	<b>113.379</b>	<b>72.883.114</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as menos-valias potenciais relativas a títulos classificados na rubrica "Instrumentos de dívida", ascendiam a 11.697.535 Euros e 1.149.000 Euros, respectivamente.

A participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Em Agosto de 2008, o Banco adquiriu 1.000.000 de acções pelo montante total de 1.170.000 Dólares Norte - Americanos. A exposição a risco cambial encontra-se coberta através de tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2008 e 2007 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.

Os principais instrumentos de capital registados como "Activos financeiros disponíveis para venda" tiveram os seguintes movimentos em 2008 e 2007:

## **La Seda Barcelona**

No exercício de 2007, a Caixa Capital e a Caixa Desenvolvimento reforçaram a sua posição na La Seda Barcelona (cotada na Bolsa de Valores de Madrid), através da aquisição de 16.651.943 acções, pelo montante total de 32.146.496 Euros.

Em Setembro de 2008, a Caixa Capital alienou 4.737.715 acções da La Seda Barcelona através de uma transacção em bolsa. Ainda no mesmo mês, a Caixa Desenvolvimento adquiriu também em bolsa quantidade idêntica de acções. O valor das acções compradas ascendeu a 3.363.778 Euros e a menos valia realizada pela Caixa Capital com esta operação foi de 5.139.385 Euros (Nota 26). Adicionalmente, a Caixa Desenvolvimento adquiriu 23.443.575 acções por 16.433.575 Euros, reforçando a participação na La Seda Barcelona para 7,23%.

Em 31 de Dezembro de 2008, estavam em curso negociações entre a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. com vista à alienação da participação na La Seda, a qual se veio a concretizar através de contrato de 22 de Janeiro de 2009. Nesse âmbito, a participação foi alienada por 45.304.211 Euros, correspondentes a um preço de 1 Euro por acção. O diferencial entre o custo de aquisição e o valor de venda, no montante de 6.674.440 Euros, foi registado em Provisões para riscos e encargos (Nota 19).

## **EDP Renováveis, S.A.**

Em Junho de 2008, o Banco e o FCR Energias Renováveis adquiriram 1.263.962 e 600.000 acções da EDP Renováveis, S.A., respectivamente, no âmbito da Initial Public Offering (IPO) realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção, correspondente ao montante total de 14.911.696 Euros. Até ao final de 2008 foram ainda adquiridas em Bolsa 340.000 acções pelo montante de 2.629.600 Euros.

## **Fomentinvest, SGPS, S.A.**

Em Dezembro de 2008, a Caixa Capital participou no aumento de capital da Fomentinvest, SGPS, S.A. tendo subscrito 1.826.923 acções ao valor nominal de 1 Euro cada, tendo-se mantido inalterada a sua percentagem de participação.

## **Martifer, SGPS, S.A.**

Em Junho de 2007, o FCR Energias Renováveis adquiriu 26.400 acções da Martifer, SGPS, S.A. no âmbito da Oferta Pública de Venda realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção. Até ao final de 2007 foram ainda adquiridas em Bolsa 576.188 acções, pelo montante de 4.844.089 Euros.

No exercício de 2008, o FCR Energias Renováveis adquiriu 349.020 acções pelo montante de 1.241.027 Euros.

## **Helios I/II Hyperion Energy Investments, SL**

Em Abril de 2008, foram adquiridas 153 acções da Hyperion Energy Investments, SL, correspondentes a 5% do capital social, pelo montante de 1.583.636 Euros.

## **Eurofrozen – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A. (Eurofrozen)**

Em Janeiro de 2007 a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital adquiriram 33.000 e 3.300 acções respectivamente, da Salgadás, Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A., correspondentes a 27,5% do capital da empresa. O custo de aquisição total ascendeu a 1.502.069 Euros.

No exercício de 2008, esta empresa alterou a sua denominação social para Eurofrozen – Indústria e Comércio de Produtos Alimentares, S.A..

Em Agosto de 2008, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital adquiriram 1.563 e 156 acções da Eurofrozen, pelo valor unitário de 20,335 Euros. A operação totalizou 34.956 Euros.

## **MARL Energia - Central Fotovoltaica, Lda. (MARL Energia)**

Em Janeiro de 2008, a Caixa Capital adquiriu 23.750 acções representativas de 47,5% do capital da MARL Energia, pelo montante de 775.000 Euros. Na mesma data, alienou 7.917 acções, pelo seu valor de compra (258.344 Euros) à FomentInvest, SGPS, S.A.. Na sequência destas operações, em 31 de Dezembro de 2008 a participação da Caixa Capital representa 31,67% do capital da MARL Energia.

## **Pinewells, S.A.**

Em Agosto de 2008, o FCR Energias Renováveis adquiriu 60.000 acções da Pinewells, S.A. pelo montante de 300.000 Euros.

## **SICAR NovEnergia II**

No exercício de 2007, o FCR Energias Renováveis entregou a participação de 20,06% que detinha no Fundo Novenergia 2010 (SICAV) tendo recebido 270 unidades de participação do SICAR NovEnergia II no valor de 13.500.000 Euros e 753.234 Euros em numerário. Em resultado desta operação, o Grupo registou um ganho realizado de 88.850 Euros (Nota 26).

## **A. Silva & Silva – Imobiliário e Serviços, S.A.**

Em Abril de 2007, a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Capital participaram no aumento de capital da Holgere – Gestão de Serviços, S.A., através da subscrição de 3.814.714 acções pelo montante total de 14.000.000 Euros. Adicionalmente, foram concedidos suprimentos no montante nominal de 14.000.000 Euros. De acordo com o contrato, os juros são adicionados ao capital em dívida até à data do seu vencimento. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os suprimentos concedidos estão registados na rubrica "Outros activos" pelo montante de 15.529.055 Euros e 14.466.110 Euros, respectivamente (Nota 16), incluindo 1.529.055 Euros e 466.110 Euros relativos a juros corridos.

Em 7 de Dezembro de 2007, foi alterada a denominação social desta participada para Imolgere – Imobiliário e Serviços, S.A. tendo novamente sido alterada em 2008 para A. Silva & Silva Imobiliário e Serviços, S.A..

## **Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.**

Em 31 de Dezembro de 2007, a participação nesta Sociedade encontrava-se valorizada por 1.425.000 Euros, correspondentes ao valor de venda definido em Acordo de promessa de venda da participação celebrado em Dezembro de 2007. No exercício de 2008, concretizou-se a venda da participada, tendo sido registado um ganho de 1.478.643 Euros (Nota 26).

## **South Europe Infrastructure Equity Finance**

Em 2008 e 2007, o Banco participou nos aumentos de capital do South Europe Infrastructure Equity Finance (SEIEF), tendo realizado investimento, de 1.262.501 Euros e 1.801.221 Euros, respectivamente. O Banco tem um compromisso total assumido de efectuar entradas de capital até ao montante de 10.000.000 Euros mediante solicitação do fundo, sempre que este efectue uma nova operação.

## **Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.**

No decorrer dos meses de Outubro e Novembro de 2007, o Banco adquiriu 62.351 acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., pelo montante de 410.067.116 Escudos de Cabo Verde (equivalente a 3.718.940 Euros). O Banco dispunha de uma opção de venda destes títulos pelo preço de aquisição acrescido de uma remuneração (Nota 10). Por este motivo, em 31 de Dezembro de 2007, as acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. encontravam-se valorizadas ao custo de aquisição e a opção de venda encontrava-se registada em rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 10). Em Novembro de 2008, o Banco exerceu a opção de venda da participação, tendo reconhecido uma mais-valia de 60.630 Euros (Nota 26).

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração à Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, o Banco deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos em resultados e na reserva de justo valor, é descrito como segue:

	VALOR 31-12-2007	VALOR 01-07-2008	VALOR 31-12-2008
JUSTO VALOR	40.746.135	38.575.606	37.359.987
JURO CORRIDO	646.545	528.349	781.314
<b>VALOR DE BALANÇO</b>	<b>41.392.680</b>	<b>39.103.955</b>	<b>38.141.301</b>
RESERVA DE JUSTO VALOR	-	-	(836.654)
MAIS/(MENOS) VALIA REFLECTIDA EM RESULTADOS DO EXERCÍCIO	(134.844)	(2.170.534)	(2.170.534)
<b>IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO CASO NÃO TIVESSE OCORRIDO A RECLASSIFICAÇÃO</b>			<b>(836.654)</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os valores apresentados não reflectem o efeito fiscal.

## 10. Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.6. c). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante nocional e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2008							
MONTANTE NOCIONAL				VALOR CONTABILÍSTICO			
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	ACTIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	
(NOTA 8)							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS							
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>							
. SWAPS							
TAXA DE JURO	6.899.530.727	17.456.798	6.916.987.525	232.563.060	(226.620.869)	(1.021.611)	4.920.580
COTAÇÕES (EQUITY SWAPS)	59.892.105	-	59.892.105	24.584.001	-	-	24.584.001
. FORWARDS CAMBIAIS	40.000.000	-	40.000.000	142.451	(134.531)	-	7.920
. CAPS & FLOORS	3.548.185.044	-	3.548.185.044	23.029.569	(23.024.259)	-	5.310
. OPÇÕES							
SOBRE MERCADORIAS	64.255.227	-	64.255.227	10.584.070	(10.584.070)	-	-
EMPRESAS ASSOCIADAS	-	-	-	2.702.076	-	-	2.702.076
<b>10.611.863.103</b>	<b>17.456.798</b>	<b>10.629.319.901</b>	<b>293.605.227</b>	<b>(260.363.729)</b>	<b>(1.021.611)</b>	<b>32.219.887</b>	
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>							
. FUTUROS							
TAXA DE JURO	66.237.091	-	66.237.091	-	-	-	-
<b>10.678.100.194</b>	<b>17.456.798</b>	<b>10.695.556.992</b>	<b>293.605.227</b>	<b>(260.363.729)</b>	<b>(1.021.611)</b>	<b>32.219.887</b>	
2007							
MONTANTE NOCIONAL				VALOR CONTABILÍSTICO			
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	ACTIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	
(NOTA 8)							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS							
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>							
. SWAPS							
TAXA DE JURO	4.258.819.521	18.205.847	4.277.025.368	57.668.194	(54.167.995)	(1.018.501)	2.481.698
. CAPS & FLOORS	1.642.673.256	-	1.642.673.256	3.874.674	(3.864.347)	-	10.327
. OPÇÕES							
COTAÇÕES	7.437.847	-	7.437.847	-	-	-	-
EMPRESAS ASSOCIADAS	-	-	-	1.981.531	-	-	1.981.531
<b>5.908.930.624</b>	<b>18.205.847</b>	<b>5.927.136.471</b>	<b>63.524.399</b>	<b>(58.032.342)</b>	<b>(1.018.501)</b>	<b>4.473.556</b>	
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>							
. FUTUROS							
TAXA DE JURO	306.200.000	-	306.200.000	-	-	-	-
<b>6.215.130.624</b>	<b>18.205.847</b>	<b>6.233.336.471</b>	<b>63.524.399</b>	<b>(58.032.342)</b>	<b>(1.018.501)</b>	<b>4.473.556</b>	

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos da rubrica "Swaps – cotações" correspondem a um Equity Swap para cobertura do risco de variações de valor de acções registadas na carteira de negociação. Este contrato prevê ainda a existência de um colateral sob a forma de um depósito que a contraparte deve manter junto do Banco que se encontra registado na rubrica "Credores e outros recursos – ajustamentos de cotações" (Nota 20).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Opções em empresas associadas" corresponde à reavaliação de uma opção de venda da participação no Grupo Pestana Pousadas Investimentos Turísticos, S.A. (Nota 14).

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Opções - cotações" em mercado de balcão corresponde a uma opção de venda sobre acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. (Nota 9).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico dos activos classificados como elemento coberto ascende a 14.195.958 Euros e 14.299.912 Euros respectivamente, incluindo 1.558.370 Euros e 902.404 Euros (Nota 10), respectivamente, relativos a correcções de valor.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico dos passivos classificados como elemento coberto ascende a 5.723.912 Euros e 5.137.137 Euros respectivamente, incluindo 160.731 Euros e (208.385) Euros (Nota 17), respectivamente, relativos a correcções de valor.

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

	2008					TOTAL
	<= 3 MESES	> 3 MESES <= 6 MESES	> 6 MESES <= 1 ANO	> 1ANO <= 5 ANOS	> 5 ANOS	
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS</b>						
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>						
. SWAPS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	1.320.733.276	66.667	169.305.439	2.413.489.223	2.995.936.122	6.899.530.727
COBERTURA	-	-	-	-	17.456.798	17.456.798
	<b>1.320.733.276</b>	<b>66.667</b>	<b>169.305.439</b>	<b>2.413.489.223</b>	<b>3.013.392.920</b>	<b>6.916.987.525</b>
COTAÇÕES (EQUITY SWAPS)						
NEGOCIAÇÃO	-	-	-	59.892.105	-	59.892.105
	<b>1.320.733.276</b>	<b>66.667</b>	<b>169.305.439</b>	<b>2.473.381.328</b>	<b>3.013.392.920</b>	<b>6.976.879.630</b>
. FORWARD CAMBIAL						
NEGOCIAÇÃO	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
. CAPS & FLOORS						
NEGOCIAÇÃO	-	-	673.200.000	2.526.805.024	348.180.020	3.548.185.044
. OPÇÕES SOBRE MERCADORIAS						
NEGOCIAÇÃO	7.615.431	13.802.976	38.553.138	4.283.682	-	64.255.227
	<b>1.368.348.707</b>	<b>13.869.643</b>	<b>881.058.577</b>	<b>5.004.470.034</b>	<b>3.361.572.940</b>	<b>10.629.319.901</b>
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>						
. FUTUROS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	66.237.091	-	-	-	-	66.237.091
	<b>1.434.585.798</b>	<b>13.869.643</b>	<b>881.058.577</b>	<b>5.004.470.034</b>	<b>3.361.572.940</b>	<b>10.695.556.992</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	2007					TOTAL
	<= 3 MESES	> 3 MESES <= 6 MESES	> 6 MESES <= 1 ANO	> 1ANO <= 5 ANOS	> 5 ANOS	
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS						
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>						
. SWAPS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	9.987.979	3.500.000	95.679.796	2.105.858.838	2.043.792.908	4.258.819.521
COBERTURA	-	-	-	-	18.205.847	18.205.847
	<b>9.987.979</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>2.105.858.838</b>	<b>2.061.998.755</b>	<b>4.277.025.368</b>
. CAPS & FLOORS						
NEGOCIAÇÃO	-	-	-	963.316.286	679.356.970	1.642.673.256
. OPÇÕES						
NEGOCIAÇÃO	7.437.847	-	-	-	-	7.437.847
	<b>17.425.826</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>3.069.175.124</b>	<b>2.741.355.725</b>	<b>5.927.136.471</b>
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>						
. FUTUROS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	306.200.000	-	-	-	-	306.200.000
	<b>323.625.826</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>3.069.175.124</b>	<b>2.741.355.725</b>	<b>6.233.336.471</b>

(Montantes expressos em Euros)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2008		2007	
	VALOR NOCIONAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR NOCIONAL	VALOR CONTABILÍSTICO
CONTRATOS SOBRE TAXA DE JURO				
SWAPS DE TAXA DE JURO				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.715.905.214	(172.619.822)	2.469.289.079	36.603.682
CLIENTES	3.201.082.311	177.540.402	1.807.736.289	(34.121.984)
	<b>6.916.987.525</b>	<b>4.920.580</b>	<b>4.277.025.368</b>	<b>2.481.698</b>
SWAPS DE COTAÇÕES (EQUITY SWAPS)				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-
CLIENTES	59.892.105	24.584.001	-	-
	<b>59.892.105</b>	<b>24.584.001</b>	-	-
FORWARD RATE AGREEMENT				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	20.000.000	(134.531)	-	-
CLIENTES	20.000.000	142.450	-	-
	<b>40.000.000</b>	<b>7.919</b>	-	-
CAPS & FLOORS				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.774.092.522	(18.519.784)	821.336.628	2.018.483
CLIENTES	1.774.092.522	18.525.094	821.336.628	(2.008.156)
	<b>3.548.185.044</b>	<b>5.310</b>	<b>1.642.673.256</b>	<b>10.327</b>
OPÇÕES SOBRE MERCADORIAS				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	32.127.618	(1.840.126)	-	-
CLIENTES	32.127.609	1.840.126	-	-
	<b>64.255.227</b>	-	-	-
OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES				
CLIENTES	-	-	7.437.847	-
OPÇÕES - EMPRESAS ASSOCIADAS				
CLIENTES	-	2.702.076	-	1.981.531
FUTUROS				
EM BOLSA	66.237.091	-	306.200.000	-
	<b>10.695.556.992</b>	<b>32.219.886</b>	<b>6.233.336.471</b>	<b>4.473.556</b>

(Montantes expressos em Euros)

## II. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CRÉDITO INTERNO		
EMPRÉSTIMOS	385.317.967	379.017.461
CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	26.509.400	35.426.672
DESCOBERTOS EM DEPÓSITOS À ORDEM	5.943.793	12.771.580
OUTROS CRÉDITOS	9.284.346	8.924.936
CRÉDITO INTERNO TITULADO		
PAPEL COMERCIAL	45.500.000	78.100.000
CRÉDITO AO EXTERIOR		
EMPRÉSTIMOS	398.860.789	426.294.083
CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	2.990.775	2.335.208
DESCOBERTOS EM DEPÓSITOS À ORDEM	-	9
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS QUE SEJAM OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA (NOTA 10)	1.558.370	902.404
	<b>875.965.440</b>	<b>943.772.353</b>
JUROS A RECEBER	6.803.378	6.825.617
RECEITAS COM RENDIMENTO DIFERIDO		
COMISSÕES ASSOCIADAS AO CUSTO AMORTIZADO	(4.286.005)	(4.536.712)
JUROS	(129.055)	(1.065.019)
	<b>878.353.758</b>	<b>944.996.239</b>
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	1.469.590	1.389.328
	<b>879.823.348</b>	<b>946.385.567</b>
IMPARIDADE (NOTA 30)	(14.413.141)	(8.553.716)
	<b>865.410.208</b>	<b>937.831.852</b>

(Montantes expressos em Euros)

O movimento na imparidade durante os exercícios de 2008 e 2007 é apresentado na Nota 30.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	2008	2007
ATÉ TRÊS MESES	45.858.370	28.659.600
DE TRÊS MESES A UM ANO	4.007.085	69.729.682
DE UM A CINCO ANOS	155.445.867	91.881.656
MAIS DE CINCO ANOS	635.198.139	702.967.946
DESCOBERTOS E CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	35.455.979	50.533.469
	<b>875.965.440</b>	<b>943.772.353</b>

(Montantes expressos em Euros)

A imparidade registada em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi determinada da seguinte forma:

	2008	2007
ANÁLISE ESPECÍFICA	7.779.275	1.389.328
ANÁLISE COLECTIVA	6.633.866	7164.388
	<b>14.413.141</b>	<b>8.553.716</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor nominal total dos créditos com imparidade ascende a 37.953.533 Euros e 1.389.328 Euros, respectivamente, incluindo os montantes registados em crédito vencido. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito vencido apresenta antiguidade superior a três anos, e encontra-se integralmente coberto pela imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes (valor nominal), excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

SECTOR DE ACTIVIDADE	2008		2007	
	VALOR	%	VALOR	%
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS				
INDÚSTRIAS ALIMENTARES, DE BEBIDAS E DO TABACO	13.787.608	1,6	15.385.706	1,6
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E DE PRODUTOS METÁLICOS	8.074.030	0,9	12.471.007	1,3
INDÚSTRIA TÊXTIL	9.607.544	1,1	9.849.253	1,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	6.572.147	0,8	7.420.690	0,8
FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	7.106.967	0,8	6.747.028	0,7
INDÚSTRIA DA PASTA DE PAPEL, CARTÃO E ARTIGOS DE EDIÇÃO E IMPRESSÃO	2.430.675	0,3	2.849.710	0,3
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	967.699	0,1	2.745.099	0,3
OUTRAS INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1.873.401	0,2	2.151.628	0,2
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	1.300.840	0,1	1.493.032	0,2
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE, DE ÁGUA E GÁS	135.531.667	15,5	114.544.532	12,1
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS, ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS				
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	50.499.110	5,8	27.601.661	2,9
OUTRAS ACTIVIDADES	187.185.502	21,4	216.190.336	22,9
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	-	-	8.000.000	0,8
TRANSPORTES, ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	246.323.916	28,1	251.578.847	26,7
CONSTRUÇÃO	97.754.212	11,2	89.658.418	9,5
COMÉRCIO POR GROSSO/RETAILHO	27.682.827	3,2	38.493.455	4,1
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	5.511.589	0,6	5.242.904	0,6
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	23.358.369	2,7	23.018.246	2,4
OUTRAS ACTIVIDADES E SERVIÇOS COLECTIVOS, SOCIAIS E PESSOAIS	39.184.337	4,5	96.541.872	10,2
CRÉDITO A PARTICULARES	11.213.000	1,3	11.788.929	1,2
	<b>875.965.440</b>	<b>100,00</b>	<b>943.772.353</b>	<b>100,00</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 12. Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008						
	SALDO EM 31.12.07		AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.08
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
IMÓVEIS:						
DE SERVIÇO PRÓPRIO	13.093.384	(3.008.139)	-	(168.764)	-	9.916.481
OUTROS IMÓVEIS	77.843	(77.843)	-	-	-	-
EQUIPAMENTO:						
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	1.419.494	(1.198.926)	288.137	(272.264)	-	236.441
INSTALAÇÕES INTERIORES	1.824.580	(1.712.878)	-	(34.420)	-	77.282
MOBILIÁRIO E MATERIAL	1.062.032	(956.962)	254.846	(93.044)	-	266.872
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	475.209	(419.092)	71.655	(32.100)	-	95.672
MATERIAL DE TRANSPORTE	176.587	(157.434)	53.268	(16.651)	(9150)	46.620
OUTRO EQUIPAMENTO	5.259	(4.457)	-	-	-	802
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	240.087	(240.087)	-	-	-	-
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	-	-	2.646.002	-	-	2.646.002
IMOBILIZADO EM LOCAÇÃO FINANCEIRA:						
MATERIAL DE TRANSPORTE	1.227.762	(660.565)	-	(196.650)	(129.264)	241.283
	<b>19.602.237</b>	<b>(8.436.383)</b>	<b>3.313.908</b>	<b>(813.893)</b>	<b>(138.414)</b>	<b>13.527.455</b>

2007							
	SALDO EM 31.12.06		AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS (LÍQUIDO)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.07
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
IMÓVEIS:							
DE SERVIÇO PRÓPRIO	13.093.384	(2.839.375)	-	-	(168.764)	-	10.085.245
OUTROS IMÓVEIS	77.843	(77.843)	-	-	-	-	-
EQUIPAMENTO:							
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	1.312.833	(1.035.710)	161.432	-	(217.826)	(162)	220.568
INSTALAÇÕES INTERIORES	1.906.997	(1.755.673)	4.656	-	(44.278)	-	111.702
MOBILIÁRIO E MATERIAL	1.002.896	(930.098)	59.136	-	(26.864)	-	105.070
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	477.995	(432.865)	31.745	-	(20.758)	-	56.117
MATERIAL DE TRANSPORTE	108.702	(90.401)	13.335	16.377	(28.860)	-	19.153
OUTRO EQUIPAMENTO	5.258	(4.339)	-	-	(117)	-	802
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	240.087	(240.087)	-	-	-	-	-
IMOBILIZADO EM LOCAÇÃO FINANCEIRA:							
MATERIAL DE TRANSPORTE	1.527.407	(877.155)	402.243	(16.377)	(327.407)	(141.514)	567.197
	<b>19.753.402</b>	<b>(8.283.546)</b>	<b>672.547</b>	<b>-</b>	<b>(834.874)</b>	<b>(141.676)</b>	<b>11.165.854</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos tangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na realização de obras no edifício do Banco, que não estavam ainda concluídas nesta data.

## 13. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008						
	SALDO EM 31.12.07					VALOR
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	LÍQUIDO EM 31.12.08
SISTEMAS DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	3.724.553	(3.513.260)	162.045	164.863	(223.924)	314.277
ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	232.944	-	-	(164.863)	-	68.081
	<b>3.957.497</b>	<b>(3.513.260)</b>	<b>162.045</b>	<b>-</b>	<b>(223.924)</b>	<b>382.358</b>

2007							
	SALDO EM 31.12.06					VALOR	
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	TRANSFE-RÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	OUTROS	LÍQUIDO EM 31.12.07
SISTEMAS DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	3.612.172	(3.551.662)	205.311	83.629	(138.157)	-	211.293
ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	327.604	-	20.855	(83.629)	-	(31.886)	232.944
	<b>3.939.776</b>	<b>(3.551.662)</b>	<b>226.166</b>	<b>-</b>	<b>(138.157)</b>	<b>(31.886)</b>	<b>444.237</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o imobilizado em curso corresponde a despesas incorridas na aquisição de software, o qual não está ainda a ser utilizado nestas datas.

## 14. Investimentos em Associadas

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Investimentos em associadas" era constituída pelas seguintes participações:

	2008		2007
	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO	VALOR DE BALANÇO
GRUPO PESTANA Pousadas INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, S.A. (GRUPO PESTANA Pousadas)	25%	3.487.487	3.114.677
COMPAL - COMPANHIA PRODUTORA DE CONSERVAS ALIMENTARES, S.A. (COMPAL)	-	-	56.493.231
		<b>3.487.487</b>	<b>59.607.908</b>

Os dados financeiros retirados das últimas contas individuais aprovadas do Grupo Pestana Pousadas com referência a 31 de Dezembro de 2007, podem ser resumidos da seguinte forma:

ENTIDADE	SEDE	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO EFECTIVA	DATA	ACTIVO	LUCRO/ (PREJUÍZO)	SITUAÇÃO LÍQUIDA
GRUPO PESTANA Pousadas INVESTIMENTOS TURÍSTICOS, S.A.	LISBOA	25,00%	31-12-2007	39.742.392	46.531	11.149.948

(Montantes expressos em Euros)

Para efeitos de consolidação foram utilizadas as contas do Grupo Pestana Pousadas com referência a 31 de Dezembro de 2007.

Em 2007, o Grupo Caixa – Banco de Investimento converteu suprimentos ao Grupo Pestana Pousadas no montante de 887.500 Euros em prestações suplementares. No exercício de 2008, os suprimentos e prestações acessórias aumentaram em 50.000 Euros e 700.000 Euros, respectivamente.

No âmbito do contrato parassocial relativo ao investimento no Grupo Pestana Pousadas, o Grupo Caixa – Banco de Investimento detém uma opção de venda (ver Nota 10) sobre a participação. A opção poderá ser exercida a partir de Maio de 2009 pelo maior dos seguintes preços:

.Custo de aquisição;

.Valor de avaliação apurado por uma entidade independente. Se a valorização implícita nessa avaliação exceder uma taxa de rendibilidade pré-definida, a parte excedente será repartida entre o Grupo Caixa – Banco de Investimento e o Grupo Pestana de acordo com uma percentagem pré-definida.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Caixa Desenvolvimento detinha uma participação de 49% do capital da Compal – Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. (Compal), cujo custo de aquisição ascendia a 61.250.000 Euros, incluindo prestações suplementares no total de 56.350.000 Euros.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008.

No exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

.Em 14 de Agosto de 2008, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência à venda da Compal, tendo posteriormente sido alienadas pela Caixa Desenvolvimento acções correspondentes a 29,9% do capital da Compal por 42.426.257 Euros, incluindo prestações acessórias de 34.385.000 Euros;

.Em Dezembro de 2008 foi aprovado, em Assembleia Geral de Accionistas, o projecto de fusão entre a Compal e a Sumol+Compal, Gestão de Marcas, S.A., tendo sido concretizada a escritura de fusão em 23 de Dezembro de 2008, com efeito em 31 de Dezembro de 2008. Conforme previsto contratualmente, a Caixa Desenvolvimento alienou acções correspondentes a 5,0225% do capital da Compal por 7.334.427 Euros, incluindo prestações acessórias de 5.775.875 Euros.

.Após a fusão, a Sumol+Compal, S.A. procedeu à emissão de 20.619.055 novas acções, tendo este aumento de capital sido integralmente subscrito e realizado pela Caixa Desenvolvimento e pelo Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital mediante a entrega das acções da Compal. As acções recebidas foram valorizadas em 20.503.541 Euros.

Em resultado destas operações, o Grupo registou mais-valias de 9.031.539 Euros e 6.505.556 Euros, registadas na rubrica "Outros resultados de exploração - Ganhos em associadas" (Nota 27) e "Resultados em outros activos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2008, a participação da Caixa Desenvolvimento na Sumol+Compal representa 6,921% do capital social, encontrando-se registada na rubrica "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" (Nota 8). A Caixa Desenvolvimento detém opção de venda sobre as acções que poderá ser exercida quarenta e três meses após a fusão entretanto ocorrida, a qual se encontra reflectida no valor de balanço do investimento.

O movimento ocorrido no valor de balanço destas participações nos exercícios de 2008 e 2007 e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras consolidadas pode ser demonstrado da seguinte forma:

	GRUPO PESTANA	COMPAL	TOTAL
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>1.901.321</b>	-	<b>1.901.321</b>
TRANSFERÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO NA COMPAL	-	59.948.727	59.948.727
RESULTADOS EM ASSOCIADAS	325.856	(3.455.495)	(3.129.640)
REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	887.500	-	887.500
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>3.114.677</b>	<b>56.493.231</b>	<b>59.607.908</b>
ALIENAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO NA COMPAL	-	(54.727.129)	(54.727.129)
RESULTADOS EM ASSOCIADAS	(327.190)	(1.766.102)	(2.093.292)
REALIZAÇÃO DE PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	700.000	-	700.000
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>3.487.487</b>	-	<b>3.487.487</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 15. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECUPERAR	828.868	752.468
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTE		
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A PAGAR	(2.609.956)	(2.228.520)
	<b>(1.781.088)</b>	<b>(1.476.052)</b>
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	5.215.771	4.394.007
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	(1.426.821)	(1.881.604)
	<b>3.788.950</b>	<b>2.512.403</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Imposto sobre o rendimento a recuperar" inclui 657.900 Euros relativos a uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008					
	SALDO EM 31.12.07	VARIAÇÃO EM RESULTADOS	VARIAÇÃO EM CAPITAL PRÓPRIO	OUTROS	SALDO EM 31.12.2008
IMPARIIDADE E PROVISÕES NÃO ACEITES FISCALMENTE	1.275.825	7.574	-	-	1.283.399
COMISSÕES	342.079	872.078	-	-	1.214.157
REAVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	450.557	(150.186)	-	-	300.371
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO NÃO ACEITE FISCALMENTE	(190.306)	5.941	-	-	(184.365)
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	745.878	25.403	1.003.845	(340.244)	1.434.882
VALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	(32.589)	10.863	-	-	(21.726)
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA	(369.749)	123.250	-	-	(246.499)
PREJUÍZOS FISCAIS REPORTÁVEIS	275.526	(275.526)	-	-	-
DIFERIMENTO DE TRIBUTAÇÃO DE MAIS VALIAS NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2.11)	(692.096)	148.269	-	-	(543.827)
BENEFÍCIOS FISCAIS - CAPITAL DE RISCO (NOTA 2.11)	707.280	(154.718)	-	-	552.562
	<b>2.512.403</b>	<b>612.948</b>	<b>1.003.845</b>	<b>(340.244)</b>	<b>3.788.950</b>

(Montantes expressos em Euros)

2007					
	SALDO EM 31.12.06	VARIAÇÃO EM RESULTADOS	VARIAÇÃO EM CAPITAL PRÓPRIO	OUTROS	SALDO EM 31.12.2007
IMPARIIDADE E PROVISÕES NÃO ACEITES FISCALMENTE	1.293.790	(17.965)	-	-	1.275.825
COMISSÕES	619.328	(277.249)	-	-	342.079
REAVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	962.755	(136.525)	-	(375.672)	450.557
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO NÃO ACEITE FISCALMENTE	(196.247)	5.941	-	-	(190.306)
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	445.292	-	300.586	-	745.878
VALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	12.503	-	(45.092)	(32.589)
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA	(492.999)	123.250	-	-	(369.749)
PREJUÍZOS FISCAIS REPORTÁVEIS	-	275.526	-	-	275.526
DIFERIMENTO DE TRIBUTAÇÃO DE MAIS VALIAS NA ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS (NOTA 2.11)	(840.365)	148.269	-	-	(692.096)
BENEFÍCIOS FISCAIS - CAPITAL DE RISCO (NOTA 2.11)	352.755	257.936	-	96.588	707.280
	<b>2.144.309</b>	<b>391.685</b>	<b>300.586</b>	<b>(324.176)</b>	<b>2.512.403</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 2008 e 2007, a coluna "Outros" reflecte movimentos em impostos diferidos registados por contrapartida da rubrica de impostos correntes.

O Grupo não reconhece impostos diferidos activos sempre que não seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam o respectivo aproveitamento. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não foram registados impostos diferidos activos na esfera da Caixa Capital no montante de 1.747.340 Euros e 1.378.754 Euros, respectivamente.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2008	2007
<b>COM IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		
IMPOSTOS CORRENTES		
DO EXERCÍCIO	12.914.013	9.885.806
CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.533	32.650
	<b>12.969.546</b>	<b>9.918.456</b>
<b>IMPOSTOS DIFERIDOS</b>		
REGISTO E REVERSÃO DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	(612.948)	(391.685)
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM RESULTADOS</b>	<b>12.356.599</b>	<b>9.526.772</b>
<b>RESULTADO ANTES DE</b>		
IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	42.349.632	46.549.148
<b>CARGA FISCAL</b>	<b>29,18%</b>	<b>20,47%</b>
<b>COM IMPACTO EM RESERVAS</b>		
IMPOSTOS CORRENTES	(2.795.361)	-
IMPOSTOS DIFERIDOS	(1.003.845)	(300.586)
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM RESERVAS</b>	<b>(3.799.207)</b>	<b>(300.586)</b>
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM CAPITALS PRÓPRIOS</b>	<b>8.557.393</b>	<b>9.226.186</b>

(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2008, os impostos correntes reflectidos em reservas no montante de 2.795.361 Euros, referem-se ao imposto associado à reavaliação do ano dos títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, que se encontra a ser relevada para efeitos de apuramento do resultado fiscal deste exercício. O imposto diferido registado na mesma rubrica refere-se à reavaliação do ano de partes de capital igualmente classificadas em activos financeiros disponíveis para venda, a qual só irá ser relevada fiscalmente no momento da venda dessas partes de capital.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

	2008		2007	
	TAXA	IMPOSTO	TAXA	IMPOSTO
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS</b>		<b>42.349.632</b>		<b>46.549.148</b>
IMPOSTO APURADO COM BASE NA TAXA NOMINAL	26,50%	11.222.652	26,50%	12.335.524
PREJUÍZO FISCAL IMPUTADO POR ACE	(1,10%)	(464.849)	(1,34%)	(621.480)
IMPACTO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DA ACTIVIDADE DA SUCURSAL FINANCEIRA EXTERIOR DA MADEIRA (NOTA 2.11)	(0,42%)	(177.739)	(3,14%)	(1.461.153)
BENEFÍCIOS FISCAIS	(0,18%)	(78.067)	(1,30%)	(603.137)
VALIAS EM PARTICIPAÇÕES - REGIME DE TRIBUTAÇÃO DA CAIXA CAPITAL E CAIXA DESENVOLVIMENTO	(5,41%)	(2.292.248)	(1,03%)	(478.377)
INSTRUMENTOS FINANCEIROS COM DERIVADOS EMBUTIDOS	(0,45%)	(190.945)	(1,13%)	(525.106)
RESULTADOS EM ASSOCIADAS	1,31%	554.722	1,78%	829.355
IMPOSTOS DIFERIDOS ACTIVOS NÃO RECONHECIDOS	0,00%	-	0,37%	174.407
REGIME FISCAL DO FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS	1,73%	733.614	0,12%	56.590
MAIS - VALIAS FISCAIS	(0,02%)	(7.748)	(0,00%)	(1.743)
PROVISÕES NÃO RELEVANTES PARA EFEITOS FISCAIS	5,69%	2.409.660	(0,93%)	(431.076)
TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA	0,22%	92.041	0,11%	49.134
JUROS NÃO ACEITES FISCALMENTE	1,10%	467.920	0,31%	142.881
OUTROS	0,21%	87.586	0,13%	60.953
	<b>29,18%</b>	<b>12.356.599</b>	<b>20,47%</b>	<b>9.526.772</b>

(Montantes expressos em Euros)

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco e das suas subsidiárias relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável poderá ser objecto de eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

## I6. Outros Activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES</b>		
VALOR A RECEBER PELA VENDA DA BARRAQUEIRO:		
CAPITAL	10.544.834	12.253.644
JUROS A RECEBER	328.099	329.253
SUPRIMENTOS PRESTADOS:		
SUPRIMENTOS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DA LIQUIDAÇÃO DO FCR PME (NOTA 20)	125.000	471.882
OUTROS	18.414.889	16.728.487
OUTRAS APLICAÇÕES:		
PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO DA LIQUIDAÇÃO DO FCR PME (NOTA 20)	187.500	187.500
OUTRAS PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	411.665	91.665
DEVEDORES POR OPERAÇÕES SOBRE FUTUROS	1.752.804	2.525.970
OUTROS SALDOS DEVEDORES ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DA LIQUIDAÇÃO DO FCR PME (NOTA 20)	1.588.519	2.284.869
OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	4.986.931	7.634.901
	<b>38.340.241</b>	<b>42.508.171</b>
<b>OUTROS ACTIVOS</b>	<b>48.846</b>	<b>48.846</b>
<b>RENDIMENTOS A RECEBER</b>		
OUTROS JUROS A RECEBER	234.119	253.890
OUTROS RENDIMENTOS A RECEBER	33.510	25.635
	<b>267.629</b>	<b>279.525</b>
<b>DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO</b>		
SEGUROS	8.892	9.273
RENDAS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	46.912	3.812
OUTRAS DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO	1.161.787	1.524.203
	<b>1.217.591</b>	<b>1.537.288</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO ACTIVAS</b>		
OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR	21.213.953	88.925.847
OUTRAS OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR	283.249	37.338
	<b>61.371.509</b>	<b>88.963.185</b>
<b>CRÉDITO E JUROS VENCIDOS</b>		
	5.190.311	4.971.277
	<b>66.561.819</b>	<b>138.308.292</b>
<b>IMPARIDADE (NOTA 30)</b>		
	( 6.836.509 )	( 6.639.755 )
	<b>59.725.310</b>	<b>131.668.536</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os montantes de 10.544.834 Euros e 12.253.644 Euros, respectivamente, referem-se ao valor a receber no âmbito da alienação em Junho de 2002 da participação que a Caixa Desenvolvimento detinha na Barraqueiro, SGPS, S.A. Com base no acordo inicial, a parcela do valor de venda não liquidada na data do contrato seria paga em quatro prestações iguais e sucessivas, com vencimento no último dia útil de cada um dos meses de Dezembro de 2003 a Dezembro de 2006.

Em 7 de Fevereiro de 2006 foi celebrado um aditamento ao contrato inicial, tendo a Caixa Desenvolvimento recebido 50% do capital em dívida e acordado um novo plano de pagamentos, a realizar em quatro prestações com vencimento no último dia útil de cada um dos meses de Junho de 2007 a Junho de 2010.

O montante remanescente de capital em dívida em 31 de Dezembro de 2008 apresenta o seguinte plano de pagamentos:

30 DE JUNHO DE 2009	3.417.622
30 DE JUNHO DE 2010	7.127.212
	<b>10.544.834</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os valores em dívida são remunerados a uma taxa de juro de mercado, sendo os juros pagos na data de liquidação de cada prestação. Como garantia dos valores em dívida, a Caixa Desenvolvimento dispõe de penhor sobre as acções vendidas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Suprimentos " apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
A. SILVA & SILVA – IMOBILIÁRIO E SERVIÇOS, S.A. (NOTA 9)	15.529.055	14.466.110
SOBREVENTO - ENERGIAS ALTERNATIVAS, LDA.	1.990.000	-
GRUPO PESTANA – Pousadas Investimentos Turísticos, S.A.	712.500	662.500
MARL ENERGIA - CENTRAL FOTOVOLTAICA, LDA.	183.334	-
NG – NEGÓCIOS E GESTÃO, SGPS, S.A.	-	1.946.759
OUTROS	125.000	125.000
	<b>18.539.889</b>	<b>17.200.369</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os suprimentos são remunerados a taxas de juro de mercado e apresentam os seguintes prazos residuais até ao seu reembolso:

	2008	2007
ATÉ TRÊS MESES	-	1.946.759
DE UM A CINCO ANOS	13.756.172	662.500
MAIS CINCO ANOS	4.658.716	14.466.110
INDETERMINADO	125.000	125.000
	<b>18.539.888</b>	<b>17.200.369</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outros devedores diversos" inclui 3.631.516 Euros e 5.122.864 Euros, respectivamente, relativos a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outras despesas com encargo diferido" inclui 932.188 Euros e 1.243.476 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM III).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar" corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito tem registada imparidade de igual montante. Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a "Imparidade" apresenta o seguinte detalhe:

	2008	2007
<b>OUTRAS APLICAÇÕES E SUPRIMENTOS:</b>		
OUTROS	274.495	274.495
DEVEDORES		
CAIXA VALORES	3.551.441	3.551.441
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	1.227.898	1.074.593
FACTURAS VENCIDAS	384.273	326.785
OUTROS	1.398.402	1.412.441
	<b>6.836.509</b>	<b>6.639.755</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 17. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS		
RECURSOS A MUITO CURTO PRAZO	1.109.158.795	342.203.637
DEPÓSITOS A PRAZO	89.100.000	17.763.739
DEPÓSITOS À ORDEM	170.665	127.558
RECURSOS DO MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO	-	1.035.000.000
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
DEPÓSITOS A PRAZO	38.250.000	-
DEPÓSITOS À ORDEM	1.364	1.437
OUTROS RECURSOS	-	2.240
	<b>1.236.680.824</b>	<b>1.395.098.611</b>
JUROS A PAGAR	950.446	165.491
	<b>1.237.631.270</b>	<b>1.395.264.102</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	2008	2007
DEPÓSITOS À ORDEM	172.029	131.235
ATÉ TRÊS MESES	1.147.408.795	1.394.967.376
DE TRÊS MESES A TRÊS ANOS	89.100.000	-
	<b>1.236.680.824</b>	<b>1.395.098.611</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 18. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
DEPÓSITOS		
À ORDEM	41.366.078	48.324.994
A PRAZO	76.083.032	28.968.417
	<b>117.449.110</b>	<b>77.293.411</b>
CORRECÇÕES DE VALOR DE PASSIVOS QUE SEJAM OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA (NOTA 10)	160.731	(208.385)
	<b>117.609.841</b>	<b>77.085.026</b>
JUROS A PAGAR DE DEPÓSITOS	1.552.378	771.124
	<b>119.162.219</b>	<b>77.856.150</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os depósitos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresentam a seguinte composição, de acordo com o respectivo prazo residual das operações:

	2008	2007
ATÉ TRÊS MESES	100.845.648	60.092.274
DE TRÊS MESES A UM ANO	4.300.000	4.000.000
MAIS DE CINCO ANOS	12.464.193	12.992.752
	<b>117.609.841</b>	<b>77.085.026</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 19. Provisões e Passivos Pontingentes

### Provisões

O movimento nas "Provisões para outros riscos" nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008					
	SALDO EM 31.12.2007	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO EM 31.12.2008
<b>PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS:</b>					
GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	537.003	-	(159.710)	-	377.293
OUTROS RISCOS	2.530.936	14.404.830	(5.000.000)	-	11.935.816
	<b>3.067.989</b>	<b>14.404.830</b>	<b>(5.159.710)</b>	<b>-</b>	<b>12.313.109</b>

2007					
	SALDO EM 31.12.2006	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	SALDO EM 31.12.2007
<b>PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS:</b>					
GARANTIAS E COMPROMISSOS ASSUMIDOS	755.869	-	(218.866)	-	537.003
OUTROS RISCOS	2.717.046	180.855	(129.416)	[237.499]	2.530.986
	<b>3.472.915</b>	<b>180.855</b>	<b>(348.282)</b>	<b>(237.499)</b>	<b>3.067.989</b>

(Montantes expressos em Euros)

As provisões para garantias prestadas e compromissos assumidos são calculadas com base na estimativa de perdas associadas às operações em aberto, de acordo com análise individual e parâmetros apurados ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As provisões para outros riscos correspondem à melhor estimativa do Grupo de eventuais montantes a depender na resolução de contingências legais, fiscais e outras. Reflecte ainda o efeito de eventuais desvalorizações em activos financeiros.

Em 31 de Outubro de 2008, incluem 6.674.440 Euros relativos ao diferencial entre o preço de venda da participação na La Seda e o custo de aquisição (Nota 9) e 2.669.601 Euros relativos a contingências fiscais e legais.

## Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
<b>PASSIVOS EVENTUAIS:</b>		
GARANTIAS E AVALES PRESTADOS	78.850.623	102.932.561
ACTIVOS DADOS EM GARANTIA (NOTA 6)	44.150.000	43.947.000
	<b>123.000.623</b>	<b>146.879.561</b>
<b>COMPROMISSOS:</b>		
LINHAS DE CRÉDITO REVOGÁVEIS	142.973.041	214.332.817
SUBSCRIÇÃO DE TÍTULOS	31.041.679	34.100.000
OUTROS COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS	299.524	1.415.291
RESPONSABILIDADE POTENCIAL PARA COM O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES	2.052.436	2.052.436
RESPONSABILIDADES A PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES PARA O FGD	162.182	162.182
OUTROS	83.135	83.135
	<b>176.611.997</b>	<b>252.145.860</b>
<b>RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:</b>		
DEPÓSITO E GUARDA DE VALORES	4.825.780.957	4.800.960.673
<b>VALORES ADMINISTRADOS PELA INSTITUIÇÃO</b>	<b>195.582.587</b>	<b>168.654.041</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos dados em garantia" corresponde ao valor nominal de títulos de dívida dados em garantia pelo Banco (Nota 8) relativamente às seguintes situações:

	2008	2007
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE GRANDES TRANSAÇÕES (SPGT)	40.600.000	40.497.000
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. - EURONEXT	2.000.000	2.000.000
SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)	1.550.000	1.450.000
	<b>44.150.000</b>	<b>43.947.000</b>

(Montantes expressos em Euros)

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Parte destas contribuições têm vindo a ser assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 162.181 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica "Valores administrados pela Instituição" corresponde ao valor dos fundos de capital de risco geridos pela Caixa Capital, excluindo o capital ainda não realizado, com o seguinte detalhe:

FUNDO	2008		2007	
	VALOR DO FUNDO	RESULTADO LÍQUIDO	VALOR DO FUNDO	RESULTADO LÍQUIDO
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	166.033.717	(16.229.428)	148.153.857	(6.235.639)
FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS - CAIXA CAPITAL	29.548.870	(4.651.314)	20.500.184	1.708.334
	<b>195.582.587</b>		<b>168.654.041</b>	

(Montantes expressos em Euros)

## 20. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>CREDORES E OUTROS RECURSOS</b>		
AJUSTAMENTO DE COTAÇÕES – EQUITY SWAP (NOTA 10)	13.236.577	-
SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO		
IMPOSTO SOBRE VALOR ACRESCENTADO	2.440.083	419.744
RETIÇÃO DE IMPOSTOS NA FONTE	5.138.035	3.438.052
CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	261.567	215.607
CREDORES POR OPERAÇÕES SOBRE FUTUROS E OPÇÕES	-	40.000
JUROS E DIVIDENDOS A PAGAR	162.454	149.888
CREDORES DIVERSOS		
VALORES A LIQUIDAR - IRC	884.172	-
CREDORES POR OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS	754.445	1.538.253
FORNECEDORES DE BENS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	336.529	720.911
OUTROS FORNECEDORES	1.303.669	360.967
CUSTO DE AQUISIÇÃO DOS ACTIVOS ADQUIRIDOS NO ÂMBITO DA LIQUIDAÇÃO DO FCR PME	1.696.284	3.275.861
OUTROS	180.431	91.749
	<b>26.394.246</b>	<b>10.251.032</b>
<b>ENCARGOS A PAGAR</b>		
JUROS A PAGAR	178	176
OUTROS ENCARGOS A PAGAR		
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	2.709.829	2.505.000
FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS	1.652.434	1.525.736
FUNDO DE PENSÕES	377.946	328.844
VALIAS POTENCIAIS RELATIVAS ÀS EMPRESAS PARTICIPADAS ADQUIRIDAS NO ÂMBITO DA LIQUIDAÇÃO DO FCR PME (NOTA 8)	104.381	440.762
POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR TERCEIROS	-	440.465
OUTROS	1.077.671	608.890
	<b>5.922.439</b>	<b>5.849.873</b>
<b>RECEITAS COM RENDIMENTO DIFERIDO</b>		
COMISSÕES DE AGENCIAMENTO	913.128	832.279
COMISSÕES POR GARANTIAS PRESTADAS E OUTROS PASSIVOS EVENTUAIS	58.612	54.158
	<b>971.740</b>	<b>886.437</b>
<b>OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR	27.524.679	98.799.400
OPERAÇÕES PASSIVAS A REGULARIZAR		
COMISSÕES A PAGAR - SINDICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.684.598	2.337.560
OUTRAS	37.947	457.967
	<b>38.247.224</b>	<b>101.594.927</b>
	<b>71.535.649</b>	<b>118.582.269</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica "Credores diversos – Valores a liquidar IRC" corresponde a um montante

reembolsado no exercício de 2008 pela Direcção Geral de Impostos, no âmbito do processo judicial referente ao IRC do exercício de 1997. Este montante será regularizado após decisão quanto ao montante a pagar pelo Banco referente ao IRC de 1996.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica "Credores por operações sobre valores mobiliários", refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar" corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o valor do conjunto de activos adquiridos no âmbito do processo de dissolução e liquidação do FCR PME, é descrito conforme detalhe abaixo:

	2008	2007
<b>ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (NOTA 8):</b>		
PLATAFORMA, SGPS, S.A.	1.119.943	1.119.943
NG – NEGÓCIOS E GESTÃO, S.A.	-	427.262
OUTROS	1	1
	1.119.944	1.547.206
<b>OUTROS ACTIVOS (NOTA 16):</b>		
SUPRIMENTOS	125.000	471.882
OUTRAS APLICAÇÕES	187.500	187.500
DEVEDORES	1.588.519	2.284.869
	<b>1.901.019</b>	<b>2.944.251</b>
IMPARIDADE	(1.331.943)	(1.215.596)
	<b>1.689.020</b>	<b>3.275.861</b>

(Montantes expressos em Euros)

O valor de aquisição dos activos será liquidado na medida em que vão sendo recebidos os activos correspondentes. De acordo com os contratos celebrados, as diferenças entre os montantes de alienação das participações e dos saldos devedores face aos que venham a ser realizados pelo Grupo deverão ser pagas ou restituídas pelos participantes do Fundo. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as valias potenciais relativas aos activos adquiridos ascendem a 104.381 Euros e 440.762 Euros, respectivamente (Nota 8).

## 21. Capital Subscrito e Acções Próprias

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista é a seguinte:

	2008		2007	
	N.º DE ACÇÕES	%	N.º DE ACÇÕES	%
GERBANCA, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, S.A.	8.000.640	9,9	7.999.757	9,9
ACÇÕES PRÓPRIAS	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
OUTROS	242.915	0,3	243.798	0,3
	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.

## 22. Reservas, Resultados Transitados e Lucro Do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	2008	2007
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS:		
RESERVA LEGAL	34.750.521	31.154.719
RESERVA LIVRE	46.611.160	25.572.913
RESERVA DE REAVALIAÇÃO LEGAL	4.338.403	4.338.403
RESULTADOS TRANSITADOS	40.831.896	42.564.410
	<b>126.531.980</b>	<b>103.630.446</b>
RESERVAS DE JUSTO VALOR		
VALIAS POTENCIAIS	( 49.850.070 )	( 513.755 )
EFEITO FISCAL	4.058.083	258.876
LUCRO DO EXERCÍCIO	30.242.185	37.041.596
	<b>110.982.178</b>	<b>140.417.162</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Reserva Legal

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº 201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos.

Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a reserva legal registada pelo Banco ascende a 33.335.831 Euros e 29.740.029 Euros, respectivamente.

## Reserva de Reavaliação Legal

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação", das contas individuais.

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

## Reservas de justo valor

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

## Dividendos

Na Assembleia Geral realizada em 14 de Março de 2008, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2007 no montante de 15.000.000 de Euros, dos quais 859.938 Euros atribuídos a acções próprias.

## Lucro do Exercício

A determinação do resultado líquido consolidado nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada da seguinte forma:

	2008	2007
<b>RESULTADO LÍQUIDO INDIVIDUAL DO BANCO (CONTAS ESTATUTÁRIAS)</b>	<b>32.511.144</b>	<b>35.958.023</b>
<b>CONTRIBUIÇÃO PARA O RESULTADO DAS FILIAIS:</b>		
CAIXA CAPITAL	(2.738.518)	(416.280)
CAIXA DESENVOLVIMENTO	1.392.858	640.754
FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS – CAIXA CAPITAL	(4.232.696)	1.554.584
	<b>(5.578.356)</b>	<b>1.779.058</b>
RESULTADOS EM EMPRESAS ASSOCIADAS (NOTA 14)	(2.093.292)	(3.129.640)
CORRECÇÃO DAS VALIAS RECONHECIDAS RELATIVAS A EMPRESAS ASSOCIADAS	5.602.397	1.201.518
RESULTADOS EM OPERAÇÕES ENTRE EMPRESAS DO GRUPO	(354.367)	159.340
IMPACTO DA CONVERSÃO DAS CONTAS INDIVIDUAIS PARA IFRS:		
VALORIZAÇÃO DE PARTICIPADAS PELA CAIXA CAPITAL	(1.070.509)	2.706.696
VALORIZAÇÃO DE PARTICIPADAS PELO FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS - CAIXA CAPITAL	1.713.491	(1.748.911)
IMPARIDADE DE CRÉDITO CONCEDIDO	(490.420)	86.412
LIQUIDAÇÃO DAS FILIAIS NA REPÚBLICA DA IRLANDA	-	(145.306)
OUTROS	2.097	174.406
<b>RESULTADO LÍQUIDO CONSOLIDADO</b>	<b>30.242.185</b>	<b>37.041.596</b>

(Montantes expressos em Euros)

De acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis ao sector, a Caixa Capital e o FCR Energias Renováveis reflectem no resultado do exercício a valorização de todas as suas participações. No caso de participações classificadas em "Activos financeiros disponíveis para venda" nas contas consolidadas do Grupo, essas valorizações são reflectidas na reserva de justo valor.

## 23. Interesses Minoritários

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica é integralmente composta pelos interesses minoritários correspondentes a 9% das unidades de participação do FCR Energias Renováveis. Nos exercícios de 2008 e 2007, a parcela do prejuízo apurado pelo FCR Energias Renováveis atribuível aos accionistas minoritários ascendeu a 249.152 Euros e 19.219 Euros, respectivamente.

## 24. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES:</b>		
JUROS DE APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS	956.177	844.713
JUROS DE CRÉDITO INTERNO	31.615.619	27.623.770
JUROS DE CRÉDITO AO EXTERIOR	27.146.182	23.916.852
JUROS DE ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
TÍTULOS	11.659.791	3.989.798
INSTRUMENTOS DERIVADOS – SWAPS	213.079.856	240.531.763
JUROS DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		
TÍTULOS	2.533.382	14.547.192
JUROS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	3.291.539	1.159.100
JUROS DE DERIVADOS DE COBERTURA	865.702	787.214
JUROS DE DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES		
DEVEDORES	671.640	645.041
SUPRIMENTOS	1.101.605	793.869
JUROS DE DISPONIBILIDADES	158.055	146.563
OUTROS JUROS	74.049	33.803
	<b>293.153.597</b>	<b>315.019.678</b>
COMISSÕES RECEBIDAS ASSOCIADAS AO CUSTO AMORTIZADO	898.621	1.283.711
	<b>294.052.218</b>	<b>316.303.389</b>
<b>JUROS E ENCARGOS SIMILARES:</b>		
JUROS DE DEPÓSITOS		
DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	479.207	482.113
DE OUTROS RESIDENTES	4.905.115	2.083.949
DE OUTROS NÃO RESIDENTES	382.623	107.496
	<b>5.766.945</b>	<b>2.673.558</b>
JUROS DE RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS	51.863.289	51.114.034
JUROS DE RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO	366.443	550.533
JUROS DE PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO		
SWAPS	210.376.171	239.658.279
JUROS DE DERIVADOS DE COBERTURA	1.012.014	1.008.905
OUTROS JUROS E ENCARGOS SIMILARES	55.035	69.994
	<b>263.672.952</b>	<b>292.401.745</b>
COMISSÕES PAGAS ASSOCIADAS AO CUSTO AMORTIZADO	-	13.122
	<b>269.439.897</b>	<b>295.088.425</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 25. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
POR SERVIÇOS PRESTADOS		
POR MONTAGEM DE OPERAÇÕES	14.257.390	14.987.002
GESTÃO DE FUNDOS DE CAPITAL DE RISCO (CAIXA CAPITAL)	2.337.067	2.574.350
POR DEPÓSITO E GUARDA DE VALORES	621.527	534.545
OUTROS	15.792.954	13.154.945
POR GARANTIAS PRESTADAS	508.868	775.450
POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONTA DE TERCEIROS	8.219.050	14.746.339
POR COMPROMISSOS ASSUMIDOS PERANTE TERCEIROS	155.251	473.198
OUTROS	25.336.501	10.943.252
	<b>67.228.608</b>	<b>58.189.081</b>
<b>ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES</b>		
POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR TERCEIROS	2.084.480	2.566.506
POR SERVIÇOS BANCÁRIOS PRESTADOS POR TERCEIROS	4.642.003	187.225
COMISSÕES POR OPERAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	372.326	149.576
COMISSÕES POR GARANTIAS RECEBIDAS	-	384
OUTROS	11.103	5.325
	<b>7.109.912</b>	<b>2.909.016</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 26. Resultados em Operações Financeiras

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>RESULTADOS CAMBIAIS</b>		
REAVALIAÇÃO DA POSIÇÃO CAMBIAL	67.269	26.935
<b>RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	1.798.064	(2.676.303)
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	(24.007.039)	(5.463.955)
INSTRUMENTOS DERIVADOS		
SWAPS DE TAXA DE JURO	2.723.410	642.683
EQUITY SWAPS	24.236.038	-
FUTUROS	(11.888.424)	(1.329.350)
OPÇÕES	716.848	9.217.065
CONTRATOS DE GARANTIA DE TAXA DE JURO	293.851	19.629
FORWARDS CAMBIAIS	7.919	-
	<b>(6.119.333)</b>	<b>409.769</b>
<b>RESULTADOS EM OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS</b>		
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	(208.344)	(3.065.480)
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	5.329.026	(453.131)
	<b>5.120.682</b>	<b>(3.518.611)</b>
<b>RESULTADOS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	25.322	(18.293)
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	(3.600.112)	88.862
	<b>(3.574.790)</b>	<b>70.569</b>
<b>RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE COBERTURA</b>		
SWAPS DE TAXA DE JURO	(225.243)	379.862
<b>RESULTADOS EM OUTRAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS QUE SEJAM OBJECTO DE COBERTURA	286.850	(362.902)
OUTROS	123	(315)
	<b>286.973</b>	<b>(363.217)</b>
	<b>(4.444.442)</b>	<b>(2.994.693)</b>

(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2008, a rubrica "Resultados em outros activos ao justo valor através de resultados" inclui 6.505.556 Euros relativos à participação na Compal (Nota 14).

Nos exercícios de 2008 e 2007, os resultados em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda apresentam a seguinte composição (Nota 9):

	2008	2007
<b>GANHOS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
PARQUE EÓLICO DA PENHA DA GARDUNHA, LDA. (NOTA 9)	1.478.643	-
ENACOL-EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS DE CABO VERDE, S.A.R.L. (NOTA 9)	60.630	-
FUNDO NOVENERGIA 2010 (NOTA 9)	-	88.850
OUTROS	-	12
	<b>1.539.273</b>	<b>88.862</b>
<b>PERDAS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>		
LA SEDA BARCELONA (NOTA 9)	(5.139.385)	-
OUTROS	-	-
	<b>(5.139.385)</b>	<b>-</b>
	<b>(3.600.112)</b>	<b>88.862</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 27. Outros Resultados de Exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>OUTROS RENDIMENTOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
GANHOS EM ASSOCIADAS (NOTA 14)	9.031.539	159.340
CEDÊNCIA DE PESSOAL – GRUPO CGD	1.178.567	1.039.461
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS	474.081	378.725
REEMBOLSO DE DESPESAS	360.448	270.138
RECUPERAÇÃO DE JUROS E DESPESAS DE CRÉDITO VENCIDO	-	29.371
GANHOS EM ACTIVOS NÃO FINANCEIROS:		
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	13.093	12.900
OUTROS	219.884	52.223
	<b>11.277.612</b>	<b>1.942.158</b>
<b>OUTROS ENCARGOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
IMPOSTOS		
IMPOSTOS INDIRECTOS		
IMPOSTO DO SELO	337.101	397.553
TAXAS	82.650	82.531
IMPOSTOS SOBRE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	1.892	1.942
IMPOSTOS DIRECTOS		
OUTROS IMPOSTOS	625.635	614.708
	<b>1.047.278</b>	<b>1.096.734</b>
TREM II	311.288	419.419
DONATIVOS E QUOTIZAÇÕES	33.066	10.456
CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS	29.648	23.576
PERDAS EM ACTIVOS TANGÍVEIS	3.999	1.485
OUTROS	75.446	72.265
	<b>453.447</b>	<b>527.200</b>
	1.500.725	1.623.934
<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO (LIQUIDOS)</b>	<b>9.776.887</b>	<b>318.224</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 28. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	934.177	896.742
REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS	12.265.115	11.490.761
	<b>13.199.292</b>	<b>12.387.503</b>
ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS:		
ENCARGOS RELATIVOS A REMUNERAÇÕES	2.146.026	1.965.044
ENCARGOS COM PENÇÕES (NOTA 2.13)	405.169	380.943
OUTROS ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS	91.232	89.896
	<b>2.642.427</b>	<b>2.435.883</b>
OUTROS CUSTOS COM PESSOAL	406.836	381.685
	<b>16.248.555</b>	<b>15.205.071</b>

(Montantes expressos em Euros)

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do Banco e das suas subsidiárias nos anos de 2008 e 2007, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 175 e 179 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	2008	2007
DIRECÇÃO	47	46
TÉCNICOS E CHEFIAS	95	100
ADMINISTRATIVOS E PESSOAL AUXILIAR	33	33
	<b>175</b>	<b>179</b>

## 29. Outros Gastos Administrativos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	5.163.027	4.333.931
RENDAS E ALUGUERES	1.324.550	620.678
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	1.140.740	1.100.139
DESLOCAÇÕES, ESTÁDIAS E REPRESENTAÇÃO	554.854	824.833
PUBLICIDADE E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	498.479	548.792
COMUNICAÇÕES	482.017	457.135
ÁGUA, ENERGIA E COMBUSTÍVEIS	108.209	130.809
MATERIAL DE CONSUMO CORRENTE	107.413	82.755
SEGUROS	61.439	79.130
PUBLICAÇÕES	48.614	49.285
FORMAÇÃO DE PESSOAL	42.790	157.800
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	143.039	103.798
OUTROS FORNECIMENTOS DE TERCEIROS	44.363	50.221
	<b>9.719.534</b>	<b>8.539.306</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 30. Imparidade

O movimento na imparidade nos exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008							
	SALDO EM 31.12.07	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	OUTROS	SALDO EM 31.12.08
CRÉDITO A CLIENTES (NOTA 11)	8.553.716	9.216.205	(3.437.043)	-	80.263	-	14.413.141
DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES (NOTA 16)	6.639.755	203.332	(123.336)	(4.064)	-	120.822	6.836.509
ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (NOTA 9)	9.592.196	3.666.616	-	-	98.235	-	13.357.047
	<b>24.785.666</b>	<b>13.086.153</b>	<b>(3.560.379)</b>	<b>(4.064)</b>	<b>178.498</b>	<b>120.822</b>	<b>34.606.696</b>
2007							
	SALDO EM 31.12.06	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	OUTROS	SALDO EM 31.12.07
CRÉDITO A CLIENTES (NOTA 11)	7.512.393	5.151.655	(3.946.715)	-	(163.618)	-	8.553.716
DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES (NOTA 16)	6.667.956	19.005	(866.581)	(396.221)	-	1.215.596	6.639.755
ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (NOTA 9)	9.792.450	-	-	-	(200.254)	-	9.592.196
	<b>23.972.799</b>	<b>5.170.660</b>	<b>(4.813.296)</b>	<b>(396.221)</b>	<b>(363.872)</b>	<b>1.215.596</b>	<b>24.785.666</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 3I. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Grupo todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão.

### Saldos com Empresas do Grupo

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os principais saldos com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2008	2007
<b>ACTIVOS</b>		
DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	15.513.418	4.950.633
BANCO CAIXA GERAL, S.A.	288.361	15.785
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	8.563.604	9.032.960
ACTIVOS FINANCEIROS DEVIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	37.344.881	80.708.303
DOS QUAIS TÍTULOS	-	31.267.818
DOS QUAIS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	37.344.881	49.440.485
CAIXA GERAL FINANCE LIMITED	-	9.386.429
CGD FINANCE	-	4.686.294
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	-	1.916.445
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	34.940.798	-
CAIXA GERAL FINANCE LIMITED	9.132.668	-
CGD FINANCE LIMITED	4.310.232	-
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	104.306	-
OUTROS ACTIVOS		
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	622.645	1.168.846
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	164.275	411.696
BCI MOÇAMBIQUE, S.A.	105.388	93.527
SOGRUPO IV - GESTÃO DE IMÓVEIS, ACE	13.179	13.171
SOGRUPO - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ACE	133.419	7.900
CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA	36.000	3.630
CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.	1.572	1.515
<b>PASSIVOS</b>		
PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	222.502.608	14.430.337
CGD - SUBSIDIÁRIA OFFSHORE MACAU, S.A.	2.254.342	248.233
DERIVADOS DE COBERTURA COM JUSTO VALOR NEGATIVO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	1.483.423	936.096
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	1.198.814.237	1.395.132.867
CAIXA LEASING E FACTORING - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	122.271	124.042
CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, SA	396.048	791
RECURSOS DE CLIENTES		
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	21.320.066	1.053.536
CAIXA SEGUROS, SGPS, S.A.	147.012	55.110
OUTROS PASSIVOS		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	1.243.103	1.779.947
CAIXA LEASING E FACTORING - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	280.619	595.940

(Montantes expressos em Euros)

## Transacções com Empresas do Grupo

Nos exercícios de 2008 e 2007, os principais saldos da demonstração de resultados com empresas do Grupo Caixa Geral de Depósitos, S.A. não incluídas no perímetro de consolidação eram os seguintes:

	2008	2007
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	(34.790.657)	(44.159.301)
DOS QUAIS DE ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	15.145.115	6.283.650
DOS QUAIS DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	10.021	10.807
DOS QUAIS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	968.686	-
DOS QUAIS EM DERIVADOS DE COBERTURA	(120.013)	(237.801)
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	(175.206)	2.171.727
CGD SUBSIDIÁRIA OFFSHORE MACAU	390.135	220.676
CGD FINANCE LIMITED	343.895	69.346
CAIXA GERAL FINANCE LIMITED	944.256	93.994
CAIXA LEASING E FACTORING - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	(20.944)	(31.782)
BANCO CAIXA GERAL, S.A.	(2.401)	(2.660)
CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	(21.836)	-
<b>COMISSÕES LÍQUIDAS</b>		
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	2.352.828	2.366.690
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	7.190	911.488
CAIXA SEGUROS, SGPS, S.A.	150.000	600.000
BCI MOÇAMBIQUE, S.A.	44.456	133.260
BANCO CAIXA GERAL, S.A.	-	(384)
CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	305.000	-
<b>RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS</b>		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	(224.370.008)	23.692.473
DOS QUAIS EM ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	(223.142.562)	23.140.295
DOS QUAIS EM OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	49.627	9.301
DOS QUAIS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	(7.578)	-
DOS QUAIS EM DERIVADOS DE COBERTURA	(569.495)	542.877
CGD - SUBSIDIÁRIA OFFSHORE MACAU, S.A.	(1.312.524)	1.046.505
FCR GRUPO CGD - CAIXA CAPITAL	-	630.656
CAIXA GERAL FINANCE LIMITED	595.384	(306.810)
CGD FINANCE LIMITED	-	205.184
<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	779.354	745.455
SOGRUPO IV - GESTÃO DE IMÓVEIS, ACE	175.987	174.308
SOGRUPO - SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS, ACE	236.575	102.360
BCI MOÇAMBIQUE, S.A.	48.691	41.093
CAIXAGEST - TÉCNICAS DE GESTÃO DE FUNDOS, S.A.	22.865	23.329
CREDIP - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	18.000	3.000
<b>OUTROS GASTOS ADMINISTRATIVOS</b>		
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A.	(1.255.474)	(1.256.082)
BANCO CAIXA GERAL, S.A.	(37.882)	(35.952)
CULTURGEST - GESTÃO DE ESPAÇOS CULTURAIS, S.A.	-	(20.000)
CAIXA LEASING E FACTORING - INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DE CRÉDITO, S.A.	-	(6.000)

(Montantes expressos em Euros)

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

Conforme referido na Nota 9, em 31 de Dezembro de 2008 estavam em curso negociações entre a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., com vista à alienação da participação na La Seda Barcelona, a qual se veio a concretizar através de contrato de 22 de Janeiro de 2009 pelo valor nominal das acções.

## Órgãos de Gestão do Banco

Em 2008, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 884.305 Euros, dos quais 18.607 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.10 (903.821 Euros e 8.376 Euros, respectivamente, em 2007).

Em 2008 e 2007 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 162.500 Euros e 215.000 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2008, um dos membros do Conselho de Administração tem contratada uma operação de crédito à habitação junto do Banco no montante de 199.351 Euros, em condições normais de crédito a colaboradores, tendo sido contratada antes do início das suas funções como Administrador. O Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

## 32. Instrumentos Financeiros

### Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros Inerentes à Actividade do Grupo

O controlo e gestão dos riscos está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários tipos de risco.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Grupo.

## Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

2008								
MOEDA								
	EUROS	DÓLARES NORTE AMERICANOS	LIBRA ESTERLINA	IENE	ESCUDO CABO-VERDE	OUTRAS	TOTAL	
<b>ACTIVO</b>								
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.164.400	-	-	-	-	-	-	1.164.400
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.709.507	155.131	7.381	305	-	13.036	-	16.885.360
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	8.563.604	-	-	-	-	-	-	8.563.604
<i>CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS:</i>								
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO								
TÍTULOS	362.438.599	-	-	-	-	-	-	362.438.599
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	6.725.836.006	233.586.826	-	-	-	-	-	6.959.422.832
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	161.033.321	2.062.120	-	-	-	-	-	163.095.441
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	17.456.798	-	-	-	-	-	-	17.456.798
CRÉDITO A CLIENTES	836.625.476	25.252.620	17.945.252	-	-	-	-	879.823.348
OUTROS ACTIVOS	66.035.890	470.332	54.840	-	-	757	-	66.561.819
PROVISÕES E IMPARIDADE	(19.780.059)	(1.469.591)	-	-	-	-	-	(21.249.650)
	<b>8.176.083.542</b>	<b>260.057.438</b>	<b>18.007.473</b>	<b>305</b>	<b>-</b>	<b>13.793</b>	<b>-</b>	<b>8.454.162.551</b>
<b>PASSIVO</b>								
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(1.192.620.570)	(271.616.799)	(17.849.021)	-	-	-	-	(1.237.631.270)
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(118.988.643)	(171.612)	(1.077)	-	-	(887)	-	(119.162.219)
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS								
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	(6.725.836.006)	(233.586.826)	-	-	-	-	-	(6.959.422.832)
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	(17.456.798)	-	-	-	-	-	-	(17.456.798)
OUTROS PASSIVOS	(70.557.217)	(974.805)	(2.869)	-	-	(757)	-	(71.535.648)
	<b>(8.125.459.234)</b>	<b>(261.894.922)</b>	<b>(17.852.967)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1.644)</b>	<b>-</b>	<b>(8.405.208.767)</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>(1.837.484)</b>	<b>154.506</b>	<b>305</b>	<b>-</b>	<b>12.149</b>	<b>-</b>	<b>(1.670.524)</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007							
MOEDA							
	DÓLARES NORTE	LIBRA	ESCUDO				
	EUROS	AMERICANOS	ESTERLINA	IENE	CABO-VERDE	OUTRAS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>							
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.014.338	-	-	-	-	-	1.014.338
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.327.472	410.904	1.558	16.362	-	39.741	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	9.032.960	-	-	-	-	-	9.032.960
<i>CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS :</i>							
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
TÍTULOS	399.641.177	-	-	-	-	-	399.641.177
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	4.198.741.759	60.077.762	-	-	-	-	4.258.819.521
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	107.168.698	1.154.712	-	-	3.718.940	-	112.042.350
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	18.205.847	-	-	-	-	-	18.205.847
CRÉDITO A CLIENTES	888.357.216	17.984.985	40.043.366	-	-	-	946.385.567
OUTROS ACTIVOS	137.890.723	372.552	41.575	-	-	3.442	138.308.292
PROVISÕES E IMPARIDADE	(13.804.143)	(1.389.328)	-	-	-	-	(15.193.471)
	<b>5.751.576.047</b>	<b>78.611.587</b>	<b>40.086.499</b>	<b>16.362</b>	<b>3.718.940</b>	<b>43.183</b>	<b>5.874.052.618</b>
<b>PASSIVO</b>							
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(1.337.537.311)	(17.765.984)	(39.960.807)	-	-	-	(1.395.264.102)
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(77.447.841)	(392.452)	(6.682)	-	-	(9.175)	(77.856.150)
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	(4.198.741.759)	(60.077.762)	-	-	-	-	(4.258.819.521)
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	(18.205.847)	-	-	-	-	-	(18.205.847)
OUTROS PASSIVOS	(117.937.933)	(640.391)	(499)	-	(4)	(3.442)	(118.582.269)
	<b>(5.749.870.691)</b>	<b>(78.876.589)</b>	<b>(39.967.988)</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(12.617)</b>	<b>(5.868.727.889)</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>(265.002)</b>	<b>118.511</b>	<b>16.362</b>	<b>3.718.936</b>	<b>30.566</b>	<b>3.619.373</b>

(Montantes expressos em Euros)

Na construção dos mapas acima apresentados, os valores relativos a derivados correspondem ao montante nominal dos swaps de taxa de juro e equity swaps.

Relativamente à exposição em 2007 ao Escudo de Cabo Verde, é de referir que o câmbio entre Euros e Escudos de Cabo Verde foi fixado pelo Banco de Cabo Verde desde 1998 ao abrigo do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, pelo que os activos em Escudos de Cabo Verde não se encontram sujeitos a variações cambiais face ao Euro.

## Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Grupo ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Grupo é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano. Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo da responsabilidade do Grupo CGD essa captação numa forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos "cash-flows" contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

.Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" são apresentados no intervalo temporal "à vista";

.Os descobertos em depósitos à ordem registados na rubrica "Crédito a clientes" são apresentados no intervalo temporal "à vista";

.A coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;

.O valor apresentado neste quadro relativamente a instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor contabilístico;

.As acções e o crédito vencido a clientes foram classificados como a prazo indeterminado; e

.Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os "cash-flows" futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

2008									
MATURIDADES CONTRATUAIS REMANESCENTES									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETER- MINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1164.400	-	-	-	-	-	-	-	1164.400
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.885.360	-	-	-	-	-	-	-	16.885.360
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	8.563.604	-	-	-	-	-	-	8.563.604
<i>CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS :</i>									
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	28.164.568	3.770.652	18.499.149	6.548.098	9.771.369	42.516.980	-	109.270.816
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA (SALDOS BRUTOS )	-	1.201.796	13.153.036	9.004.786	50.777.792	93.412.219	72.883.114	-	240.432.743
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	616.951	15.232.599	75.485.580	64.322.953	239.457.239	38.711.134	-	433.826.456
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	13.100.754	12.394.303	41.992.292	20.931.554	205.186.325	-	-	293.605.227
CRÉDITO A CLIENTES (SALDOS BRUTOS )	5.944.782	72.371.214	107.581.001	185.157.129	230.849.654	595.060.990	1.469.591	(4.415.060)	1194.019.300
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO POSITIVA	-	-	-	-	-	461.812	-	-	461.812
OUTROS ACTIVOS	29.909.572	-	5.240.064	13.120.603	13.164.740	5.027.789	5.594.476	1.217.591	73.274.835
	<b>53.904.113</b>	<b>124.018.887</b>	<b>157.371.654</b>	<b>343.259.539</b>	<b>386.594.790</b>	<b>1.148.377.744</b>	<b>161.175.295</b>	<b>(3.197.469)</b>	<b>2.371.504.553</b>
<b>PASSIVO</b>									
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	172.029	1.147.590.195	-	98.766.413	-	-	-	-	1.246.528.637
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	16.429.682	59.850.228	29.447.575	-	-	19.799.159	-	-	125.526.643
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	13.961.954	9.675.665	17.379.117	20.556.855	198.790.138	-	-	260.363.729
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	-	-	-	-	-	1.483.423	-	-	1.483.423
OUTROS PASSIVOS	28.778.245	25.945.971	15.839.692	-	-	-	-	971.740	71.535.648
	<b>45.379.956</b>	<b>1.247.348.347</b>	<b>54.962.932</b>	<b>116.145.530</b>	<b>20.556.855</b>	<b>220.072.720</b>	<b>-</b>	<b>971.740</b>	<b>1.705.438.081</b>
<b>GAP DE LIQUIDEZ</b>	<b>8.524.158</b>	<b>(1.123.329.460)</b>	<b>102.408.722</b>	<b>227.114.009</b>	<b>366.037.935</b>	<b>928.305.024</b>	<b>161.175.295</b>	<b>(4.169.210)</b>	<b>666.066.472</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007									
MATURIDADES CONTRATUAIS REMANESCENTES									
	À VISTA	DE 3 MESES ATÉ 3 MESES	DE 1 A 3 A 1 ANO	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE ANOS	5 ANOS INDETERMINADO	OUTROS		TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.014.338	-	-	-	-	-	-	-	1.014.338
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.796.037	-	-	-	-	-	-	-	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	9104.184	-	-	-	-	-	-	9104.184
<i>CARTEIRA DE TÍTULOS E DERIVADOS:</i>									
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRÁVÉS DE RESULTADOS	-	1.830.863	28.474.871	78.581.104	13.100.131	7.837.592	26.037.064	-	155.861.625
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	810.520	801.710	3.215.650	3.220.055	34.026.170	82.548.220	-	124.622.325
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	624.524	34.271.670	57.935.135	68.384.136	358.794.120	29.750	-	520.039.335
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	195.158	1.185.877	12.164.912	3.134.933	46.843.519	-	-	63.524.399
CRÉDITO A CLIENTES	12.773.744	61.763.311	185.329.213	199.438.366	196.392.973	691.438.934	1.389.328	(5.601.730)	1.342.924.139
OUTROS ACTIVOS	98.522.596	4.972.791	2.360.215	12.146.779	3.925.234	17.061.416	5.375.442	1.537.287	145.901.761
	<b>118.106.716</b>	<b>79.301.351</b>	<b>252.423.555</b>	<b>363.481.946</b>	<b>288.157.462</b>	<b>1.156.001.751</b>	<b>115.379.803</b>	<b>(4.064.443)</b>	<b>2.368.788.142</b>
<b>PASSIVOS</b>									
RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E BANCOS CENTRAIS	131.235	1.395.309.783	-	-	-	-	-	-	1.395.441.018
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	48.339.746	11.801.665	4.165.252	-	-	21.032.547	-	-	85.339.210
PASSIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRÁVÉS DE RESULTADOS									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	33.154	1.172.925	11.062.529	2.668.426	43.095.308	-	-	58.032.342
DERIVADOS DE COBERTURA COM REAVALIAÇÃO NEGATIVA	-	-	-	-	-	1.018.501	-	-	1.018.501
OUTROS PASSIVOS	101.751.848	14.224.407	1.719.577	-	-	-	-	886.437	118.582.269
	<b>150.222.830</b>	<b>1.421.369.009</b>	<b>7.057.754</b>	<b>11.062.529</b>	<b>2.668.426</b>	<b>65.146.357</b>	<b>-</b>	<b>886.437</b>	<b>1.658.413.341</b>
<b>GAP DE LIQUIDEZ</b>	<b>(32.116.114)</b>	<b>(1.342.067.658)</b>	<b>245.365.802</b>	<b>352.419.417</b>	<b>285.489.035</b>	<b>1.090.855.395</b>	<b>115.379.803</b>	<b>(4.950.880)</b>	<b>710.374.800</b>

(Montantes expressos em Euros)

Tal como referido anteriormente, o Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável junto da CGD, permitindo uma gestão adequada do gap de liquidez até um ano.

## Risco de Taxa de Juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumido como segue:

2008				
	NÃO SUJEITO A TAXA DE JURO	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	TOTAL
<b>ACTIVO</b>				
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	16.885.360	16.885.360
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	8.563.604	8.563.604
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
TÍTULOS	38.711.134	278.078.862	45.648.604	362.438.600
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	3.461.034.304	3.498.388.528	6.959.422.832
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	42.516.979	2	59.655.601	102.172.582
DERIVADOS DE COBERTURA	-	5.000.000	12.456.798	17.456.798
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	72.883.114	44.936.887	45.275.440	163.095.441
CRÉDITO A CLIENTES	(2.945.470)	14.195.958	868.572.860	879.823.348
OUTROS ACTIVOS	37.035.278	688.824	28.837.717	66.561.819
	<b>188.201.035</b>	<b>3.803.934.837</b>	<b>4.584.284.512</b>	<b>8.576.420.384</b>
<b>PASSIVO</b>				
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS		3.504.152.659	3.455.270.173	6.959.422.832
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	172.029	1.237.459.241	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	-	30.033.298	89.128.921	119.162.219
DERIVADOS DE COBERTURA		12.456.798	5.000.000	17.456.7
OUTROS PASSIVOS	71.535.648	-	-	71.535.648
	<b>71.535.648</b>	<b>3.546.814.784</b>	<b>4.786.858.335</b>	<b>8.405.208.767</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>116.665.387</b>	<b>257.120.053</b>	<b>(202.573.823)</b>	<b>171.211.617</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007				
	NÃO SUJEITO A TAXA DE JURO	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	TOTAL
<b>ACTIVO</b>				
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	5.796.037	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	9.032.960	9.032.960
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
TÍTULOS	29.750	354.309.958	45.301.468	399.641.177
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	2.044.217.041	2.214.602.480	4.258.819.521
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	26.037.064	1.236.808	113.863.926	141.137.798
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	5.000.000	13.205.847	18.205.847
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	82.548.220	-	29.494.130	112.042.350
CRÉDITO A CLIENTES	(4.212.402)	14.299.912	936.298.058	946.385.567
OUTROS ACTIVOS	106.282.683	1.271.040	30.754.569	138.308.292
	<b>210.685.314</b>	<b>2.420.334.760</b>	<b>3.398.349.475</b>	<b>6.029.369.549</b>
<b>PASSIVO</b>				
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	2.021.953.902	2.236.865.919	4.258.819.521
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	131.235	1.395.132.867	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	-	36.857.471	40.998.679	77.856.150
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	13.205.847	5.000.000	18.205.847
OUTROS PASSIVOS	118.582.269	-	-	118.582.269
	<b>118.582.269</b>	<b>2.072.148.455</b>	<b>3.677.997.165</b>	<b>5.868.727.889</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>92.103.045</b>	<b>348.186.305</b>	<b>(279.647.690)</b>	<b>160.641.660</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos financeiros detidos para negociação – Títulos" inclui 158.631.452 Euros e 255.166.689 Euros, respectivamente, relativos a uma obrigação em carteira cuja remuneração inclui uma componente de taxa fixa e uma componente opcional indexada ao comportamento bolsista de uma acção portuguesa. De referir que é intenção do Banco alienar esta posição no curto prazo.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

PRAZOS DE REFIXAÇÃO DE TAXA / MATURIDADE RESIDUAL									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 12 MESES	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.885.360	-	-	-	-	-	-	-	16.885.360
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	8.563.604	-	-	-	-	-	-	8.563.604
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	45.648.603	256.749	13.512.195	41.443.116	222.866.801	38.711.136	-	362.438.600
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	2.068.721.728	2.026.682.709	691.570.585	664.042.118	1.508.405.692	-	-	6.959.422.832
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	53.580.103	6.075.497	-	2	-	42.516.980	-	102.172.582
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	12.456.798	-	-	5.000.000	-	-	17.456.798
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	41.226.794	4.048.645	-	44.505.976	430.911	72.883.115	-	163.095.441
CRÉDITO A CLIENTES	5.944.782	537.802.421	324.825.657	-	-	14.195.958	1.469.590	(4.415.060)	879.823.348
OUTROS ACTIVOS	29.909.572	-	3.745.720	10.333.711	11.032.524	4.728.225	5.594.476	1.217.591	66.561.819
	<b>52.739.714</b>	<b>2.755.543.253</b>	<b>2.378.091.775</b>	<b>715.416.491</b>	<b>761.023.736</b>	<b>1.755.627.587</b>	<b>161.175.297</b>	<b>(3.197.469)</b>	<b>8.576.420.384</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	2.078.987.699	1.964.609.636	748.484.160	662.607.766	1.504.733.571	-	-	6.959.422.832
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	172.029	1.147.552.016	-	89.907.225	-	-	-	-	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	16.429.682	59.764.988	29.364.669	-	-	13.602.880	-	-	119.162.213
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	5.000.000	-	-	12.456.798	-	-	17.456.798
OUTROS PASSIVOS	28.778.245	19.688.181	20.271.816	1.825.666	-	-	-	971.740	71.535.648
	<b>45.379.245</b>	<b>3.305.992.884</b>	<b>2.019.246.121</b>	<b>840.217.051</b>	<b>662.607.766</b>	<b>1.530.793.249</b>	<b>-</b>	<b>971.740</b>	<b>8.405.208.767</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>7.359.758</b>	<b>(550.449.631)</b>	<b>358.845.654</b>	<b>(124.800.560)</b>	<b>98.415.970</b>	<b>224.834.338</b>	<b>161.175.297</b>	<b>(4.169.209)</b>	<b>171.211.617</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

PRAZOS DE REFIXAÇÃO DE TAXA / MATURIDADE RESIDUAL									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 12 MESES	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES	5.796.037	-	-	-	-	-	-	-	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	9.032.960	-	-	-	-	-	-	9.032.960
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	41.738.392	3.563.077	27.300.329	34.831.035	292.178.594	29.750	-	399.641.177
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	1.069.438.018	1.069.767.338	958.692.831	183.531.221	977.390.113	-	-	4.258.819.521
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	91.136.219	23.937.513	-	-	2	26.037.064	-	141.137.798
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	13.205.847	-	-	5.000.000	-	-	18.205.847
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	29.494.130	-	-	-	-	82.548.220	-	112.042.350
CRÉDITO A CLIENTES	12.773.744	456.000.682	467.523.631	-	-	14.299.912	1.389.328	(5.601.730)	946.385.567
OUTROS ACTIVOS	98.522.596	3.566.366	28.644.100	662.500	-	-	5.375.442	1.537.287	138.308.292
	<b>117.092.378</b>	<b>1.700.433.768</b>	<b>1.606.641.506</b>	<b>986.655.660</b>	<b>218.362.255</b>	<b>1.288.868.621</b>	<b>115.379.803</b>	<b>(4.064.443)</b>	<b>6.029.369.549</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DEIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	1.084.935.579	1.074.333.937	948.672.143	177.684.641	973.193.220	-	-	4.258.819.521
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	131.235	1.395.132.867	-	-	-	-	-	-	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	23.241.298	11.866.389	29.132.290	-	-	13.616.173	-	-	77.856.150
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	5.000.000	-	-	13.616.173	-	-	18.205.847
OUTROS PASSIVOS	101.751.848	14.224.407	1.719.577	-	-	-	-	886.437	118.582.269
	<b>125.124.382</b>	<b>2.506.159.242</b>	<b>1.110.185.804</b>	<b>948.672.143</b>	<b>177.684.641</b>	<b>1.000.015.240</b>	<b>-</b>	<b>886.437</b>	<b>5.868.727.889</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>(8.032.004)</b>	<b>(805.725.475)</b>	<b>496.455.702</b>	<b>37.983.517</b>	<b>40.677.614</b>	<b>288.853.381</b>	<b>115.379.803</b>	<b>(4.950.880)</b>	<b>160.641.660</b>

(Montantes expressos em Euros)

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- .Nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- .Nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- .O valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- .O valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- .Nos swaps de taxa de juro e equity swaps são apresentados os valores nominais de compra (como activo) e de venda (como passivo);
- .O crédito vencido a clientes foi considerado como não sujeito a risco de taxa de juro; e
- .Os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

## Risco de Crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

## Exposição Máxima ao Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	2008			2007		
	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	PROVISÕES/ IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	PROVISÕES/ IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO
<b>PATRIMONIAIS:</b>						
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.885.360	-	16.885.360	5.796.037	-	5.796.037
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	8.563.604	-	8.563.604	9.032.960	-	9.032.960
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	758.216.409	-	758.216.409	604.303.373	-	604.303.373
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	163.095.441	-	163.095.441	112.042.350	-	112.042.350
CRÉDITO A CLIENTES	879.823.348	14.413.14	865.410.208	946.385.567	8.553.716	937.831.852
DERIVADOS DE COBERTURA	461.812	-	461.812	-	-	-
OUTROS ACTIVOS (EXCLUINDO ENCARGOS DIFERIDOS)	65.344.230	6.836.509	58.507.721	136.771.004	6.639.755	130.131.249
	<b>1.892.390.204</b>	<b>21.249.650</b>	<b>1.871.140.555</b>	<b>1.814.331.291</b>	<b>15.193.471</b>	<b>1.799.137.821</b>
<b>EXTRAPATRIMONIAIS:</b>						
GARANTIAS PRESTADAS	78.850.623	374.727	78.475.896	102.932.561	525.426	102.407.135
COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS	77.788.957	2.567	77.786.390	81.760.043	11.577	81.748.466
	156.639.580	377.294	156.262.286	184.692.604	537.003	184.155.601
	<b>2.049.029.784</b>	<b>21.626.944</b>	<b>2.027.402.841</b>	<b>1.999.023.895</b>	<b>15.730.474</b>	<b>1.983.293.422</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor de balanço dos empréstimos a clientes que teriam prestações vencidas caso não tivessem sido renegociados ascendia a 36.483.942 Euros. No exercício de 2008, o Banco constituiu imparidade específica para estes empréstimos no valor de 6.309.684 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem operações de crédito reestruturadas.

## Qualidade de Crédito dos Activos Financeiros

O Banco não dispõe de sistema de rating interno. Os principais procedimentos em vigor ao nível da aprovação e acompanhamento das operações de crédito que permitem assegurar um nível de risco adequado à estratégia do Banco são os seguintes:

.O Banco possui um Conselho de Crédito, composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito. O Conselho de Crédito do Banco reúne semanalmente com a presença mínima de pelo menos dois Administradores e dos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas nos processos de concessão de crédito.

.A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco da CGD. As propostas aprovadas em Conselho de Crédito do Banco são registadas em Acta, assinada por todos os presentes, para posterior apresentação e deliberação final nos Conselhos de Crédito da CGD.

Parte das operações de crédito a clientes encontram-se garantidas, entre outros, pelos seguintes tipos de colaterais:

- .Penhor de valores mobiliários;
- .Garantias bancárias;
- .Aval do Estado;
- .Hipotecas relativamente ao crédito à habitação a colaboradores; e
- .Garantias pessoais.

## Activos Financeiros com Incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, encontra-se reconhecida Imparidade pelo valor total das operações com prestações em atraso registadas em crédito vencido. Estas operações de crédito não têm colaterais associados.

## Risco de mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado é avaliado com base nas seguintes metodologias:

.Value-at-Risk" (VaR) relativamente à carteira de "trading". Esta carteira inclui os seguintes elementos: carteira de títulos e instrumentos financeiros.

.Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos registados nas demonstrações financeiras individuais do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

O Grupo não dispõe de informação quantitativa relativamente à análise de sensibilidade para os restantes activos e passivos das empresas subsidiárias.

## Carteira de "Trading"

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é da simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- .Período de detenção: 10 dias;
- .Nível de confiança: 99%;
- .Período da amostra de preços: 720 dias de calendário;
- .Decay factor=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso.

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2008	2007
<b>VAR DE MERCADO:</b>		
TAXA DE JURO	221	691
CAMBIAL	17	3
PREÇO	34	2
EFEITO DIVERSIFICAÇÃO	(40)	(6)
	<b>232</b>	<b>690</b>

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Para a carteira de negociação e para as posições de Tesouraria, calculam-se bpvs (*basis point value*), variações do valor de mercado de posições em taxa de juro devida ao deslocamento paralelo de 1 ponto base nas curvas de rendimento. São também calculados outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

Mensalmente realizam-se avaliações do impacto nos resultados de variações extremas dos factores de risco de mercado (*stress-testing*).

São efectuadas, diariamente, análises de *backtesting* teórico (comparação da medida de VaR com os resultados teóricos) e, mensalmente, de *backtesting* real (comparação da medida de VaR com os resultados reais). O número de excepções obtidas, (isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR), permite avaliar a qualidade do modelo de VaR e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

## Carteira Non Trading

A análise de sensibilidade relativamente à carteira "non trading" foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Margem Financeira do Banco (excluindo as restantes empresas pertencentes ao perímetro de consolidação) no exercício de 2008, considerando uma variação das taxas de juro de referência em 50 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro. Para este efeito foram considerados os activos e passivos financeiros registados nas demonstrações financeiras individuais do Banco, excluindo:

- .Instrumentos financeiros derivados; e
- .Papel comercial.

Os principais pressupostos relacionados com o "pricing" das operações foram os seguintes:

- .Operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do respectivo spread contratual;
- .Novas operações a taxa fixa: considerou-se a taxa de mercado acrescida de um spread equivalente à diferença entre a taxa média das operações vivas em 31 Dezembro de 2007 e a respectiva taxa de mercado;
- .Novas operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do spread médio contratual das operações vivas em 31 Dezembro de 2008.

Com base nos pressupostos acima referidos, o impacto potencial positivo na Margem financeira projectada para 2008 e 2007 da descida das taxas de juro de referência em 50 basis points ascende a 2.359.820 e 3.172.450 Euros, respectivamente.

## Justo Valor

Em 31 de Dezembro de 2008, o Grupo mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- .As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refixação curtos;

.Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, os depósitos de clientes são na sua quase totalidade remunerados a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos. Uma operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível ao risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do depósito (ver Nota 18).

Face ao exposto, o Banco considera que o valor de balanço destes activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue:

2008					
TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	ACTIVOS VALORIZADOS AO CUSTO DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR			TOTAL
		COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO BASEADAS EM:		
			DADOS DE MERCADO	OUTROS	
<b>ACTIVOS</b>					
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	177.008.218	320.404.157	158.631.452	656.043.827
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	11.066.325	7.892.361	83.213.897	102.172.582
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	21.671.935	29.490.806	63.073.781	48.851.593	163.088.116
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	461.812	-	461.812
	<b>21.671.935</b>	<b>217.565.349</b>	<b>391.832.111</b>	<b>290.696.942</b>	<b>921.766.337</b>
<b>PASSIVOS</b>					
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	-	(260.363.729)	-	(260.363.729)
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	(1.483.423)	-	(1.483.423)
	-	-	<b>(261.847.152)</b>	-	<b>(261.847.152)</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007						
TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	ACTIVOS VALORIZADOS AO CUSTO DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR				TOTAL
		COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO BASEADAS EM:			
			DADOS DE MERCADO	OUTROS		
<b>ACTIVOS</b>						
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	99.173.019	336.739.795	27.252.762	463.165.575	
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	17.167.120	26.999.601	96.971.076	141.137.798	
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	20.939.631	42.513.104	-	48.589.614	112.042.350	
	<b>20.939.631</b>	<b>158.853.244</b>	<b>363.739.396</b>	<b>172.813.452</b>	<b>716.345.723</b>	
<b>PASSIVOS</b>						
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	-	(58.032.342)	-	(58.032.342)	
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	(1.018.501)	-	(1.018.501)	
	-	-	<b>(59.050.843)</b>	-	<b>(59.050.843)</b>	

(Montantes expressos em Euros)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

.Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa, bem como obrigações com elevada liquidez;

.A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;

.Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Grupo foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado"

.Os títulos valorizados com base em modelos internos do Grupo CGD são apresentados em "Técnicas de valorização – outras". Em 31 de Dezembro de 2008 incluem 158.631.452 Euros relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parública, que estão a ser valorizadas de acordo com um modelo interno definido pelo Banco.

.Relativamente às empresas participadas detidas no âmbito da actividade de capital de risco, os valores são apresentados como se segue:

.Custo de aquisição: no caso de participações adquiridas nos doze meses anteriores à data da valorização;

.Cotações em mercado activo: no caso de empresas cotadas em Bolsa; e

.Outros: no caso das restantes empresas participadas.

As valias potenciais relativas a títulos em carteira e a instrumentos de capital associados à actividade de capital de risco valorizados através de "Técnicas de valorização – Outras" que foram reconhecidas em capitais próprios e em resultados no exercício de 2008 podem ser resumidas como segue:

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	(1.328.000)	-
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	617.255	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	(4.374.424)
	<b>(710.745)</b>	<b>(4.374.424)</b>

Montantes expressos em Euros.

### 33. Gestão de Capital

Relativamente à gestão de capital, o Banco está sujeito à supervisão pelo Banco de Portugal em base individual, estando igualmente sujeito à supervisão em base consolidada do Grupo CGD.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o rácio de solvabilidade ao nível das demonstrações financeiras individuais do Banco ascende a 8,67% e 8,56%, respectivamente.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
.CONTAS INDIVIDUAIS



## Balanços Individuais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

		2008		2007	
	NOTAS	VALOR ANTES DE PROVISÕES IMPARIDADE E AMORTIZAÇÕES	PROVISÕES E IMPARIDADE AMORTIZAÇÕES	VALOR LÍQUIDO	
		1	2	3=1-2	
<b>ACTIVO</b>					
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	4	1.163.400	-	-	1.163.400
1,013,338 DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5	16.840.315	-	16.840.315	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	6	653.341.750	-	653.341.750	461.184.044
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	6	59.655.602	-	59.655.602	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	8	101.814.896	-	101.814.896	36.322.130
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	9	7.863.177	-	7.863.177	8.463.249
CRÉDITO A CLIENTES	10	907.503.341	7.779.275	899.724.067	988.393.274
INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE		-	-	-	-
ACTIVOS COM ACORDO DE RECOMPRA		-	-	-	-
DERIVADOS DE COBERTURA	7	461.812	-	461.812	-
ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA		-	-	-	-
PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO		-	-	-	-
OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS	11	22.112.341	8.663.252	13.449.090	11.046.384
ACTIVOS INTANGÍVEIS	12	4.113.562	3.731.204	382.358	444.103
INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS	13	149.859.969	-	149.859.969	149.859.969
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	14	657.900	-	657.900	657.900
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	14	4.663.208	-	4.663.208	3.411.201
OUTROS ACTIVOS	15	32.237.528	3.935.714	28.301.814	109.572.777
<b>TOTAL DO ACTIVO</b>		<b>1.962.288.802</b>	<b>24.109.444</b>	<b>1.938.179.358</b>	<b>1.891.257.349</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

		2008	2007
	NOTAS	VALOR LÍQUIDO	VALOR LÍQUIDO
<b>PASSIVO</b>			
RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS		-	-
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS POR NEGOCIAÇÃO	7	260.363.729	58.032.342
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16	1.237.631.270	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	17	130.885.462	79.791.746
RESPONSABILIDADES REPRESENTADAS POR TÍTULOS		-	-
PASSIVOS FINANCEIROS ASSOCIADOS E ACTIVOS TRANSFERIDOS		-	-
DERIVADOS DE COBERTURA	7	1.483.423	1.018.501
PASSIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA		-	-
PROVISÕES	18	13.857.609	12.484.690
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES	14	2.466.548	2.228.520
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	14	462.949	592.645
INSTRUMENTO REPRESENTATIVOS DE CAPITAL		-	-
OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS		-	-
OUTROS PASSIVOS	19	87.644.563	146.294.657
<b>TOTAL DE PASSIVO</b>		<b>1.734.795.553</b>	<b>1.695.707.204</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
CAPITAL	20	81.250.000	81.250.000
PRÉMIOS DE EMISSÃO		-	-
OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL		-	-
(AÇÕES PRÓPRIAS)	20	(5.999.453)	(5.999.453)
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	21	(6.917.034)	3.620.388
OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS	21	102.539.148	80.721.187
RESULTADO DO EXERCÍCIO	21	32.511.144	35.958.023
(DIVIDENDOS ANTECIPADOS)		-	-
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>203.383.805</b>	<b>195.550.145</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>1.938.179.358</b>	<b>1.891.257.349</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Demonstrações dos Resultados Individuais para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007

	NOTAS	2008	2007
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	22	294.625.191	317.341.809
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	22	(269.657.984)	(295.225.229)
<b>MARGEM FINANCEIRA</b>		<b>24.967.206</b>	<b>22.116.580</b>
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	23	150.035	785.609
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	24	64.932.086	55.655.111
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	24	(7.098.704)	(2.957.416)
RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS (LÍQUIDO)	25	(6.986.614)	(6.032.328)
RESULTADOS DE REAValiaÇÃO FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA (LÍQUIDO)	26	85.952	-
RESULTADOS DE REAValiaÇÃO CAMBIAL (LÍQUIDO)	27	67.269	26.935
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS		9.107	11.581
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	28	959.882	375.725
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>		<b>77.086.217</b>	<b>69.981.797</b>
CUSTOS COM PESSOAL	29	(15.310.984)	(14.361.878)
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	30	(8.602.307)	(7.720.276)
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	11 e 12	(995.033)	(923.325)
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	18	(1.372.919)	(1.155.081)
CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)	18	(6.309.684)	-
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	18	(57.488)	48.876
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES		-	-
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>44.437.802</b>	<b>45.870.114</b>
IMPOSTOS			
CORRENTES	14	(12.644.762)	(9.653.200)
DIFERIDOS	14	718.104	(258.891)
<b>RESULTADO APÓS IMPOSTOS</b>		<b>32.511.144</b>	<b>35.958.023</b>
DO QUAL: RESULTADO APÓS IMPOSTOS DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS		-	-
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>32.511.144</b>	<b>35.958.023</b>
<b>ACÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>		<b>76.592.000</b>	<b>76.592.000</b>
<b>RESULTADO POR ACÇÃO</b>		<b>0.42</b>	<b>0.47</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Individuais para os Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2008 e 2007

	2008	2007
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
JUROS E COMISSÕES RECEBIDAS	358.650.731	372.133.205
JUROS E COMISSÕES PAGAS	(271.481.774)	(299.408.711)
PAGAMENTOS AO PESSOAL E FORNECEDORES	(23.152.837)	(22.019.246)
PAGAMENTO DE IMPOSTOS SOBRE LUCROS	(12.406.735)	(12.707.707)
OUTROS RESULTADOS	2.056.542	566.155
<b>RESULTADOS OPERACIONAIS ANTES DAS ALTERAÇÕES NOS ACTIVOS OPERACIONAIS</b>	<b>53.665.928</b>	<b>38.563.697</b>
<i>(AUMENTOS) DIMINUIÇÕES DE ACTIVOS OPERACIONAIS</i>		
ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR POR RESULTADOS	(144.161.001)	(56.805.922)
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	(75.944.237)	(35.868.647)
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	595.519	2.949.853
CRÉDITO A CLIENTES	83.346.913	(139.532.169)
OUTROS ACTIVOS	79.609.028	(75.747.334)
	<b>(56.553.778)</b>	<b>(305.004.219)</b>
<i>AUMENTOS (DIMINUIÇÕES) DE PASSIVOS OPERACIONAIS</i>		
PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO	202.796.308	(43.597.796)
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(158.417.787)	316.062.377
RECURSOS DE CLIENTES	50.311.301	(28.570.962)
OUTROS PASSIVOS	(49.582.928)	65.623.631
	<b>45.106.894</b>	<b>309.517.250</b>
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>42.219.044</b>	<b>43.076.727</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
AQUISIÇÕES DE ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	(3.468.007)	(744.210)
ALIENAÇÕES DE ACTIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	141.120	142.092
AQUISIÇÕES DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	(13.700.000)	(64.100.000)
ALIENAÇÕES DE INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMP. CONJUNTOS	-	39.095.709
DIVIDENDOS RECEBIDOS	150.035	785.609
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(16.876.852)</b>	<b>(24.820.801)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
PAGAMENTO DE DIVIDENDOS	(14.140.062)	(26.106.539)
<b>CAIXA LÍQUIDA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(14.140.062)</b>	<b>(26.106.539)</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES</b>	<b>11.202.131</b>	<b>(7.850.612)</b>
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	6.801.584	14.652.196
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	18.003.715	6.801.584

(Montantes expressos em Euros)

## Demonstração das Alterações no Capital Próprio Individual para os Exercícios Findos em 31 De Dezembro de 2008 e 2007

	NOTAS	CAPITAL	ACÇÕES PRÓPRIAS	RESERVA DE REAVLIAÇÃO	OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS			TOTAL	LUCRO DO EXERCÍCIO	TOTAL
					RESERVA LEGAL	RESERVA LIVRE	RESULTADOS TRANSITADOS			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>4.464.903</b>	<b>26.662.893</b>	<b>9.328.907</b>	<b>40.064.561</b>	<b>76.056.361</b>	<b>30.771.365</b>	<b>186.543.176</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2006:</b>										
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	21	-	-	-	-	-	1.587.689	1.587.689	(27.694.228)	(26.106.539)
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		-	-	-	3.077.137	(227.583)	227.583	3.077.137	(3.077.137)	-
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA:										
DECRÉSCIMOS	8	-	-	(1.149.000)	-	-	-	-	-	(1.149.000)
EFEITO FISCAL	14	-	-	304.485	-	-	-	-	-	304.485
LUCRO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	-	35.958.023	35.958.023
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>3.620.388</b>	<b>29.740.030</b>	<b>9.101.324</b>	<b>41.879.833</b>	<b>80.721.187</b>	<b>35.958.023</b>	<b>195.550.145</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO DE 2007:</b>										
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS	21	-	-	-	-	-	859.938	859.938	(15.000.000)	(14.140.062)
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS		-	-	-	3.595.802	17.473.679	(111.459)	20.958.023	(20.958.023)	-
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA:										
DECRÉSCIMOS	8	-	-	(14.336.629)	-	-	-	-	-	(14.336.629)
EFEITO FISCAL	14	-	-	3.799.207	-	-	-	-	-	3.799.207
LUCRO DO EXERCÍCIO		-	-	-	-	-	-	-	32.511.144	32.511.144
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		<b>81.250.000</b>	<b>(5.999.453)</b>	<b>(6.917.034)</b>	<b>33.335.832</b>	<b>26.575.004</b>	<b>42.628.312</b>	<b>102.539.148</b>	<b>32.511.144</b>	<b>203.383.805</b>

(Montantes expressos em Euros)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS INDIVIDUAIS



## I. Nota Introdutória

O Caixa - Banco de Investimento, S.A. ("Banco") foi constituído por escritura pública em 12 de Novembro de 1987, tendo absorvido a totalidade dos activos e passivos da Sucursal em Portugal do Manufacturers Hanover Trust Company, nos termos da Portaria conjunta da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças nº 865-A/87, de 6 de Novembro.

O Banco é a unidade do Grupo Caixa Geral de Depósitos especializada na actividade de banca de investimento, abrangendo actividades como Corporate Finance de Dívida Fixa e Variável, Corporate Finance de Acções, Assessoria Financeira, Structured Finance, Project Finance, Intermediação Financeira e Research. Para o exercício das suas actividades o Banco dispõe de dois balcões localizados em Lisboa e Porto, de uma Sucursal Financeira Exterior na Madeira e de uma Sucursal em Espanha.

Conforme descrito na Nota 20, a maioria do capital social do Banco é detida pela Gerbanca, SGPS, S.A., sociedade integrada no Grupo Caixa Geral de Depósitos.

As demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de Janeiro de 2009.

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de Dezembro de 2008 encontram-se pendentes de aprovação pela Assembleia Geral. No entanto, o Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras virão a ser aprovadas sem alterações significativas.

## 2. Políticas Contabilísticas

As demonstrações financeiras individuais da Sede foram combinadas com as das Sucursais, representando a actividade global do Banco. Todos os saldos e transacções entre a Sede e as Sucursais foram eliminados neste processo.

### 2.1. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), nos termos do Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro e das Instruções nº 9/2005 e nº 23/2004, do Banco de Portugal, na sequência da competência que lhe é conferida pelo número 3 do Artigo 115º do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem em geral às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal. No entanto, nos termos do Aviso nº 1/2005, existem as seguintes excepções com impacto nas demonstrações financeiras do Banco:

i) Valorimetria do crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (Crédito e contas a receber) – os créditos são registados pelo valor nominal, não podendo ser reclassificados para outras categorias e, como tal, registados pelo justo valor;

ii) Provisionamento do crédito e contas a receber - são definidos níveis mínimos de provisionamento de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº 3/95, com as alterações introduzidas pelo Aviso do Banco de Portugal nº 8/03, de 30 de Junho e pelo Aviso do Banco de Portugal nº 3/2005, de 21 de Fevereiro (Nota 2.3. a)). Este regime abrange ainda as responsabilidades representadas por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga;

iii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o registo pelo justo valor, conforme permitido pela Norma IAS 16 – Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações legalmente autorizadas, caso em que as mais - valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

## 2.2. Conversão de Saldos e Transacções em Moeda Estrangeira

As contas do Banco são preparadas de acordo com a divisa utilizada no ambiente económico em que opera (denominada "moeda funcional"), nomeadamente o Euro.

As transacções em moeda estrangeira são registadas com base nas taxas de câmbio indicativas na data da transacção. Em cada data de balanço, os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para Euros com base na taxa de câmbio em vigor. Os activos não monetários que sejam valorizados ao justo valor são convertidos com base na taxa de câmbio em vigor na data da última valorização. Os activos não monetários registados ao custo histórico permanecem registados ao câmbio original.

As diferenças de câmbio apuradas na conversão cambial são reflectidas em resultados do exercício, com excepção das originadas por instrumentos financeiros não monetários, tal como acções, classificados como disponíveis para venda, que são registadas numa rubrica específica de capital próprio até à sua alienação.

## 2.3. Instrumentos Financeiros

### ***a) Crédito a Clientes e Valores a Receber de Outros Devedores***

Conforme descrito na Nota 2.1, estes activos são registados de acordo com as disposições do Aviso nº 1/2005, do Banco de Portugal. Deste modo são registados pelo valor nominal, sendo os respectivos proveitos, nomeadamente juros e comissões, reconhecidos ao longo do período das operações de acordo com o método "pro rata temporis", quando se tratem de operações que produzam fluxos residuais ao longo de um período superior a um mês. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria são igualmente periodificados ao longo do período de vigência dos créditos.

O regime de provisionamento corresponde ao definido no Aviso nº 3/95, do Banco de Portugal, e inclui as seguintes provisões:

### ***.Provisão para Crédito e Juros Vencidos***

Destina-se a cobrir os riscos de realização de créditos concedidos que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros. As percentagens provisionadas do crédito e juros vencidos são função crescente do período decorrido após o respectivo vencimento e do facto de estarem ou não cobertos por garantias.

### ***.Provisão para Créditos de Cobrança Duvidosa***

Destina-se a fazer face aos riscos de realização do capital vincendo relativo a créditos concedidos a clientes que apresentem prestações vencidas e não pagas de capital ou juros, ou que estejam afectos a clientes que tenham outras responsabilidades vencidas.

De acordo com o Aviso nº 3/95, consideram-se como créditos de cobrança duvidosa, os seguintes:

.As prestações vincendas de uma mesma operação de crédito em que se verifique, relativamente às respectivas prestações em mora de capital e juros, pelo menos uma das seguintes condições:

- (i) excederem 25% do capital em dívida, acrescido dos juros vencidos;
- (ii) estarem em incumprimento há mais de:

.Seis meses, nas operações com prazo inferior a cinco anos;

.Doze meses, nas operações com prazo igual ou superior a cinco e inferior a dez anos;

.Vinte e quatro meses, nas operações com prazo igual ou superior a dez anos.

Estes créditos de cobrança duvidosa são provisionados de acordo com a percentagem das provisões constituídas para crédito vencido.

Os créditos vincendos sobre um mesmo cliente se o crédito e juros vencidos de todas as operações relativamente a esse cliente, acrescidos do crédito vincendo abrangido pela alínea anterior, excederem 25% do crédito total, acrescido dos juros vencidos. Estes créditos de cobrança duvidosa são provisionados com base em 50% da percentagem média das provisões constituídas para crédito vencido.

Em 31 de Dezembro de 2008, as provisões para créditos de cobrança duvidosa eram superiores aos montantes mínimos definidos pelo Banco de Portugal.

### ***.Provisão Para Riscos Gerais de Crédito***

Encontra-se registada no passivo, e destina-se a fazer face aos riscos de cobrança do crédito concedido, assim como a outros riscos resultantes da actividade do Banco, tais como garantias e avales prestados. O montante a provisionar é calculado por aplicação das seguintes percentagens genéricas à totalidade do crédito não vencido, incluindo as garantias e avales:

.1,5% no que se refere ao crédito ao consumo e às operações de crédito a particulares, cuja finalidade não possa ser determinada;

.0,5% relativamente ao crédito garantido por hipoteca sobre imóvel ou operações de locação financeira imobiliária, em ambos os casos quando o imóvel se destine a habitação do mutuário;

.1% no que se refere ao restante crédito concedido.

A partir de 1 de Janeiro de 2003 o reforço desta provisão deixou de ser aceite como custo para efeitos fiscais. O efeito em resultados é reconhecido na rubrica "Provisões líquidas de reposições e anulações", da demonstração de resultados.

## **b) Outros Activos Financeiros**

Os restantes activos financeiros são registados na data de contratação pelo respectivo justo valor, acrescido de custos directamente atribuíveis à transacção. Estes activos são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias definidas na Norma IAS 39:

### **i) Activos financeiros ao justo valor através de resultados**

Esta categoria inclui:

.Activos financeiros detidos para negociação, os quais englobam essencialmente títulos adquiridos com o objectivo de realização de ganhos a partir de flutuações de curto prazo nos preços de mercado. Incluem-se também nesta categoria os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que cumpram os requisitos de contabilidade de cobertura; e,

.Activos financeiros classificados como ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option").

A utilização da "Fair value option" implica o registo nesta categoria dos instrumentos financeiros de forma irrevogável no reconhecimento inicial, encontrando-se limitada a situações em que a sua aplicação resulte na produção de informação financeira mais relevante, nomeadamente:

a) Caso a sua aplicação elimine ou reduza de forma significativa uma inconsistência no reconhecimento ou mensuração ("accounting mismatch") que, caso contrário, ocorreria em resultado de mensurar activos e passivos ou reconhecer ganhos e perdas nos mesmos de forma inconsistente;

b) Grupos de activos financeiros, passivos financeiros ou ambos que sejam geridos e o seu desempenho avaliado com base no justo valor, de acordo com estratégias de gestão de risco e de investimento formalmente documentadas; e informação sobre o grupo seja distribuída internamente aos órgãos de gestão.

c) Adicionalmente, é possível classificar nesta categoria instrumentos financeiros que contenham um ou mais derivados embutidos, a menos que:

.Os derivados embutidos não modifiquem significativamente os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato;

.Fique claro, que com pouca ou nenhuma análise, que a separação dos derivados implícitos não deve ser efectuada.

Os activos financeiros classificados nesta categoria são registados ao justo valor, sendo os ganhos e perdas gerados pela valorização subsequente reflectidos em resultados do exercício, nas rubricas de "Resultados de

activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". Os juros são reflectidos nas rubricas apropriadas de "Juros e rendimentos similares".

### **ii) Empréstimos e Contas a Receber**

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros. Dada a restrição imposta pelo Aviso nº 1/2005, esta categoria inclui apenas valores a receber de outras instituições financeiras.

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

#### *Reconhecimento de juros*

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro, permite igualar o seu valor actual ao valor do instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

### **iii) Activos Financeiros Disponíveis para Venda**

Esta categoria inclui títulos de rendimento variável não classificados como activos ao justo valor através de resultados, incluindo participações financeiras com carácter de estabilidade, bem como outros instrumentos financeiros aqui registados no reconhecimento inicial e que não se enquadrem nas restantes categorias previstas na Norma IAS 39 acima descritas.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são registados directamente em capitais próprios, na "Reserva de justo valor". No momento da venda, ou caso seja determinada imparidade, as variações acumuladas no justo valor são transferidas para proveitos ou custos do exercício.

Os dividendos de instrumentos de capital próprio classificados nesta categoria são registados como proveitos na demonstração de resultados quando é estabelecido o direito do Banco ao seu recebimento.

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos de rendimento fixo da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo do Amendment da Norma IAS 39 aprovado em 13 de Outubro de 2008 (Nota 8).

#### *Reclassificação de activos financeiros*

Com a entrada em vigor da alteração ao IAS 39 em 13 de Outubro de 2008, referida na Nota 2.15, o Banco passou a ter a possibilidade de reclassificar alguns activos financeiros classificados como Activos financeiri

ros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias de activos financeiros. Não são permitidas contudo quaisquer reclassificações para categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados.

#### *Justo Valor*

Conforme acima referido, os activos financeiros enquadrados nas categorias de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros disponíveis para venda são registados pelo justo valor.

O justo valor de um instrumento financeiro corresponde ao montante pelo qual um activo ou passivo financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado.

O justo valor de activos financeiros é determinado, para a generalidade dos activos, por um órgão do Grupo CGD independente da função de negociação, com base nos seguintes critérios:

.Cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos;

.Relativamente a instrumentos de dívida não transaccionados em mercados activos (incluindo títulos não cotados ou com reduzida liquidez) são utilizados métodos e técnicas de valorização, que incluem:

- i) Preços (bid prices) difundidos por meios de difusão de informação financeira, nomeadamente a Bloomberg e a Reuters, incluindo preços de mercado disponíveis em transacções recentes;
- ii) Cotações indicativas (bid prices) obtidas junto de instituições financeiras que funcionem como market-makers;
- iii) Modelos internos de valorização, os quais têm em conta os dados de mercado que seriam utilizados na definição de um preço para o instrumento financeiro, reflectindo as taxas de juro de mercado e a volatilidade, bem como a liquidez e o risco de crédito associado ao instrumento.

#### **c) Passivos Financeiros**

Os passivos financeiros são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Os passivos são classificados nas seguintes categorias:

i) Passivos financeiros detidos para negociação

Os passivos financeiros detidos para negociação correspondem a instrumentos financeiros derivados com reavaliação negativa, os quais se encontram reflectidos pelo justo valor.

ii) Outros passivos financeiros

Esta categoria inclui recursos de outras instituições de crédito e de clientes e passivos incorridos para pagamento de prestações de serviços.

Estes passivos financeiros são valorizados pelo custo amortizado.

#### ***d) Derivados e Contabilidade de Cobertura***

O Banco realiza operações com produtos derivados no âmbito da sua actividade, com o objectivo de satisfazer as necessidades dos seus clientes e de reduzir a sua exposição a flutuações cambiais, de taxas de juro e de cotações.

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal.

Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

.Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);

.Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

#### **Derivados Embutidos**

Os instrumentos financeiros derivados embutidos noutros instrumentos financeiros são destacados do contrato de base e tratados como derivados autónomos no âmbito da Norma IAS 39, sempre que:

.As características económicas e os riscos do derivado embutido não estejam intimamente relacionados com o contrato de base, conforme definido na Norma IAS 39; e

.A totalidade do instrumento financeiro combinado não esteja registada ao justo valor, com as variações no justo valor reflectidas em resultados.

#### **Derivados de Cobertura**

Tratam-se de derivados contratados com o objectivo de cobertura da exposição do Banco a um determinado risco inerente à sua actividade. A classificação como derivados de cobertura e a utilização do conceito de contabilidade de cobertura, conforme abaixo descrito, está sujeita ao cumprimento das regras definidas na Norma IAS 39.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o Banco apenas utiliza coberturas de exposição à variação do justo valor dos instrumentos financeiros registados em balanço, denominadas "Coberturas de justo valor".

Para todas as relações de cobertura, o Banco prepara no início da operação documentação formal, que inclui os seguintes aspectos:

.Objectivos de gestão de risco e estratégia associada à realização da operação de cobertura, de acordo com as políticas de cobertura de risco definidas pelo Banco;

.Descrição do(s) risco(s) coberto(s);

.Identificação e descrição dos instrumentos financeiros cobertos e de cobertura;

.Método de avaliação da eficácia de cobertura e periodicidade da sua realização.

Periodicamente, são efectuados e documentados testes de eficácia das coberturas através da comparação da variação no justo valor do instrumento de cobertura e do elemento coberto (na parcela atribuível ao risco coberto). De forma a possibilitar a utilização de contabilidade de cobertura de acordo com a Norma IAS 39, esta relação deverá situar-se num intervalo entre 80% e 125%. Adicionalmente, são efectuados testes de eficácia prospectivos, de forma a demonstrar a expectativa da eficácia futura da cobertura.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. Caso se demonstre que a cobertura é eficaz, o Banco reflecte igualmente no resultado do exercício a variação no justo valor do elemento coberto atribuível ao risco coberto. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados em activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas de derivados de cobertura são registadas no activo e passivo, respectivamente, em rubricas específicas.

As valorizações dos elementos cobertos são reflectidas nas rubricas onde se encontram registados esses activos e passivos.

### **Derivados de Negociação**

São considerados derivados de negociação todos os instrumentos financeiros derivados que não estejam associados a relações de cobertura eficazes de acordo com a Norma IAS 39, incluindo:

.Derivados contratados para cobertura de risco em activos ou passivos registados ao justo valor através de resultados, tornando assim desnecessária a utilização de contabilidade de cobertura;

.Derivados contratados para cobertura de risco que não constituem coberturas eficazes ao abrigo da Norma IAS 39;

.Derivados contratados com o objectivo de "trading".

Os derivados de negociação são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados diariamente reconhecidos em proveitos e custos do exercício. O impacto destas valorizações é reflectido em rubricas de "Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados". No caso de derivados que tenham associada uma componente de juros (como por exemplo, swaps de taxa de juro) a periodificação de juros relativa ao período em curso e os fluxos liquidados são reflectidos em "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", da demonstração de resultados.

As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas "Activos financeiros ao justo valor através de resultados" e "Passivos financeiros ao justo valor através de resultados", respectivamente.

## ***e) Imparidade de Activos Financeiros***

### **Activos Financeiros ao Custo Amortizado**

O Banco efectua periodicamente análises de imparidade dos seus activos financeiros registados ao custo amortizado, nomeadamente, as Aplicações em instituições de crédito.

A identificação de indícios de imparidade é efectuada numa base individual.

Os seguintes eventos podem constituir indícios de imparidade:

- .Incumprimento das cláusulas contratuais, nomeadamente atrasos nos pagamentos de juros ou capital;
- .Dificuldades financeiras significativas do devedor ou do emissor da dívida;
- .Existência de uma elevada probabilidade de declaração de falência do devedor ou do emissor da dívida;
- .Concessão de facilidades ao devedor em resultado das suas dificuldades financeiras que não seriam concedidas numa situação normal;
- .Comportamento histórico das cobranças que permita deduzir que o valor nominal nunca será recuperado na totalidade;
- .Dados indicativos de uma redução mensurável no valor estimado dos cash-flows futuros de um grupo de activos financeiros desde o seu registo inicial, embora essa redução não possa ser identificada nos activos financeiros individuais do grupo.

Sempre que sejam identificados indícios de imparidade em activos analisados individualmente, a eventual perda por imparidade corresponde à diferença entre o valor inscrito no balanço no momento da análise e o valor actual dos fluxos de caixa futuros que se espera receber (valor recuperável), descontado com base na taxa de juro efectiva original do activo.

### **Activos Financeiros Disponíveis para Venda**

Conforme referido na Nota 2.3. b), os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, sendo as variações no justo valor reflectidas directamente em capital próprio, na "Reserva de justo valor".

Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos - valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício sob a forma de perdas por imparidade.

Para além dos indícios de imparidade relativos a activos financeiros registados ao custo amortizado, são ainda considerados os seguintes indícios específicos no que se refere a instrumentos de capital:

- .Informação sobre alterações significativas com impacto adverso na envolvente tecnológica, de mercado, económica ou legal em que o emissor opera, e que indique que o custo do investimento não venha a ser recuperado;

.Um declínio prolongado e significativo do valor de mercado abaixo do preço de custo.

Com referência à data das demonstrações financeiras, o Banco efectua uma análise no sentido de identificar a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda e, conseqüentemente, registar as correspondentes perdas por imparidade.

Para este efeito é efectuada uma análise específica de cada investimento. Neste âmbito, em situações normais de mercado, um dos indicadores que é tido em consideração refere-se a menos valias potenciais superiores a 20% do custo de aquisição que se tenham mantido mais de 6 meses. Este indicador não obsta a que como resultado da análise específica dos investimentos se proceda ao registo de imparidade em outras situações em que se tenha verificado um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado face ao custo desses activos.

Em situações anormais de turbulência financeira e de volatilidade excessiva do mercado de acções, tal como se verificou no exercício de 2008, o Banco analisa se a redução das cotações constitui ou não evidência de que o custo dos investimentos poderá não ser recuperável no médio prazo. Neste contexto, considerou como evidência objectiva de imparidade as seguintes situações:

.Existência, à data de referência das demonstrações financeiras, de menos valias potenciais superiores a 50% do custo de aquisição do instrumento financeiro, independentemente do período de tempo ao longo do qual se verificou esta situação;

.Existência de menos valias potenciais superiores a 30% do custo de aquisição do instrumento financeiro, ao longo de um período igual ou superior a 9 meses.

Adicionalmente, como resultado da análise específica poderá ser identificada e registada imparidade em investimentos que apresentem menos-valias inferiores a 50%. É ainda considerada informação relativa a eventos subsequentes à data de balanço.

As perdas por imparidade em activos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais-valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na Reserva de justo valor.

Relativamente a activos financeiros registados ao custo, nomeadamente instrumentos de capital próprio não cotados e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, o Banco efectua igualmente análises periódicas de imparidade. Neste âmbito, o valor recuperável corresponde à melhor estimativa dos fluxos futuros a receber do activo, descontados a uma taxa que reflecta de forma adequada o risco associado à sua detenção.

O montante de perda por imparidade apurado é reconhecido directamente em resultados do exercício. As perdas por imparidade nestes activos não podem ser revertidas.

## 2.4. Outros Activos Tangíveis

Excepto quanto aos activos adquiridos até ao exercício de 1998, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e perdas por imparidade acumuladas. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidos como custo do exercício, na rubrica "Outros gastos administrativos".

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, na transição para IFRS foi considerado como custo o valor de balanço incorporando o efeito da referida reavaliação, uma vez que o seu resultado, no momento em que foi efectuada, correspondia genericamente ao custo ou custo depreciado de acordo com as IFRS ajustado de forma a reflectir as alterações em índices de preços.

As amortizações são calculadas e registadas em custos do exercício numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso, que é:

	ANOS DE VIDA ÚTIL
<b>IMÓVEIS</b>	<b>50</b>
EQUIPAMENTO:	
MOBILIÁRIO E MATERIAL	4 - 10
MATERIAL DE TRANSPORTE	4
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	3 - 4
INSTALAÇÕES INTERIORES	3 - 10
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	4 - 10
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	5 - 10

Os terrenos não são objecto de amortização.

Periodicamente são realizadas análises de evidência de imparidade em activos tangíveis de acordo com a Norma IAS 36 – "Imparidade de activos". Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. As perdas por imparidade podem ser revertidas, também com impacto em resultados do período, caso em períodos seguintes se verifique um aumento do valor recuperável do activo.

O Banco avalia periodicamente a adequação da vida útil estimada para os activos tangíveis.

## 2.5. Locação Financeira

As operações de locação financeira são registadas da seguinte forma:

### **.Como locatário**

Os activos em regime de locação financeira são registados pelo justo valor no activo e no passivo, processando-se as respectivas amortizações.

As rendas relativas a contratos de locação financeira são desdobradas de acordo com o respectivo plano financeiro, reduzindo-se o passivo pela parte correspondente à amortização do capital. Os juros suportados são registados como custos financeiros.

### ***Como Locador***

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

## **2.6. Activos Intangíveis**

Esta rubrica compreende essencialmente custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das actividades do Banco. Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período entre 3 e 6 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo do exercício em que são incorridas.

## **2.7. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos**

Esta rubrica inclui as participações em entidades nas quais o Banco exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente, de modo a obter benefícios económicos das suas actividades, denominadas "filiais". Normalmente o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto. Estes activos são registados pelo custo de aquisição, sendo objecto de análises de imparidade periódicas.

Os dividendos são registados como proveitos no exercício em que é decidida a sua distribuição pelas filiais.

## **2.8. Impostos sobre Lucros**

O Banco está sujeito ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Porém, a Sucursal Financeira Exterior da Madeira beneficia, ao abrigo do artigo 33º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Para efeitos da aplicação desta isenção, de acordo com o disposto no artigo 33º A do Estatuto dos Benefícios Fiscais, considera-se que pelo menos 85% do lucro tributável da actividade global da entidade é resultante de actividades exercidas fora do âmbito institucional da zona franca da Madeira.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico

devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

.Diferenças temporárias resultantes de goodwill;

.Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;

.Diferenças temporárias resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que o Banco tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

As principais situações que originam diferenças temporárias ao nível do Banco correspondem a provisões e reavaliações não aceites para efeitos fiscais, diferimento de comissões e amortizações não aceites em resultado de reavaliações legais de activos tangíveis.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

## 2.9. Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados onde seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objecto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

As provisões para outros riscos destinam-se a fazer face a contingências fiscais, legais e outras, bem como a eventuais desvalorizações em activos financeiros.

## 2.10. Benefícios dos Empregados

Em virtude de não ter aderido ao Acordo Colectivo de Trabalho do sector bancário, o Banco não tem responsabilidades relativas a pensões de reforma dos seus empregados, os quais estão abrangidos pelo regime geral da Segurança Social.

No entanto, e com o objectivo de proporcionar aos seus empregados um complemento de reforma ao regime normal da Segurança Social, o Banco constituiu por sua livre iniciativa em 1987, o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento (Fundo). O Fundo tem como objectivo garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice e invalidez e de pensões de sobrevivência aos seus empregados, de acordo com os termos estabelecidos no contrato, sendo a sua gestão efectuada pela CGD Pensões - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A..

A contribuição para o Fundo efectuada pelo Banco equivale a uma percentagem de 3,5% das remunerações anuais pagas a cada um dos empregados. Nos exercícios de 2008 e 2007, os custos registados relativos a pensões ascenderam a 405.169 Euros e 380.943 Euros, respectivamente (Nota 29).

Dado tratar-se de um plano de contribuição definida, o Banco não tem quaisquer responsabilidades para além das contribuições acima referidas.

Os benefícios de curto prazo, incluindo prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são reflectidos em "Custos com pessoal" no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

## 2.11. Comissões

Conforme referido na Nota 2.3, as comissões recebidas relativas a operações de crédito e outros instrumentos financeiros, nomeadamente comissões cobradas na originação das operações, são reconhecidas como proveitos ao longo do período da operação.

As comissões por serviços prestados são normalmente reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se resultarem da execução de actos únicos.

## 2.12. Valores Recebidos em Depósito

Os valores recebidos em depósito, nomeadamente os títulos de clientes, encontram-se registados em contas extrapatrimoniais ao valor nominal.

## 2.13. Caixa e seus Equivalentes

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como "Caixa e seus equivalentes" o total das rubricas "Caixa e disponibilidades em bancos centrais" e "Disponibilidades em outras instituições de crédito".

## 2.14. Estimativas Contabilísticas Críticas e Aspectos Julgamentais mais Relevantes na Aplicação das Políticas Contabilísticas

Na aplicação das políticas contabilísticas acima descritas, é necessária a realização de estimativas pelo Conselho de Administração do Banco. As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras individuais do Banco incluem as abaixo apresentadas.

### ***Determinação de Perdas por Imparidade em Empréstimos e Contas a Receber***

No que respeita às provisões para crédito a clientes, contas a receber e garantias e avales prestados, o Banco cumpre os limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal (Nota 2.3). No entanto, sempre que considerado necessário, estas provisões são complementadas de forma a reflectir a estimativa do Banco sobre o risco de incobrabilidade associado aos clientes. Esta avaliação é efectuada de forma casuística pelo Banco com base no conhecimento específico da realidade dos clientes e nas garantias associadas às operações em questão.

### ***Determinação de Perdas por Imparidade em Activos Financeiros Disponíveis para Venda***

Conforme descrito na Nota 2.3. e), as menos-valias resultantes da valorização destes activos são reconhecidas por contrapartida da Reserva de justo valor. Sempre que exista evidência objectiva de imparidade, as menos-valias acumuladas que tenham sido reconhecidas na Reserva de justo valor devem ser transferidas para custos do exercício.

No caso de instrumentos de capital, a determinação da existência de perdas por imparidade pode revestir-se de alguma subjectividade. O Grupo determina a existência ou não de imparidade nestes activos através de uma análise específica em cada data de balanço e tendo em consideração os indícios definidos na Norma IAS 39 (ver Nota 2.3. c)). Como critério genérico, é determinada imparidade sempre que se considere que, face à dimensão da menos-valia apurada, seja pouco provável a integral recuperação do montante investido pelo Banco.

No caso de instrumentos de dívida classificados nesta categoria, as menos-valias são transferidas da Reserva de justo valor para resultados sempre que existam indícios de que possa vir a ocorrer incumprimento dos fluxos de caixa contratuais, nomeadamente, por dificuldades financeiras do emitente, existência de incumprimento de outras responsabilidades financeiras, ou uma degradação significativa do rating do emitente.

### ***Valorização de Instrumentos Financeiros não Transaccionados em Mercados Activos***

De acordo com a Norma IAS 39, o Banco valoriza ao justo valor todos os instrumentos financeiros, com excepção dos registados pelo custo amortizado. Na valorização de instrumentos financeiros não negociados em mercados líquidos, são utilizados os modelos e técnicas de valorização descritos na Nota 2.3. As valorizações obtidas correspondem à melhor estimativa do justo valor dos referidos instrumentos na data do balanço. Conforme referido na Nota 2.3, de modo a assegurar uma adequada segregação de funções, a valorização da generalidade destes instrumentos financeiros é determinada por um órgão independente da função de negociação. Adicionalmente, o Banco utiliza modelos internos de valorização sempre que seja considerado pelo Conselho de Administração que as valorizações obtidas não são representativas do justo valor dos instrumentos financeiros.

Na Nota 33 – Divulgações relativas a instrumentos financeiros, na secção "Justo valor", é apresentado um resumo das fontes utilizadas pelo Banco no apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros.

### ***Determinação de Impostos sobre Lucros***

Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pelo Banco com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objectiva e originar a existência de diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis do Banco sobre o correcto enquadramento das suas operações o qual é no entanto susceptível de ser questionado por parte das Autoridades Fiscais.

## **2.15. Adopção de Novas Normas (IAS/IFRS) ou Revisão de Normas já Emitidas**

Excepto no que diz respeito a matérias reguladas pelo Banco de Portugal, tal como referido na Nota 2.1, em 2008 o Banco utilizou as Normas e Interpretações emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (IFRIC) que são relevantes para as suas operações e efectivas para os períodos iniciados a partir de 1 de Janeiro de 2008, desde que aprovadas pela União Europeia.

Em 2008, as únicas alterações com impacto nas demonstrações financeiras e nas divulgações apresentadas pelo Banco no Anexo às demonstrações financeiras resultaram da seguinte Norma:

."IAS 39 e IFRS 7 (Emenda): Reclassificação de activos financeiros". Esta alteração foi aprovada em 13 de Outubro de 2008 tendo sido aplicável com efeitos retroactivos a 1 de Julho de 2008 para reclassificações efectuadas até 31 de Outubro de 2008. Com esta emenda, passou a ser permitida a reclassificação de alguns activos financeiros classificados como activos financeiros detidos para negociação ou disponíveis para venda para outras categorias. Continua a não ser permitida a reclassificação de activos financeiros para categorias de activos ao justo valor através de resultados. Foram definidos requisitos específicos de divulgação ao abrigo do IFRS 7 para as entidades que efectuem reclassificações.

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras pelo Conselho de Administração, face à actividade desenvolvida pelo Banco, as Normas e Interpretações relevantes que estão disponíveis para aplicação antecipada são as seguintes:

."IFRS 8 – Segmentos operacionais". Esta norma é de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2009. O IFRS 8 estabelece que o Banco deverá reportar informação quantitativa e qualitativa sobre os segmentos reportados, os quais correspondem a segmentos operacionais ou agregações de segmentos operacionais. Os segmentos operacionais correspondem a componentes da actividade para os quais o Banco dispõe de informação financeira autónoma a qual é objecto de análise pelos órgãos de decisão do Banco nas decisões de afectação de recursos e de medição da performance. O IFRS 8 introduz ainda um requisito de divulgação de transacções com os maiores clientes.

."IAS 1 (Revisão) – Apresentação das demonstrações financeiras". Esta norma, de aplicação obrigatória a partir

de 1 de Janeiro de 2009, introduz um conjunto de alterações relativamente à denominação das demonstrações financeiras. Os principais impactos desta revisão do IAS 1 são, entre outros, os seguintes:

.Introdução de um novo requisito para incluir a demonstração da posição financeira no início do primeiro período comparativo caso seja aplicada de forma retrospectiva uma política contabilística, ocorra um "restatement" das demonstrações financeiras, ou existam reclassificações nas demonstrações financeiras;

.Todos os ganhos e perdas (incluindo os que são contabilizados directamente em capitais próprios) devem ser apresentados no futuro:

.Numa declaração única: "statement of comprehensive income".

.Em duas declarações (demonstração dos resultados e "statement of comprehensive income").

.Deixa de ser permitido apresentar os itens de "other comprehensive income" (por exemplo, ganhos ou perdas na reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda) separadamente na demonstração de alterações nos capitais próprios.

."IFRS 3 (Alteração) – "Concentrações de actividades empresariais" e IAS 27 – "Demonstrações financeiras consolidadas e individuais" – A revisão efectuada ao texto destas normas introduz alterações na mensuração e registo do "Goodwill" apurado no âmbito de concentrações de actividades empresariais, quer no momento inicial, quer na consideração do impacto de eventos posteriores a essa data com efeito no justo valor da entidade adquirida e no tratamento contabilístico de aquisições efectuadas em diversas fases. Vem ainda definir o tratamento contabilístico a adoptar no registo de transacções com acções de filiais, com e sem manutenção de controlo.

A adopção das normas revistas é de aplicação obrigatória em exercícios económicos iniciados em ou após 1 de Julho de 2009.

### 3. Relato por Segmentos

Para dar cumprimento aos requisitos da Norma IAS 14, o Banco adoptou os segmentos de negócio que representam as suas áreas de actividade aglutinadas por natureza de originação, e que, no seu conjunto, visam assegurar uma plataforma dinâmica de negócio de banca de investimento. A saber:

.**Corporate Finance** - Inclui a actividade de assessoria financeira para as vertentes de Dívida e de Acções, bem como a actividade de Project Finance.

.**Trading and sales** - Inclui a actividade de negociação e de gestão de activos e passivos de tesouraria.

.**Corretagem** - Inclui a actividade de intermediação financeira.

.**Banca comercial** - Inclui a originação transversal de negócio quer na vertente nacional quer na internacional.

.**Outros** - Restantes actividades não enquadráveis em qualquer das categorias anteriores.

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas de balanço por linhas de negócio é a seguinte:

2008						
	CORPORATE FINANCE	TRADING AND SALES	CORRETAGEM	BANCA COMERCIAL	OUTROS	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	31.203.626	232.202.804	217.134	30.731.610	270.017	294.625.191
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(17.343.355)	(232.800.654)	(158.403)	(19.099.054)	(256.517)	(269.657.984)
<b>I. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>13.860.270</b>	<b>(597.851)</b>	<b>58.731</b>	<b>11.632.556</b>	<b>13.500</b>	<b>24.967.206</b>
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	150.035	-	-	-	150.035
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	40.025.227	2.634.023	9.219.472	13.029.853	23.512	64.932.086
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(3.883.710)	(588.064)	(1.813.041)	(813.889)	-	(7.098.704)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	248.742	(6.535.898)	(387.641)	(158.596)	-	(6.833.393)
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	-	-	-	-	9.107	9.107
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	487.389	111.793	300.741	79.785	(19.828)	959.882
<b>II.</b>	<b>36.877.648</b>	<b>(4.228.111)</b>	<b>7.319.531</b>	<b>12.137.153</b>	<b>12.791</b>	<b>52.119.013</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>50.737.918</b>	<b>(4.825.962)</b>	<b>7.378.261</b>	<b>23.769.708</b>	<b>26.292</b>	<b>77.086.217</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(707.152)	(38.449)	(519.784)	36.489	(144.022)	(1.372.919)
CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES )	-	-	-	(6.309.684)	-	(6.309.684)
IMPARIIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	-	-	-	(57.488)	-	(57.488)
<b>III.</b>	<b>(707.152)</b>	<b>(38.449)</b>	<b>(519.784)</b>	<b>(6.330.683)</b>	<b>(144.022)</b>	<b>(7.740.091)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>50.030.766</b>	<b>(4.864.411)</b>	<b>6.858.477</b>	<b>17.439.025</b>	<b>(117.731)</b>	<b>69.346.126</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS						(36.834.982)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>						<b>32.511.144</b>
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	652.176.638	1.165.112	-	-	653.341.750
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	16.383.011	-	43.272.591	-	59.655.602
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	77.093.789	-	22.658.988	2.062.119	101.814.896
DERIVADOS DE COBERTURA	-	461.812	-	-	-	461.812
CRÉDITO A CLIENTES	460.247.382	-	2.816.937	427.372.952	9.286.795	899.724.067
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	260.363.729	-	-	-	260.363.729
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	332.227.756	539.735.522	2.874.426	356.089.929	6.703.637	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	5.806.115	-	22.488.975	102.590.372	-	130.885.462
DERIVADOS DE COBERTURA	-	1.483.423	-	-	-	1.483.423
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	460.247.382	774.077.770	3.982.049	493.304.531	206.567.626	1.938.179.358

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007						
	CORPORATE FINANCE	TRADING AND SALES	CORRETAGEM	BANCA COMERCIAL	OUTROS	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	25.173.644	261.734.104	471.162	29.709.473	253.425	317.341.809
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(14.488.090)	(262.134.652)	(286.638)	(18.075.096)	(240.754)	(295.225.229)
<b>I. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>10.685.555</b>	<b>(400.547)</b>	<b>184.524</b>	<b>11.634.377</b>	<b>12.671</b>	<b>22.116.580</b>
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	785.609	-	-	-	785.609
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	26.205.480	2.193.484	15.428.172	11.778.173	49.801	55.655.111
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(139.892)	(439.696)	(2.311.454)	(12.015)	(54.359)	(2.957.416)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	10.258	(5.953.185)	(56.831)	(5.635)	-	(6.005.393)
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	-	-	-	-	11.582	11.582
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	325.600	(580.213)	744.795	(114.013)	(444)	375.725
<b>II.</b>	<b>26.401.446</b>	<b>(3.994.001)</b>	<b>13.804.683</b>	<b>11.646.511</b>	<b>6.580</b>	<b>47.865.218</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>37.087.000</b>	<b>(4.394.548)</b>	<b>13.989.206</b>	<b>23.280.888</b>	<b>19.251</b>	<b>69.981.798</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(910.564)	(125.304)	(42.474)	(16.435)	(60.305)	(1.155.081)
IMPARIIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	48.876	-	-	-	-	48.876
<b>III.</b>	<b>(861.688)</b>	<b>(125.304)</b>	<b>(42.474)</b>	<b>(16.435)</b>	<b>(60.305)</b>	<b>(1.106.205)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>36.225.313</b>	<b>(4.519.852)</b>	<b>13.946.732</b>	<b>23.264.453</b>	<b>(41.053)</b>	<b>68.875.593</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS						(32.917.570)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>						<b>35.958.023</b>
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	461.184.044	-	-	-	461.184.044
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	113.182.913	-	1.917.821	-	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	10.588.976	-	24.578.442	1.154.712	36.322.130
CRÉDITO A CLIENTES	432.338.167	81.614.804	9.209.643	456.302.036	8.928.624	988.393.274
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	58.032.342	-	-	-	58.032.342
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	376.780.672	580.913.250	8.026.161	420.756.438	8.787.581	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	5.586.724	-	24.154.959	50.050.063	-	79.791.746
DERIVADOS DE COBERTURA	-	1.018.501	-	-	-	1.018.501
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	432.338.167	681.861.204	9.209.643	482.798.299	285.050.036	1.891.257.349

(Montantes expressos em Euros)

A divisão dos juros e encargos similares pelas diversas linhas de negócio foi efectuada com base no valor médio dos activos afectos a esses segmentos.

Em 2008 e 2007, a distribuição dos resultados e das principais rubricas do balanço por mercados geográficos é a seguinte:

	2008		
	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	285.149.501	9.475.690	294.625.191
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(261.544.151)	(8.113.833)	(269.657.984)
<b>I. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>23.605.350</b>	<b>1.361.857</b>	<b>24.967.206</b>
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	150.035	-	150.035
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	63.420.373	1.511.713	64.932.086
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(7.081.472)	(17.232)	(7.098.704)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(6.833.393)	-	(6.833.393)
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	10.937	(1.830)	9.107
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	979.705	(19.823)	959.882
<b>II.</b>	<b>50.646.185</b>	<b>1.472.828</b>	<b>52.119.013</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>74.251.535</b>	<b>2.834.685</b>	<b>77.086.217</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(1.254.573)	(118.346)	(1.372.919)
CORRECÇÕES DE VALOR ASSOCIADAS AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES (LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES)	(6.309.684)	-	(6.309.684)
IMPARIIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	(57.488)	-	(57.488)
<b>III.</b>	<b>(7.621.745)</b>	<b>(118.346)</b>	<b>(7.740.091)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>66.629.790</b>	<b>2.716.339</b>	<b>69.346.126</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS			(36.834.982)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>32.511.144</b>
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	653.341.750	-	653.341.750
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	59.655.602	-	59.655.602
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	101.814.896	-	101.814.896
DERIVADOS DE COBERTURA	461.812	-	461.812
CRÉDITO A CLIENTES	803.009.306	96.714.761	899.724.067
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	260.363.729	-	260.363.729
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1.140.358.157	97.273.113	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	130.885.462	-	130.885.462
DERIVADOS DE COBERTURA	1.483.423	-	1.483.423
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	1.841.044.292	97.135.066	1.938.179.358

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	2007		
	PORTUGAL	RESTO DA UNIÃO EUROPEIA	TOTAL
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES	311.467.714	5.874.095	317.341.809
JUROS E ENCARGOS SIMILARES	(290.944.248)	(4.280.981)	(295.225.229)
<b>I. MARGEM FINANCEIRA</b>	<b>20.523.466</b>	<b>1.593.114</b>	<b>22.116.580</b>
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	785.609	-	785.609
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES	55.154.288	500.823	55.655.111
ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES	(2.938.782)	(18.634)	(2.957.416)
RESULTADOS DE OPERAÇÕES FINANCEIRAS	(6.005.393)	-	(6.005.393)
RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS	11.582	-	11.582
OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	376.169	(444)	375.725
<b>II.</b>	<b>47.383.473</b>	<b>481.745</b>	<b>47.865.218</b>
<b>PRODUTO BANCÁRIO</b>	<b>67.906.939</b>	<b>2.074.859</b>	<b>69.981.798</b>
PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES	(918.862)	(236.219)	(1.155.081)
IMPARIIDADE DE OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS LÍQUIDA DE REVERSÕES E RECUPERAÇÕES	48.876	-	48.876
<b>III.</b>	<b>(869.986)</b>	<b>(236.219)</b>	<b>(1.106.205)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>67.036.953</b>	<b>1.838.640</b>	<b>68.875.593</b>
OUTROS CUSTOS E PROVEITOS			(32.917.570)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>			<b>35.958.023</b>
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	461.184.044	-	461.184.044
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	115.100.734	-	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	36.322.130	-	36.322.130
CRÉDITO A CLIENTES	897.316.512	91.076.762	988.393.274
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	58.032.342	-	58.032.342
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	1.303.863.068	91.401.034	1,395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	79.791.746	-	79.791.746
DERIVADOS DE COBERTURA	1.018.501	-	1.018.501
ACTIVO LÍQUIDO TOTAL	1,799,994,238	91,263,111	1,891,257,349

(Montantes expressos em Euros)

## 4. Caixa e Disponibilidades em Bancos Centrais

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CAIXA	2.555	1.846
DEPÓSITOS À ORDEM EM BANCOS CENTRAIS	1.160.845	1.011.492
	<b>1.163.400</b>	<b>1.013.338</b>

(Montantes expressos em Euros)

A rubrica de depósitos à ordem em Bancos Centrais inclui os depósitos constituídos junto do Banco de Portugal para satisfazer as exigências do Sistema de Reservas Mínimas do Sistema Europeu de Bancos Centrais (SEBC). Estes depósitos são remunerados e correspondem a 2% dos depósitos e títulos de dívida com prazo até dois anos, excluindo destes os depósitos e os títulos de dívida de instituições sujeitas ao regime de reservas mínimas do SEBC.

## 5. Disponibilidades à Vista sobre Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CHEQUES A COBRAR		
. NO PAÍS	50.000	190
DEPÓSITOS À ORDEM		
. NO PAÍS	15.709.432	5.131.902
. NO ESTRANGEIRO	1.080.883	656.154
	<b>16.790.315</b>	<b>5.788.056</b>
	<b>16.840.315</b>	<b>5.788.246</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 6. Activos Financeiros Detidos para Negociação e Outros Activos Financeiros ao Justo Valor Através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição

	2008			2007		
	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	TOTAL	DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	TOTAL
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>						
- DE EMISSORES PÚBLICOS :						
OBRIGAÇÕES	89.311.803	11.066.325	100.378.128	71.823.312	12.185.388	84.008.700
- DE OUTROS EMISSORES:						
OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS :						
DE RESIDENTES	168.206.920	44.245.719	212.452.639	302.496.406	65.909.484	368.405.891
DE NÃO RESIDENTES	66.208.742	4.343.558	70.552.300	25.291.708	37.005.861	62.297.569
	<b>323.727.465</b>	<b>59.655.602</b>	<b>383.383.067</b>	<b>399.611.427</b>	<b>115.100.734</b>	<b>514.712.160</b>
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>						
DE RESIDENTES	37.291.022	-	37.291.022	29.750	-	29.750
DE NÃO RESIDENTES	1.420.112	-	1.420.112	-	-	-
	<b>38.711.134</b>	<b>-</b>	<b>38.711.134</b>	<b>29.750</b>	<b>-</b>	<b>29.750</b>
<b>INSTRUMENTOS DERIVADOS COM JUSTO VALOR POSITIVO (NOTA 7)</b>						
	290.903.151	-	290.903.151	61.542.868	-	61.542.868
	<b>653.341.750</b>	<b>59.655.602</b>	<b>712.997.352</b>	<b>461.184.044</b>	<b>115.100.734</b>	<b>576.284.778</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Instrumentos de dívida – de outros emissores" inclui 158.631.452 Euros e 255.166.689 Euros, respectivamente, relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública, SGPS, S.A..

No exercício de 2008, o Banco transferiu para a carteira de activos financeiros disponíveis para venda um conjunto de títulos que estavam registados como activos financeiros detidos para negociação, ao abrigo da alteração efectuada ao IAS 39 (Notas 2.15 e 8).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco detinha títulos de dívida dados em garantia cujo valor nominal ascendia a 44.150.000 Euros e 43.947.000 Euros, respectivamente (Nota 31).

## 7. Instrumentos Financeiros Derivados

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, estas operações encontram-se valorizadas de acordo com os critérios descritos na Nota 2.3. d). Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o montante nominal e o valor contabilístico apresentavam a seguinte desagregação:

2008							
MONTANTE NOMINAL				VALOR CONTABILÍSTICO			
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	ACTIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	
(NOTA 6)							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS							
MERCADO DE BALCÃO (OTC)							
. SWAPS							
TAXA DE JURO	6.899.530.727	17.456.798	6.916.987.525	232.563.060	(226.620.869)	(1.021.611)	4.920.580
COTAÇÕES (EQUITY SWAPS )	59.892.105	-	59.892.105	24.584.001	-	-	24.584.001
. FORWARD CAMBIAS	40.000.000	-	40.000.000	142.451	(134.531)	-	7.920
. CAPS & FLOORS	3.548.185.044	-	3.548.185.044	23.029.569	(23.024.259)	-	5.310
. OPÇÕES SOBRE MERCADORIAS	64.255.227	-	64.255.227	10.584.070	(10.584.070)	-	-
	<b>10.611.863.103</b>	<b>17.456.798</b>	<b>10.629.319.901</b>	<b>290.903.151</b>	<b>(260.363.729)</b>	<b>(1.021.611)</b>	<b>29.517.811</b>
TRANSACCIONADOS EM BOLSA							
. FUTUROS							
TAXA DE JURO	66.237.091	-	66.237.091	-	-	-	-
	<b>10.678.100.194</b>	<b>17.456.798</b>	<b>10.695.556.992</b>	<b>290.903.151</b>	<b>(260.363.729)</b>	<b>(1.021.611)</b>	<b>29.517.811</b>
2007							
MONTANTE NOMINAL				VALOR CONTABILÍSTICO			
DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	ACTIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	DERIVADOS DE COBERTURA	TOTAL	
(NOTA 6)							
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS							
MERCADO DE BALCÃO (OTC)							
. SWAPS							
TAXA DE JURO	4.258.819.521	18.205.847	4.277.025.368	57.668.194	(54.167.995)	(1.018.501)	2.481.698
. CAPS & FLOORS	1.642.673.256	-	1.642.673.256	3.874.674	(3.864.347)	-	10.327
. OPÇÕES SOBRE ACCÇÕES	7.437.847	-	7.437.847	-	-	-	-
	<b>5.908.930.624</b>	<b>18.205.847</b>	<b>5.927.136.471</b>	<b>61.542.868</b>	<b>(58.032.342)</b>	<b>(1.018.501)</b>	<b>2.492.025</b>
TRANSACCIONADOS EM BOLSA							
. FUTUROS							
TAXA DE JURO	306.200.000	-	306.200.000	-	-	-	-
	<b>6.215.130.624</b>	<b>18.205.847</b>	<b>6.233.336.471</b>	<b>61.542.868</b>	<b>(58.032.342)</b>	<b>(1.018.501)</b>	<b>2.492.025</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, os saldos da rubrica "Swaps – cotações" correspondem a um *Equity Swap* para cobertura do risco de variações de valor de acções registadas na carteira de negociação. Este contrato prevê ainda a existência de um colateral sob a forma de um depósito que a contraparte deve manter junto do Banco e que se encontra registado na rubrica "Credores e outros recursos – ajustamentos de cotações" (Nota 19).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico dos activos classificados como elemento coberto ascende a 14.195.957 Euros e 14.299.912 Euros respectivamente, incluindo 1.558.370 Euros e 902.404 Euros (Nota 10), respectivamente, relativos a correcções de valor.

Adicionalmente, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico dos passivos classificados como elemento coberto ascende a 5.723.912 Euros e 5.137.137 Euros respectivamente, incluindo 160.731 Euros e (208.385) Euros (Nota 17), respectivamente, relativos a correcções de valor.

Em 31 de Dezembro de 2007, a rubrica "Opções" em mercado de balcão corresponde a uma opção de venda sobre acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. (Ver Nota 8).

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe (por montante nominal):

2008						
	<= 3 MESES	> 3 MESES <= 6 MESES	> 6 MESES <= 1 ANO	> 1ANO <= 5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS</b>						
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>						
. SWAPS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	1.320.733.276	66.667	169.305.439	2.413.489.223	2.995.936.122	6.899.530.727
COBERTURA	-	-	-	-	17.456.798	17.456.798
	<b>1.320.733.276</b>	<b>66.667</b>	<b>169.305.439</b>	<b>2.413.489.223</b>	<b>3.013.392.920</b>	<b>6.916.987.525</b>
COTAÇÕES (EQUITY SWAPS)						
NEGOCIAÇÃO	-	-	-	59.892.105	-	59.892.105
	<b>1.320.733.276</b>	<b>66.667</b>	<b>169.305.439</b>	<b>2.473.381.328</b>	<b>3.013.392.920</b>	<b>6.976.879.630</b>
. FORWARD CAMBIAL						
NEGOCIAÇÃO	40.000.000	-	-	-	-	40.000.000
. CAPS & FLOORS						
NEGOCIAÇÃO	-	-	673.200.000	2.526.805.024	348.180.020	3.548.185.044
. OPÇÕES SOBRE MERCADORIAS						
NEGOCIAÇÃO	7.615.431	13.802.976	38.553.138	4.283.682	-	64.255.227
	<b>1.368.348.707</b>	<b>13.869.643</b>	<b>881.058.577</b>	<b>5.004.470.034</b>	<b>3.361.572.940</b>	<b>10.629.319.901</b>
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>						
. FUTUROS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	66.237.091	-	-	-	-	66.237.091
	<b>1.434.585.798</b>	<b>13.869.643</b>	<b>881.058.577</b>	<b>5.004.470.034</b>	<b>3.361.572.940</b>	<b>10.695.556.992</b>
<b>2007</b>						
	<= 3 MESES	> 3 MESES <= 6 MESES	> 6 MESES <= 1 ANO	> 1ANO <= 5 ANOS	> 5 ANOS	TOTAL
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS</b>						
<i>MERCADO DE BALCÃO (OTC)</i>						
. SWAPS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	9.987.979	3.500.000	95.679.796	2.105.858.838	2.043.792.908	4.258.819.521
COBERTURA	-	-	-	-	18.205.847	18.205.847
	<b>9.987.979</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>2.105.858.838</b>	<b>2.061.998.755</b>	<b>4.277.025.368</b>
. CAPS & FLOORS						
NEGOCIAÇÃO	-	-	-	963.316.286	679.356.970	1.642.673.256
. OPÇÕES						
NEGOCIAÇÃO	7.437.847	-	-	-	-	7.437.847
	<b>17.425.826</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>3.069.175.124</b>	<b>2.741.355.725</b>	<b>5.927.136.471</b>
<i>TRANSACCIONADOS EM BOLSA</i>						
. FUTUROS						
TAXA DE JURO						
NEGOCIAÇÃO	306.200.000	-	-	-	-	306.200.000
	<b>323.625.826</b>	<b>3.500.000</b>	<b>95.679.796</b>	<b>3.069.175.124</b>	<b>2.741.355.725</b>	<b>6.233.336.471</b>

(Montantes expressos em Euros)

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	2008		2007	
	VALOR NOCIONAL	VALOR CONTABILÍSTICO	VALOR NOCIONAL	VALOR CONTABILÍSTICO
<b>CONTRATOS SOBRE TAXA DE JURO</b>				
SWAPS DE TAXA DE JURO				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	3.715.905.214	(172.619.822)	2.469.289.079	36.603.682
CLIENTES	3.201.082.311	177.540.402	1.807.736.289	(34.121.984)
	<b>6.916.987.525</b>	<b>4.920.580</b>	<b>4.277.025.368</b>	<b>2.481.698</b>
<b>SWAPS DE COTAÇÕES (EQUITY SWAPS)</b>				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-
CLIENTES	59.892.105	24.584.001	-	-
	<b>59.892.105</b>	<b>24.584.001</b>	-	-
<b>FORWARD RATE AGREEMENT</b>				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	20.000.000	(134.531)	-	-
CLIENTES	20.000.000	142.451	-	-
	<b>40.000.000</b>	<b>7.920</b>	-	-
<b>CAPS &amp; FLOORS</b>				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	1.774.092.522	(18.519.784)	821.336.628	2.018.483
CLIENTES	1.774.092.522	18.525.094	821.336.628	(2.008.156)
	<b>3.548.185.044</b>	<b>5.310</b>	<b>1.642.673.256</b>	<b>10.327</b>
<b>OPÇÕES SOBRE MERCADORIAS</b>				
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	32.127.618	(1.840.126)	-	-
CLIENTES	32.127.609	1.840.126	-	-
	<b>64.255.227</b>	-	-	-
<b>OPÇÕES SOBRE COTAÇÕES</b>				
CLIENTES	-	-	7.437.847	-
<b>FUTUROS</b>				
EM BOLSA	66.237.091	-	306.200.000	-
	<b>10.695.556.992</b>	<b>29.517.811</b>	<b>6.233.336.471</b>	<b>2.492.025</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 8. Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>INSTRUMENTOS DE DÍVIDA</b>		
EMITIDOS POR RESIDENTES	71.644.521	29.494.130
EMITIDOS POR NÃO RESIDENTES	18.567.806	-
	<b>90.212.327</b>	<b>29.494.130</b>
<b>INSTRUMENTOS DE CAPITAL</b>		
EMITIDOS POR RESIDENTES		
. VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	153.127	153.127
EMITIDOS POR NÃO RESIDENTES		
. VALORIZADOS AO CUSTO HISTÓRICO	3.063.721	5.520.161
. VALORIZADOS AO JUSTO VALOR	8.385.721	1.154.712
	<b>11.602.569</b>	<b>6.828.000</b>
	<b>101.814.896</b>	<b>36.322.130</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Instrumentos de capital" apresenta o seguinte detalhe:

	2008			2007		
	% DE PARTICIPAÇÃO	CUSTO DE AQUISIÇÃO (*)	VALOR DE BALANÇO	RESERVA DE JUSTO VALOR	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DE BALANÇO
INSTRUMENTOS DE CAPITAL						
EDP RENOVÁVEIS, S.A.	0,06%	10.111.696	6.323.602	(3.788.094)	-	-
SEIF - SOUTH EUROPE INFRASTRUCTURE EQUITY FINANCE	N.D.	3.063.721	3.063.721	-	8,33%	1.801.221
CORPORATION INTERAMERICANA PARA EL - FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUCTURA	9,26%	1.890.011	2.062.119	172.109	7,41%	1.154.712
MTS PORTUGAL, SGMR, S.A.	4,67%	153.127	153.127	-	4,67%	153.127
ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE - COMBUSTÍVEIS, S.A.	-	-	-	-	6,20%	3.718.940
		<b>15.218.554</b>	<b>11.602.569</b>	<b>(3.615.985)</b>		<b>6.828.000</b>

\*Líquido de imparidade registada.

(Montantes expressos em Euros)

Nos exercícios de 2008 e 2007, o movimento da rubrica Instrumentos de capital foi o seguinte:

	SALDO EM 31.12.2006	COMPRAS/ (VENDAS)	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31.12.2007	COMPRAS / (VENDAS)	VARIAÇÃO RESERVA DE JUSTO VALOR DE CÂMBIO	DIFERENÇAS DE CÂMBIO	SALDO EM 31.12.2008
INSTRUMENTOS DE CAPITAL								
EDP RENOVÁVEIS, S.A.	-	-	-	-	10.111.696	(3.788.094)	-	6.323.602
SEIF - SOUTH EUROPE INFRASTRUCTURE EQUITY FINANCE	-	1.801.221	-	1.801.221	1.262.501	-	-	3.063.722
CORPORATION INTERAMERICANA PARA EL FINANCIAMIENTO DE INFRAESTRUCTURA	1.290.700	-	(135.988)	1.154.712	794.028	-	113.379	2.062.119
MTS PORTUGAL, SGMR, S.A.	-	153.127	-	153.127	-	-	-	153.127
ENACOL - EMPRESA NACIONAL DE COMBUSTÍVEIS, S.A.	-	3.718.940	-	3.718.940	(3.718.940)	-	-	-
MARCONI	7.297	(7.297)	-	-	-	-	-	-
	<b>1.297.997</b>	<b>5.665.990</b>	<b>(135.988)</b>	<b>6.828.000</b>	<b>8.449.285</b>	<b>(3.788.094)</b>	<b>113.379</b>	<b>11.602.569</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as menos-valias potenciais relativas a títulos classificados na rubrica "Instrumentos de dívida", ascendiam a 11.697.535 Euros e 1.149.000 Euros, respectivamente.

Em Junho de 2008, o Banco adquiriu 1.263.962 acções da EDP Renováveis, S.A. no âmbito da Initial Public Offering (IPO) realizada na Euronext Lisboa ao preço unitário de 8 Euros por acção.

Em 2008 e 2007, o Banco participou nos aumentos de capital do South Europe Infrastructure Equity Finance (SEIEF), tendo realizado um investimento de 1.262.500 Euros e 1.801.221 Euros, respectivamente. O Banco tem um compromisso total assumido de efectuar entradas de capital até ao montante de 10.000.000 Euros mediante solicitação do fundo, sempre que este efectue uma nova operação.

A participação na Corporation Interamericana para el Financiamiento de Infraestructura foi adquirida em 2001 por 4.000.000 de Dólares Norte – Americanos. Em Agosto de 2008, o Banco adquiriu 1.000.000 de acções pelo montante total de 1.170.000 Dólares Norte – Americanos. A exposição a risco cambial encontra-se coberta através de tomada de fundos denominados em Dólares Norte-Americanos. No âmbito da aplicação de contabilidade de cobertura, a variação no justo valor em 2008 e 2007 resultante da componente cambial foi reflectida em resultados.

No decorrer dos meses de Outubro e Novembro de 2007, o Banco adquiriu 62.351 acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A., pelo montante de 410.067.116 Escudos de Cabo Verde (equivalente a 3.718.940 Euros). O Banco dispunha de uma opção de venda destes títulos pelo preço de aquisição acrescido de uma remuneração (Nota 7). Por este motivo, em 31 de Dezembro de 2007 as acções da Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A. encontravam-se valorizadas ao custo de aquisição e a opção de venda encontrava-se registada em rubricas extrapatrimoniais (ver Nota 7). Em Novembro de 2008, o Banco exerceu a opção de venda da participação, tendo reconhecido uma mais-valia de 60.630 Euros (Nota 26).

Com referência a 1 de Julho de 2008, o Banco efectuou uma reclassificação de títulos da categoria de Activos financeiros detidos para negociação para a categoria de Activos financeiros disponíveis para venda, ao abrigo da alteração da

Norma IAS 39 aprovada em 13 de Outubro de 2008. Devido à turbulência dos mercados financeiros que se verificou no exercício de 2008, o Banco deixou de ter a expectativa de alienar estes títulos no curto prazo, facto que motivou esta transferência entre categorias.

O impacto da reclassificação desses títulos, em resultados e na reserva de justo valor, excluindo o efeito fiscal, é descrito como segue:

	VALOR 31-12-2007	VALOR 01-07-2008	VALOR 31-12-2008
JUSTO VALOR	40.746.135	38.575.606	37.359.987
JURO CORRIDO	646.545	528.349	781.314
<b>VALOR DE BALANÇO</b>	<b>41.392.680</b>	<b>39.103.955</b>	<b>38.141.301</b>
RESERVA DE JUSTO VALOR	-	-	(836.654)
MAIS/(MENOS) VALIA REFLECTIDA EM RESULTADOS DO EXERCÍCIO	(134.844)	(2.170.534)	(2.170.534)
IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO CASO NÃO TIVESSE OCORRIDO A RECLASSIFICAÇÃO			(836.654)

(Montantes expressos em Euros)

## 9. Aplicações em Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
DEPÓSITOS A PRAZO		
. NO PAÍS	7.784.638	8.380.157
JUROS A RECEBER	78.539	83.092
	<b>7.863.177</b>	<b>8.463.249</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as "Aplicações em instituições de crédito" tinham vencimento no primeiro trimestre do exercício seguinte, eram denominadas em Euros, e remuneradas à taxa de juro média anual de 3,65% e 3,61%, respectivamente.

## 10. Créditos a Clientes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
CRÉDITO INTERNO NÃO TITULADO		
. EMPRÉSTIMOS	385.317.967	379.017.462
. CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	54.009.400	78.466.672
. DESCOBERTOS EM DEPÓSITOS À ORDEM	5.943.793	12.771.581
. OUTROS CRÉDITOS	9.284.345	8.924.936
CRÉDITO INTERNO TITULADO		
. PAPEL COMERCIAL	45.500.000	78.100.000
CRÉDITO AO EXTERIOR		
. EMPRÉSTIMOS	398.860.789	426.294.081
. CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	2.990.775	2.335.208
. DESCOBERTOS EM DEPÓSITOS À ORDEM	-	9
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS QUE SEJAM OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA (NOTA 7)	1.558.370	902.404
	<b>903.465.439</b>	<b>986.812.353</b>
JUROS A RECEBER	6.983.371	7.182.651
RECEITAS COM RENDIMENTO DIFERIDO		
. COMISSÕES ASSOCIADAS AO CUSTO AMORTIZADO	(4.286.005)	(4.536.712)
. JUROS	(129.055)	(1.065.018)
	<b>906.033.750</b>	<b>988.393.274</b>
CRÉDITO E JUROS VENCIDOS	1.469.591	1.389.328
	<b>907.503.341</b>	<b>989.782.602</b>
PROVISÕES PARA CRÉDITO DE COBRANÇA DUVIDOSA (NOTA 18)	(6.309.684)	-
PROVISÕES PARA CRÉDITO VENCIDO (NOTA 18)	(1.469.591)	(1.389.328)
	<b>(7.779.275)</b>	<b>(1.389.328)</b>
	<b>899.724.067</b>	<b>988.393.274</b>

(Montantes expressos em Euros)

Para fazer face aos riscos de realização do crédito concedido, o Banco tem ainda constituída uma provisão para riscos gerais de crédito a qual, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, ascende a 8.596.235 Euros e 9.953.705 Euros, respectivamente (Nota 18).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica apresenta a seguinte composição, de acordo com os prazos residuais até ao vencimento:

	2008	2007
ATÉ TRÊS MESES	45.858.370	28.659.600
DE TRÊS MESES A UM ANO	4.007.085	70.450.676
DE UM A CINCO ANOS	155.445.867	91.881.656
MAIS DE CINCO ANOS	635.198.139	702.246.951
DESCOBERTOS E CRÉDITOS EM CONTA CORRENTE	62.955.978	93.573.470
	<b>903.465.439</b>	<b>986.812.353</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o crédito vencido apresenta antiguidade superior a 3 anos, e encontra-se integralmente provisionado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a distribuição sectorial dos créditos sobre clientes, excluindo créditos vencidos, é a seguinte:

SECTOR DE ACTIVIDADE	2008		2007	
	VALOR	%	VALOR	%
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS				
PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE ELECTRICIDADE , DE ÁGUA E GÁS	135.531.667	15,0	114.544.532	11,6
INDÚSTRIAS ALIMENTARES , DE BEBIDAS E DO TABACO	13.787.608	1,5	15.385.706	1,6
INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE BASE E DE PRODUTOS METÁLICOS	8.074.030	0,9	12.471.007	1,3
INDÚSTRIA TÊXTIL	9.607.544	1,1	9.849.253	1,0
FABRICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E DE FIBRAS SINTÉTICAS OU ARTIFICIAIS	6.572.147	0,7	7.420.690	0,8
FABRICAÇÃO DE MATERIAL DE TRANSPORTE	7.106.967	0,8	6.747.028	0,7
INDÚSTRIA DA PASTA DE PAPEL , CARTÃO E ARTIGOS DE EDIÇÃO E IMPRESSÃO	2.430.675	0,3	2.849.710	0,3
FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELÉCTRICO E DE ÓPTICA	967.699	0,1	2.745.099	0,3
INDÚSTRIAS TRANSFORMADORAS	1.873.401	0,2	2.151.628	0,2
FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE BORRACHA E DE MATÉRIAS PLÁSTICAS	1.300.840	0,1	1.493.032	0,2
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS , ALUGUERES E SERVIÇOS PRESTADOS A EMPRESAS				
ACTIVIDADES IMOBILIÁRIAS	50.499.110	5,6	27.601.661	2,8
OUTRAS ACTIVIDADES	205.685.502	22,8	249.230.336	25,3
TRANSPORTES , ARMAZENAGEM E COMUNICAÇÕES	246.323.916	27,3	251.578.847	25,5
CONSTRUÇÃO	97.754.212	10,8	89.658.418	9,1
COMÉRCIO POR GROSSO /RETAILHO	27.682.827	3,1	38.493.455	3,9
SAÚDE E SEGURANÇA SOCIAL	23.358.369	2,6	23.018.246	2,3
ACTIVIDADES FINANCEIRAS	9.000.000	1,0	18.000.000	1,8
ALOJAMENTO E RESTAURAÇÃO	5.511.589	0,6	5.242.904	0,5
OUTRAS ACTIVIDADES E SERVIÇOS COLECTIVOS , SOCIAIS E PESSOAIS	39.184.336	4,3	96.541.872	9,8
CRÉDITO A PARTICULARES	11.213.000	1,2	11.788.929	1,2
	<b>903.465.439</b>	<b>100</b>	<b>986.812.353</b>	<b>100</b>

(Montantes expressos em Euros)

## II. Outros Activos Tangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Outros activos tangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008						
	SALDO EM 31.12.07					VALOR
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	ABATES (LÍQUIDO)	LÍQUIDO EM 31.12.08
<b>IMÓVEIS:</b>						
DE SERVIÇO PRÓPRIO	13.093.382	(3.008.139)	-	(168.764)	-	9.916.479
OUTROS IMÓVEIS	77.843	(77.843)	-	-	-	-
<b>EQUIPAMENTO:</b>						
MOBILIÁRIO E MATERIAL	1.043.094	(938.331)	252.777	(92.710)	-	264.830
MATERIAL DE TRANSPORTE	176.587	(157.435)	53.268	(16.651)	(9.150)	46.619
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	1.373.258	(1.167.336)	282.261	(265.306)	-	222.877
INSTALAÇÕES INTERIORES	1.810.122	(1.701.619)	-	(33.354)	-	75.149
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	240.087	(240.087)	-	-	-	-
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	469.248	(413.236)	71.655	(31.995)	-	95.672
<b>IMOBILIZADO EM LOCAÇÃO FINANCEIRA :</b>						
MATERIAL DE TRANSPORTE	1.067.567	(600.779)	-	(162.463)	(122.864)	181.461
ACTIVOS TANGÍVEIS EM CURSO	-	-	2.646.002	-	-	2.646.002
	<b>19.351.188</b>	<b>(8.304.805)</b>	<b>3.305.963</b>	<b>(771.243)</b>	<b>(132.014)</b>	<b>13.449.090</b>
2007						
	SALDO EM 31.12.06					VALOR
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	AQUISIÇÕES	TRANSFERÊNCIAS (LÍQUIDO)	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	LÍQUIDO EM 31.12.07
<b>IMÓVEIS:</b>						
DE SERVIÇO PRÓPRIO	13.093.382	(2.839.375)	-	-	(168.764)	10.085.243
OUTROS IMÓVEIS	77.843	(77.843)	-	-	-	-
<b>EQUIPAMENTO:</b>						
MOBILIÁRIO E MATERIAL	983.959	(911.543)	59.136	-	(26.788)	104.763
MATERIAL DE TRANSPORTE	108.701	(90.402)	13.335	16.377	(28.860)	19.152
EQUIPAMENTO INFORMÁTICO	1.263.603	(988.465)	143.120	-	(212.337)	205.922
INSTALAÇÕES INTERIORES	1.892.539	(1.745.480)	4.656	-	(43.212)	108.503
EQUIPAMENTO DE SEGURANÇA	240.087	(240.087)	-	-	-	-
MÁQUINAS E FERRAMENTAS	472.035	(427.114)	31.745	-	(20.654)	56.012
<b>IMOBILIZADO EM LOCAÇÃO FINANCEIRA:</b>						
MATERIAL DE TRANSPORTE	1.341.198	(741.169)	266.051	(16.377)	(284.687)	466.789
	<b>19.473.347</b>	<b>(8.061.478)</b>	<b>518.044</b>	<b>-</b>	<b>(785.302)</b>	<b>11.046.384</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, os activos tangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na realização de obras no edifício do Banco, que não estavam ainda concluídas nesta data.

## 12. Activos Intangíveis

O movimento ocorrido nas rubricas de "Activos intangíveis" durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008						
	SALDO EM 31.12.07		AQUISIÇÕES	TRANSFE- RÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.08
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS				
SISTEMAS DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	3.718.574	(3.507.414)	162.044	164.863	(223.790)	314.277
ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	232.944	-	-	(164.863)	-	68.081
	<b>3.951.518</b>	<b>(3.507.414)</b>	<b>162.044</b>	<b>-</b>	<b>(223.790)</b>	<b>382.358</b>

2007							
	SALDO EM 31.12.06		AQUISIÇÕES	TRANSFE- RÊNCIAS	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	OUTROS	VALOR LÍQUIDO EM 31.12.07
	VALOR BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS					
SISTEMAS DE TRATAMENTO AUTOMÁTICO DE DADOS	3.606.192	(3.545.949)	205.311	83.629	(138.023)	-	211.160
ACTIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	327.603	-	20.856	(83.629)	-	(31.886)	232.944
	<b>3.933.795</b>	<b>(3.545.949)</b>	<b>226.167</b>	<b>-</b>	<b>(138.023)</b>	<b>(31.886)</b>	<b>444.103</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os activos intangíveis em curso correspondem a despesas incorridas na aquisição de software, o qual não está ainda a ser utilizado nestas datas.

## 13. Investimentos em Filiais, Associadas e Empreendimentos Conjuntos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo desta rubrica apresenta a seguinte composição:

CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	89.784.245
FUNDO DE CAPITAL DE RISCO PARA INVESTIDORES QUALIFICADOS	
ENERGIAS RENOVÁVEIS – CAIXA CAPITAL	45.500.000
CAIXA CAPITAL – SOCIEDADE DE CAPITAL DE RISCO, S.A.	14.575.724
	<b>149.859.969</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os dados financeiros retirados das contas individuais das filiais e associadas (incluindo participações indirectas), relativos ao último exercício económico, podem ser resumidos da seguinte forma:

ENTIDADE	SEDE	PERCENTAGEM DE PARTICIPAÇÃO (%)		DATA	ACTIVO	LUCRO/ (PREJUÍZO)	SITUAÇÃO LÍQUIDA
		DIRECTA	EFFECTIVA				
CAIXA DESENVOLVIMENTO, SGPS, S.A.	LISBOA	100,00%	100,00%	31-12-2008	90.696.883	1.392.858	64.671.108
FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS - CAIXA CAPITAL	LISBOA	91,00%	91,00%	31-12-2008	48.609.618	(4.651.314)	48.448.870
CAIXA CAPITAL, S.A.	LISBOA	100,00%	100,00%	31-12-2008	36.817.632	(2.738.518)	24.745.986

(Montantes expressos em Euros)

A Caixa Desenvolvimento, SGPS, S.A., (Caixa Desenvolvimento) constituída no exercício de 1998, é uma sociedade com sede em Portugal, tendo como objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor de balanço dos investimentos na Caixa Desenvolvimento inclui prestações suplementares concedidas pelo Banco no montante de 87.284.245 Euros.

A redução verificada no valor dos capitais próprios desta participação corresponde essencialmente à desvalorização da participação que a Caixa Desenvolvimento detém na La Seda Barcelona (cotada na Bolsa de Valores de Madrid). Em 31 de Dezembro de 2008, estavam em curso negociações entre a Caixa Desenvolvimento e a Caixa Geral de Depósitos, S.A. com vista à alienação da participação na La Seda, a qual se veio a concretizar através de contrato de 22 de Janeiro de 2009. Nesse âmbito, a participação foi alienada por 45.204.311 Euros, correspondentes a uma valorização de 1 Euro por acção.

A Caixa Capital – Sociedade de Capital de Risco, S.A. (Caixa Capital) tem sede em Lisboa e foi constituída em 31 de Dezembro de 1990 ao abrigo do Decreto-Lei nº 17/86, de 5 de Fevereiro. A Caixa Capital tem por objecto o apoio e promoção do investimento e da inovação tecnológica em projectos ou empresas, através da participação temporária no respectivo capital social. Adicionalmente, pode prestar assistência na gestão financeira, técnica, administrativa e comercial às sociedades em cujo capital participe.

O Fundo de Capital de Risco Energias Renováveis – Caixa Capital (FCR Energias Renováveis) foi constituído em Janeiro de 2006, com um capital subscrito de 50.000.000 Euros, representado por 2.000 unidades de participação. O Fundo tem por objecto investir o seu património na aquisição de participações no capital de sociedades com elevado potencial de crescimento e valorização que desenvolvam a sua actividade na produção de electricidade através de fontes de energia renováveis. O Banco subscreveu 1.820 unidades de participação pelo valor nominal de 45.500.000 Euros, dos quais 18.900.000 Euros e 32.600.000 Euros (Nota 19) se encontram por realizar em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, respectivamente. Nos exercícios de 2008 e 2007 foram realizados 13.700.000 Euros e 4.100.000 Euros, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2007 a Caixa Desenvolvimento detinha uma participação de 49% do capital da Compal – Companhia Produtos de Conservas Alimentares, S.A. (Compal), cujo custo de aquisição ascendia a 61.250.000 Euros, incluindo prestações suplementares no total de 56.350.000 Euros.

Ainda no decorrer do exercício de 2007, o Grupo encetou contactos com a Sumolis com vista à alienação da participação detida na Compal, tendo sido assinado um contrato promessa de compra e venda desta participação no decorrer do primeiro trimestre de 2008.

No exercício de 2008, ocorreram os seguintes desenvolvimentos relativos a esta operação:

.Em Agosto de 2008, foi decidida a não oposição pela Autoridade da Concorrência à venda da Compal, tendo posteriormente sido alienadas pela Caixa Desenvolvimento acções correspondentes a 29,9% do capital da Compal;

.Em Dezembro de 2008 foi aprovado, em Assembleia Geral de Accionistas, o projecto de fusão entre a Compal e a Sumol+Compal, Gestão de Marcas, S.A., tendo sido concretizada a escritura de fusão em 23 de Dezembro de 2008, com efeito em 31 de Dezembro de 2008. Conforme previsto contratualmente, a Caixa Desenvolvimento alienou acções correspondentes a 5,0225% do capital da Compal;

.Após a fusão, a Sumol+Compal, S.A. procedeu à emissão de 20.619.055 novas acções, tendo este aumento de capital sido integralmente subscrito e realizado pela Caixa Desenvolvimento e pelo Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital mediante a entrega das acções da Compal.

Em resultado destas operações, em 31 de Dezembro de 2008 a participação da Caixa Desenvolvimento na Sumol+Compal representa 6,921% do capital social.

Em 2007, o Banco procedeu à liquidação das suas filiais na República da Irlanda (Caixa Ireland Limited e Caixa Investments Ireland), tendo reconhecido uma menos-valia de 397 Euros. Em 2007, a distribuição de dividendos ao Banco ascendeu a 785.609 Euros (Nota 23). A Caixa Ireland Limited era uma sociedade com sede na República da Irlanda, tendo sido adquirida pelo Banco em 1996. O seu Activo era composto essencialmente pela participação no capital social da Caixa Investments Ireland. A Caixa Investments Ireland era uma sociedade com sede na República da Irlanda, e tinha como objecto a realização de investimentos em valores mobiliários.

## 14. Imposto Sobre o Rendimento

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 eram os seguintes:

	2008	2007
ACTIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A RECUPERAR	657.900	657.900
PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES		
. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO A PAGAR	(2.466.548)	(2.228.520)
	<b>(1.808.648)</b>	<b>(1.570.620)</b>
ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS		
. POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	4.663.208	3.411.201
PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	(462.949)	(592.645)
	<b>4.200.259</b>	<b>2.818.556</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Imposto sobre o rendimento a recuperar" corresponde ao valor de uma reclamação efectuada pelo Banco referente ao IRC do exercício de 2000.

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

2008					
	SALDO EM 31.12.07	RESULTADOS	VARIAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	OUTROS	SALDO EM 31.12.2008
PROVISÕES NÃO ACEITES FISCALMENTE	1.872.687	(143.841)	-	(35.761)	1.693.085
COMISSÕES	342.078	872.078	-	-	1.214.156
REAVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA	450.558	(150.186)	-	-	300.372
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	745.879	-	1.003.845	(304.485)	1.445.239
VALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	(32.590)	10.863	-	-	(21.727)
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO NÃO ACEITE FISCALMENTE	(190.306)	5.940	-	-	(184.366)
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA	(369.749)	123.250	-	-	(246.499)
	<b>2.818.556</b>	<b>718.104</b>	<b>1.003.845</b>	<b>(340.246)</b>	<b>4.200.259</b>

2007					
	SALDO EM 31.12.06	RESULTADOS	VARIAÇÃO CAPITAL PRÓPRIO	OUTROS	SALDO EM 31.12.2007
PROVISÕES NÃO ACEITES FISCALMENTE	1.859.497	13.190	-	-	1.872.687
COMISSÕES	619.327	(277.249)	-	-	342.078
REAVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE NEGOCIAÇÃO	469.757	17.727	-	(487.484)	-
REAVALIAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS DE COBERTURA	492.998	(154.252)	-	111.812	450.558
VALORIZAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	441.394	-	304.485	-	745.879
VALORIZAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	12.503	-	(45.093)	(32.590)
REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO NÃO ACEITE FISCALMENTE	(196.247)	5.941	-	-	(190.306)
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA	(492.999)	123.250	-	-	(369.749)
	<b>3.193.727</b>	<b>(258.891)</b>	<b>304.485</b>	<b>(420.765)</b>	<b>2.818.556</b>

(Montantes expressos em Euros)

A coluna "Outros" refere-se a reclassificações entre imposto diferido e imposto corrente.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em capitais próprios, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro líquido do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	2008	2007
<b>COM IMPACTO NO RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		
IMPOSTOS CORRENTES		
DO EXERCÍCIO	12.589.229	9.620.550
CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	55.533	32.650
	<b>12.644.762</b>	<b>9.653.200</b>
IMPOSTOS DIFERIDOS		
REGISTO E REVERSÃO DE DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	( 718.104 )	258.891
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM RESULTADOS</b>	<b>11.926.658</b>	<b>9.912.091</b>
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	44.437.802	45.870.114
<b>CARGA FISCAL EM RESULTADOS</b>	<b>26,84%</b>	<b>21,61%</b>
<b>COM IMPACTO EM RESERVAS</b>		
IMPOSTOS CORRENTES	( 2.795.361 )	-
IMPOSTOS DIFERIDOS	( 1.003.845 )	( 304.485 )
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM RESERVAS</b>	<b>( 3.799.206 )</b>	<b>( 304.485 )</b>
<b>TOTAL DE IMPOSTOS EM CAPITAIS PRÓPRIOS</b>	<b>8.127.452</b>	<b>9.607.606</b>

(Montantes expressos em Euros)

No exercício de 2008, os impostos correntes reflectidos em reservas no montante de 2.795.361 Euros, referem-se ao imposto associado à reavaliação do ano dos títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, que se encontra a ser relevada para efeitos de apuramento do resultado fiscal deste exercício. O imposto diferido registado na mesma rubrica refere-se à reavaliação do ano de partes de capital igualmente classificadas em activos financeiros disponíveis para venda, a qual só irá ser relevada fiscalmente no momento da venda dessas partes de capital.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais do Banco relativas aos anos de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão e a matéria colectável poderá ser objecto de eventuais correcções.

Na opinião do Conselho de Administração do Banco, não é previsível que ocorra qualquer correcção com um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2008.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificadas nos exercícios de 2008 e 2007 pode ser demonstrada como se segue:

	2008		2007	
	TAXA	IMPOSTO	TAXA	IMPOSTO
<b>RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS</b>		<b>44.437.802</b>		<b>45.870.114</b>
IMPOSTO APURADO COM BASE NA TAXA NOMINAL	26,50%	11.776.018	26,50%	12.155.580
IMPACTO DO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DA ACTIVIDADE DA SUCURSAL FINANCEIRA EXTERIOR DA MADEIRA (NOTA 2.8)	(0,40%)	(177.739)	(3,19%)	(1.461.153)
PROVISÕES NÃO RELEVANTES PARA EFEITOS FISCAIS	1,44%	640.933	(0,07%)	(33.798)
PREJUÍZO FISCAL IMPUTADO POR ACE	(1,05%)	(464.849)	(1,35%)	(621.480)
TRIBUTAÇÃO AUTÓNOMA	0,19%	82.769	0,10%	44.621
CORRECÇÕES RELATIVAS A EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,12%	55.533	0,07%	32.650
OUTROS CUSTOS NÃO ACEITES	0,04%	16.605	0,04%	19.683
MAIS - VALIAS FISCAIS	(0,02%)	(7.748)	(0,00%)	(1.743)
BENEFÍCIOS FISCAIS	(0,00%)	(1.860)	(0,45%)	(208.425)
OUTROS	0,02%	6.996	(0,03%)	(13.845)
	<b>26,84%</b>	<b>11.926.658</b>	<b>21,61%</b>	<b>9.912.091</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 15. Outros Activos

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES</b>		
DEVEDORES POR OPERAÇÕES SOBRE FUTUROS E OPÇÕES	1.752.804	2.525.970
OUTROS DEVEDORES DIVERSOS	3.810.753	5.271.692
	5.563.557	7.797.662
<b>OUTROS ACTIVOS</b>	<b>48.848</b>	<b>48.846</b>
<b>RENDIMENTOS A RECEBER</b>	<b>37.223</b>	<b>28.211</b>
<b>DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO</b>		
SEGUROS	1.034	1.880
RENDAS DE LOCAÇÃO OPERACIONAL	46.912	3.812
OUTRAS DESPESAS COM ENCARGO DIFERIDO	1.112.017	1.515.713
	<b>1.159.963</b>	<b>1.521.405</b>
<b>CONTAS DE REGULARIZAÇÃO ACTIVAS</b>		
OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR	21.213.953	100.144.584
OUTRAS OPERAÇÕES ACTIVAS A REGULARIZAR	278.272	32.069
	<b>21.492.225</b>	<b>100.176.653</b>
<b>CRÉDITO E JUROS VENCIDOS</b>	<b>3.935.714</b>	<b>3.878.226</b>
	<b>32.237.528</b>	<b>113.451.003</b>
<b>IMPARIIDADE DE OUTROS ACTIVOS (NOTA 18)</b>	<b>( 3.935.714 )</b>	<b>( 3.878.226 )</b>
	<b>28.301.814</b>	<b>109.572.777</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outros devedores diversos" corresponde essencialmente a valores a receber de clientes por facturação de serviços prestados pelo Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Outras despesas com encargo diferido" inclui 932.188 Euros e 1.243.476 Euros, respectivamente, relativamente aos valores entregues por conta da participação no Agrupamento Complementar de Empresas TREM II – Aluguer de Material Circulante, ACE (TREM II).

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar" corresponde ao valor de operações de venda de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Crédito e juros vencidos" inclui crédito vencido proveniente da Caixa Valores no montante de 3.551.441 Euros, resultante de operações sobre títulos efectuadas em 1992 por um grupo de clientes. Este crédito encontra-se integralmente provisionado.

Em Setembro de 1994, a Caixa Valores moveu uma acção contra o grupo de clientes aos quais atribuiu a responsabilidade pela realização das referidas operações, ascendendo o montante reclamado a 6.003.180 Euros, acrescido de juros desde Junho de 1993. Dado que o processo se encontra ainda em curso, o Banco não tem registado qualquer activo relacionado com esta situação.

## 16. Recursos de Outras Instituições de Crédito

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>À VISTA</b>		
. DEPÓSITOS À ORDEM		
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS	170.665	127.558
INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO	1.364	1.437
<b>A PRAZO</b>		
. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS		
RECURSOS DO MERCADO MONETÁRIO INTERBANCÁRIO	-	1.035.000.000
DEPÓSITOS A PRAZO	89.100.000	17.763.739
RECURSOS A MUITO CURTO PRAZO	1.109.158.795	342.203.637
OUTROS RECURSOS – DESCOBERTOS EM DEPÓSITOS À ORDEM	-	2.240
. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO		
DEPÓSITOS A PRAZO	38.250.000	-
	<b>1.236.680.824</b>	<b>1.395.098.611</b>
<b>JUROS A PAGAR</b>		
. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO PAÍS	905.821	165.491
. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO NO ESTRANGEIRO	44.625	-
	<b>1.237.631.270</b>	<b>1.395.264.102</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os prazos residuais de vencimento dos recursos de outras instituições de crédito são os seguintes:

	2008	2007
DEPÓSITOS À ORDEM E DESCOBERTOS	172.029	131.235
ATÉ TRÊS MESES	1.147.408.795	1.394.967.376
DE TRÊS MESES A TRÊS ANOS	89.100.000	-
	<b>1.236.680.824</b>	<b>1.395.098.611</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os recursos de outras instituições de crédito, excluindo depósitos à ordem eram remunerados à taxa de juro média anual de 2,49% e 4,27%, respectivamente.

## 17. Recursos de Clientes e Outros Empréstimos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>DEPÓSITOS</b>		
. À ORDEM	41.431.488	48.342.117
. A PRAZO	87.738.532	30.885.718
	<b>129.170.020</b>	<b>79.227.835</b>
CORRECÇÕES DE VALOR DE PASSIVOS QUE SEJAM OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA (NOTA 7)	160.731	( 208.385 )
	<b>129.330.751</b>	<b>79.019.450</b>
JUROS A PAGAR DE DEPÓSITOS	1.554.711	772.296
	<b>130.885.462</b>	<b>79.791.746</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os recursos de clientes e outros empréstimos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 apresentam a seguinte estrutura de acordo com os respectivos prazos residuais até ao vencimento:

	2008	2007
À VISTA	41.431.488	48.342.117
ATÉ TRÊS MESES	71.135.070	13.684.581
DE TRÊS MESES A UM ANO	4.300.000	4.000.000
MAIS DE CINCO ANOS	12.303.462	13.201.137
	<b>129.170.020</b>	<b>79.227.835</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 18. Provisões e Imparidade

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do Banco durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

	2008					SALDO EM 31.12.08
	SALDO EM 31.12.07	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	
PROVISÕES PARA CRÉDITOS SOBRE CLIENTES (NOTA 10):						
. COBRANÇA DUVIDOSA	-	6.309.684	-	-	-	6.309.684
. CRÉDITO VENCIDO	1.389.328	-	-	-	80.263	1.469.591
	<b>1.389.328</b>	<b>6.309.684</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>80.263</b>	<b>7.779.275</b>
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO (NOTA 10)	9.953.705	2.079.573	(3.437.043)	-	-	8.596.235
PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	2.530.985	7.730.389	(5.000.000)	-	-	5.261.374
	<b>12.484.690</b>	<b>9.809.962</b>	<b>(8.437.043)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>13.857.609</b>
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS (NOTA 15)	3.878.226	57.488				3.935.714
	<b>17.752.245</b>	<b>16.177.134</b>	<b>(8.437.043)</b>	<b>-</b>	<b>80.263</b>	<b>25.572.599</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	2007					
	SALDO EM 31.12.06	REFORÇOS	ANULAÇÕES E REPOSIÇÕES	UTILIZAÇÕES	DIFERENÇAS CAMBIAIS	SALDO EM 31.12.07
PROVISÕES PARA CRÉDITOS SOBRE CLIENTES (NOTA 10):						
. CRÉDITO VENCIDO	1.552.946	-	-	-	(163.618)	1.389.328
PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO (NOTA 10)	8.850.063	5.050.356	(3.946.715)	-	-	9.953.705
PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS	2.717.047	180.857	(129.416)	(237.502)	-	2.530.985
	<b>11.567.110</b>	<b>5.231.212</b>	<b>(4.076.131)</b>	<b>(237.502)</b>	-	<b>12.484.690</b>
IMPARIDADE DE OUTROS ACTIVOS (NOTA 15)	4.323.324	-	(48.876)	(396.222)	-	3.878.226
	<b>17.443.380</b>	<b>5.231.212</b>	<b>(4.125.007)</b>	<b>(633.724)</b>	<b>(163.618)</b>	<b>17.752.244</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, o Banco dispõe de Provisões para cobrança duvidosa acima dos limites mínimos definidos pelo Banco de Portugal, para fazer face ao risco associado a operações de crédito a clientes que operam no ramo imobiliário em Espanha.

Em 31 de Dezembro de 2008, a rubrica "Provisões para outros riscos e encargos" inclui provisões constituídas para fazer face a eventuais desvalorizações em activos financeiros.

## 19. Outros Passivos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
<b>CREDORES E OUTROS RECURSOS</b>		
AJUSTAMENTOS DE COTAÇÕES – EQUITY SWAP (NOTA 7)	13.236.577	-
SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO		
.RETENÇÃO DE IMPOSTOS NA FONTE	5.128.077	3.426.474
.IMPOSTO SOBRE O VALOR ACRESCENTADO	2.411.386	386.801
.CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL	247.786	201.613
JUROS E DIVIDENDOS A PAGAR	162.454	149.888
CREDORES POR OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS	754.445	1.538.253
CREDORES DIVERSOS		
. FCR ENERGIAS RENOVÁVEIS – CAPITAL NÃO REALIZADO (NOTA 13)	18.900.000	32.600.000
. VALORES A LIQUIDAR - IRC	884.172	-
. FORNECEDORES DE BENS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA	265.508	604.900
. OUTROS	1.317.139	454.363
CREDORES POR OPERAÇÕES SOBRE FUTUROS E OPÇÕES	-	40.000
	<b>43.307.544</b>	<b>39.402.292</b>
<b>ENCARGOS A PAGAR</b>		
REMUNERAÇÕES ADICIONAIS	2.559.829	2.375.000
FÉRIAS E SUBSÍDIO DE FÉRIAS	1.554.900	1.430.400
FUNDO DE PENSÕES	377.946	328.844
OUTROS	625.380	852.886
	<b>5.118.055</b>	<b>4.987.130</b>
<b>RECEITAS COM RENDIMENTO DIFERIDO</b>		
COMISSÕES DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 2.3.a))		
. COMISSÕES DE AGENCIAMENTO	913.128	832.279
COMISSÕES POR GARANTIAS PRESTADAS	58.612	54.158
	<b>971.740</b>	<b>886.437</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

<b>OUTRAS CONTAS DE REGULARIZAÇÃO</b>		
OPERAÇÕES SOBRE VALORES MOBILIÁRIOS A REGULARIZAR	27.524.679	98.223.269
OPERAÇÕES PASSIVAS A REGULARIZAR		
.COMISSÕES A PAGAR - SINDICAÇÃO DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	10.684.598	2.337.560
.OUTRAS	37.947	457.969
	<b>38.247.224</b>	<b>101.018.798</b>
	<b>87.644.563</b>	<b>146.294.657</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o saldo da rubrica "Credores por operações sobre valores mobiliários", refere-se às contas-correntes dos clientes da actividade de corretagem.

Em 31 de Dezembro de 2008, o saldo da rubrica "Credores diversos – Valores a liquidar IRC" corresponde a um montante reembolsado no exercício de 2008 pela Direcção Geral de Impostos, no âmbito do processo judicial referente ao IRC do exercício de 1997. Este montante será regularizado após decisão quanto ao montante a pagar pelo Banco referente ao IRC de 1996.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Operações sobre valores mobiliários a regularizar" corresponde ao valor de operações de compra de títulos no final do exercício cuja liquidação financeira ocorreu no início do exercício subsequente.

## 20. Capital Subscrito e Acções Próprias

O capital subscrito encontra-se representado por 81.250.000 acções de valor nominal de um Euro cada.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a estrutura accionista é a seguinte:

	2008		2007	
	N.º DE ACÇÕES	%	N.º DE ACÇÕES	%
GERBANCA, SGPS, S.A.	68.348.445	84,1	68.348.445	84,1
COMPANHIA DE SEGUROS FIDELIDADE - MUNDIAL, S.A.	8.000.640	9,9	7.999.757	9,9
ACÇÕES PRÓPRIAS	4.658.000	5,7	4.658.000	5,7
OUTROS	242.915	0,3	243.798	0,3
	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>	<b>81.250.000</b>	<b>100,0</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o Banco detinha 4.658.000 acções próprias com um custo de aquisição de 5.999.453 Euros.

## 21. Reservas, Resultados Transitados e Lucro do Exercício

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição

	2008	2007
<b>RESERVAS DE REAVIAÇÃO</b>		
. RESERVA DE REAVIAÇÃO DE IMOBILIZADO	4.338.403	4.338.403
. RESERVA DE JUSTO VALOR		
VALIAS POTENCIAIS	(15.313.520)	(976.891)
EFEITO FISCAL	4.058.083	258.876
	<b>(6.917.034)</b>	<b>3.620.388</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	2008	2007
<b>OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS</b>		
. RESERVA LEGAL	33.335.832	29.740.030
. RESERVA LIVRE	26.575.004	9.101.324
. RESULTADOS TRANSITADOS	42.628.312	41.879.833
	<b>102.539.148</b>	<b>80.721.187</b>
LUCRO DO EXERCÍCIO	32.511.144	35.958.023
	<b>128.133.258</b>	<b>120.299.598</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Reservas de Reavaliação

### ***Reservas de reavaliação de imobilizado***

No exercício de 1998 o Banco procedeu à reavaliação do seu imobilizado, ao abrigo do Decreto-Lei nº 31/98, de 11 de Fevereiro. O acréscimo no valor líquido do imobilizado, no montante de 4.338.403 Euros, foi registado na rubrica "Reservas de reavaliação".

As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### ***Reservas de justo valor***

A reserva de justo valor reflecte as mais e menos-valias potenciais em activos financeiros disponíveis para venda, líquidas do correspondente efeito fiscal.

### **Reserva legal**

De acordo com o disposto no Decreto-Lei nº 298/92 de 31 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei nº201/2002 de 26 de Setembro, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior, transferindo anualmente para esta reserva um montante não inferior a 10% dos lucros líquidos. Esta reserva só poderá ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital.

### **Dividendos**

Na Assembleia Geral realizada em 14 de Março de 2008, foi deliberada a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2007 no montante de 15.000.000 de Euros, dos quais 859.938 Euros atribuídos a acções próprias.

## **22. Juros e Rendimentos e Juros e Encargos Similares**

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES</b>		
JUROS DE DISPONIBILIDADES	158.055	146.563
JUROS DE APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	918.748	736.662
JUROS DE CRÉDITO A CLIENTES		
. CRÉDITO INTERNO	34.005.006	30.220.958
. CRÉDITO AO EXTERIOR	27.146.181	23.916.852
JUROS DE ACTIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		
. TÍTULOS	11.659.790	3.989.798
. SWAPS DE TAXA DE JURO	213.079.856	240.531.763
JUROS DE OUTROS ACTIVOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	2.533.382	14.547.192
JUROS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	3.291.540	1.141.438
JUROS DE DERIVADOS DE COBERTURA	865.702	787.214
JUROS DE DEVEDORES E OUTRAS APLICAÇÕES	68.310	39.658
	<b>293.726.570</b>	<b>316.058.098</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

	2008	2007
COMISSÕES RECEBIDAS ASSOCIADAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO	898.620	1.283.711
	<b>294.625.191</b>	<b>317.341.809</b>
<b>JUROS E ENCARGOS SIMILARES</b>		
JUROS DE RECURSOS DE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	52.228.305	51.664.567
JUROS DE DEPÓSITOS DE CLIENTES	5.990.938	2.815.141
JUROS DE PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO		
. SWAPS DE TAXA DE JURO	210.376.171	239.658.279
JUROS DE DERIVADOS DE COBERTURA	1.012.014	1.008.905
OUTROS JUROS E ENCARGOS		
. JUROS DE CREDORES E OUTROS RECURSOS	20.330	33.678
. OUTROS	30.226	31.537
	<b>269.657.984</b>	<b>295.212.107</b>
COMISSÕES PAGAS ASSOCIADAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	13.122
	<b>269.657.984</b>	<b>295.225.229</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 23. Rendimentos de Instrumentos de Capital

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS		
. CAIXA IRELAND LIMITED (NOTA 13)	-	785.609
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	150.035	-
	<b>150.035</b>	<b>785.609</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 24. Rendimentos e Encargos com Serviços e Comissões

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>COMISSÕES RECEBIDAS</b>		
COMISSÕES POR GARANTIAS PRESTADAS	508.867	775.450
COMISSÕES POR COMPROMISSOS ASSUMIDOS PERANTE TERCEIROS	155.251	473.198
COMISSÕES POR SERVIÇOS PRESTADOS		
. MONTAGEM DE OPERAÇÕES	14.257.390	14.987.002
. AGENCIAMENTO	1.754.975	1.580.632
. DEPÓSITO E GUARDA DE VALORES	621.527	534.545
. ADMINISTRAÇÃO DE VALORES	427.013	294.911
. COBRANÇA DE VALORES	84.434	44.800
. OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS	13.540.984	11.243.991
COMISSÕES POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR CONTA DE TERCEIROS	8.245.142	14.777.331
OUTRAS COMISSÕES RECEBIDAS	25.336.503	10.943.251
	<b>64.932.086</b>	<b>55.655.111</b>
<b>COMISSÕES PAGAS</b>		
COMISSÕES POR SERVIÇOS BANCÁRIOS PRESTADOS POR TERCEIROS	4.641.969	241.159
COMISSÕES POR OPERAÇÕES REALIZADAS POR TERCEIROS	2.084.409	2.566.297
COMISSÕES POR OPERAÇÕES SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS	372.326	149.576
COMISSÕES POR GARANTIAS RECEBIDAS	-	384
	<b>7.098.704</b>	<b>2.957.416</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 25. Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo Valor Através de Resultados

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</b>		
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	(24.007.040)	(5.475.183)
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	1.798.064	(2.676.303)
INSTRUMENTOS DERIVADOS		
. EQUITY SWAPS	24.236.038	-
. FUTUROS	(11.888.424)	(1.329.350)
. SWAPS DE TAXA DE JURO	2.723.410	642.683
. CONTRATOS DE GARANTIA DE TAXA DE JURO	293.852	19.629
. OPÇÕES	(3.697)	7.445.752
. FRA	7.918	-
	<b>(6.839.879)</b>	<b>(1.372.772)</b>
<b>RESULTADOS EM ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS</b>		
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	(208.344)	(3.065.480)
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	(1.611.036)
	<b>(208.344)</b>	<b>(4.676.516)</b>
RESULTADOS EM OPERAÇÕES DE COBERTURA	(225.243)	379.862
CORRECÇÕES DE VALOR DE ACTIVOS E PASSIVOS OBJECTO DE OPERAÇÕES DE COBERTURA	286.852	(362.902)
	<b>(6.986.614)</b>	<b>(6.032.328)</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 26. Resultados de Activos Financeiros Disponíveis para Venda

Em 31 de Dezembro de 2008, esta rubrica tem a seguinte composição:

<b>GANHOS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	263.746
INSTRUMENTOS DE CAPITAL	60.630
	<b>324.376</b>
<b>PERDAS EM ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA</b>	
INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	( 238.424)
	<b>85.952</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 27. Resultados de Reavaliação Cambial

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
REAVALIAÇÃO DA POSIÇÃO CAMBIAL À VISTA	62.784	26.935
REAVALIAÇÃO DA POSIÇÃO CAMBIAL A PRAZO	4.485	-
	<b>67.269</b>	<b>26.935</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 28. Outros Resultados de Exploração

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	2008	2007
<b>OUTROS PROVEITOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
OUTROS GANHOS E RENDIMENTOS OPERACIONAIS		
. CEDÊNCIA DE PESSOAL – GRUPO CGD	1.620.408	1.347.299
. REEMBOLSO DE DESPESAS	360.304	201.099
. OUTROS	194.221	35.339
	<b>2.174.933</b>	<b>1.583.737</b>
OUTROS GANHOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	752	150
	<b>2.175.685</b>	<b>1.583.887</b>
<b>OUTROS CUSTOS DE EXPLORAÇÃO</b>		
OUTROS ENCARGOS E GASTOS OPERACIONAIS		
. TREM II	311.288	419.419
. QUOTIZAÇÕES E DONATIVOS	27.266	4.656
. CONTRIBUIÇÕES PARA O FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS	29.648	23.576
. OUTROS	73.437	67.937
OUTRAS PERDAS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	634	467
OUTROS IMPOSTOS		
. IMPOSTOS INDIRECTOS	147.897	84.651
. IMPOSTOS DIRECTOS	625.635	607.456
	<b>1.215.804</b>	<b>1.208.162</b>
<b>OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO</b>	<b>959.882</b>	<b>375.725</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 29. Custos com Pessoal

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
REMUNERAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	933.878	895.445
REMUNERAÇÃO DOS EMPREGADOS	11.509.734	10.821.093
ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS		
. ENCARGOS RELATIVOS A REMUNERAÇÕES	2.012.595	1.839.056
. FUNDO DE PENSÕES (NOTA 2.10)	405.169	380.943
. OUTROS ENCARGOS SOCIAIS OBRIGATÓRIOS	86.672	85.463
OUTROS CUSTOS COM O PESSOAL	362.936	339.878
	<b>15.310.984</b>	<b>14.361.878</b>

(Montantes expressos em Euros)

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço do banco nos anos de 2008 e 2007, excluindo órgãos de administração e fiscalização, foi de 162 e 166 trabalhadores, respectivamente, distribuídos da seguinte forma:

	2008	2007
DIRECÇÃO	42	42
TÉCNICOS	89	93
ADMINISTRATIVOS	31	31
	<b>162</b>	<b>166</b>

## 30. Gastos Gerais Administrativos

	2008	2007
SERVIÇOS ESPECIALIZADOS	4.155.828	3.603.566
RENDAS E ALUGUERES	1.277.149	593.424
CONSERVAÇÃO E REPARAÇÃO	1.135.982	1.090.943
DESLOCAÇÕES, ESTÁDIAS E REPRESENTAÇÃO	530.740	808.840
PUBLICIDADE E EDIÇÃO DE PUBLICAÇÕES	497.919	548.605
COMUNICAÇÕES	471.723	444.397
MATERIAL DE CONSUMO CORRENTE	104.495	79.674
ÁGUA, ENERGIA E COMBUSTÍVEIS	102.008	126.461
SEGUROS	55.663	71.196
PUBLICAÇÕES	45.702	46.529
FORMAÇÃO DE PESSOAL	40.421	155.516
OUTROS FORNECIMENTOS DE TERCEIROS	42.458	48.446
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS	142.219	102.679
	<b>8.602.307</b>	<b>7.720.276</b>

(Montantes expressos em Euros)

### 3I. Passivos Contingentes e Compromissos

Os passivos contingentes associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	2008	2007
<b>PASSIVOS EVENTUAIS:</b>		
GARANTIAS E AVALES PRESTADOS	78.850.623	102.932.561
ACTIVOS DADOS EM GARANTIA (NOTA 6)	44.150.000	43.947.000
	<b>123.000.623</b>	<b>146.879.561</b>
<b>COMPROMISSOS:</b>		
LINHAS DE CRÉDITO REVOGÁVEIS	142.973.041	214.332.817
SUBSCRIÇÃO DE TÍTULOS	31.041.679	34.100.000
OUTROS COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS	299.526	1.415.291
RESPONSABILIDADE POTENCIAL PARA COM O SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES	2.052.436	2.052.436
RESPONSABILIDADES A PRAZO DE CONTRIBUIÇÕES PARA O FGD	162.182	162.182
	<b>176.528.864</b>	<b>252.062.726</b>
<b>RESPONSABILIDADES POR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:</b>		
DEPÓSITO E GUARDA DE VALORES	4.825.780.957	4.800.960.673

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos dados em garantia" corresponde ao valor nominal de títulos de dívida dados em garantia pelo Banco (Nota 6) relativamente às seguintes situações:

	2008	2007
SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE GRANDES TRANSAÇÕES (SPGT)	40.600.000	40.497.000
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, S.A. – EURONEXT	2.000.000	2.000.000
SISTEMA DE INDEMNIZAÇÃO AOS INVESTIDORES (SII)	1.550.000	1.450.000
	<b>44.150.000</b>	<b>43.947.000</b>

(Montantes expressos em Euros)

O Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) tem por objectivo garantir os depósitos dos clientes, de acordo com os limites estabelecidos no Regime Geral das Instituições de Crédito. Para este efeito, são efectuadas contribuições anuais regulares. Parte destas contribuições têm vindo a ser assumidas através de um compromisso irrevogável de realização das referidas contribuições no momento em que o Fundo o solicite. Estes montantes não são relevados em custos. O valor total dos compromissos assumidos desde 1996 ascende a 162.182 Euros.

## 32. Entidades Relacionadas

São consideradas entidades relacionadas do Banco todas as empresas controladas pelo Grupo CGD, as empresas associadas e os órgãos de gestão do Banco.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as demonstrações financeiras do Banco incluem os seguintes saldos e transacções com entidades relacionadas, excluindo os órgãos de gestão:

	2008		2007	
	FILIAIS	OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO CGD	FILIAIS	OUTRAS EMPRESAS DO GRUPO CGD
<b>ACTIVOS:</b>				
CRÉDITO A CLIENTES	27.679.993	-	43.397.035	-
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	7.863.177	-	9.032.958
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	37.344.881	-	94.781.027
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	-	-	1.916.445
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	40.154.983	-	-
OUTROS ACTIVOS	-	411.905	25.253	1.701.834
<b>PASSIVOS :</b>				
PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO	-	(224.756.947)	-	(14.678.571)
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	(1.199.332.556)	-	(1.395.257.700)
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(11.723.243)	(21.467.078)	(1.935.596)	(1.109.300)
DERIVADOS DE COBERTURA	-	(1.483.423)	-	(936.096)
OUTROS PASSIVOS	-	(340.886)	-	(2.375.888)
<b>PROVEITOS E CUSTOS:</b>				
MARGEM FINANCEIRA	2.165.395	(34.310.355)	2.455.605	(41.638.002)
RESULTADOS EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS	-	(224.982.531)	210.219	25.268.007
RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL	-	-	785.609	-
RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES (LÍQUIDO)	40.536	506.700	(14.728)	4.011.055
RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO	518.106	1.205.062	376.881	1.089.545
GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS	-	740.890	-	(1.318.033)

(Montantes expressos em Euros)

As transacções com entidades relacionadas são efectuadas, por regra, com base nos valores de mercado nas respectivas datas.

## Órgãos de Gestão

Em 2008, os custos suportados relativos à remuneração do Conselho de Administração do Banco ascendem a 884.305 Euros, dos quais 18.607 Euros relativos a contribuições para o Fundo de Pensões Caixa - Banco de Investimento, nos termos descritos na Nota 2.10 (903.821 Euros e 8.376 Euros, respectivamente, em 2007).

Em 2008 e 2007 foram pagos prémios aos membros do Conselho de Administração do Banco no montante de 162.500 Euros e 215.000 Euros, respectivamente, relativos ao exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2008, um dos membros do Conselho de Administração tem contratada uma operação de crédito à habitação junto do Banco no montante de 199.351 Euros, em condições normais de crédito a colaboradores, tendo sido contratada antes do início das suas funções como administrador. O Banco não tem qualquer responsabilidade adicional ou benefício de longo prazo concedido ao Conselho de Administração, para além dos acima referidos.

## 33. Divulgações Relativas a Instrumentos Financeiros

### Políticas de Gestão dos Riscos Financeiros Inerentes à Actividade do Banco

O controlo e gestão dos riscos está centralizado na Direcção de Gestão de Riscos da CGD. O Banco possui ainda um Regulamento de Gestão que define limites e procedimentos de actuação na gestão dos vários tipos de risco.

De seguida, apresentam-se as divulgações requeridas pelo IFRS 7 – Instrumentos Financeiros:

.Divulgações relativamente aos principais tipos de riscos inerentes à actividade do Banco.

## Risco Cambial

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, os instrumentos financeiros apresentam a seguinte decomposição por moeda:

2008							
MOEDA							
	EUROS	DÓLARES NORTE AMERICANOS	LIBRA ESTERLINA	IENE	ESCUDO CABO VERDE	OUTRAS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>							
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.163.400	-	-	-	-	-	1.163.400
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.664.462	155.131	7.381	305	-	13.036	16.840.315
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
TÍTULOS	362.438.599	-	-	-	-	-	362.438.599
DERIVADOS (NOCIONAIS)	6.725.836.006	233.586.826	-	-	-	-	6.959.422.832
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	59.655.602	-	-	-	-	-	59.655.602
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	99.752.776	2.062.120	-	-	-	-	101.814.896
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	7.863.177	-	-	-	-	-	7.863.177
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	17.456.798	-	-	-	-	-	17.456.798
CRÉDITO A CLIENTES	864.305.469	25.252.620	17.945.252	-	-	-	907.503.341
OUTROS ACTIVOS	31.711.599	470.332	54.840	-	-	757	32.237.528
PROVISÕES E IMPARIDADE	(10.245.398)	(1.469.591)	-	-	-	-	(11.714.989)
	<b>8.176.602.490</b>	<b>260.057.438</b>	<b>18.007.473</b>	<b>305</b>	-	<b>13.793</b>	<b>8.454.681.499</b>
<b>PASSIVO</b>							
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
DERIVADOS (NOCIONAIS)	(6.725.836.006)	(233.586.826)	-	-	-	-	(6.959.422.832)
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(1.192.620.570)	(27.161.679)	(17.849.021)	-	-	-	(1.237.631.270)
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(130.711.886)	(171.612)	(1.077)	-	-	(887)	(130.885.462)
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	(17.456.798)	-	-	-	-	-	(17.456.798)
OUTROS PASSIVOS	(86.666.132)	(974.805)	(2.869)	-	-	(757)	(87.644.563)
	<b>(8.153.291.391)</b>	<b>(261.894.922)</b>	<b>(17.852.967)</b>	-	-	<b>(1.644)</b>	<b>(8.433.040.925)</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>(1.837.484)</b>	<b>154.506</b>	<b>305</b>	-	<b>12.149</b>	<b>(1.670.524)</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

2007							
MOEDA							
	EUROS	DÓLARES NORTE AMERICANOS	LIBRA ESTERLINA	IENE	ESCUDO CABO VERDE	OUTRAS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>							
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.013.338	-	-	-	-	-	1.013.338
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.319.681	410.904	1.558	16.362	-	39.741	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
TÍTULOS	399.641.177	-	-	-	-	-	399.641.177
DERIVADOS (NOCIONAIS)	4.198.741.759	60.077.762	-	-	-	-	4.258.819.521
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	115.100.734	-	-	-	-	-	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	31.448.478	1.154.712	-	-	3.718.940	-	36.322.130
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	8.463.249	-	-	-	-	-	8.463.249
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	18.205.847	-	-	-	-	-	18.205.847
CRÉDITO A CLIENTES	931.754.251	17.984.985	40.043.366	-	-	-	989.782.602
OUTROS ACTIVOS	113.033.434	372.552	41.575	-	-	3.442	113.451.003
PROVISÕES E IMPARIDADE	(3.878.226)	(1.389.328)	-	-	-	-	(5.267.554)
	<b>5.818.843.722</b>	<b>78.611.587</b>	<b>40.086.499</b>	<b>16.362</b>	<b>3.718.940</b>	<b>43.183</b>	<b>5.941.320.293</b>
<b>PASSIVO</b>							
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO							
DERIVADOS (NOCIONAIS)	(4.198.741.759)	(60.077.762)	-	-	-	-	(4.258.819.521)
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	(1.337.537.311)	(17.765.984)	(39.960.807)	-	-	-	(1.395.264.102)
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	(79.383.437)	(392.452)	(6.682)	-	-	(9.175)	(79.791.746)
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	(18.205.847)	-	-	-	-	-	(18.205.847)
OUTROS PASSIVOS	(145.650.321)	(640.391)	(499)	-	(4)	(3.442)	(146.294.657)
	<b>(5.779.518.675)</b>	<b>(78.876.589)</b>	<b>(39.967.988)</b>	<b>-</b>	<b>(4)</b>	<b>(12.617)</b>	<b>(5.898.375.873)</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>		<b>(265.002)</b>	<b>118.511</b>	<b>16.362</b>	<b>3.718.936</b>	<b>30.566</b>	<b>3.619.373</b>

(Montantes expressos em Euros)

Na construção dos mapas acima apresentados, os valores relativos a derivados correspondem ao montante nominal dos swaps.

Relativamente à exposição em 2007 ao Escudo de Cabo Verde, é de referir que o câmbio entre Euros e Escudos de Cabo Verde foi fixado pelo Banco de Cabo Verde desde 1998 ao abrigo do Acordo de Cooperação Cambial entre Portugal e Cabo Verde, pelo que os activos em Escudos de Cabo Verde não se encontram sujeitos a variações cambiais face ao Euro.

## Risco de Liquidez

Risco de liquidez corresponde ao risco de o Banco ter dificuldades na obtenção de fundos de forma a cumprir com os seus compromissos. O risco de liquidez pode ser reflectido, por exemplo, na incapacidade do Banco alienar um activo financeiro de uma forma célere a um valor próximo do seu justo valor.

A análise de liquidez do Banco é integrada na análise de liquidez consolidada em sede do Comité de Gestão de Activos e Passivos (Asset-Liability Committee, ALCO) do Grupo CGD. O Banco dispõe de uma linha de crédito irrevogável contratada com a CGD que responde às necessidades de liquidez até 1 ano.

Por outro lado, as políticas do Grupo CGD desaconselham o acesso directo ao mercado de capitais para captação de fundos a médio e longo prazo, sendo da responsabilidade do Grupo CGD essa captação numa forma consolidada e havendo da parte da CGD um compromisso global de gestão e eventual cobertura dos gaps de liquidez do conjunto das suas várias participadas.

De acordo com os requisitos definidos pelo IFRS 7 apresentamos de seguida a totalidade dos "cash-flows" contratuais não descontados para os diversos intervalos temporais, com base nos seguintes pressupostos:

.Os depósitos à ordem de clientes registados na rubrica "Recursos de clientes e outros empréstimos" são apresentados no intervalo temporal "à vista";

.Os descobertos em depósitos à ordem registados na rubrica "Crédito a clientes" são apresentados no intervalo temporal "à vista";

.A coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;

.O valor apresentado neste quadro relativamente a instrumentos financeiros derivados corresponde ao valor contabilístico;

.As acções e o crédito vencido a clientes foram classificados como a prazo indeterminado; e

.Para as operações cuja remuneração não é fixa, por exemplo, operações indexadas à Euribor, os "cash-flows" futuros são estimados com base no valor de referência em 31 de Dezembro de 2008 e 2007.

2008									
MATURIDADES CONTRATUAIS REMANESCENTES									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.163.400	-	-	-	-	-	-	-	1.163.400
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.840.315	-	-	-	-	-	-	-	16.840.315
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	616.951	15.232.599	75.485.580	64.322.953	239.457.239	38.711.134	-	433.826.456
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	13.100.754	9.692.226	41.992.292	20.931.554	205.186.325	-	-	290.903.151
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	28.164.568	3.770.652	18.499.149	6.548.098	9.771.369	-	-	66.753.836
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	1.201.796	13.153.036	9.004.786	50.777.792	93.412.219	11.602.569	-	179.152.198
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	7.927.594	-	-	-	-	-	-	7.927.594
CRÉDITO A CLIENTES	5.944.782	72.371.214	136.403.603	185.157.129	230.849.654	595.060.990	1.469.591	(4.415.060)	1.222.841.902
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	-	-	-	461.812	-	-	461.812
OUTROS ACTIVOS	27.141.861	-	-	-	-	-	3.935.714	1.159.953	32.237.528
	<b>51.090.357</b>	<b>123.382.876</b>	<b>178.252.116</b>	<b>330.138.936</b>	<b>373.430.050</b>	<b>1.143.349.955</b>	<b>55.719.008</b>	<b>(3.255.107)</b>	<b>2.252.108.191</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	13.961.954	9.675.665	17.379.117	20.556.855	198.790.138	-	-	260.363.729
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	172.029	1.147.590.195	-	98.766.413	-	-	-	-	1.246.528.637
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	16.495.827	71.528.237	29.447.575	-	-	19.799.159	-	-	137.270.799
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	-	-	-	1.483.423	-	-	1.483.423
OUTROS PASSIVOS	28.707.224	25.051.572	32.914.027	-	-	-	-	971.740	87.644.563
	<b>45.375.080</b>	<b>1.258.131.959</b>	<b>72.037.267</b>	<b>116.145.530</b>	<b>20.556.855</b>	<b>220.072.720</b>	<b>-</b>	<b>971.740</b>	<b>1.733.291.151</b>
<b>GAP DE LIQUIDEZ</b>	<b>5.715.277</b>	<b>(1.134.749.082)</b>	<b>106.214.849</b>	<b>213.993.406</b>	<b>352.873.194</b>	<b>923.277.235</b>	<b>55.719.008</b>	<b>(4.226.848)</b>	<b>518.817.039</b>

(Montantes expressos em Euros)

2007									
MATURIDADES CONTRATUAIS REMANESCENTES									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS	1.013.338	-	-	-	-	-	-	-	1.013.338
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.788.246	-	-	-	-	-	-	-	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	624.524	34.271.670	57.935.135	68.384.136	358.794.120	29.750	-	520.039.335
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	195.158	1.185.877	10.183.381	3.134.933	46.843.519	-	-	61.542.868
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	1.830.863	28.474.871	78.581.104	13.100.131	7.837.592	-	-	129.824.561
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	810.520	801.710	3.215.650	3.220.055	34.026.170	6.828.000	-	48.902.105
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	8.533.751	-	-	-	-	-	-	8.533.751
CRÉDITO A CLIENTES	12.773.753	61.785.914	230.432.908	199.438.366	196.392.973	691.438.934	1.389.328	(5.601.730)	1.388.050.446
OUTROS ACTIVOS	108.051.372	-	-	-	-	-	3.878.226	1.521.405	113.451.003
	<b>127.626.709</b>	<b>73.780.731</b>	<b>295.167.036</b>	<b>349.353.636</b>	<b>284.232.227</b>	<b>1.138.940.335</b>	<b>12.125.304</b>	<b>(4.080.326)</b>	<b>2.277.145.652</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	33.154	1.172.925	11.062.529	2.668.426	43.095.308	-	-	58.032.342
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	131.235	1.395.309.783	-	-	-	-	-	-	1.395.441.018
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	48.356.869	13.725.264	4.165.252	-	-	21.032.547	-	-	87.279.932
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	-	-	-	1.018.501	-	-	1.018.501
OUTROS PASSIVOS	101.059.531	10.029.113	34.319.577	-	-	-	-	886.437	146.294.657
	<b>149.547.635</b>	<b>1.419.097.314</b>	<b>39.657.754</b>	<b>11.062.529</b>	<b>2.668.426</b>	<b>65.146.357</b>	<b>-</b>	<b>886.437</b>	<b>1.688.066.451</b>
<b>GAP DE LIQUIDEZ</b>	<b>(21.920.925)</b>	<b>(1.345.316.583)</b>	<b>255.509.282</b>	<b>338.291.106</b>	<b>281.563.801</b>	<b>1.073.793.979</b>	<b>12.125.304</b>	<b>(4.966.762)</b>	<b>589.079.201</b>

(Montantes expressos em Euros)

## Risco de Taxa de Juro

Risco de taxa de juro corresponde ao risco do justo valor ou dos fluxos de caixa associados a um determinado instrumento financeiro, se alterar em resultado de uma alteração das taxas de juro de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o tipo de exposição ao risco de taxa de juro pode ser resumida como segue:

2008				
	NÃO SUJEITO AO RISCO DE TAXA DE JURO	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	TOTAL
<b>ACTIVO</b>				
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	16.840.315	16.840.315
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
TÍTULOS	38.711.134	278.078.862	45.648.603	362.438.599
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	3.461.034.304	3.498.388.528	6.959.422.832
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	2	59.655.601	59.655.602
DERIVADOS DE COBERTURA	-	5.000.000	12.456.798	17.456.798
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	11.602.569	44.936.887	45.275.439	101.814.896
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	7.863.177	7.863.177
CRÉDITO A CLIENTES	(2.945.470)	14.195.958	896.252.853	907.503.341
OUTROS ACTIVOS	32.237.528	-	-	32.237.528
	<b>79.605.762</b>	<b>3.803.246.013</b>	<b>4.582.381.314</b>	<b>8.465.233.089</b>
<b>PASSIVO</b>				
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	3.504.152.659	3.455.270.173	6.959.422.832
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	172.029	1.237.459.241	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	-	30.098.708	100.786.754	130.885.462
DERIVADOS DE COBERTURA	-	12.456.798	5.000.000	17.456.798
OUTROS PASSIVOS	87.644.563	-	-	87.644.563
	<b>87.644.563</b>	<b>3.546.880.194</b>	<b>4.798.516.168</b>	<b>8.433.040.925</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>(8.038.801)</b>	<b>256.365.819</b>	<b>(216.134.854)</b>	<b>32.192.164</b>

(Continuação)

2007				
	NÃO SUJEITO AO RISCO DE TAXA DE JURO	TAXA FIXA	TAXA VARIÁVEL	TOTAL
<b>ACTIVO</b>				
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	5.788.246	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
TÍTULOS	29.750	354.309.958	45.301.468	399.641.177
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	2.044.217.041	2.214.602.480	4.258.819.521
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	1.236.808	113.863.926	115.100.734
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	5.000.000	13.205.847	18.205.847
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	6.828.000	-	29.494.130	36.322.130
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	-	8.463.249	8.463.249
CRÉDITO A CLIENTES	(4.212.402)	14.299.912	979.695.092	989.782.602
OUTROS ACTIVOS	113.451.003	-	-	113.451.003
	<b>116.096.350</b>	<b>2.419.063.719</b>	<b>3.410.414.439</b>	<b>5.945.574.508</b>
<b>PASSIVO</b>				
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO				
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	2.021.953.902	2.236.865.619	4.258.819.521
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	131.235	1.395.132.867	1.395.264.102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	-	36.874.594	42.917.152	79.791.746
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	13.205.847	5.000.000	18.205.847
OUTROS PASSIVOS	146.294.657	-	-	146.294.657
	<b>146.294.657</b>	<b>2.072.165.578</b>	<b>3.679.915.638</b>	<b>5.898.375.873</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>(30.198.307)</b>	<b>346.898.142</b>	<b>(269.501.200)</b>	<b>47.198.635</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a rubrica "Activos financeiros detidos para negociação – Títulos" inclui 158.631.452 Euros e 255.166.689 Euros, respectivamente, relativos a uma obrigação em carteira cuja remuneração inclui uma componente de taxa fixa e uma componente opcional indexada ao comportamento bolsista de uma acção portuguesa.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição ao risco de taxa de juro pode ser decomposta nos seguintes intervalos temporais:

2008									
PRAZOS DE REFIXAÇÃO DE TAXA / MATURIDADE RESIDUAL									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.840.315	-	-	-	-	-	-	-	16.840.315
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	45.648.603	256.749	13.512.195	41.443.116	222.866.801	38.711.134	-	362.438.599
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	2.068.721.728	2.026.682.709	691.570.585	664.042.118	1.508.405.692	-	-	6.959.422.832
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	53.580.103	6.075.497	-	2	-	-	-	59.655.602
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	12.456.798	-	-	5.000.000	-	-	17.456.798
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	41.226.794	4.048.645	-	44.505.976	430.911	11.602.569	-	101.814.896
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	7.863.177	-	-	-	-	-	-	7.863.177
CRÉDITO A CLIENTES	5.944.782	537.802.421	352.505.650	-	-	14.195.958	1.469.591	(4.415.060)	907.503.341
OUTROS ACTIVOS	27.141.861	-	-	-	-	-	3.935.714	1.159.953	32.237.528
	<b>49.926.958</b>	<b>2.754.842.827</b>	<b>2.402.026.048</b>	<b>705.082.780</b>	<b>749.991.213</b>	<b>1.750.899.362</b>	<b>55.719.008</b>	<b>(3.255.107)</b>	<b>8.465.233.088</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS	-	2.078.987.699	1.964.609.636	748.484.160	662.607.766	1.504.733.572	-	-	6.959.422.832
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	172.029	1.147.552.016	-	89.907.225	-	-	-	-	1.237.631.270
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	16.495.827	71.422.084	29.364.669	-	-	13.602.881	-	-	130.885.462
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	5.000.000	-	-	12.456.798	-	-	17.456.798
OUTROS PASSIVOS	28.707.224	18.793.783	20.271.816	18.900.000	-	-	-	971.740	87.644.563
	<b>45.375.080</b>	<b>3.316.755.581</b>	<b>2.019.246.121</b>	<b>857.291.385</b>	<b>662.607.766</b>	<b>1.530.793.251</b>	<b>-</b>	<b>971.740</b>	<b>8.433.040.925</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>4.551.877</b>	<b>(561.912.754)</b>	<b>382.779.927</b>	<b>(152.208.605)</b>	<b>87.383.447</b>	<b>220.106.111</b>	<b>55.719.008</b>	<b>(4.226.848)</b>	<b>32.192.163</b>

(Continuação)

2007									
PRAZOS DE REFIXAÇÃO DE TAXA / MATURIDADE RESIDUAL									
	À VISTA	ATÉ 3 MESES	DE 3 MESES A 1 ANO	DE 1 A 3 ANOS	DE 3 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS	INDETERMINADO	OUTROS	TOTAL
<b>ACTIVO</b>									
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	5.788.246	-	-	-	-	-	-	-	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
TÍTULOS	-	41.738.392	3.563.077	27.300.329	34.831.035	292.178.594	29.750	-	399.641.177
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	1.069.438.018	1,069,767,338	958.692.831	183.531.221	977.390.113	-	-	4,258,819,521
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	91.163.219	23.937.513	-	-	2	-	-	115.100.734
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	-	13.205.847	-	-	5.000.000	-	-	18.205.847
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	29.494.130	-	-	-	-	6.828.000	-	36.322.130
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	-	8.463.249	-	-	-	-	-	-	8.463.249
CRÉDITO A CLIENTES	12.773.753	457.018.995	509.902.344	-	-	14.299.912	1.389.328	(5.601.730)	989.782.602
OUTROS ACTIVOS	108.051.372	-	-	-	-	-	3.878.226	1.521.405	113.451.003
	<b>126.613.372</b>	<b>1.697.316.003</b>	<b>1.620.376.118</b>	<b>985.993.160</b>	<b>218.362.255</b>	<b>1.288.868.621</b>	<b>12.125.304</b>	<b>(4.080.326)</b>	<b>5.945.574.508</b>
<b>PASSIVO</b>									
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO									
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS (NOCIONAIS)	-	1,084,935,579	1,074,333,937	948,672,143	177,684,641	973,193,220	-	-	4,258,819,521
RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	131.235	1,395,132,867	-	-	-	-	-	-	1,395,264,102
RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS	23,245,127	13,798,156	29,132,290	-	-	13,616,173	-	-	79,791,746
DERIVADOS DE COBERTURA (NOCIONAIS)	-	-	5,000,000	-	-	13,205,847	-	-	18,205,847
OUTROS PASSIVOS	101,059,531	10,029,113	1,719,577	32,600,000	-	-	-	886,437	146,294,657
	<b>124.435.893</b>	<b>2.503.895.715</b>	<b>1.110.185.804</b>	<b>981.272.143</b>	<b>177.684.641</b>	<b>1.000.015.240</b>	<b>-</b>	<b>886.437</b>	<b>5.898.375.873</b>
<b>EXPOSIÇÃO LÍQUIDA</b>	<b>2.177.479</b>	<b>(806.579.712)</b>	<b>510.190.315</b>	<b>4.721.017</b>	<b>40.677.614</b>	<b>288.853.381</b>	<b>12.125.304</b>	<b>(4.966.762)</b>	<b>47.198.635</b>

(Montantes expressos em Euros)

Na construção dos quadros acima, foram utilizados os seguintes pressupostos:

- .Nos instrumentos de taxa fixa, o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à maturidade;
- .Nos instrumentos de taxa variável (por exemplo, indexados à Euribor), o valor de balanço foi classificado de acordo com o respectivo prazo até à próxima refixação de taxa;
- .O valor de balanço de instrumentos não sujeitos a risco de taxa de juro (por exemplo, acções) foi incluído na coluna "Indeterminado";
- .O valor de balanço incluído na coluna "Outros" corresponde a valores já recebidos ou pagos que estão a ser diferidos;
- .Nos swaps de taxa de juro são apresentados os valores nominais de compra (como activo) e de venda (como passivo);
- .O crédito vencido a clientes e os valores já recebidos ou pagos foram considerados como não sujeitos a risco de taxa de juro; e
- .Os depósitos à ordem de clientes não remunerados são considerados como de taxa fixa, sendo incluídos no intervalo "À vista".

## Risco de Crédito

Risco de crédito corresponde a perdas financeiras decorrentes do incumprimento das contrapartes com as quais são celebrados os instrumentos financeiros.

## Exposição Máxima ao Risco de Crédito

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro pode ser resumida como segue::

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	2008			2007		
	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	PROVISÕES/ IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO	VALOR CONTABILÍSTICO BRUTO	PROVISÕES/ IMPARIDADE	VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO
<b>PATRIMONIAIS:</b>						
DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	16.840.315	-	16.840.315	5.788.246	-	5.788.246
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	653.341.750	-	653.341.750	461.184.044	-	461.184.044
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	59.655.602	-	59.655.602	115.100.734	-	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	101.814.896	-	101.814.896	36.322.130	-	36.322.130
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO	7.863.177	-	7.863.177	8.463.249	-	8.463.249
CRÉDITO A CLIENTES	907.503.341	7.779.275	899.724.067	989.782.602	1.389.328	988.393.274
DERIVADOS DE COBERTURA	461.812	-	461.812	-	-	-
OUTROS ACTIVOS (EXCLUINDO ENCARGOS DIFERIDOS)	31.077.565	3.935.714	27.141.851	111.929.598	3.878.226	108.051.372
	<b>1.778.558.458</b>	<b>11.714.989</b>	<b>1.766.843.470</b>	<b>1.728.570.603</b>	<b>5.267.554</b>	<b>1.723.303.049</b>
<b>EXTRAPATRIMONIAIS:</b>						
GARANTIAS PRESTADAS	78.850.623	-	78.850.623	102.932.561	-	102.932.561
COMPROMISSOS IRREVOGÁVEIS	77.788.957	-	77.788.957	81.676.909	-	81.676.909
	<b>156.639.580</b>	<b>-</b>	<b>156.639.580</b>	<b>184.609.470</b>	<b>-</b>	<b>184.609.470</b>
	<b>1.935.198.038</b>	<b>11.714.989</b>	<b>1.923.483.050</b>	<b>1.913.180.073</b>	<b>5.267.554</b>	<b>1.907.912.519</b>

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de Dezembro de 2008, o valor de balanço dos empréstimos a clientes que teriam prestações vencidas caso não tivessem sido renegociados ascendia a 36.483.942 Euros. No exercício de 2008, o Banco constituiu uma provisão para cobrança duvidosa para estes empréstimos no valor de 6.309.684 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2007 não existem operações de crédito reestruturadas.

## Qualidade de Crédito dos Activos Financeiros

O Banco não dispõe de rating interno. Os principais procedimentos em vigor ao nível da aprovação e acompanhamento das operações de crédito que permitem assegurar um nível de risco adequado à estratégia do Banco são os seguintes:

.O Banco possui um Conselho de Crédito, composto pelos membros da Comissão Executiva e pelos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas de alguma forma em processos de concessão de crédito. O Conselho de Crédito do Banco reúne semanalmente com a presença mínima de pelo menos dois Administradores e dos responsáveis das Direcções Comerciais envolvidas nos processos de concessão de crédito.

.A elaboração de Propostas Comerciais para o Conselho de Crédito é da responsabilidade dos Órgãos de Estrutura (Direcções de Negócio / Produto), que devem obter previamente o parecer de risco da Direcção de Gestão de Risco da CGD. As propostas aprovadas em Conselho de Crédito do Banco são registadas em Acta, assinada por todos os presentes, para posterior apresentação e deliberação final nos Conselhos de Crédito da CGD.

Parte das operações de crédito a clientes encontram-se garantidas, entre outros, pelos seguintes tipos de colaterais:

- .Penhor de valores mobiliários;
- .Garantias bancárias;
- .Aval do Estado;
- .Hipotecas relativamente ao crédito à habitação a colaboradores; e
- .Garantias pessoais.

## Activos Financeiros com Incumprimento

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, as operações de crédito vencido encontram-se integralmente provisionadas. Estas operações de crédito não têm colaterais associados.

## Risco de Mercado

O risco de mercado corresponde ao risco de variação adversa do justo valor ou dos "cash-flows" dos instrumentos financeiros em função de alterações nos preços de mercado, incluindo os seguintes riscos: cambial, taxa de juro e de preço.

O risco de mercado do Banco é avaliado com base nas seguintes metodologias:

.Value-at-Risk" (VaR) relativamente à carteira de "trading", a qual inclui a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

.Análise de sensibilidade relativamente aos restantes activos e passivos do Banco. Esta análise de sensibilidade é efectuada com base nos pressupostos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução 19/2005.

## Carteira de “Trading”

O VaR corresponde a uma estimativa de máxima perda potencial para uma determinada carteira de activos, num determinado período de detenção e dado um nível de confiança, assumindo comportamentos normais de mercado.

A metodologia de cálculo utilizada é da simulação histórica, ou seja, os eventos futuros são totalmente explicados pelos eventos passados, com base nos seguintes pressupostos:

- .Período de detenção: 10 dias;
- .Nível de confiança: 99%;
- .Período da amostra de preços: 720 dias de calendário;
- .Decay factor=1, isto é, as observações passadas têm todas igual peso;

Para opções, calcula-se o preço teórico através da utilização de modelos adequados e utiliza-se a volatilidade implícita. Não é efectuado cálculo para correlações, dada a metodologia aplicada; isto é, as correlações são empíricas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o VaR pode ser decomposto da seguinte forma (valores expressos em milhares de Euros):

	2008	2007
VaR DE MERCADO:		
TAXA DE JURO	221	691
CAMBIAL	17	3
PREÇO	34	2
EFEITO DIVERSIFICAÇÃO	(40)	(6)
	<b>232</b>	<b>690</b>

(Montantes expressos em Euros)

O efeito de diversificação é calculado implicitamente. O VaR total refere-se ao efeito conjunto dos riscos de taxa de juro, de preço, cambial e de volatilidade.

Para a carteira de negociação e para as posições de Tesouraria, calculam-se bpvs (basis point value), variações do valor de mercado de posições em taxa de juro devida ao deslocamento paralelo de 1 ponto base nas curvas de rendimento. São também calculados outros indicadores de sensibilidade comumente aplicados a carteiras de opções (vulgo, gregos).

Mensalmente realizam-se avaliações do impacto nos resultados de variações extremas dos factores de risco de mercado (stress-testing).

São efectuadas, diariamente, análises de backtesting teórico (comparação da medida de VaR com os resultados teóricos) e, mensalmente, de backtesting real (comparação da medida de VaR com os resultados reais). O número de excepções obtidas, (isto é o número de vezes em que as perdas teóricas ou reais ultrapassam o valor de VaR), permite avaliar a qualidade do modelo de VaR e implementar medidas de ajustamento, caso necessário.

## Carteira Non Trading

A análise de sensibilidade relativamente à carteira "non trading" foi efectuada de forma a determinar o potencial impacto na Margem Financeira do Banco no exercício de 2009 considerando uma descida das taxas de juro de referência em 50 basis points (bps) e assumindo uma deslocação paralela da curva de taxa de juro. Para este efeito foram considerados os activos e passivos financeiros do Banco, excluindo:

- .Instrumentos financeiros derivados; e
- .Papel comercial

Os principais pressupostos relacionados com o "pricing" das operações foram os seguintes:

- .Operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do respectivo spread contratual;
- .Novas operações a taxa fixa: considerou-se a taxa de mercado acrescida de um spread equivalente à diferença entre a taxa média das operações vivas em 31 Dezembro de 2008 e a respectiva taxa de mercado;
- .Novas operações a taxa variável: considerou-se a taxa de mercado acrescida do spread médio contratual das operações vivas em 31 Dezembro de 2008.

Com base nos pressupostos acima referidos, o impacto potencial positivo na Margem financeira projectada para 2009 e 2008 da descida das taxas de juro de referência em 50 basis points ascende a 2.359.820 Euros e 3.172.450 Euros, respectivamente.

## Justo Valor

O Banco mantém uma parte significativa do seu activo registada ao justo valor através de resultados, nomeadamente toda a carteira de títulos e os instrumentos financeiros derivados.

Relativamente aos principais activos e passivos financeiros que se encontram reflectidos ao custo, devem ser salientados os seguintes aspectos:

- .As aplicações e recursos com outras instituições de crédito são na sua quase totalidade remuneradas a taxas de juro indexadas e com prazos de refixação curtos;
- .Conforme evidenciado acima na secção relativa ao risco de taxa de juro, os depósitos de clientes são na sua quase totalidade remunerados a taxas indexadas à Euribor, com prazos de refixação curtos.

Uma operação de longo prazo com taxa de juro fixa encontra-se coberta por um derivado de cobertura, pelo que a variação no justo valor atribuível ao risco de taxa de juro já se encontra reflectida no valor de balanço do depósito (ver Nota 17).

Face ao exposto, o Banco considera que o valor de balanço destes activos financeiros, líquidos de provisões, e dos seus passivos financeiros, constitui uma aproximação fiável ao respectivo justo valor.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros pode ser resumida como segue:

2008					
TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	ACTIVOS VALORIZADOS AO CUSTO DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR			TOTAL
		COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO BASEADAS EM:		
			DADOS DE MERCADO	OUTROS	
<b>ACTIVOS</b>					
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO		177.008.218	317.702.080	158.631.452	653.341.750
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS		11.066.326	7.892.361	40.696.915	59.655.602
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS A PARA VENDA	5.278.967	6.754.513	63.073.782	26.707.633	101.814.896
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	461.812	-	461.812
	<b>5.278.967</b>	<b>194.829.057</b>	<b>389.130.035</b>	<b>226.036.001</b>	<b>815.274.060</b>
<b>PASSIVOS</b>					
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	-	(260.363.729)	-	(260.363.729)
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	(1.483.423)	-	(1.483.423)
	-	-	<b>(261.847.152)</b>	-	<b>(261.847.152)</b>

(Montantes expressos em Euros)

(Continuação)

TIPO DE INSTRUMENTO FINANCEIRO	ACTIVOS VALORIZADOS AO CUSTO DE AQUISIÇÃO	INSTRUMENTOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR			TOTAL
		COTAÇÕES EM MERCADO ACTIVO	TÉCNICAS DE VALORIZAÇÃO BASEADAS EM:		
			DADOS DE MERCADO	OUTROS	
<b>ACTIVOS</b>					
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	99.173.019	330.043.848	31.967.178	461.184.044
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	-	17.167.120	26.999.601	70.934.012	115.100.734
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	6.828.000	-	-	29.494.130	36.322.130
	<b>6.828.000</b>	<b>116.340.139</b>	<b>357.043.449</b>	<b>132.395.319</b>	<b>612.606.907</b>
<b>PASSIVOS</b>					
PASSIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	-	-	(58.032.342)	-	(58.032.342)
DERIVADOS DE COBERTURA	-	-	(1.018.501)	-	(1.018.501)
	-	-	<b>(59.050.843)</b>	-	<b>(59.050.843)</b>

(Montantes expressos em Euros)

Os principais pressupostos utilizados na construção dos quadros acima apresentados são os seguintes:

.Os valores relativos a cotações em mercado activo correspondem a instrumentos de capital cotados em Bolsa, bem como obrigações com elevada liquidez;

.A valorização dos instrumentos financeiros derivados é efectuada através de técnicas de valorização baseadas em dados de mercado;

.Os títulos em carteira cuja valorização corresponde a bids indicativos fornecidos por contribuidores externos ao Grupo foram também considerados em "Técnicas de valorização – Dados de mercado"

.Os títulos valorizados com base em modelos internos do Grupo CGD são apresentados em "Técnicas de valorização – outras". Em 31 de Dezembro de 2008 incluem 158.631.452 Euros relativos a obrigações convertíveis em acções da EDP emitidas pela Parpública SGPS, S.A., que estão a ser valorizadas de acordo com um modelo interno definido pelo Banco.

As valias potenciais relativas a títulos em carteira valorizados através de "Técnicas de valorização – outras" que foram reconhecidas em capitais próprios e em resultados do exercício de 2008 podem ser resumidas como segue:

INSTRUMENTOS FINANCEIROS	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	CAPITAIS PRÓPRIOS
ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO	(1.328.000)	-
OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS	(227.847)	-
ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	-	(6.873.400)
	<b>(1.555.847)</b>	<b>(6.873.400)</b>

(Montantes expressos em Euros)

## 34. Gestão de Capital

O Banco desenvolve a actividade de banca de investimento com um rigoroso controlo da relação entre as suas necessidades de gestão de activos e as suas disponibilidades de capital. Esta acção de gestão sobre o capital do Banco tem o propósito de precaver qualquer incumprimento dos requisitos de capital, ultrapassando as obrigações de reporte, e tornando possível simular os impactos de hipotéticas decisões de gestão, sobre os diversos rácios prudenciais.

A gestão do capital tem subjacente a optimização da relação acima referida, com uma margem prudencial que possa acomodar as decisões a tomar na gestão do Activo do Banco.

A Administração recebe reportes internos periódicos que permitem, não só o acompanhamento das consequências das decisões tomadas na gestão do Activo, mas também a monitorização dos espaços entre as posições reais e os requisitos mínimos de capital para as mesmas.

Os procedimentos adoptados para o cálculo dos rácios e limites prudenciais do Banco são os que resultam das disposições emanadas do Banco de Portugal, de modo semelhante ao que se verifica para todas as questões que se insiram no âmbito das funções de supervisão do sistema bancário. Essas normas representam o enquadramento legal e regulamentar das diversas matérias de natureza prudencial.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o apuramento do rácio de solvabilidade é efectuado conforme segue:

	31.12.2008	31.12.2007
CAPITAL REALIZADO	81.250.000	81.250.000
(-) ACÇÕES PRÓPRIAS	(5.999.453)	(5.999.453)
RESERVAS LEGAIS, ESTATUTÁRIAS E OUTRAS	59.910.835	38.841.354
RESULTADOS TRANSITADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	42.628.313	41.879.833
OUTRAS DEDUÇÕES	(4.098.796)	(2.717.782)
<b>FUNDOS PRÓPRIOS DE BASE</b>	<b>173.690.899</b>	<b>153.253.952</b>
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO DO ACTIVO IMOBILIZADO	4.338.403	4.338.403
EXCESSO DE PROVISÕES CONTABILÍSTICAS FACE ÀS PROVISÕES ECONÓMICAS	-	802.689
DIFERENÇAS DE REAVALIAÇÃO DE ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA - JUSTO VALOR POSITIVO	77.449	77.449
<b>FUNDOS PRÓPRIOS COMPLEMENTARES</b>	<b>4.415.852</b>	<b>5.218.542</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS ELEGÍVEIS (BASE+COMPLEMENTARES)</b>	<b>178.106.751</b>	<b>158.472.494</b>
RISCO DE CRÉDITO E RISCO DE CRÉDITO DE CONTRAPARTE	122.252.526	115.264.649
(-) 8% PROVISÕES PARA RISCOS GERAIS DE CRÉDITO - PARTE NÃO ELEGÍVEL PARA FUNDOS PRÓPRIOS	(687.699)	(732.081)
RISCOS DE POSIÇÃO - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA	26.362.005	33.327.748
RISCOS DE POSIÇÃO - TÍTULOS DE CAPITAL	4.645.336	3.570
RISCO CAMBIAL	-	309.040
RISCO DE MERCADORIAS	963.828	-
RISCO OPERACIONAL - MÉTODO DO INDICADOR BÁSICO	10.805.814	-
<b>REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>164.341.811</b>	<b>148.172.926</b>
<b>RÁCIO DE SOLVABILIDADE</b>	<b>8,67%</b>	<b>8,56%</b>

(Montantes expressos em Euros)

RELATÓRIO  
E PARECER DO CONSELHO FISCAL



## Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, no artigo 452.º e no artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal do Caixa - Banco de Investimento, S. A. apresenta o seu Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, bem como o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Contas do mesmo exercício, tanto individuais como consolidadas, e a proposta de aplicação de resultados apresentados pelo Conselho de Administração.

1. Tendo em consideração o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais, foi, em Assembleia Geral realizada em 14 de Março de 2008, deliberada alteração estatutária nos termos da qual, mantendo-se, embora, a modalidade estrutural da administração e fiscalização do Banco prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 278.º do referido Código, se instituíram, como órgãos distintos com competência para assegurar a fiscalização da Sociedade, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

2. O Conselho Fiscal acompanhou, com a periodicidade e extensão julgadas adequadas, o desenvolvimento da actividade do Banco, tendo procedido à análise sistemática da informação para o efeito obtida, incluindo, no que respeita às Sociedades englobadas na consolidação, a informação constante do reporte financeiro mensal.

Realizou o Conselho contactos frequentes com o Presidente e outros membros da Comissão Executiva, para recolha de elementos sobre a evolução da situação da Sociedade, assistindo às reuniões do Conselho de Administração em que se procedeu à apreciação dos Reportes Financeiros e da Actividade referentes a cada período trimestral.

O Conselho efectuou sete reuniões formais desde o início do mandato e, para além de outros contactos estabelecidos, reuniu, no final de cada trimestre, com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, para análise conjunta de matérias inseridas no âmbito da competência de ambos os órgãos.

Por outro lado, em complemento da informação documental recolhida, têm vindo a decorrer contactos sistemáticos com Responsáveis por Departamentos internos do Banco, em ordem ao conhecimento aprofundado da respectiva situação.

3. Em 28 de Novembro de 2008, o Conselho Fiscal, em cumprimento do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 25.º do Aviso do Banco de Portugal nº 5/2008, de 25 de Junho, e tendo em conta o cronograma estabelecido para o efeito no âmbito do Grupo Caixa Geral de Depósitos, emitiu o seu Parecer sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco.

4. Tendo presente o disposto na alínea d) do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal obteve da Comissão Executiva e do Gabinete de Auditoria Interna a informação da vigência, entre o Banco e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, de um contrato de prestação de serviços para apoio ao Gabinete de Auditoria Interna, contrato que o Conselho examinou. Os serviços contratados traduzem-se, fundamentalmente, na disponibilização pela Deloitte de elementos com perfil adequado para integrarem as equipas de auditoria, conjuntamente com empregados do Banco, sendo as intervenções - desenvolvidas segundo Plano definido pelos órgãos próprios do Banco - realizadas sob a supervisão e responsabilidade do Director responsável pelo respectivo Gabinete.

Atendendo à natureza e dimensão dos serviços contratados e à forma como, segundo a informação obtida, os mesmos

são exercidos, não se afigura que esta relação seja susceptível de afectar a independência do Revisor Oficial de Contas no exercício da respectiva função.

5. O Conselho Fiscal foi também informado de um contrato que vigorou, no decurso do exercício findo em 31.12.2008, entre o Banco e uma outra Sociedade da rede Deloitte (Deloitte Consultores, S. A.), para prestação de apoio de natureza técnica no âmbito do Projecto ROCI (Risco Operacional e Controlo Interno), desenvolvido ao nível do Grupo Caixa Geral de Depósitos.

Tendo-se esgotado o respectivo objecto, este contrato cessou já a sua vigência, afigurando-se igualmente que, tendo em conta a natureza dos serviços contratados, não resulta afectada a independência no exercício das funções do Revisor Oficial de Contas.

6. O Conselho Fiscal entende dever realçar os seguintes factos que evidenciam a boa "performance" do Banco no desenvolvimento da sua actividade em 2008, apesar de um contexto que, de profundamente instável, se transformou, a partir do último trimestre do exercício, numa gravíssima crise económico-financeira global:

- .O reconhecimento, pela revista "Euromoney", como o melhor banco de investimento em Portugal;
- .O 1º lugar alcançado no ranking de emissões obrigacionistas de entidades nacionais;
- .O 1º lugar obtido na Assessoria Financeira de fusões e aquisições em Portugal;
- .O bom desempenho das comissões e do produto bancário;
- .A melhoria do rácio "cost-to-income".

7. Merece também destaque o processo de alienação de capital e reestruturação do passivo da Compal e Sumolis, no âmbito do processo de fusão por incorporação da Sumol Gestão de Marcas com a Compal, negócio que permitiu o apuramento de significativas mais valias, resultando dessa fusão o maior grupo português de sumos e bebidas, dotado de verdadeira dimensão ibérica.

8. Em termos de contas individuais do Banco, salientam-se os seguintes indicadores, caracterizadores da actividade no exercício:

- .O Activo Líquido do Banco aumentou 47 milhões de euros em relação ao exercício anterior, ascendendo a 1 938,2 milhões de euros. Para esta variação contribuíram o crescimento dos Activos financeiros detidos para negociação (192,2 milhões) e dos Activos financeiros detidos para venda (65,5 milhões). Em contrapartida verificaram-se descidas no Crédito a clientes (-88,6 milhões) e nos Outros activos (-81,3 milhões);
- .O Passivo experimentou um crescimento de 39,1 milhões de euros, como resultado dos aumentos dos Passivos financeiros detidos para negociação (202,4 milhões), dos Recursos de clientes e outros empréstimos (51,1 milhões), e das diminuições nos Recursos de outras instituições de crédito (-157,6 milhões) e nos Outros passivos (-58,7 milhões);
- .Os Capitais próprios totalizaram 203,4 milhões de euros, mais 7,8 milhões que em igual data do ano anterior. Para este crescimento contribuiu a variação positiva das Outras reservas e resultados transitados (21,8 milhões) e a variação negativa verificada nas Reservas de reavaliação (-10,5 milhões);
- .O Rácio de solvabilidade, calculado nos termos das normas do Banco de Portugal, atingiu o valor de 8,67% em 31 de Dezembro de 2008, ligeiramente superior ao obtido em igual data do ano anterior (8,56%);
- .O Produto bancário ascendeu a 76,1 milhões de euros, mais 6,5 milhões (+9,3%) que em 2007, devido sobretudo ao bom desempenho das comissões;
- .O Resultado líquido no montante de 32,5 milhões de euros, apresenta-se inferior em 3,4 milhões (-9,5%) ao apurado no exercício anterior.

9. Em relação às contas consolidadas, destacam-se os seguintes indicadores que espelham a actividade no exercício:
- .O Activo líquido consolidado atingiu o montante de 1 897 milhões de euros, mais 18,9 milhões que no exercício anterior. Das variações verificadas, merecem especial destaque os crescimentos dos Activos financeiros disponíveis para venda (51 milhões), dos Activos financeiros detidos para negociação (192,9 milhões) e as diminuições do Crédito a clientes (-72,4 milhões), dos Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados (-39 milhões) e dos Outros activos (-71,9 milhões);
  - .No Passivo merecem referência os aumentos dos Passivos financeiros detidos para negociação (202,3 milhões de euros) e das Provisões (9,2 milhões) e as diminuições dos Recursos de outras instituições de crédito (-157,6 milhões) e dos Outros passivos (-47 milhões);
  - .Os Capitais próprios consolidados sofreram uma diminuição de 29,7 milhões de euros (-13,5%) em relação ao exercício anterior, devido à variação negativa nas Reservas de reavaliação (-45,5 milhões) em parte compensada pela variação positiva das Outras reservas e resultados transitados (22,9 milhões);
  - .O Produto bancário atingiu o montante de 89,5 milhões de euros, mais 15,1 milhões (+20,3%) que em 2007. Para este crescimento contribuíram fundamentalmente a margem financeira, com mais 3,4 milhões, as comissões líquidas, com mais 4,8 milhões, e as operações financeiras, com mais 7,4 milhões;
  - .O Resultado Líquido consolidado foi de 30,2 milhões de euros, menos 6,8 milhões que em 2007, enquanto o Cash-Flow foi de 62,4 milhões, mais 14,7 milhões que no exercício transacto;
  - .O Banco melhorou a sua eficiência em 2008, ao apresentar o rácio de "cost to income" de 28,4% contra 31,6% em 2007.

10. O Conselho Fiscal procedeu ao exame do Relatório de Gestão e as Contas, tanto individuais como consolidadas, referentes ao exercício de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Reuniu, ainda, com o Representante da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas para apreciação conjunta daqueles documentos e para avaliação das conclusões do trabalho de revisão das contas, dando a sua concordância ao conteúdo da Certificação Legal de Contas.

11. Em conformidade com o exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia Geral:
- a) Aprove o Relatório de Gestão e as Contas, tanto individuais como consolidadas, referentes ao exercício de 2008, apresentados pelo Conselho de Administração;
  - b) Aprove a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício constante do mesmo Relatório;
  - c) Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e delas tire as conclusões referidas no artigo 455º do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho agradece ao Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas e aos Serviços do Banco a colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2009

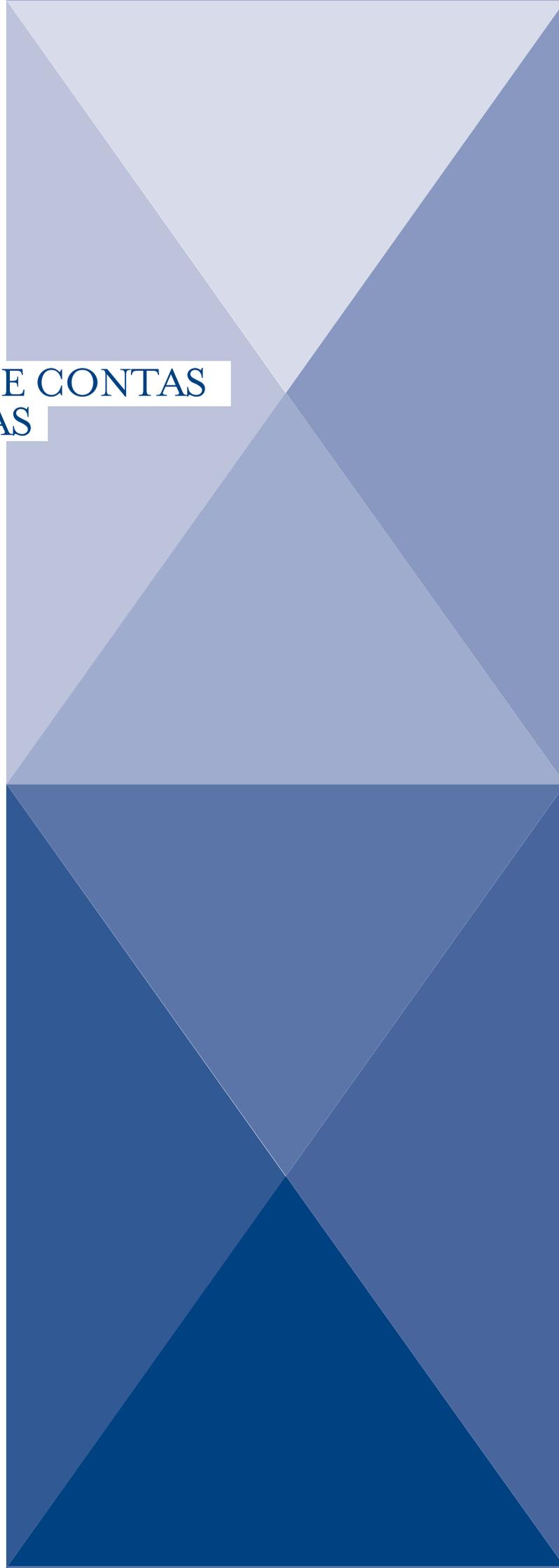
O Conselho Fiscal

Hernâni da Costa Loureiro - Presidente

António José Nascimento Ribeiro - Vogal

João Sousa Martins - Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
.CONTAS CONSOLIDADAS



# Certificação Legal das Contas

## Contas Consolidadas

(Montantes expressos em Euros)

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Banco) e Subsidiárias, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um total de 1.896.964.482 Euros e capitais próprios de 190.438.306 Euros, incluindo um resultado líquido de 30.242.185 Euros, a Demonstração dos resultados consolidados, a Demonstração dos fluxos de caixa consolidados e a Demonstração das alterações nos capitais próprios consolidados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

## ***Opinião***

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Caixa - Banco de Investimento, S.A. e Subsidiárias em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS  
CONTAS INDIVIDUAIS.

# Certificação Legal das Contas

## Contas Individuais

### **Introdução**

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Caixa - Banco de Investimento, S.A. (Banco), as quais compreendem o Balanço individual em 31 de Dezembro de 2008 que evidencia um activo total de 1.938.179.358 Euros e capitais próprios de 203.383.805 Euros, incluindo um resultado líquido de 32.511.144 Euros, a Demonstração dos resultados individuais, a Demonstração dos fluxos de caixa individuais e a Demonstração das alterações no capital próprio individual do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### **Âmbito**

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes para os objectivos indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira individual do Caixa - Banco de Investimento, S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado individual das suas operações e os seus fluxos de caixa individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário.

### ***Ênfase***

5. As demonstrações financeiras anexas referem-se à actividade individual do Banco, tendo sido elaboradas para aprovação em Assembleia Geral de Accionistas e para dar cumprimento aos requisitos de apresentação de contas determinados pelo Banco de Portugal. De acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis à actividade individual do Banco, as participações maioritárias que detém encontram-se registadas ao custo de aquisição. O Banco vai apresentar separadamente contas consolidadas, que são aquelas que reflectem de forma mais adequada a sua situação financeira, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa. Os efeitos da consolidação de contas em 31 de Dezembro de 2008 consistem numa redução do activo e do passivo de 41.214.876 Euros e 28.269.377 Euros, respectivamente, e numa redução dos capitais próprios (excluindo o resultado do exercício) e do resultado do exercício nos montantes de 10.676.540 Euros e 2.268.959 Euros, respectivamente.

Lisboa, 6 de Fevereiro de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.  
Representada por João Carlos Henriques Gomes Ferreira